

MUNDO LIVRE

REVISTA MULTIDISCIPLINAR



Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
Universidade Federal Fluminense

Dossiê temático
**MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS
NA AMÉRICA LATINA**

Entrevista
PAULO GAJANIGO

Página de Artista
SOLANGE ALVES SANTANA

V. 9

N. 1

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF

Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor da UFF

Fábio Barboza Passos

Diretora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Ana Maria de Almeida Costa

Vice-Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Rodrigo de Araújo Monteiro

REVISTA MUNDO LIVRE

Editores

Cecília Souza Oliveira

Mariele Troiano

Thulio Pereira Dias Gomes

Equipe Editorial

Amanda dos Santos Coutinho

Aline Sherrer dos Santos Carvalho

Bruna da Silva Pereira

Fernanda Rabelo Cursino Santos

Fernanda Tosetto dos Santos

Gabriela Silva Souza

Izabelli Barreto Cardoso

Letícia Xavier Baldissara

Luisa Amorim de Mello Duarte

Manoela Ferraz Moysés

Mariana Ghimel Marrone Lopes

Pâmela Miranda Santos

Rafael Voigtel Cesar

Verônica Paulino

Yuri Banov Onishi

Conselho Editorial

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Marcus Vinicius da Silva Sales

Samuel Alex Coelho Campos

Revista Mundo Livre

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Universidade Federal Fluminense

Rua José do Patrocínio, 71, Centro

Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

mundolive.esr@id.uff.br

periodicos.uff.br/mundolive

ISSN-e 2525-5819

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mundo Livre

Revista Multidisciplinar

v. 9, n. 1

Campos dos Goytacazes, RJ
Janeiro/Junho, 2023

© 2023 by Universidade Federal Fluminense

Os autores cedem à Universidade Federal Fluminense os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite a você compartilhar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato e a adaptar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial. De acordo com os termos seguintes: a) Atribuição — deve ser dado o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou o seu uso. b) Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.



'Mundo Livre: revista multidisciplinar' é uma publicação semestral digital do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

As ideias expressadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores | Cecília Souza Oliveira, Mariele Troiano & Thulio Pereira Dias Gomes

Equipe Editorial | Amanda dos Santos Coutinho, Aline Sherrer dos Santos Carvalho, Bruna da Silva Pereira, Fernanda Rabelo Cursino Santos, Fernanda Tosetto dos Santos, Gabriela Silva Souza, Izabelli Cardoso, Letícia Baldissara, Luisa Amorim de Mello Duarte, Manoela Ferraz Moysés, Mariana Ghimel Marrone Lopes, Pâmela Miranda Santos, Rafael Voigtel Cesar, Verônica Paulino & Yuri Banov Onishi

Conselho Editorial | Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, Marcus Vinicius da Silva Sales & Samuel Alex Coelho Campos

Dossiê temático 'Movimentos sociais e resistências na América Latina' | Joana Tereza Vaz de Moura & Joelson Gonçalves de Carvalho

Fotografia | Jean Barreto

Apoio | Coordenação de Bibliotecas (CBI), Superintendência de Documentação (SDC) & Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Endereço eletrônico | <http://www.periodicos.uff.br/mundolivre>

Dados de catalogação na publicação (CIP)

M965 Mundo Livre: revista multidisciplinar / Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. v. 9, n. 1, jan./jul. 2023. Campos dos Goytacazes, RJ: 2015.

284 p.

Semestral.

ISSN 2525-5819.

1. Multidisciplinaridade - Periódico. 2. Periódico científico. I. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional.

CDD 300

Elaborada por Roberta Campos (CRB-07 6067)

SUMÁRIO

Editorial

A formação de pesquisadores em um periódico acadêmico	8-14
--	------

Cecília Souza Oliveira, Mariele Troiano & Thulio Pereira Dias Gomes

Dossiê temático

Movimentos sociais, lutas e resistências territoriais contemporâneas na América Latina	16-21
---	-------

Joana Tereza Vaz de Moura & Joelson Gonçalves Carvalho

Cidadania, democracia e movimentos sociais: um balanço sobre os 40 anos de redemocratização	22-44
--	-------

Sara da Silva Freitas & Janaína Aliano Bloch

Educação popular, escolas indígenas e movimentos sociais: um encontro com Samara Pataxó	45-65
--	-------

Mariana de Castro Moreira, Isis da Silva Guimarães, Lais Marlene Miranda Franca & Roberta Cravo de Oliveira

Revolução dos Pinguins no Chile: contexto e repercussões do movimento secundarista de 2006	66-88
---	-------

Gabriel Dib Daud De Vuono, Paola Fernanda Silva Mineiro & Júlia Cardozo Fidalgo Ramos

Disputas territoriais em Uberaba (MG): lutas e resistências na produção de alimentos no assentamento rural Dandara	89-118
---	--------

Diego Antonio Xavier da Silva & Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

A inserção de pessoas negras no alto escalão dos ministérios do Governo Federal	119-140
--	---------

Olívia Cristina Perez, Lucas Pereira Nunes, Libni Milhomem Sousa & Rogério de Oliveira Araújo

Processos autônomos e conflitualidade na comunidade indígena de San Andrés Totoltepec, Ciudad de México	141-167
--	---------

Gustavo Moura de Oliveira

Movimentos sociais rurais e Estado na Argentina: o conflito agrário e a luta pela terra em 2021	168-186
--	---------

Andrea Geanina Gómez Herrera, Cristian Emmanuel Jara & Marta Elena Gutierrez

Página de Artista

Memórias do sol

188-203

Solange Alves Santana

Temas livres

O silenciamento das mulheres na história: uma análise da caça às bruxas nos livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental

205-236

Cinthia Maria da Silva Lisboa

Casa de estudante: espaços habitados pelo corpo discente da Universidade Federal Fluminense

237-262

Joaci Pereira Furtado & Augustin de Tugny

Entrevista

Captar aquilo que está no ar: arquivos e registros da atmosfera social

264-278

Paulo Gajanigo

Resenha

História & Livro e leitura

280-284

Victor Emmanoel da Silva Rocha

EDITORIAL

A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES EM UM PERIÓDICO ACADÊMICO



Fotografia: Jean Barreto

A formação de pesquisadores em um periódico acadêmico

The training of researchers in an academic journal

Cecília Souza Oliveira

Doutora em Neurociências pela USP. Professora da UFF

Mariele Troiano

Doutora em Ciência Política pela UFSCar. Professora da UFF

Thulio Pereira Dias Gomes

Doutor em Ciência da Informação pela USP. Bibliotecário da UFF

Desde a sua criação, a Revista Mundo Livre tem um forte compromisso com a formação de pesquisadores. Para isso, sua proposta está baseada em envolver os estudantes nas tomadas de decisões das atividades editoriais da revista, que abrangem desde a captação de artigos, a editoração das publicações e a divulgação do periódico. Dessa forma, ao aproximar os estudantes do cotidiano da gestão de um periódico científico, a Mundo Livre busca desenvolver habilidades de comunicação científica para o desenvolvimento de competências em pesquisa.

Em junho deste ano, a Revista Mundo Livre foi convidada a participar de um evento com outros periódicos científicos do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). O evento foi organizado por estudantes da disciplina *Oficina de Texto II* que produziram uma *live* no canal [Ciências Sociais UFF Campos](#) no Youtube para uma conversa em torno do tema "*Publicar na produção*". Participaram desse encontro, as editoras Ana Cláudia de Jesus Barreto, da *Revista Goitacá*; Cecília Souza Oliveira e Mariele Troiano, da *Revista Multidisciplinar Mundo Livre*; e Anelize dos Santos Ribeiro, da *Revista Discente Planície Científica*. O evento foi coordenado pela professora Jacqueline da Silva Deolindo, do Departamento de Ciências Sociais da UFF Campos. O evento trouxe uma discussão sobre diversos aspectos relacionados à publicação científica,



como os gêneros discursivos acadêmicos, a escrita acadêmica, o plágio, a avaliação por pares e a ética da pesquisa. A conversa evidenciou que cada uma das revistas da UFF Campos tem suas particularidades, mas compartilham uma característica em comum: as três são construídas com a participação dos estudantes na equipe editorial e no corpo de autores. A *Revista Falas*, publicação do Departamento do Serviço Social de Campos (SSC), foi lembrada como um periódico pioneiro na UFF Campos, iniciado em 1995 e descontinuado após a publicação de dois números.

A conversa entre as editoras abordou a gestão de cada periódico e o envolvimento dos estudantes em seu processo editorial. As editoras explicaram os critérios de seleção dos artigos, buscando apresentar dicas, aos autores, para a preparação dos artigos. Durante a *live*, todas as participantes reforçaram a importância de observar as normas de submissão de cada revista e os padrões da linguagem científica. A conversa buscou encorajar os autores e os potenciais autores a publicarem suas ideias e a sistematizarem suas produções acadêmicas.

O encontro afirmou a relevância de valorizar a produção científica regional. Nas publicações da UFF Campos, encontram-se artigos resultantes de pesquisa sobre a região Norte Fluminense, buscando colocar a produção local em diálogo com produções de outros lugares, ampliando o alcance da pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes para uma maior escala a nível regional, estadual, nacional e internacional. Também foi apontada a necessidade de as revistas não restringirem seu alcance aos leitores da comunidade universitária, mas buscarem, também, o público potencial na sociedade em geral.

As editoras reconheceram os desafios enfrentados pelas revistas científicas hoje em dia. A falta de recursos financeiros é uma das maiores dificuldades que traduzem-se em escassez de recursos tecnológicos e incapacidade de remunerar toda a sua equipe. A ausência de uma política editorial não contribui para o fortalecimento das revistas dentro das instituições, o que favoreceria a consolidação dos periódicos. As avaliações da revista pelo Qualis, voltado para a avaliação da pós-graduação, não beneficia revistas com foco na produção da graduação e da extensão, tampouco a divulgação científica.

Além desse evento, a equipe Mundo Livre participou do Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica (CONFLICT), organizado anualmente pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), pelo Instituto Federal Fluminense (IFF) e pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Por ser organizado pelas três principais instituições públicas de educação superior em Campos dos Goytacazes, o CONFLICT é um evento regional de grande relevância, pois promove a comunicação e o debate sobre os projetos de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos por pesquisadores das instituições do Norte Fluminense. Após uma edição completamente *online*, devido às necessidades de distanciamento social, o XV CONFLICT retomou o formato presencial nos dias 26 a 30 de junho de 2022, propondo como tema a construção da universidade do futuro. A participação desses eventos trazem resultados concretos para a formação de pesquisadores, ao propiciar aos estudantes oportunidades de apresentarem trabalhos em congressos científicos e de publicarem nos anais de eventos.

A participação da equipe Mundo Livre no XIV CONFLICT se deu em duas comunicações no formato poster. Uma delas apresentou uma análise da Revista Mundo Livre, em 2022, indicando a importância do fazer científico multidisciplinar frente à hegemonia ideológica do capital¹. Outro trabalho apresentou como o Instagram tem sido um instrumento de divulgação da Revista Mundo Livre, a partir da compreensão de que o bom uso da tecnologia a favor da ciência pode democratizar o acesso à produção científica e estreitar o distanciamento geográfico ao ampliar as conexões dentro e fora das redes sociais².

¹ CARDOSO, Izabelli Barreto; BALDISSARA, Letícia Xavier; CESAR, Rafael Voigtel; TROIANO, Mariele. A importância do fazer científico multidisciplinar frente a hegemonia ideológica do capital: uma análise da Revista Mundo Livre em 2022. In: CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, XV, Campos dos Goytacazes. **Construindo a universidade do futuro**. Campinas, SP: Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/confict-conpg/confict-conpg-2023/trabalhos/a-importancia-do-fazer-cientifico-multidisciplinar-frente-a-hegemonia-ideologica?lang=pt-br>. Acesso em: 27 set. 2023.

² ONISHI, Yuri Banov; SILVA, Gabriela Souza; TOSSETO, Fernanda. OLIVEIRA, Cecília Souza. O instagram como instrumento de divulgação da Revista Mundo Livre. In: CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, XV, Campos dos Goytacazes. **Construindo a universidade do futuro**. Campinas, SP: Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/confict-conpg/confict-conpg-2023/trabalhos/o-instagram-como-instrumento-de-divulgacao-da-revista-mundo-livre?lang=pt-br>. Acesso em: 27 set. 2023.

Neste ano, conseguimos ampliar a nossa equipe com a abertura de uma chamada pública para o cadastro reserva de estudantes devidamente matriculados e frequentes da UFF interessados em integrar voluntariamente o projeto da Revista Mundo Livre. Através dessa chamada conseguimos recrutar estudantes interessados em enriquecer sua experiência universitária com a vivência em um periódico científico. Essa chamada tomou mais força com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFF (PROEX) com a concessão de uma bolsa para um estudante de graduação.

Depois de um ano de intenso trabalho e muitos desafios, nós apresentamos uma nova edição da *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar* composta por uma seção temática e outra de artigos de temas livres, além de poemas, uma entrevista e uma resenha. Os leitores encontram, nesta edição, textos escritos por autores graduados em Administração, Arquitetura de Interiores, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Econômicas, Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, História, Letras e Psicologia. A pluralidade de áreas do conhecimento se enriquece com autores vinculados a diferentes instituições como o Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE, México), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), além da própria Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialmente, esta edição nos traz a felicidade de transpor fronteiras e incluir autores e instituições brasileiras de estados que ainda não tinham participado do elenco de pesquisadores que publicam na Revista Mundo Livre. Este fato ainda se enriquece pelo alcance de autores e de instituições estrangeiros, tornando mais concreto o objetivo da internacionalização da revista.

O dossiê temático *Movimentos sociais e resistências na América Latina* foi coordenado pelos pesquisadores Joana Tereza Vaz de Moura, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar). Os sete artigos que compõem o dossiê trazem reflexões sobre a atuação dos movimentos sociais em contextos latino-americanos, provocando outros olhares sobre as formas de resistência e as ações desses movimentos e as diversas temáticas que perpassam as ações coletivas no mundo contemporâneo. Os leitores encontraram trabalhos que abordam, dentre outros temas, a luta pelo território, a educação popular, a luta pela democracia, a cidadania e direitos para pessoas negras, indígenas, camponeses e estudantes na América Latina, notadamente a Argentina, o Brasil, o Chile e o México.

A seção dos temas livres apresenta dois artigos. O primeiro, escrito por Cinthia Maria da Silva Lisboa, propõe um debate sobre o silenciamento da história das mulheres nos currículos da educação básica, com enfoque em uma análise da temática da caçada às bruxas nos livros didáticos de história. Outro artigo, assinado por Joaci Pereira Furtado e Augustin de Tugny, analisa dados do perfil dos universitários da UFF, marcado por transformações socioeconômicas e culturais radicais, identificando a influência de condições objetivas de existência, como a renda, a escolaridade dos pais, a cor e o acesso ao letramento.

A Página de Artista desta edição apresenta o conjunto de poemas "*Memórias do sol*", de Solange Alves Santana. A partir do reconhecimento de vários conceitos de memória, a autora tece em seus versos temas que a levam a reencontrar o sol. Solange Alves Santana é graduada em Biblioteconomia e em Letras e mestra em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Solange é produtora editorial e professora em um curso pré-vestibular comunitário. Ela organizou a antologia literária *Passos Andantes* (2010) pela CBJE e publicou os livros de poemas: *O chão em que piso* (2017), pela CBJE, *Quarentenas* (2020) e *Nós: poemas* (2022), ambos pela Umojas. Participou de algumas coletâneas literárias, entre elas, *Entrelinhas* (2008) pela Andros Editora, *A matriz da palavra: o negro em prosa e verso* (2015) pela Litteris Editora, *Palavreiras* (2019) pela Autografia, *Elas e as Letras: insubmissão ancestral*

(2020) pela Infinita Editora e *Baobás de concreto* (2023), pela África e Africanidades.

Na seção da entrevista, apresentamos uma conversa sobre arquivos e registros da atmosfera social com Paulo Gajanigo, coordenador do "no.ar: laboratório de pesquisas sobre cotidiano e tecnologia". A entrevista mobiliza os conceitos de clima (*mood*) e de atmosfera para interpretar o período de redemocratização brasileira. O entrevistado fala sobre as contradições das jornadas de junho de 2013, após dez anos das manifestações que envolveram amplos setores da sociedade brasileira. Gajanigo fala do laboratório no.ar e dos resultados mais recentes de pesquisa, o aplicativo *Vida Coletiva*, que tem o objetivo de coletar e reunir relatos de experiência sobre as jornadas de junho de 2013.

Esta edição inclui uma resenha do livro *História & Livro e leitura*, de André Belo, publicado pela Editora Autêntica, em 2013. O texto aborda a atenção crescente que a história do livro e da leitura vem recebendo em universidades europeias, norte-americanas e latino-americanas. Destacam-se eventos e publicações que têm permitido um diálogo consistente sobre as transformações do meio editorial ao longo do tempo, especialmente nas últimas décadas, com o surgimento de recursos tecnológicos. O livro foi resenhado por Victor Emmanoel da Silva Rocha, estudante de Arquivologia da UFF.

A capa e o miolo da edição completa deste número contou com fotografias de Jean Barreto. As imagens refletem as indagações do fotógrafo sobre as cidades e suas configurações territoriais. Jean Barreto formou-se em História pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da UFF e atualmente realiza uma pesquisa de mestrado em História Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Ele é fotógrafo profissional, documentarista e professor de fotografia, prestando serviços para fotografia publicitária, assessoria e eventos.

Todos os artigos desta edição foram submetidos à avaliação *double-blinded review*, ou seja, os trabalhos passaram pela avaliação de ao menos dois pareceristas anônimos, com formação e atuação no tema da pesquisa, com o objetivo de maior rigor na avaliação para garantir a

qualidade das publicações na *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar*. Esta edição não teria sido possível sem o empenho desses avaliadores na elaboração de pareceres.

Agradecimentos:

- Paulo Gajanigo, pela entrevista.
- Solange Alves Santana, pelos poemas.
- Pró-Reitoria de Extensão da UFF (PROEX) pela bolsa de estudos;
- Os coordenadores do dossiê temático, os autores e os avaliadores, pela contribuição com esta edição.
- Os integrantes da equipe Mundo Livre, por impulsionarem todo o trabalho que torna esta publicação possível.

Desejamos uma excelente leitura!

Sobre os editores

Cecília Souza Oliveira  

Graduada em Psicologia e mestra e doutora em Neurociências pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Neuropsicologia pelo Centro de Estudos Psico-Cirúrgicos (CEPSIC). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Psicologia e na Revista Mundo Livre.

E-mail: ceciliasouzaoliveira@id.uff.br

Mariele Troiano  

Graduada em Ciências Sociais e mestra e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Ciências Sociais e na Revista Mundo Livre. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC).

E-mail: troianomariele@id.uff.br

Thulio Pereira Dias Gomes  

Graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). É bibliotecário na Universidade Federal Fluminense (UFF) e atua na Coordenação de Bibliotecas (CBI) e na Revista Mundo Livre.

E-mail: thuliogomes@id.uff.br

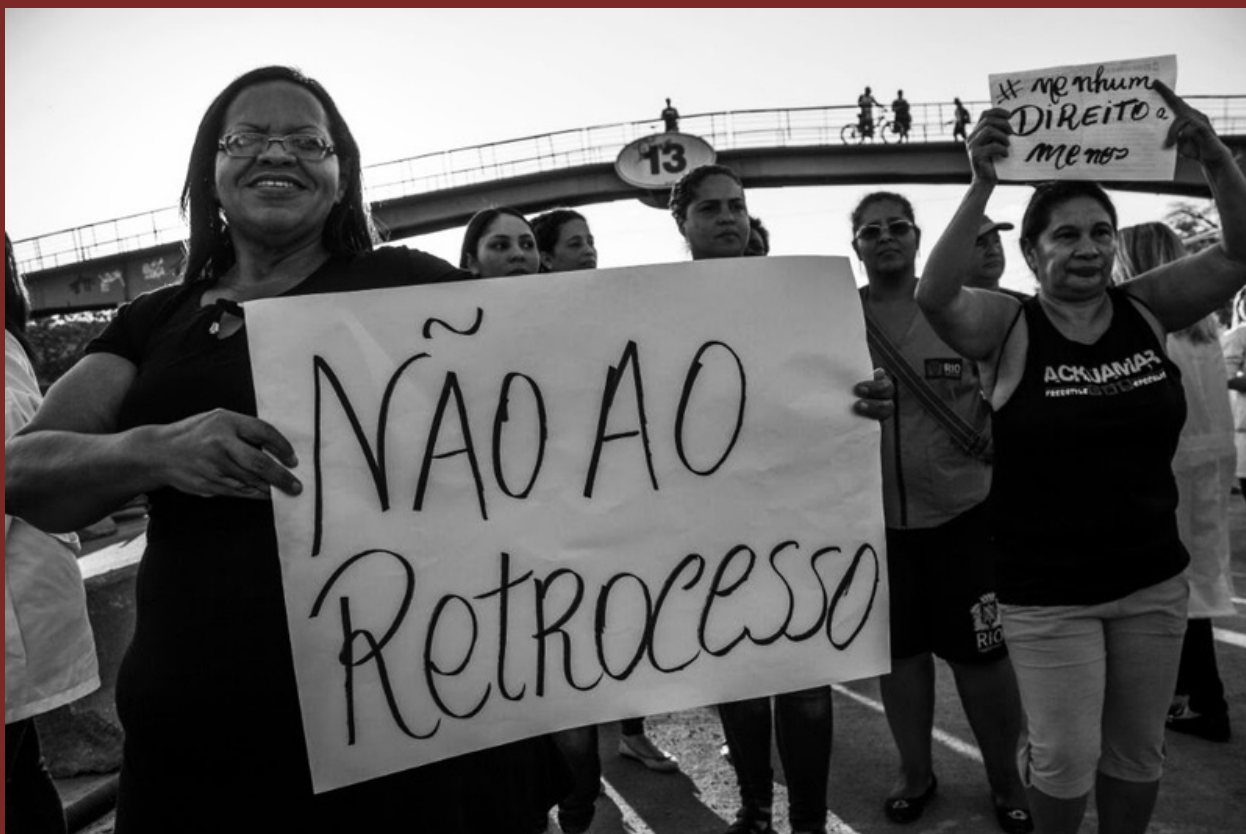
DOSSIÊ TEMÁTICO

MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

COORDENADORES

JOANA TEREZA VAZ DE MOURA

JOELSON GONÇALVES CARVALHO



Fotografia: Jean Barreto

Movimentos sociais, lutas e resistências territoriais contemporâneas na América Latina

Social movements, struggles and contemporary territorial resistances in Latin America

Joana Tereza Vaz de Moura

Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora da UFRN

Joelson Gonçalves de Carvalho

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Professor da UFSCar

Nos últimos anos, a América Latina tem sido palco de intensas transformações políticas, com claro aumento da polaridade expressa no aumento da força e representatividade política da extrema direita vis-à-vis a volta de governos entendidos como progressistas ou de esquerda. Neste contexto, o desmantelamento de políticas públicas e ataques diretos a movimentos sociais dividem espaço com a rearticulação de organizações populares de massa e resistências antissistêmicas de diversas ordens.

A atual quadra histórica do capitalismo é fortemente marcada por uma inédita sobreposição de crises de diversas ordens e múltiplas dimensões. Em meio ao enfrentamento da ainda presente crise sanitária mundial e a mudanças climáticas com impactos irreversíveis resultantes de ações antrópicas dirigidas e condicionadas pelo sistema produtivo, evidenciou-se a necessidade de se refletir sobre lutas e resistências dos diversos movimentos sociais, em toda sua heterogeneidade, no Brasil e na América Latina, a partir de uma perspectiva multidisciplinar que avance nas relações entre movimentos sociais, territórios, conflitualidade, resistências entre outras categorias analíticas que contribuam na apreensão das lógicas de sujeitos coletivos em movimento em contextos mais ou menos adversos à democracia.

O continente latino-americano tem sido alvo, pelo menos desde o final da década de 1980, dos impactos da adoção indiscriminada das



políticas neoliberais que agravou os problemas sociais e estruturais dos diversos latino-americanos, a exemplo da concentração de renda, apropriação privada e concentrada da terra, da natureza e dos recursos naturais e aumento da pobreza no continente, em termos gerais.

Apesar de contextos diferentes e relações entre Estado e sociedade marcadas por trajetórias distintas nos campos da história, cultura, educação, economia e, entre outras, política, os últimos governos progressistas do continente inscritos no que ficou conhecido na historiografia especializada como novo-desenvolvimentismo não foram suficientemente capazes de abrir a perspectiva de transformações sociais estruturais e estruturantes que permanecessem mesmo após o esgotamento do projeto novo-desenvolvimentista.

Nos últimos anos, a América Latina tem testemunhado uma tendência preocupante de neoextrativismo e negação de direitos, que tem moldado o cenário socioeconômico da região. Fato é que o neoextrativismo se apresenta como uma lógica de desenvolvimento econômico baseada na exploração intensiva de recursos naturais, como minerais, petróleo e gás, muitas vezes em detrimento do meio ambiente e das comunidades locais. Isso, por seu turno, tem levado a uma deterioração significativa dos ecossistemas, incluindo a destruição de florestas tropicais, contaminação de rios e deslocamento de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais.

Essas populações muitas vezes têm seus direitos à terra, consulta prévia e consentimento informado sistematicamente ignorados em nome do desenvolvimento econômico. Eles são deslocados de suas terras ancestrais sem compensação adequada, perdem acesso a recursos naturais vitais para sua subsistência e sofrem com a contaminação resultante das atividades extrativistas. Essa negação de direitos também se estende a outros setores da sociedade. Movimentos sociais, sindicatos e defensores dos direitos humanos são frequentemente criminalizados e reprimidos por governos que priorizam os interesses econômicos das empresas extrativistas. A liberdade de expressão e o direito a protesto são restringidos, enquanto a impunidade para crimes contra defensores ambientais e dos direitos humanos é uma triste realidade.

Este dossiê da Revista Mundo Livre pretende contribuir com as reflexões que fomentem uma releitura da atuação dos movimentos sociais em contextos latino-americanos, perpassados por todas as questões mencionadas. Trata-se de produzir outros olhares sobre as formas de resistência e as ações desses movimentos e as diversas temáticas que perpassam as ações coletivas no mundo contemporâneo. Antemão, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos autores e pesquisadores cujos artigos enriqueceram este dossiê. Seus estudos e análises forneceram uma visão aprofundada das complexidades e potencialidades dos movimentos sociais e das múltiplas resistências na América Latina.

O primeiro artigo deste dossiê traz um resgate teórico das diversas concepções dos movimentos sociais, tendo uma pergunta norteadora central para entender as dinâmicas do contemporâneo, a saber: quais são os desafios colocados à gestão de políticas públicas em contextos em que a sociedade civil se engaja nestes processos cumprindo um papel de mero prestador de serviços? Com base nessa pergunta, as autoras Sara da Silva Freitas e Janaina Bloch nos apresentam sua percepção de que diversos atores foram incorporados ao debate e foram modificados em seus discursos e atuações.

O segundo artigo, de Mariana de Castro Moreira, é resultado de uma entrevista com Samara Pataxó, apresentada pela autora como mulher, indígena, advogada e ativista. Por meio da visão freiriana de educação na qual ter acesso a uma educação que liberta possibilita a obtenção de consciência social, temos uma importante contribuição que abarca movimentos sociais, educação popular e as escolas indígenas e que nos apresenta um caminho para pensar novas possibilidades de formar alunos e indivíduos conscientes do lugar que ocupam na sociedade e emancipados dos padrões opressores.

No artigo seguinte, Gabriel Dib Daud De Vuono, Paola Fernanda Silva Mineiro e Júlia Cardozo Fidalgo Ramos nos apresentam as repercussões do movimento secundarista chileno de 2006. No ano em questão, o país foi marcado por múltiplas ações contrárias ao modelo educacional do país organizado sob influências dos preceitos neoliberais

no curso da ditadura militar. Os protestos, batizados de “revolução dos pinguins”, que tinham a finalidade de reivindicar modificações no sistema educacional daquele país, tinham, segundos os autores, estreita relação com as mobilizações dos universitários chilenos em 2011 e com protestos estudantis realizados em outros países latino-americanos, como no Brasil.

Com o objetivo de discutir as disputas territoriais e as lutas na produção de alimentos no Assentamento Dandara, em Uberaba (MG), o artigo de Diego Silva e Janaina Vinha resgata o debate sobre a reprodução social do campesinato e como ela se materializa com os enfrentamentos e resistências dos movimentos sociais. No caso específico, os autores apresentam os conflitos em torno da produção diversificada de alimentos em comparação às monoculturas exploradas pelo agronegócio no território. Em que pese algumas políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) serem importantes para produção familiar, a falta de apoio e a ausência da organização política interna ao assentamento são problemáticas e acirram o processo de lutas.

O quinto artigo insere-se dentro de uma perspectiva analítica construída recentemente na literatura sobre os movimentos sociais que busca compreender como as disputas podem ser feitas dentro do Estado. Buscando compreender a inserção de militantes negros nos Ministérios do governo federal, os autores Olivia Cristina Perez, Lucas Pereira Nunes, Libni Milhomem Sousa e Rogério de Oliveira Araújo buscam elucidar as dificuldades de inserção desses sujeitos na política institucional. Esse fato está presente na luta constante que os movimentos negros fazem no sentido de denunciar e desmistificar da ideia da democracia racial. O artigo contribui com o debate sobre os limites da política institucional e ajuda a entender como a desigualdade de raça na política opera na prática.

O artigo de Gustavo Oliveira debate ações protagonizadas pelos povos indígenas no México e como eles reclamam seus espaços no diverso leque de lutas sociais registradas no país. Utilizando como caso empírico a comunidade indígena de San Andrés Totoltepec (SAT), o autor

busca discutir as conflitualidades e o que ele denomina de “autonomia dos povos indígenas”, que, desde antes de reconhecerem-se como tal, resistiram – e ainda resistem – ao processo colonial. Destaca-se que, mesmo em meio à tormenta provocada pela trama Estado-Capital, o SAT segue avançando em seu desafio de experienciar formas contra-hegemônicas de exercício da política e da democracia.

Por fim, o sétimo artigo, focado no conflito agrário e luta pela terra na Argentina no ano de 2021, de autoria de Andrea Herrera, Cristián Jara e Marta Elena Gutiérrez, busca contribuir para um diagnóstico do conflito sobre a terra a fim de compreender as ações dos movimentos sociais rurais e dos Estados em relação às dimensões do direito à terra estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). No texto, os autores exploram o conceito de movimentos socioterritoriais como uma categoria analítica para os movimentos sociais cujo objetivo central é a apropriação do espaço na busca de seu projeto político. Os dados apresentados mostram que os movimentos sociais rurais desenvolvem ações relacionadas à posse da terra e à consolidação de seus direitos, seja por meio de protestos ou de ações judiciais. Por outro lado, predominam ações estatais relacionadas ao fortalecimento do sistema produtivo, capacitação e assistência técnica, mas não há evidências de ações voltadas para a reversão das desigualdades na distribuição de terras em favor de camponeses e comunidades indígenas.

Ao longo deste dossiê, se encontra um rico panorama dos movimentos sociais, lutas e resistências territoriais que permeiam a América Latina contemporânea, notadamente Brasil, México, Argentina e Chile. Aos que se dispuserem a ler o conjunto de trabalhos aqui apresentados, terá pela sua frente um rol que aborda, dentre outros temas, a luta pela terra e pelo território, educação popular, luta por democracia, cidadania e direitos para pessoas negras, indígenas, camponeses e estudantes no Brasil e no exterior.

Cada artigo apresentado trouxe contribuições valiosas para o entendimento desses movimentos, destacando-se as múltiplas vozes e experiências que emergem das comunidades que resistem e reivindicam

seus direitos em meio a contextos desafiadores. Assim, este dossiê reforça a importância de olhar para além das narrativas hegemônicas e valorizar as vozes e saberes dos movimentos sociais que desafiam as estruturas de poder estabelecidas. É um convite para reconhecer as conquistas alcançadas, as transformações em curso e as lutas ainda por vir.

Boa leitura a todos, todas e todes!

Sobre os coordenadores

Joana Tereza Vaz de Moura

Graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestra em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

Email: joanateresa@gmail.com

Joelson Gonçalves de Carvalho

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador e pesquisador do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol).

Email: joelsonjoe@yahoo.com.br

Cidadania, democracia e movimentos sociais: um balanço sobre os 40 anos de redemocratização

*Citizenship, democracy and social movements:
an overview of the 40 years of redemocratization*

Sara da Silva Freitas

Doutora em Sociologia pela UNICAMP. Professora da UFRB

Janaína Aliano Bloch

Mestra em Sociologia pela USP. Cientista Social

Resumo: Este artigo faz um resgate teórico das diversas concepções dos movimentos sociais, ONGs, atores da sociedade civil, a fim de compreender as dinâmicas do contemporâneo. Nosso objetivo é buscar na teoria clássica sobre movimentos sociais elementos que nos permitam entender a ascensão de movimentos de extrema direita no Brasil e na América Latina. Tomando como base a incorporação das ONGs pela esfera privada, coloca-se a seguinte questão: quais são os desafios colocados à gestão de políticas públicas em contextos em que a sociedade civil se engaja nestes processos cumprindo um papel de mero prestador de serviços? Como as novas questões estão se desenhando? Como resultado do levantamento teórico percebemos como os diversos atores foram incorporados ao debate e foram modificados em seus discursos e atuações. Tendo em vista que esta não é uma análise sobre um caso específico, mas sobre um debate mais amplo que engloba tanto o passado quanto o presente, a intenção do artigo é lançar uma visão panorâmica acerca de algumas questões que ainda permeiam nossa sociedade, como também a possível novidade do contemporâneo.

Palavras-chave: Movimento Social. Redemocratização. Sociedade civil.

Abstract: This theoretical article analyzes the array of conceptions of social movements, NGOs, and civil society actors, to understand the contemporary dynamics. Our objective is to uncover the social movement classical theory literature elements that allow us to understand the rise of far-right movements in Brazil and Latin America. Considering the role of NGOs in the private sphere, this paper examines the following questions: what are the challenges posed to the management of public policies in contexts in which civil society engages in these processes, serving as a mere service provider? How are the new questions emerging? The purpose of this article is to unveil the impact of those issues that still permeate our society. As a result of our analysis, we uncovered how the various actors got incorporated into the debate and modified their speeches and actions. This is not an analysis of a specific contemporary case but a reflection of past and present debates.

Keywords: Social Movement. Redemocratization. Civil society.



1 Conceituando os movimentos sociais: conflito de posições

Esse texto procura traçar um breve olhar, fundado nas diferentes análises e conceitos, de autores diversos, dentre os quais podemos destacar Alan Touraine (1977; 1989), Mellucci (1989), Ilse Scherer-Warren (1996) e outros que tematizam sobre os movimentos sociais em seu aspecto teórico e, principalmente, seu papel nas transformações sociais.

Para começar, tentamos definir o conceito de movimento social, e como esses são trabalhados quanto à sua formação, dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade. Assim, tomaremos a definição de Gohn (1995, p.44), para quem os movimentos sociais

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Contudo, segundo Ilse Scherer-Warren (1996, p. 49-50), têm emergido novos movimentos sociais:

que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como campo da política institucional: o governo, dos partidos políticos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Sob o olhar de Touraine (1977; 1989), Gohn (1997) coloca que movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, às mudanças na esfera social e cultural. E cita nas palavras de Touraine(1977, p. 35):

Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela à modernidade ou a libertação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios.

Ou ainda:

Eles, movimentos, não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Ao mesmo tempo, Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu

coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem. Ele chegou a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta (Gohn, 1995, p. 145).

Tentando construir categorias gerais de análise social, Touraine continua com a definição de comportamento coletivo, de lutas e de movimento social. E reforça a importância de que as análises destes conceitos deveriam estar relacionadas às complexidades específicas, ou seja, à historicidade. Ele assinala que a historicidade se refere à capacidade dos sujeitos construírem suas práticas. Os significados dos comportamentos coletivos estão necessariamente afastados dos atores. Na verdade, esses significados são heterogêneos e, por isso, acabam por se orientar por algum chefe específico ou por imposições econômicas ou políticas.

Ainda segundo o autor, os agentes de mudança não podem mais se definir globalmente. As lutas urbanas contemporâneas mostram as limitações, e servem de contraponto a uma “história geral”. As lutas seriam cada vez mais importantes, quanto mais elas se aproximam do acesso ao poder de decisão. Contudo, tais lutas não seriam respostas, mas sim iniciativas.

Para Touraine (1977; 1989), os movimentos sociais lutam pelo controle de modelos culturais, sendo assim, seriam uma ação conflituosa, definidos por orientações culturais, e assim, transformada em organização social.

Tarrow (1994) coloca os movimentos sociais como expansão da atividade política a partir do século XIX, com interesses próprios, lutam por mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais, ou seja, passeatas, atos de violência, protestos *etc.*

É nessa última direção, que aponta o pensamento de Antunes (1997, p. 86), ao reafirmar as potencialidades conflitivas dos novos movimentos sociais com as relações de produção capitalistas, que de fato não conseguem realizar e satisfazer os anseios por uma vida plena de sentido:

(...) outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido.

A visão de movimento social desconectada do conceito de classe e de um projeto global de sociedade, voltada para a subjetividade, poderia representar uma preocupação com a condição do indivíduo/individualidade. No entanto, esse modo de particularizar os movimentos, sem levar em consideração toda a gama de exploração pela lógica do capital, e que todo e qualquer movimento, que não tenha claros objetivos para além da ruptura com a exploração, podem ser absorvidos pela institucionalidade e, assim, assimilados e recrutados como mantenedores em última instância de uma ilusória participação social na estrutura do poder.

Assim, inicialmente, os movimentos sociais são vistos como mediadores na busca de respostas, procurando sair de questões do dia a dia para uma perspectiva maior, como coloca Antunes (1997, p. 117),

Decisivo aqui é referir que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas e as respostas dos indivíduos e das classes são uma constante busca de indagações que se originam na vida cotidiana, onde as questões lhes são afloradas. As respostas às questões mais complexas são, entretanto, mediatizadas.

E o autor continua, para que os novos movimentos sociais possibilitem aos indivíduos a sociabilidade coletiva e plena de sentido necessitam construir e desenvolver ações globais sem se perder em ações particularizadas. Essas são importantes se estiverem vinculadas a um projeto mais amplo de sociedade.

E segue, os movimentos não devem se restringirem às lutas setoriais, desarticuladas, pois, podem representar ações paliativas e insuficientes para possibilitar mudanças estruturais. Assim, há necessidade de ações locais e globais. Para tanto, ressalta Antunes (1997, p. 81), de forma acertada que:

É imprescindível articular estas ações mais imediatas com um projeto global e alternativo com um projeto global e alternativo de organização societária, fundamentado numa lógica onde a produção de valores de troca não encontre nenhuma possibilidade de se constituir num elemento estruturante.

2 Os movimentos sociais como tradução da sociedade civil: a tal chamada cidadania

Não há uma definição única e universal sobre movimentos sociais (GOHN, 1997) entendem-se que representam o conjunto de ações coletivas dirigidas a reivindicações de melhores condições de vida e de trabalho. A construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas pelos movimentos e organizações sociais das décadas passadas, que reivindicaram, sobretudo, direitos e espaços de participação. Nesse processo desenvolveu-se a concepção de cidadania, como uma categoria coletiva, como bem destaca Telles (1994), há "o reconhecimento do outro, até então excluído, segregado e estigmatizado, como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas."

Doimo (1995), em seu trabalho *"A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 1970"*, nos fornece elementos sobre os movimentos sociais no Brasil ao revelar e como estes carregaram uma ambiguidade que formatou um campo ético-político que ocasionou na abertura democrática. Diferente do debate europeu sobre os novos movimentos sociais, centrado na crise do Estado de bem-estar social e das transformações da sociedade industrial, a autora foca sua discussão tanto para a negação das instituições estatais quanto na reivindicação de direitos que próprio Estado pode e deveria promover. No centro da sua teoria encontramos a categoria de ação-direta, por acreditar que esta seria a marca comum desses novos impulsos participativos. Apesar dessa noção ser muito ambígua para pensar os movimentos, por ser, a ação que não estaria mediada pelo Estado, Doimo (1995) a direciona especificamente aos movimentos sociais. Definindo assim um tipo de ação direta e participativa, que surgem em locais inesperados como o mercado, a cultura etc. É nesse sentido que percebemos a ambiguidade da ação-direta, por necessitar do Estado e de sua estrutura para agir.

Assim, os movimentos sociais surgem e lutam no interior de esferas autônomas (Estado, Mercado), entretanto, os mais expressivos códigos, idiomas e narrativas usados por eles, independem de sua posição

estrutural nessas esferas específicas, dependem de sua capacidade de articular suas demandas para a sociedade, da forma de como se comunicam com o todo da sociedade. Nesse sentido, usamos as reflexões de Melluci (1994), para destacar que os movimentos sociais devem ser compreendidos como respostas à possibilidade de construir problemas convincentes nesta ou naquela esfera, e de transmitir essa realidade ao conjunto da sociedade.

Sade (1995) vê os movimentos como uma modalidade da emergência das classes populares em São Paulo e uma dessas características era a diversidade de origem. Foi essa mesma diversidade que garantiu que os movimentos não fossem reduzidos por alguma forma superior. Como ocorreu, por exemplo, no interregno democrático que se inicia com o fim do Estado novo em 1945 e termina com o golpe de 1964. Ao longo desses 19 anos, também havia a diversidade das manifestações sociais de operários urbanos, trabalhadores rurais, posseiros, que ainda permaneciam na órbita do Estado, ainda impregnado do intervencionismo getulista, ou de partidos políticos.

O autor vai nos mostrar como nos anos 1970 a Igreja Católica teve presença forte em vários movimentos com sua rede de agentes pastorais. Mas o peso concreto das práticas dessas pessoas residia nas matrizes discursivas da Igreja que trazia, criando, assim, novas formas de expressão. Da mesma maneira o novo sindicalismo também teve sua origem na estrutura sindical dada pelo Estado, mas conseguiu reivindicar autonomamente novos direitos que não eram aceitos pelas empresas e pelo próprio Estado. Para o autor, essa diversidade pode ser representada por quatro movimentos que ele aborda em seu livro. São eles: Clube das Mães, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a oposição metalúrgica em São Paulo e o movimento de saúde da zona leste. Mas aqui, as reflexões recaem sobre o papel da igreja como agente de transformação.

Como bem observa Doimo (1995) a recuperação da capacidade ativa do povo e seus desdobramentos – uma forma de práxis sócio política - contou de sobremaneira com toda organização material e simbólica da igreja católica, que para além dos impulsos internos da ala progressista

do clero, também tinha interesses no âmbito da participação movimentalista.

Historicamente, a Igreja esteve sempre vinculada às classes dominantes das esferas política e econômica. No entanto, a partir dos anos 60, com a repressão militar, não só no Brasil como em toda a América Latina, a igreja passou a se constituir como espaço público para desfrutar de certa autonomia e liberdade. A estrutura capilar da igreja, espalhada por praticamente todo território nacional, fez com que a instituição tivesse consciência dos excessos cometidos pela ditadura e de seu impacto nas cidades e no campo. Nessa época, a participação dos leigos nas igrejas também cresceu por conta da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica (JOC). Surgem também nesse período as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS).

No início dos anos 1960, a encíclica *MATER ET MAGISTRA* traz um apelo à autonomia da sociedade em relação ao Estado, ao mesmo tempo, que coloca a necessidade de se criarem corpos e organismos intermediários mostrando a necessidade de revitalização da sociedade civil – seu espaço por excelência de atuação. Já a encíclica de 1966, é voltada ao povo latino-americano, esse clama por autonomia da sociedade contra o totalitarismo e o liberalismo, é seguido da valorização do papel das organizações profissionais e culturais e do apelo à ajuda internacional como meio de constituição do povo como sujeito.

Doimo (1995) destaca três fatos importantes no Brasil que marcam essa efetiva posição da Igreja:

1. A campanha de esclarecimento público de 1973 sobre os direitos humanos no Brasil;
2. O documento *"Escutai os clamores do meu povo"*, subscrito por bispos e religiosos do Nordeste;
3. O documento *"Marginalização de um povo"*, dos bispos de Goiás e do Centro Oeste.

Coerente com esse projeto modernizante da igreja e para a então nascente "igreja popular" o papel do leigo é revisto, sendo-lhe atribuído um papel muito mais ativo, destacando na realização de "serviços pastorais e até monastérios laicais". Assim, tradicionais apostolados leigos

entram em decadência enquanto crescem modalidades de reflexões teológicas como a teologia da libertação, as organizações como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e as pastorais. Por outro lado, também há a criação de pequenos organismos ou centros voltados à organização das relações locais, fruto do impulso descentralizador do Vaticano II.

Para Doimo (1995), essa nova concepção de leigo faz parte da valorização do profissionalismo e a igreja exerceu seu papel direcionado aos notáveis brasileiros, amplamente amparada pela coalizão de interesses contra a ordem sociopolítica vigente.

Doimo (1995) interpreta a mudança de postura da igreja em relação aos problemas sociais, como um projeto político cujo objetivo seria manter o poder, pois o ponto era adaptar-se às demandas do momento ou ver o seu quadro de fiéis diminuir drasticamente, com a distância que se criaria do debate da sociedade. Segundo Doimo (1995), a igreja católica foi a instituição mais presente nos anos gloriosos dos “movimentos populares”, porque contava com capital e uma rede sólida formada com as organizações de base nas “áreas populares”.

As novas práticas políticas inauguradas pelos movimentos sociais, e as questões colocadas redefinem o espaço da política. A política não é mais uma atividade exclusiva do Estado, mas da sociedade como um todo. Temos aqui o momento da política onde a luta por direitos passa a ser o fio condutor desses movimentos, um novo padrão de cidadania passa a ser construído, o sentido de “ter direitos a ter direitos”, de participar da definição das políticas nacionais – luta pela anistia, diretas já, constituição de 1988, assim como o movimento *pró-impeachment* de Collor – passa a ser a bandeira desses movimentos.

Assim, a “Rua” passa a ser palco de diversas emergências e repertório dos movimentos sociais, a política das ruas (Alonso, 2017), sendo sintomáticas as manifestações ocorridas em junho de 2013. Essa data passa a ser considerada um marco na política brasileira. Um movimento que foi às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, tomou uma dimensão não imaginada pelos seus organizadores iniciais. Um movimento de massas que podemos comparar ao número de

peçoas com o das Diretas Já, mas com relação ao significado político, este assume vários aspectos.

No domínio da Ciência Política, surgem diferentes conceitos sobre o que aconteceu no pós 2013. Avritzer (2016) traça um panorama sobre os impasses da democracia, que vai desde o processo de institucionalização da participação, até a quebra desta. Isto se dá justamente quando estouram em junho de 2013 movimentos de ruas; que foram tomados por outros movimentos de classe média e por segmentos de elite e de direita no país. Movimentos esses que precisam ser mais bem observados no próprio âmbito da sociedade civil, como por exemplo, movimentos empresariais que há algum tempo vinha se organizando com outras organizações do campo da sociedade civil, de caráter mais democrático *etc.*

Alonso (2017), em seu artigo sobre a Política das ruas, traça um panorama sobre as ações movimentalistas, seja na época das diretas já, do Impeachment de Collor, ou nas manifestações recentes. No que se refere a 2013, a autora enfatiza que os atores construíram performances políticas de acordo com três repertórios de confronto. O primeiro repertório seria o socialista, com bandeiras vermelhas, megafones e organização vertical. O outro modelo seria o autonomista que seriam aqueles que têm como base o movimento por justiça global, dando uma repaginada em *slogans* e discursos anarquistas. Um repertório que combinou estilo de vida alternativo – anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de objetos e de espaços. Caracterizando ainda por ser antiestatismo e anticapitalismo. Um dos símbolos desse tipo de repertório são as táticas *black block*, que responde por ações performáticas e diretas. O último repertório, analisado por Alonso (2017), é o patriota. Que de acordo com a autora fora menos notado em 2013, embora a raiz nacionalista estivesse posta com raízes em tradição local. Esse repertório recupera simbologias nacionais usadas em dois outros grandes movimentos – como o Fora Collor e as Diretas Já!

Nas Diretas já, movimento contra a ditadura militar buscou se a disputa pela pátria, aí o símbolo utilizado fora a Bandeira. Cores e hino

nacional. Já no movimento fora Collor os símbolos foram os “caras pintadas”, como destaca Alonso (2017. p. 50)

“as agendas destes dois movimentos são distintas. Em 1984, além da eleição presidencial, estavam em jogo condições de vida urbana (saneamento, saúde, transportes, educação), trabalho (salário, emprego) e cidadania. Já em 1992, o assunto era corrupção, na linha da “ética na política” e foco no *impeachment* do presidente”.

Há assim, um conjunto de mobilizações distintas, mas à luz do texto de Alonso (2017), onde esta observa que foi ao longo desses estilos distintos de ativismo que se combinaram, e se constituíram, que se construiu elementos e combinações distintas dos repertórios.

3 Movimentos Sociais e ONGs

Como na maioria das sociedades latino-americanas, as lutas do Brasil de hoje são disputadas em torno de projetos alternativos de democracia. Os movimentos sociais participaram profundamente dessa luta, desde o começo do regime autoritário no início dos anos 1970. As décadas de 1970 e 1980 marcam um novo quadro organizativo na história das organizações civis no país. Esse novo quadro configurou-se pela abertura de canais institucionais de participação e representação política. Contudo, não se pode considerar que estas organizações surgiram somente como reação da ditadura. O cenário autoritário configurou uma situação extrema que já vinha sendo gestada pelos variados atores sociais que reivindicavam de alguma forma participação política.

Durante o período autoritário no Brasil, os grupos de oposição se destacaram com uma atuação “contra o Estado”. Os inúmeros movimentos sociais que nasceram ou se desenvolveram nessa época (movimentos sindicais, direitos humanos, moradia, saúde etc.) não tinham até então espaço para atuarem como parte ou junto ao poder público. No entanto, esse quadro foi se transformando e, com a lenta e gradual abertura política, esses movimentos sociais buscaram construir um projeto alternativo de democracia. Uma dessas facetas foi o estabelecimento entre os movimentos sociais e a arena política institucional formal, permitindo que demandas e discursos fossem

transformados em itens nas plataformas dos partidos e, posteriormente, em políticas públicas (Teixeira, 2003).

Também tivemos nesse período, fim dos anos 1970, outros sujeitos que vieram ao encontro dos educadores populares nos centros de promoção social. Eram pessoas oriundas de organizações e movimentos marxistas, extintos ou em crise, gente que passara por perseguições, ex-quadros do movimento estudantil que, em virtude da ditadura militar, retornavam ao ativismo e carreiras interrompidas.

Eles trazem novas competências para os centros, suas qualificações possuem um significado importante dado o fato de que nesse momento, na virada dos anos 1970 para os 1980, essas entidades direcionavam seus esforços para uma atuação próxima de movimentos sociais que cresciam no Brasil, tais como a luta pela reforma agrária empreendidas no interior do país, assim como as lutas por moradia e saúde originadas na periferia dos grandes centros urbanos. Nesse período, muitas dessas organizações passaram a se reconhecer como centros de assessoria e apoio aos movimentos sociais. Nessa mesma época também chegaram ao centro pessoas vindas das Universidades, dentre as quais se destacavam sociólogos e antropólogos com suas competências específicas: embasamento teórico e habilidade com pesquisa. Aqui está o embrião das ONGs.

O leque de novos atores que buscaram nos centros espaços de ativismo político e campo de atuação profissional completa-se com a volta dos exilados em 1979, em virtude da Lei de Anistia, promulgada naquele ano. Segundo Landim (1998), vários desses atores chegaram com ONGs na mala, como foi o caso, citado por ela, da criação do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE) por Herbert de Souza, o Betinho, que havia voltado do exílio com ideias e contatos internacionais prontos para fundar uma entidade com objetivos, àquela altura, heterodoxos. Ao invés de uma ação diretamente ligada ao cotidiano das bases, propunha o acompanhamento de políticas governamentais, com disseminação das informações para os meios populares.

Para além das distinções já estabelecidas com relação às tradicionais entidades de assistência social, à Igreja e à universidade, uma nova

fronteira precisava ser demarcada para a definição de uma identidade própria. Tratava-se da relação com os movimentos sociais. O envolvimento dos centros com o campo dos movimentos sociais, e com os partidos políticos aí presentes, contribuiu para sua afirmação na cena pública brasileira, na esteira do processo de democratização que se dava no início dos anos 1980. Entretanto, havia um risco, percebido pelos membros dos centros, de perderem a sua especificidade, o seu papel próprio, distinto dos movimentos e dos outros espaços de militância política ou partidária.

Por essa razão, sem deixar de se identificar com determinado pólo do campo político de oposição, nem cortar suas ligações com os movimentos sociais, os centros investiram na construção de uma autonomia em relação a eles. Com essa operação, os centros de educação popular e promoção social, que vinham sendo criados desde os últimos anos da década de 1960, e haviam construído progressivamente sua autonomia como espécies particulares de agentes do campo da ação social, concluíram a edificação das bases para a definição de uma identidade própria.

Scherer (1996) destaca que, em meados dos anos 1980, completa-se o processo de remodelação da autopercepção dessas organizações. Contribuiu significativamente nesse processo a descoberta dessas entidades pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, que intensificaram nesse período programas em colaboração com entidades dessa natureza, tendo como justificativa a sua confiabilidade e eficácia, que se realçavam mais em contraste com a corrupção que caracteriza a atuação dos governos em diversos países periféricos. Fernandes (1994) destaca, inclusive, que a denominação organização não-governamental provém da terminologia utilizada pelo Sistema das Nações Unidas.

Assim, intensificam os programas de colaboração internacional e criam-se as ONGs voltadas à implementação da “educação popular”. Sendo o pano de fundo a reorientação da “política de ajuda” que antes passava pelo crivo do Estado, agora se faz necessário, passar pelo âmbito da sociedade civil e a conseqüente formação do “povo como sujeito de sua própria história”.

Desde o ano de 1985, temos vivido no Brasil um processo de redemocratização, após vinte anos de ditadura militar. Esse processo reflete e refrata o fortalecimento de um conjunto de movimentos sociais, articulados no período da ditadura, na luta contra o Estado autoritário (Dagnino, 1994; 2002; Carvalho, 2002). Em 1989, há a eleição de Fernando Collor à presidência da república, que vem marcar a adesão do país aos programas de ajuste estrutural empreendidos sob a égide do neoliberalismo e voltados para a estabilidade monetária e a redução do déficit fiscal (Dagnino, 2002; Sader, 2003). No que se refere às políticas sociais, tais ajustes ocasionaram uma redução dos gastos públicos com bem-estar (Carvalho, 2002; Paoli, 2003; Sader, 2003).

A adesão do Brasil aos programas de ajuste estrutural aconteceu num momento em que o neoliberalismo assumiu um caráter predominante como modelo de política econômica adotada em diversos países do mundo (Sader, 2003). Essa predominância pode ser explicada, sumariamente, por duas razões, uma de ordem econômica e outra de natureza política.

No que se refere ao contexto econômico, pode-se afirmar que a construção da hegemonia neoliberal se dá a partir dos anos 1970, num quadro marcado por um ciclo recessivo do capitalismo mundial. Desde 1973, com o primeiro choque do petróleo, o capitalismo internacional vem combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. É a partir desse momento que presenciamos a crise do modelo de desenvolvimento econômico fordista, caracterizado, dentre outras coisas, pela edificação do Estado do Bem-Estar Social (Lipietz, 1991; Sader, 2003).

Quanto ao plano político, a predominância das ideias neoliberais foi possível graças à crise do chamado campo socialista, com o declínio do socialismo real (Sader, 2003). Como bem destaca Sachs (1999), após a queda do muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética, o crescimento do princípio do mercado nos levou a uma situação tal como se o mundo estivesse retrocedendo ao período anterior a 1929, colocando em suspenso o pacto fordista e o consenso *keynesiano*.

No Brasil em específico, a partir da segunda metade dos anos 1980, temos ao mesmo tempo o processo de democratização e a adesão ao

programa neoliberal. Revelando a existência no país de diferentes projetos políticos que, apesar de matizes, podem ser agrupados em dois grandes blocos (Dagnino, 2002). De um lado, um projeto democratizante e participatório, cujas características principais são a luta pelo fortalecimento da democracia direta e a busca de novos mecanismos de articulação desta com a democracia representativa, visando em última instância o controle social do Estado pelos cidadãos, ou, como pretende Santos (1999), a reinvenção solidária e participativa do Estado.

De outro lado, um projeto neoliberal, que aponta para a crise fiscal do Estado, ou seja, sua incapacidade de fazer face aos gastos públicos, ganha forma na retórica do Estado Mínimo (mais ou menos). Na prática, isto significou a ausência progressiva do poder público enquanto garantidor de direitos e de formulador de políticas públicas universais. Ao mesmo tempo, transferia-se para a sociedade a postura de responsabilidade social, no sentido de encontrar meios próprios para o enfrentamento de graves problemas que assolavam o país.

É curioso observar, como faz Dagnino (2002), que tanto o projeto político democratizante, quanto o neoliberal, requerem uma sociedade civil ativa e propositiva, mesmo que essas qualidades possuam significados distintos no interior de cada um deles. A valorização da sociedade civil em ambos os projetos se faz inclusive utilizando-se um mesmo conjunto de conceitos, a exemplo de cidadania e participação, configurando assim o que Dagnino (2002) considera uma confluência perversa. Na mesma linha, Sader (2003) nomeia este fato de coincidências perigosas.

Essa confluência perversa apresentou um efeito direto sobre as ONGs. Elas entraram em uma encruzilhada, passando a viver uma crise e sendo obrigadas a renegociar com sua identidade. Surgiram reflexões, oriundas de vários setores da sociedade, de jornalistas a intelectuais, que buscavam a desconstrução ou reelaboração dessa identidade. Emir Sader, por exemplo, coloca a questão: *“ONGs ou movimentos civis?”* (Sader, 2003b), ao passo em que Francisco de Oliveira lança a pergunta: *“Para onde vão as ONGs da democratização?”* (Oliveira, 2002).

3.1 ONGs: um breve histórico

No Brasil, o surgimento das ONGs remonta ao período do regime militar, nascendo como assessoras dos movimentos populares. Sua origem data os anos 60, tendo um aumento significativo nas décadas de 1980 e 1990, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Ano de constituição formal das associadas à ABONG¹

	Nº de Respostas	%
Até 1970	10	5,1
1971 – 1980	26	13,3
1981 – 1990	96	49,0
1991 – 2000	64	32,6

Fonte: Base = 196 /n: FREITAS, 2016, p. 49.

Como podemos perceber na Tabela 1, a década de 1980 constitui um marco importante para essas organizações. Elas passaram a ser vistas não somente por sua atuação nas políticas sociais – recebendo, muitas vezes, prêmios internacionais pela forma como conduziram e pelos resultados obtidos na condução dessas políticas – mas, também, pelo próprio Estado brasileiro, que passou a ver nas ONGs a solução para o problema na execução das políticas sociais, pois elas eram pequenas, honestas, competentes e flexíveis. Essa ideia passou a ser disseminada no período de Fernando Collor e aperfeiçoada nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, expressando a tendência de reforma e ajuste neoliberal, transferindo sem uma discussão aprofundada para a sociedade civil, a responsabilidade pela atuação e condução das políticas sociais.

Atualmente, as ONGs brasileiras estão inseridas não somente numa rede de relações institucionais em âmbito nacional, como, também, em nível internacional. Essas parcerias não são resultado puramente de vínculos financeiros, mas de ideias e projetos comuns.

¹ Perfil das Filiadas a ABONG 2002. São Paulo, ABONG – 2002 In: Freitas, 2016, p.49

O caráter inicial de terem surgido inexistente nessa nova fase das ONGs, reconhecidas institucionalmente por meio da lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sancionada em março de 1999, passando a pleitear recursos financeiros junto ao Governo, tornando – se parceiros². As ONGS "nascem contra o Estado e de costas ou à margem do mercado" (Souza, 1991, p. 7)

A sociedade brasileira é marcada pela enorme desigualdade, e toda transformação ocorrida fundou outras desigualdades, constatadas nas distâncias entre os muito ricos e os muito pobres. A financeirização das economias retirou a autonomia do Estado, produzindo uma autonomização do mercado. Assim,

As políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda – que foi lograda ao longo da experiência do Welfare, não tenhamos o falso pudor de admiti-lo, como os partidos comunistas não quiseram reconhecer o papel do reformismo social – democrata – e se transformaram em antipolíticas de funcionalização da pobreza. Trata-se de um Estado de Exceção (...) todas as políticas do Estado são de exceção: O fome zero é o marketing como política. Mesmo uma "política" contra qual ninguém pode colocar-se; vale-gás, por reconhecer que o gás de cozinha é insubstituível, mas não se tem dinheiro para comprá-lo; o salário-mínimo não pode aumentar porque arromba as contas da previdência; a cópia brasileira das chamadas políticas afirmativas, de que as cotas para negros na universidade pública (...) é uma política de exceção que revela a derrota de um projeto de integração. A síntese é a dependência financeira externa do Estado, que come 9% do PIB como serviço da dívida, equivalente a mais da metade do coeficiente de inversão. É a exceção do Estado ou o Estado como exceção (OLIVEIRA, 2003 p. 11; 2004 p. 19-20).

A parceria entre Governo Federal, à época no governo FHC, e ONGs rendeu 7,50% sobre o orçamento total destas organizações. No entanto, esse valor tende a ter um aumento significativo, haja vista que, os organismos multilaterais (FMI, BIRD) e as agências internacionais de cooperação, apesar de responderem ainda, por mais da metade do financiamento dessas organizações, estão se retirando e se concentrando em outros países da América Latina e da África. O que

² A transferência de políticas sociais para as ONGs no período FHC, através do seu processo de 'publicização', por meio da criação da lei das OSCIPs pela qual as organizações sociais assumiriam tarefas estatais, foi uma ação muito preciosa segundo o ex-ministro da reforma do Estado, o economista Bresser Pereira. Só que, na realidade, esse procedimento não levou todas as ONGs filiadas à ABONG, a se inserirem nesse processo, segundo pesquisa que realizei em minha monografia junto a organizações filiadas a ABONG. A não participação nessa Lei (OSCIPs) por parte das ONGs filiadas à Abong, seria resultante de uma política estatal ainda muito burocratizada, e sem retornos sociais concretos. O Estado veria essas organizações muito mais como prestadora de serviços do que parceiras na elaboração, gestão e monitoramento das políticas sociais. Seria mais um discurso para disfarçar os problemas sociais do país, do que realmente uma lei que os resolvesse.

coloca como opção de parceria, o Estado nas suas três esferas (Federal, Estadual e Municipal) o financiamento irá variar de acordo com o projeto, que nem sempre é o proposto pela ONG, mas sim, pelo governo.

O governo brasileiro passou a investir nas ONGs a partir do ano 2000, resultado da implementação da política neoliberal implementada no país, onde prevê a retirada do Estado na elaboração das políticas sociais. A rigor, o Estado entraria com recursos, tornando-se parceiro de organizações do chamado terceiro setor, ou, mais especificamente, das ONGs. Num discurso de democracia participativa, o governo de FHC chamou as ONGs para, em conjunto, construírem um novo modelo de política social.

Assim, nos anos 1990 e início dos anos 2000, o que percebemos é uma verdadeira “onguização” da sociedade e da política social, estas organizações concorrem com o Estado e com os partidos políticos, na formulação de políticas focalizadas e até em quem vai distribuir alimentos.

Nascidas como porta vozes da nova complexidade na época em que a ditadura militar tentava conter a própria criatura que brotou da expansão capitalista, essas organizações transformaram-se em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do que quer dizer “social” e “política”. Isto se ampliou até as novas organizações da “ética empresarial” que propõem “selos” especiais de certificação da ausência de exploração do trabalho infantil, como a Fundação Abrinq, ou o Instituto Ethos que reúne exatamente as empresas com “responsabilidade social”. (OLIVEIRA, 2001, p. 41)

4 À guisa de conclusão

Kowarick (2002) nos fornece elementos para pensarmos esse ponto colocando que no percurso das décadas passadas foi consolidada no país a democracia política com todo seu aparato. No entanto, o mesmo não pode ser dito sobre os direitos civis

No que se refere à igualdade perante a lei e a própria integridade física das pessoas, bem como seus direitos sociais, como acesso à moradia digna, serviços médico hospitalar, assistência social e níveis de remuneração adequados, para não falar no desemprego, nas múltiplas modalidades arcaicas e modernas de trabalho precário, autônomo e assalariado ou na enorme fatia das aposentadorias que produz velhices marcadas pela pobreza” (Kowarick, 2002, p. 10).

O autor afirma que não só os sistemas de proteção foram restritos e precários, como também houve um desmantelamento de serviços e novas regulamentações que resultaram na perda de direitos adquiridos. Assim, Kowaric (2002) reafirma que os *déficits* nos aspectos, sociais e econômicos da cidadania se mantiveram amplos, e ressalta a importância do campo de investigação centrado na questão da fragilização da cidadania, entendida, está como a perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos, que garantiam um mínimo de proteção pública para grupos carentes de recursos enfrentarem a vida nas metrópoles. E nos coloca a pergunta: “*qual é nossa questão social?*” E responde: “Há várias”, mas o que ainda nos chama a atenção é a dificuldade de expansão dos direitos de cidadania. Eles estão garantidos na lei, no entanto, esta não assegura a sua verdadeira efetivação.

Nesse debate, Kowarick (2002) também reflete sobre elementos importantes para pensarmos a exclusão social. O autor relaciona o conceito à despossessão de direitos civis. Mas coloca que o processo de exclusão social ocorre lentamente e continuamente em nosso dia a dia, tendo seu primeiro momento na segregação socioespacial, na qual o lema é evitar o diferente, pois a mistura social é vivenciada como confusão. Já em um segundo momento assinala a desqualificação ou destituição do outro, tido como diverso e potencialmente ameaçador. Assim, Kowarick (2002) segue pelo caminho de Hannah Arendt (1951), que relaciona exclusão ao processo de estigmatização e discriminação e em última instância, de negação de direitos. Dessa forma, a exclusão social toma seu contorno mais cruel. Não se trata apenas de isolar ou banir, mas de negar ao outro o direito de ter direitos.

A questão da igualdade, liberdade e democracia são colocadas pelos movimentos sociais, principalmente a questão da igualdade. Estes se constituem como lugar privilegiado onde a noção abstrata de igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida que sofrem as mesmas carências. Essa vivência em comunidade, isto é, da coletividade de iguais criada pela ação conjunta de todos, implica na passagem da pessoa para o plano público e não privado. Para Durham (1984), esse

reconhecimento se inicia dentro do grupo, na qual há a valorização da participação de todos, onde todos devem falar, opinar, decidir, enfim acontece um processo de constituição do sujeito da pessoa na esfera pública. Tilman Evers (1984) reconhece em seu trabalho esse caráter social nos movimentos, isso porque cria-se uma nova prática coletiva que passa a fazer parte integrante da vida pessoal e social que fundamenta novas representações. Como, no caso, da cidadania que se coloca na dimensão de direitos. Para Durham, a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito.

Isso configura o que Durham (1984) caracteriza como “amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania”. Atores se fazendo na luta e não agentes como produtos da estrutura. A valorização da cultura em substituto à ideologia mostrando seu entrelaçamento com a noção de política. No mesmo sentido das reflexões de Evers (1984) pela valorização de uma microcultura constituída de pequenos espaços onde o poder não é considerado o elemento fundamental de transformação social.

Os movimentos sociais, com especial olhar para aqueles ligados ao urbano, constituem observatório privilegiado para o estudo dos processos de constituição da cidade enquanto espaço de construção da identidade do sujeito cidadão/ cidadão em relação às representações do espaço urbano. Coloca-se a questão da luta pela moradia e o direito à cidade (Lefevre, 1968), enquanto modalidade de inserção dos atores sociais nas práticas urbanas.

Para Jacobi (1989), os movimentos têm tornado manifesta uma identidade que se concretiza a partir de uma construção coletiva de uma noção de direitos, que, relacionada com a ampliação do espaço da cidadania, cristalizando o significado de cidadania não somente em termos de conquistas materiais. Assim, para Durham, está em curso um processo coletivo de construção da cidadania em que é pressuposto a participação política e o fundamento de avaliação da legitimidade do poder.

Esta questão está longe de ser simples. É na diferença de dois momentos que temos a medida das complicações atuais. A articulação entre esses dois momentos se dá com a questão da constituição das classes e dos sujeitos políticos. Neste ponto, encontramos a questão da constituição do espaço da política, o movimento de representação, de reconhecimento. Para tanto, é necessária a constituição de um equivalente geral que permita a construção de um discurso identificador de classe e a definição, em disputa, da medida dessa mesma relação. O “elo perdido” referia –se às mediações políticas, que não chegaram a se completar. Trata –se das incompletudes do contrato mercantil que não se generaliza como regra da sociabilidade de classe. Significam a impossibilidade da própria constituição das classes como identidade e representação.

Em um momento em que essa equação que se estabelecia entre trabalho, direitos e cidadania foram quebrados, é preciso reconhecer que isso muda as formas de lidarmos com o debate atual, faz-se necessário construirmos um plano de referência e um espaço conceitual que permita figurar os processos em curso, outras relações e campos de força para percebemos as atuais configurações do mundo social.

Bloch (2008) pontua que é primordial os questionamentos da ação governamental, a crítica ao governo estatal e o esforço para compreender a engrenagem da globalização, pelos movimentos sociais. O capitalismo está cada vez mais complexo, a exploração se acentuou e a participação política não se limita às eleições.

Ainda que estejamos vivendo um amplo processo de mudanças, a existência de Movimentos Sociais assinala que no cenário atual os processos de vulnerabilidade e descidadanização continuam em curso.

Por fim, as exposições realizadas aqui sobre a participação e importância dos movimentos sociais e das ONGs na construção da democracia brasileira nos demonstra que o chamado campo movimentalista diversificou suas estratégias de atuação com o objetivo de reinventar o Estado e outros canais da política. E, como os movimentos sociais e as ONG vêm contribuindo para a renovação da gestão pública nos últimos anos.

Referências

- ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, n. esp, p. 49-58, 2017.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- AVRITZER, L. **Sociedade Civil e democratização.** São Paulo: Ed. Del Rey, 1994.
- AVRITZER, L. Teoria crítica e teoria democrática: diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. **Novos Estudos**, n. 53, p. 167-188, mar. 1999.
- AVRITZER, L. **Os impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BLOCH, J. A. **O direito à moradia:** um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, M. **The Power of Identity.** Oxford: Blackwell, 1997.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In:* _____. **Anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, E. "Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades". *In:* _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- DURHAM, E R. A construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap.** São Paulo, p. 24-30, 1984;
- EVERS, T. Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap.** São Paulo, p.11-23, 1984.
- FERNANDES, R. C. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FREITAS, S. S. **Nos labirintos da participação:** um estudo de caso de uma ONG do campo democrático participativo. São Paulo: Paco, 2016.
- GOHN, M. G. M. **Teorias dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. G. M. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995a.

GOHN, M. G. M. A Contribuição de Alain Touraine para a Produção do Conhecimento na Sociologia. In: ANPOCS. GT 1: Cidades: Sociabilidades, Cultura, Participação e Gestão. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006.

JACOBI, P. Atores sociais e Estado. **Espaço e debates**, v. 9, n. 26 1989.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos** n. 63, jul., p. 9-30, 2002.

LANDIM, L. "Experiência militante: história das assim chamada ONGs". In: _____ (org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência**. Rio de Janeiro, NAU, 1998.

LEFEVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1968.

LIPIETZ, A. **Towards a New Economic Order: post-fordism, ecology, democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

MELLUCI, A. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 1994.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

OLIVEIRA, F. Exposição no painel Caminhos da institucionalização: cooperação internacional, Estado e filantropia. **Cadernos de Pesquisa CEBRAP**, n. 6., 1997.

OLIVEIRA, F. "Brasil: da pobreza da inflação para a inflação da pobreza". In: ONGs: identidade e desafios atuais. **Cadernos Abong**, n. 27. São Paulo, ABONG-Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, F. "Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização?" In: HADDAD, Sérgio (org.). **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo, Abong-Peirópolis, 2002.

OLIVEIRA, F. **O Estado e a Exceção: Ou o Estado de Exceção?** 2003. Paper apresentado na Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Belo Horizonte, 2003.

OLIVEIRA, F. **O capital contra a democracia**. Instituto Pólis, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, F. **Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento**. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil". In: SANTOS, B. S. **Democratizar a Democracia I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SACHS, I. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA, L. C. *et al* (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp, 1999.

SADER, E. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SADER, E. "ONGs ou movimentos civis?". **Caros Amigos**, v. 7, n. 78, 2003.

SANTOS, B. S. "Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado". *In*: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos *et alli* (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

SOUZA, H. "As ONGs na Década de 90". **Comunicações do Iser**, v. 10, n. 41, 1991.

TARROW, S. **Power in movement**. Cambridge; Un. Press, 1994.

TEIXEIRA, A. C. **Identidades em construção**: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo, Anablume-Fapesp-Pólis, 2003.

TELLES, V; S. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos *in*: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90**: política e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1994;

TELLES, V. S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed: UFMG, 1999.

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. *In*: Albuquerque, J. A. G. (org.). **Classes médias e políticas do Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1989.

Sobre as autoras

Sara da Silva Freitas  

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), na Universitu College London (Reino Unido) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).
Email: sarafs77@gmail.com

Janáina Aliano Bloch 

Graduada em Ciências Sociais e mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Ciência do Consumidor pela Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM). Pesquisadora, atuando no mercado financeiro, com análises de comunicação, tendência e consumo.
Email: janabloch@hotmail.com

Histórico

Recebido em: 01/03/2023. Aceito em: 03/07/2023. Publicado em: 01/10/2023.

Educação popular, escolas indígenas e movimentos sociais: um encontro com Samara Pataxó

Popular education, indigenous schools and social movements: an encounter with Samara Pataxó

Mariana de Castro Moreira

Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ. Professora da UFF

Isis da Silva Guimarães

Graduanda de Psicologia pela UFF

Lais Marlene Miranda Franca

Graduanda em Psicologia pela UFF

Roberta Cravo de Oliveira

Graduanda em Psicologia pela UFF

Resumo: Em uma entrevista com Samara Pataxó, mulher, indígena, advogada e ativista, as perspectivas do papel do ativismo em sua vida e trajetória atravessam lugares em que a educação possui um papel fundamental na emancipação e protagonismo diante do ativismo e movimentos sociais aos quais pertence. A educação popular é o mecanismo de transmissão da cidadania que possibilita a obtenção de consciência social, no caso da advogada, as escolas em sua aldeia. As ideias de Paulo Freire possibilitam um diálogo com as noções de educação que perpassam as obviedades do que se acredita ser o sistema de ensino tradicional. Objetivando a discussão sobre uma educação que liberta, os relatos de Samara, ao longo da entrevista, elucidaram conceitos e ideias de Freire do papel da educação na formação dos indivíduos, além de o diferencial que se apresenta dentro de uma lógica crítica e questionadora da realidade. É importante para compreender seu referencial libertário e a importância de uma formação que foge aos moldes engessados de educação tradicional, que está em funcionamento até hoje. A quebra dos paradigmas no que tange aos modelos de educação pode ser um caminho para pensar novas possibilidades de formar alunos e indivíduos conscientes do lugar que ocupam na sociedade e emancipados dos padrões opressores.

Palavras chave: Paulo Freire. Movimentos sociais. Resistências.

Abstract: In an interview with Samara Pataxó, woman, indigenous, lawyer and activist, her perspectives on the role of activism in her life and trajectory meets where education plays a fundamental role in the emancipation and protagonism in the face of activism and social movements to which she belongs. Popular education is a mechanism for transmitting citizenship that makes possible to obtain social awareness, in the case of the lawyer, the schools in her village. Paulo Freire's ideas open a dialogue with the notions of education that permeate the truisms of what is believed to be the traditional education system. Aiming towards a discussion about an education that liberates, Samara's statements throughout the interview elucidated Freire's concepts and ideas about the role of education in the formation of an individual, in addition to what is presented as a critical and questioning logic of reality. It is important to comprehend their libertarian reference and the importance of studies that escapes the plastered molds of a traditional education, that is still a method used today. The breach of paradigms regarding education models can be a way to think about new possibilities of educating conscious students and individuals about the place they occupy in society and emancipated from oppressive patterns.

Keywords: Paulo Freire. Social movements. Resistances.



1 Introdução

Os movimentos sociais podem ser compreendidos como mobilizações coletivas de determinadas camadas da sociedade e de grupos de pessoas que possuem características semelhantes entre si. Marcados pela heterogeneidade nas formas de lutas e de resistências, o objetivo de tais movimentos permeia a transformação do meio em que vivem esses indivíduos, geralmente através de conflitos políticos, para a resolução de demandas específicas. Sindicatos, ONGs e movimentos populares se enquadram nesses grupos, que possuem como principal característica o anseio por mudança no tecido social e desmarginalização de algumas classes sociais. Para abordar estes movimentos, foi escolhida a pauta indígena como tema central do nosso trabalho, embasando as perspectivas através das falas de Samara Pataxó: mulher, indígena, ativista e advogada.

Nos últimos quatro anos, não exclusivo ao último governo mas intensificado durante ele, presenciamos um constante ataque aos povos originários brasileiros. Direitos violados, terras invadidas, assassinatos violentos por garimpeiros, o agravamento de doenças e da fome por negligência e conveniência do próprio Estado. À vista disso, o presente artigo surgiu a partir de um desejo de colocar em pauta a importância da luta indígena através de uma entrevista, semi-estruturada, com Samara Pataxó.

Vale acrescentar que esta pesquisa está vinculada a um laboratório de políticas públicas que se constitui como um dispositivo de formação e de fortalecimento dos movimentos sociais e da educação popular e que se materializa a partir da indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão. Esse laboratório foi projetado para contribuir com a implementação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), no *campus* de Rio das Ostras (RJ), e notadamente com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais à formação básica do discente em psicologia, a partir do fomento da produção de conhecimentos e de práticas nos diferentes campos das políticas públicas.

Historicamente, a psicologia constituiu-se priorizando um modelo de atuação clínico individualizante e privatista. No entanto, muitas das principais demandas e realidades vividas, em nosso país, ficaram invisibilizadas em nossos enquadramentos e processos de construção de conhecimentos e práticas. Em tempos em que é preciso fortalecer os princípios democráticos e situar a psicologia como ciência e profissão fundamental para a garantia de direitos, o laboratório reafirma o papel da psicologia em seu compromisso com a transformação social, com o fortalecimento das políticas públicas e com a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Assim, a presente pesquisa nos levou ao encontro com a advogada que se destaca ao direcionar sua prática profissional às causas indígenas enquanto ocupa espaços que antes não víamos, nem mulheres e nem indígenas. Ao longo da entrevista, Samara apontou como ser uma advogada indígena é advogar em causa própria, ao terminar um processo a luta dela não se encerra, é indissociável. Torna-se evidente, a partir desta fala, como a luta indígena constitui seu lugar na sociedade e seus percursos individuais.

Portanto, gostaríamos de enfatizar, assim como feito pela entrevistada no decorrer da conversa, a importância que as escolas indígenas tiveram no processo de formação da advogada enquanto cidadã e também como militante da causa indígena. Ainda, na medida em que a mesma descrevia as características do seu processo de aprendizagem, é possível destacar algumas noções de educação que Paulo Freire apresenta em seus escritos, e, a partir disso, traçar as simultaneidades em ambos os discursos. A educação para Samara teve papel emancipatório, sendo o sistema de ensino das aldeias sua chave para o protagonismo enquanto ativista do movimento indígena, e assim, alguns conceitos desenvolvidos por Paulo Freire podem nos ajudar a compreender seu processo de formação e trajetória.

Na bibliografia do autor, ainda que de uma escrita marcada por décadas atrás e atravessada por seu respectivo contexto político-social, a crítica e a reflexão apresentadas por ele são relevantes aos tempos atuais. Em *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do*

Oprimido, Freire (1992) considera a esperança como tema inicial e central de sua obra. A esperança é sonho, é necessidade, é luta, é educação, é uma utopia mobilizante:

Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída (Freire, 1992, p. 5).

Tomando como partida a necessidade ontológica de esperar, o autor afirma que é através da esperança, que, coletivamente, somos capazes de lutar e transformar o mundo. Vale ressaltar, ainda, como é projeto das classes dominantes a desesperança pois é ela que nos imobiliza e nos fraqueja diante do embate. Tendo isso em vista, Freire aponta a necessidade da educação da esperança, crítica e mobilizante. Se não, o que nos resta é desesperança e desespero.

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos, e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo a corpo puramente vingativo. O que há, porém, de castigo, de pena, de correção, de punição na luta que fazemos movidos pela esperança, pelo fundamento ético-histórico de seu acerto, faz parte da natureza pedagógica do processo político de que a luta é expressão (Freire, 1992, p. 6).

Dessa forma, o presente artigo visa dialogar os conceitos de Educação Bancária e Educação Libertadora com o sistema de ensino das aldeias indígenas, a partir da experiência de Samara Pataxó. A primeira corresponde a uma educação marcada por uma forma de educar onde somente o educador é visto como o real sujeito, enquanto os educandos são postos como recipientes a fim de serem preenchidos pelo saber de tais narradores. Não há trocas, não há criatividade, não há saber e nem tampouco transformação. De forma unilateral, os educandos são levados a uma memorização mecânica do conteúdo “despejado” por aqueles que são vistos como sábios. E assim, fica a serviço da adaptação e ajustamento do indivíduo. Freire (1997) afirma que é justo nessa posição invariável que chegamos à negação da educação e do conhecimento como um processo de busca. Enquanto à segunda, corresponde a uma maneira de educar que Freire (1997), ainda, aponta que vem romper com esse ideário e colocar a contradição educador-educando em uma posição

em que de igual forma, ambos sejam educados e ambos eduquem. A educação libertadora vai pensar a realidade do sujeito como matéria prima no processo educativo. Vai pensar em sujeitos com e não somente no mundo. A Educação Popular vai pensar em um processo onde a autonomia e o senso crítico são imprescindíveis durante essa troca e assim, surge uma nova noção de homem-mundo. Diferentemente da educação bancária que mantém essa relação de forma separada, a educação libertadora vai pensar em uma relação de trocas onde a realidade do sujeito faz-se presente, potente, e, sobretudo, transformadora em todo esse percurso que chamamos de aprendizagem. O rompimento com a lógica bancária e verticalizada irá proporcionar uma formação educacional onde o aluno não ocupa mais o lugar de passividade e sim um lugar de criticidade quanto à realidade.

É nessa relação “narradora, dissertadora” pelo qual a ciência e a escola atuam como meios de opressão. De forma sutil produzem o pensamento do sujeito e os transformam em “corpos dóceis e assujeitados” para melhor os dominar (Moreira, 2021): “A questão está em que, pensar autenticamente, é perigoso” (Freire, 1997, p. 35). De que interessa às classes dominantes uma formação crítica? De que interessa às classes dominantes a conscientização de si? E, o mais importante, de que interessa às classes dominantes abrir meios para uma consciência coletiva e a transformação social?

É nesse contexto, portanto, que podemos estudar a relação existente entre Paulo Freire e os movimentos sociais. A Educação Popular vai surgir nos movimentos sociais, no campo, e, sobretudo, com o protagonismo das pessoas que vivem em situação de exclusão, a fim de romper com a lógica colonizadora dominante. O autor ressalta que diversos movimentos sociais se ligam com a prática educativa. Ele elucida como em um primeiro momento as massas populares se veem passivas diante do opressor. A partir de um processo, denominado por Freire (1979), de democratização fundamental, as massas populares passam a entender seu contexto social-histórico e causam uma ruptura na sociedade. Exigem participação no processo democrático, exigem que suas vozes sejam ouvidas, exigem o direito ao voto e exigem educação de

qualidade pautada por uma formação crítica. No entanto, com esse processo se veem diante de uma tentativa de repressão: Às vezes emergem em posição ingênua e de rebelião e não revolucionária ao se defrontarem com os obstáculos. Começam a exigir e a criar problemas para as elites. Estas agem torpemente, esmagando as massas e acusando-as de comunismo (Freire, 1979, p. 20).

Podemos entender a educação como um ato político. Não há neutralidade na ciência, na tecnologia, tampouco na educação. Não podemos pensar a escola fora da relação de poder ali encontrada, aquela do opressor-oprimido, portanto encontrando, uma prática política. É sempre importante lembrar que não há uma cisão entre educação e sociedade e que, a cada novo momento sócio histórico, precisamos pensar e construir coletivamente, um projeto político-pedagógico comum. Freire (2017) destaca ainda a importância de o educador se entender enquanto político, entender o lugar de poder o qual ocupa. Ainda, entender e questionar para quem se educa e para quê.

Então, na medida em que o educador é um ser político, ele tem que ter uma relativa clareza, pelo menos com relação à sua opção política, o que vale dizer que ele precisa se perguntar: em favor de quem eu trabalho em Educação, em favor de quê ou, em outras palavras, qual é o meu sonho enquanto educador. Vale perguntar também contra o que eu estou trabalhando, porque eu conheço uma coisa pelo contrário dela, é preciso que eu saiba então como educador com quem eu estou. Qual é a minha opção, qual é o meu compromisso (Freire, 2017, p. 28).

Dentro desse contexto de multiculturalidade do território brasileiro e das heranças históricas, a política tende a agir de forma a vilipendiar algumas classes e supervalorizar outras, a educação sendo um importante meio de disseminação de cultura entre as diversas camadas da sociedade carrega o peso político na curricularização, e os professores a importante tarefa de transmissão desses saberes. Assim, o artigo 210 da Constituição Federal de 1988 assegura a fixação de conteúdos para a formação básica, tendo em vista o respeito à cultura e à arte nacional e regional. Ainda, “assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Brasil, 1988, Art. 210). Portanto, com o processo de redemocratização do país pode ser observado um movimento federal

para assegurar os direitos dos povos indígenas e proteger sua cultura e idiomas. Assim como, reafirmado, no Art. 78 da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996):

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas (Brasil, 1996, p. 25).

Com essas diretrizes e a partir do *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (1998), são estabelecidas as características da escola indígena: comunitária, bilíngüe, intercultural, específica e diferenciada. A interculturalidade é umas das principais características previstas, por lei, nas escolas indígenas e um dos elementos, apontados por Freire, a fim de realizar uma prática educativa libertadora. Essa prática, além de respeitar e compreender a cultura do outro, não se deve

impor ao outro uma forma de ser de minha cultura, que tem outros cursos, mas também o meu respeito não me impõe negar ao outro o que a curiosidade do outro e o que ele quer saber mais daquilo que sua cultura propõe (Medeiros, 2020, p. 258).

O ensino bilíngüe, também, é um elemento fundamental para o processo de libertação através da educação. O ensino da língua portuguesa revela-se como uma necessidade para a comunidade como ferramenta de luta contra os invasores de terra e, também, a fim de assegurar o seu lugar em um país, que a todo custo os exclui do acesso a coisas básicas como saúde, alimentação e educação. Vale ressaltar, ainda, a posição de dominador que a língua possui. Tornando-se evidente na linguagem utilizada ao falarmos da história do Brasil, dizer que “o Brasil foi descoberto em 1500”, reafirma a linguagem do colonizador. No entanto, a importância de ensinar as línguas maternas do seu povo mostra-se essencial para fortalecer a identidade étnica, cultural e coletiva da comunidade: “a compreensão da cultura passa pela compreensão da língua e da linguagem” (Freire, 2017, p. 29). Ainda, o caráter comunitário das escolas indígenas surge para que o ensino possa

ser conduzido e baseado nos valores do povo (Brasil, 1998). Além disso, Samara Pataxó destaca, na entrevista, como essa aproximação da escola com a comunidade possibilitou um maior contato e integração com as lideranças indígenas e com as famílias. Por fim, é específica e diferenciada porque, visando a autonomia, foi concebida e planejada para e com o povo indígena.

Todo projeto escolar só será escola indígena se for pensado, planejado, construído e mantido pela vontade livre e consciente da comunidade. O papel do Estado e outras instituições de apoio deve ser de reconhecimento, incentivo e reforço para este projeto comunitário. Não se trata apenas de elaborar currículos, mas de permitir e oferecer condições necessárias para que a comunidade gere sua escola. Complemento do processo educativo próprio de cada comunidade, a escola deve se constituir a partir dos seus interesses e possibilitar sua participação em todos os momentos da definição da proposta curricular, do seu funcionamento, da escolha dos professores que vão lecionar, do projeto pedagógico que vai ser desenvolvido, enfim, da política educacional que será adotada (Brasil, 1998, p. 25).

Mediante o exposto, torna-se evidente como os ideais de Paulo Freire acerca da educação popular, interculturalidade e até a noção da educação bilíngue se encontram nas escolas indígenas. Ainda, como esse encontro potencializa a transformação, a luta e a causa desses povos. A educação é política, sua prática não é neutra e seu currículo deve ser pensado a partir da reflexão: “educar para quem e educar para quê?”. As escolas indígenas se apresentam, nesse processo democrático, como ferramenta essencial para fortalecer a cultura, os valores e as línguas dos povos originários do Brasil. Ainda, a educação popular, libertadora, da esperança e da tolerância, de Paulo Freire, aparece nesses espaços como caminho para o fortalecimento dos movimentos sociais indígenas e consolidação do direito à vida, à saúde, à terras, à alimentação e à educação.

2 Desenvolvimento

Como mencionado anteriormente, esse escrito surgiu a partir de um desejo de levantar um debate acerca da importância e urgência da luta indígena. Diante da negligência do Estado com a parcela indígena da população brasileira, se viu a necessidade de suscitar sua luta diante de pautas como a educação popular e o papel da juventude nos movimentos

sociais em voga na atualidade. Dialogando com escritos de Paulo Freire, é possível compreender a educação como mecanismo de libertação na sociedade, a educação indígena ocupa esse lugar nas aldeias, educar para formar indivíduos questionadores sobre sua própria história. Assim, com o intuito de unir tais temáticas, escolhemos Samara Pataxó, uma mulher indígena que através da educação que recebera em sua aldeia quando era mais jovem, viu-se tentada a continuar estudando, formando-se em direito, fez do estudo sua ferramenta de luta.

Neste cenário, foi escolhido o modelo de entrevista semiestruturada, dividida em três eixos principais que nos guiaram na condução da conversa: trajetória pessoal, alinhamento da luta com a vida e os impactos causados pelo ativismo em sua própria vida. Apesar das perguntas formuladas previamente, outros tópicos foram levantados pela própria entrevistada, como seus relatos pessoais. A entrevista foi efetuada pela plataforma *Google Meet* no dia 17 de novembro de 2022, com duração de 1 hora.

Iniciamos a entrevista questionando a trajetória pessoal da entrevistada, indagamos acerca de quem seria Samara Pataxó. "Sou Samara, do povo Pataxó, da aldeia Coroa Vermelha na Bahia", nos respondeu. Ainda, contou que a família de sua mãe é Pataxó e a de seu pai pertence a outro povo. Filha mais velha e a primeira da família a se graduar, cursando Direito pela Universidade Federal da Bahia, a partir de sua formação, relata que atuou no direito dos povos indígenas e relata ter continuado seus estudos na pós-graduação, no mestrado e hoje, no doutorado. Dessa forma, como a própria define, Samara é "mulher indígena e advogada que defende os direitos indígenas".

Seguindo adiante com a entrevista, perguntamos como a mesma conheceu o movimento o qual faz parte. Ao crescer com as tradições do povo Pataxó e possuir acesso à educação na aldeia, Samara teve contato com as pautas do movimento desde criança. Estudou em uma escola pública indígena onde a educação é fortemente marcada pela sua característica intercultural, bilíngue e comunitária. Vale ressaltar que o aspecto comunitário da escola não se restringe aos alunos e aos professores, é aberto à comunidade, às famílias e às lideranças indígenas.

Tendo isso em vista, Samara nos conta que era muito comum no ambiente escolar a presença de reuniões de lideranças indígenas, das quais inclusive o seu avô fazia parte. Nesse momento, a advogada conta também, que no ano de 2000, aos seus 10 anos de idade, foi quando ocorreu a festa de “500 anos de Brasil”, na cidade de Porto Seguro, região do “descobrimento” - que de descobrimento, não tinha nada. No entanto, o desejo era de que a realização da festa fosse sem a participação dos povos indígenas. “Fazer uma festa sem convidar os donos da casa?” e “Será que tinham motivo para festa?”, foram algumas de suas falas. Sendo assim, realizaram a conferência “Brasil, outros 500”, que tinha por objetivo fazer um contraponto sobre a história do descobrimento. Para a conferência, Samara nos conta da chegada de povos originários de todo o Brasil e descreve como foi marcante para ela ver a diversidade de povos indígenas, reunidos para lutar pelos seus direitos, enquanto ainda era uma criança. Já na adolescência, passou a ter um contato mais ativo com esses movimentos quando participou de um projeto escolar acerca das línguas indígenas. Neste, gravaram um CD de músicas e cantos Pataxós para a divulgação e fortalecimento da língua. Por fim, na vida adulta, se engajou na universidade através do movimento indígena estudantil. Tendo isso em vista, Samara afirma que o movimento social indígena, e mais especificamente a sua trajetória no mesmo, passa por diversas formas, desde a infância até os dias atuais.

O envolvimento de Samara nessas pautas se deu por meio de suas escolhas pessoais e da sua formação, através do seu acesso à educação, escola básica e ensino superior. Afirma que sua entrada nesses espaços foi a consolidação da luta de sua família e do povo Pataxó, e ainda, poder trabalhar com isso é como dar um retorno à sua comunidade acerca do que foi investido nela. Foi a partir da sua formação que o processo de engajamento com o movimento indígena se tornou mais efetivo. Além disso, destacou a importância da escola indígena, não só para si própria mas para todos da comunidade e para todos do mundo, tendo em vista a cultura e a ancestralidade ali resgatadas. “A escola indígena prepara as pessoas para além do ler e escrever, as prepara como cidadãos também”. Quando os livros de história apareciam falando da “descoberta do

Brasil”, desde crianças, nas escolas, somos ensinadas a questionar e falar do nosso ponto de vista da história”. Colocou-nos também que muitos dos seus professores indígenas, que os incentivaram a estudar, diziam: “você não são o nosso futuro da comunidade, são o presente”. Seguindo esse fio, a entrevistada expõe que as escolas públicas indígenas além de ensinarem e prepararem seus alunos para o mundo, também os fortalece enquanto pessoa indígena e fortalece suas raízes, produzindo assim um envolvimento com a luta.

No que diz respeito ao alinhamento da luta com a sua vida, podemos entender a trajetória que levou Samara a ser a militante que é hoje. Ao ser questionada sobre o papel da militância para si, nos contou como o ativismo faz parte de uma pré e pós Samara advogada. Utilizou da sua formação para impulsionar isso, para trazer resultados concretos, uma forma de retorno ao movimento. Ainda, nos conta como, apesar de não estar advogando atualmente, é uma militância estar ocupando o espaço em que se encontra em prol de sua causa. Além disso, destaca a importância de levar essa discussão para a academia, através de seus estudos e completa que a militância a acompanha sendo advogada, acadêmica ou não: “a militância tem suas múltiplas faces”.

Atualmente, Samara foi convidada para trabalhar no Tribunal Superior Eleitoral, onde atua na inclusão de mulheres, indígenas, pessoas com deficiências (PCDs), dentre outros. Este novo espaço que ela ocupa ampliou o escopo para outros grupos de representação. Quando se licenciou como advogada, foi um movimento muito intenso e se questionava se daria conta trabalhando no judiciário. No entanto, foi a partir de seu lugar de fala que tornou-se possível colocar diversos grupos sociais em pauta: mulher, mulher indígena e mulher nordestina. Neste sentido, entendeu que a sua contribuição poderia se dar de outra forma, para fortalecer a luta dos seus, mas também de outros grupos.

No que tange à conciliação da vida pessoal e da luta, a entrevistada nos contou que existe uma linha muito tênue da Samara pessoa para a Samara militante, tudo se mistura. Ela está a todo momento representando a luta - por exemplo, por meio das redes sociais que é um canal para “difundir a luta indígena” - mas, também, é uma pessoa que

tem suas próprias questões. A Samara indígena nunca vai ser dissociada de si mesma, e desse modo, entende saber vivenciar os momentos: espaços de luta - Samara mulher indígena e militante. Ainda, diz que ser uma advogada indígena é advogar em causa própria. A luta dela não se encerra quando um processo é finalizado, é indissociável.

Ainda acerca do alinhamento da luta com sua vida pessoal, Samara nos conta como a sua história se encontra com a história do movimento em defesa dos povos indígenas. Segundo suas palavras, de forma mais concreta, o encontro se dá no momento final de sua graduação, onde sua carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) passa a estar à disposição do movimento indígena. É a partir do movimento que há a projeção da advogada para a comunidade na Bahia, e reforça que, projeção esta que vai além do aspecto do povo, da Bahia e dos povos indígenas do Brasil. E ainda, relata que sua atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) foi de grande importância para o encontro dessas histórias.

Passamos a questioná-la a respeito das mudanças em sua vida geradas pelo ativismo. Em relação ao que esse ativismo lhe trouxe, nos disse sobre o aprendizado de que não é preciso ter medo dos novos desafios que estão postos pela frente, visto que tudo o que já vivenciou, a preparou para o que quer que esteja por vir. "Eu consigo superar tal dificuldade, consigo superar novos desafios, dá um sentimento que você consegue." Esta foi uma de suas falas após afirmar que a luta do movimento indígena os prepara tanto profissionalmente quanto pessoalmente para encarar os desafios. Ademais, menciona que os últimos quatro anos exigiram-lhe mais enquanto movimento social e enquanto movimento indígena. Seus direitos, tanto ambientais quanto sociais foram constantemente violados. Mesmo em governos de esquerda, estar vigilante e atento é sempre uma necessidade, mas Samara relata um alívio acerca da próxima gestão no sentido de que agora, há a possibilidade de diálogo. E brinca, que com a mudança de cenário, a escolha por exemplo do cargo de um ministro dos povos originários, é um problema positivo.

A entrevistada nos conta que trabalhar na APIB fez parte da consolidação do processo e do propósito histórico e familiar de ingressar no ensino superior e de levar um retorno para a comunidade do qual falamos anteriormente: retorno ao povo Pataxó e ao povo da Bahia. Mas ainda, foi a abrangência de poder trabalhar com e para povos de todo o Brasil, cumprindo com o que se propôs a fazer. Conta que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil abriu portas pessoais e profissionais, agregando em sua vida e trazendo o sentimento de retorno e respostas daquilo que foi proposto à ela, além do povo Pataxó.

Diante do que foi exposto, Samara revela que não se vê longe dessas pautas futuramente porque isso faz parte de quem ela é. Diz que a sua atuação pode até mudar, mas jamais sairia do movimento. Conta da pretensão de seguir carreira acadêmica, dando um recorte diferenciado para a questão dos direitos humanos, dos movimentos sociais e dos povos indígenas. E assim, diz que se vê operando de outras formas que não as de hoje, mas seja o que for, estará ligada às pautas.

Por fim, a interrogamos sobre seus planos de vida para o futuro e se os mesmos envolveriam a luta. Nesse momento, a entrevistada nos alega que espera ver como seu povo estará, o que será de sua comunidade e o desejo de ver a terra demarcada. Ver indígenas ocupando diversos espaços e ver as melhoras de seu povo. Deseja também um dia ser professora, deputada e senadora. E é claro, como dito anteriormente, seu futuro e sua luta andam juntos.

Destarte, fica evidente o espaço que a luta ocupa dentro da vida individual, tornando-se parte quase que indissociável do ser. A escolha de uma pauta para se engajar diz muito a respeito do lugar que esse indivíduo ocupa dentro do tecido social e o quanto determinadas questões o atravessam apenas por sua existência. Lutar por uma causa é se doar, é compreender que uma parte sua está investida em mudanças em prol de um coletivo, e, dentro dele, se encontra ali inserido. E assim, é possível ver no discurso o quanto o passado, presente e futuro andam de mãos dadas na construção de um sujeito que deseja ser parte da mudança do meio em que vive.

3 Considerações finais

A educação possui um papel fundamental na formação do sujeito e abre espaço para que ele tenha consciência de sua própria existência dentro do tecido social. A partir do momento em que esse processo é feito de maneira participativa e emancipatória, é possível criar indivíduos capazes de questionar as relações sociais que carregam o peso da historicidade e lutar ativamente contra todos os modos de opressão. Assim ela pode ser uma instância social, entre outras, na luta pela transformação da sociedade, na perspectiva de sua democratização efetiva e concreta, atingidos aspectos não só políticos, mas também sociais e econômicos (Luckesi, 1994).

Uma educação democrática atravessa os condicionantes sociais aos quais os indivíduos são submetidos cotidianamente, busca uma forma antagônica a esse modelo reprodutivista de ensino. Um formato que incentiva a autonomia dos alunos, a consciência de si mesmo e do mundo, permite que sejam formados sujeitos questionadores, que são capazes de compreender o sistema no qual estão inseridos. Dentro desse contexto, as escolas indígenas se mostram cruciais para fomentar uma educação libertadora na vida de Samara Pataxó, abrindo espaço para o diálogo de pautas sociais importantes, como a própria luta indígena, já inserida em suas vivências.

As principais características que constituem uma escola indígena, como estabelecido no *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (1998), aparecem no relato de Samara Pataxó. O caráter bilíngue da escola em seus estudos a aproximou da língua e, por conseguinte, da cultura Pataxó, onde, inclusive, ela pode realizar um trabalho de divulgação da língua para a comunidade, através da gravação de um CD com cantos Pataxós. O aspecto comunitário, também foi relatado pela advogada como um importante elemento na educação dela, com a presença das lideranças da sua comunidade levando os ensinamentos culturais do seu povo à escola, fortalecendo a história e a luta de seu povo. A interculturalidade mostrou-se essencial na medida em que possibilitou a sua participação em eventos significativos como no

“Brasil, outros 500”, realizado em Porto Seguro, em 2000. Assim, ter uma educação específica e diferenciada, reunindo todos esse elementos, tendo por finalidade realizar uma pedagogia com e para os indígenas mostra-se essencial no processo emancipatório, apresentado por Paulo Freire, que reforçava, em diversos textos, a relação opressor-oprimido encontrada na chamada ‘educação bancária’.

Como apresentamos anteriormente, esse exemplo de ensino reproduz uma lógica de dominação onde é fortemente marcada por sua relação mecanicista, sem a possibilidade de haver trocas ou espaço para críticas. Neste, o ‘saber’ é imposto sobre o educando como se ele fosse uma ‘vasilha’ a ser preenchida pelo educador: “Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem” (Freire, 1997, p. 33). Paulo Freire nos apresenta, então, o conceito de ‘educação libertadora’ na qual se fundamenta na relação de troca existente entre o educador e o educando, tomando como referência o contexto desses sujeitos no processo educativo. A partir do rompimento com a lógica bancária, o saber se torna com e para o sujeito, e possibilita uma formação crítica e transformadora. Freire (1997, p. 33) afirma:

“só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também” (Freire, 1997, p. 33).

O contexto no qual a educação brasileira se estabeleceu possui muito da dominação de alguns povos em detrimento de outros, a história é contada por apenas um ponto de vista e reproduzida nas escolas tradicionais por muitos anos. Dentro da lógica de domínio que o país se estabeleceu e se instalou, a educação foi uma das ferramentas de apagamento da cultura dos povos originários para fazer valer a cultura eurocêntrica como modelo e a catequização dos povos indígenas é um exemplo desse processo.

Neste período e nos quatrocentos anos seguintes, a educação escolar ignorava totalmente os saberes dos povos originários, a cosmogonia indígena foi praticamente aniquilada, como algo irracional, dando lugar a ciência europeia que se caracterizava pela transmissão de informações tidas como verdades absolutas e inquestionáveis, ou seja, utilizava-se a educação como estratégia de dominação, abdicação e submissão, buscando convencer os ‘invadidos’ da sua inferioridade (Medeiros, 2020, p. 254).

As escolas indígenas procuram inverter essa lógica para desconstruir tudo o que foi perpetuado ao longo da história, ensinar a questionar é tornar livres as narrativas para serem contadas e através disso valorizar a própria cultura. O evento *“Brasil, outros 500”* relatado por Samara durante a entrevista, é um exemplo de como é possível desconstruir os discursos cristalizados de forma criativa e inspiradora. Em muitas de suas falas, é possível entender o peso da educação em seu processo de formação e o quanto a ajudou a construir sua concepção de política, entender o seu lugar na sociedade e lutar ativamente por ele.

Esse formato de dominação colonialista permanece até os dias atuais, mas dessa vez escondida nos pequenos detalhes do cotidiano, nas brechas das organizações sociais e na política de maneira silenciosa reforça discursos de ódio e desprezo. E é nesse cenário que a educação pode se estabelecer de forma a quebrar ciclos e trazer ao debate questões importantes que são menosprezadas em muitas esferas. Perpetuar a diversidade cultural brasileira é um caminho importante para defender os povos originários, que de muitas formas seguem sendo violentados em prol de uma política excludente, característica do modo de produção capitalista. Tornar esses saberes acessíveis a todos é unir forças para lutar contra a negligência que essas milhares de vidas sofrem diariamente. Samara, desde a infância, teve contato com pautas importantes para a própria existência, e isso fez dela quem ela é hoje, o conhecimento que ela adquiriu durante a vida fez dela inseparável de seu ativismo.

Partindo desse pressuposto, torna-se evidente a importância de uma educação libertadora na qual afirma não só um caráter transformador, mas também um caráter político. A escola está intimamente ligada às relações de poder de dominação e de opressão. Educar é ter em mente para quem você está educando e para que, pois um professor deve se entender, também, enquanto um agente político. Portanto, as escolas indígenas, enquanto espaços de libertação e transformação, são completamente influenciadas e ligadas à política. Como, para Samara Pataxó, a escola tornou-se um espaço de luta, um

espaço onde os movimentos sociais se encontram com as vivências indígenas, para, então, transformar-se.

Os movimentos sociais surgem, nesse contexto, enquanto “fontes de inovação e matrizes geradoras de saber” (Gohn, 2011, p. 333), de caráter político, social e cultural, e podemos entendê-lo enquanto ação social coletiva que visa expressar demandas de grupos oprimidos. A relação existente entre os movimentos sociais e a educação pode ser percebida a partir da integração das pautas sociais no ambiente escolar e a partir dos aprendizados desenvolvidos dentro dos movimentos. Ou seja, essa relação se encontra dentro e fora das escolas.

Lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania. O tema dos direitos é fundamental, porque dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório. É a partir dos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação, especialmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais (Gohn, 2011, p. 346).

Salienta-se, que apesar de constar na Constituição Federal e em diversas leis e diretrizes a garantia por seus direitos, o povo indígena ainda sofre muito por negligência governamental e falta de acesso aos seus direitos básicos, entre eles educação, saúde, alimentação e, especialmente, proteção de suas terras. A Câmara dos Deputados realizou, no final de 2022, uma audiência pública sobre a educação indígena e quilombola. Segundo a Agência Câmara de Notícias (2022), nesse debate a agenda “Infâncias e Adolescências Invisibilizadas” revela a falta de dados, leis e políticas públicas para as diferentes realidades educacionais no país. Ressaltam a negligência do Estado ao garantir educação, resultando na invisibilização dessas crianças e adolescentes, ainda destacam como essa invisibilidade se dá intencionalmente por aqueles que, teoricamente, deveriam promover uma educação libertadora.

Foi exposta, também, a escassez de dados oficiais dessas crianças quilombolas nas legislações, no censo escolar de 2020 e até mesmo na Constituição Federal. Ademais, a realidade atual nessas escolas é o descaso do poder público, a falta de infraestrutura, falta de água e merenda, baixos salários dos servidores educacionais e baixa qualificação

dos professores. Portanto, ainda há muito a ser feito para garantir esse direito das crianças indígenas e quilombolas, como o fornecimento de mais dados oficiais, transparência nos gastos públicos, e como proposto pela pesquisadora Taina Silva Santos, criar uma agenda política para “ampliar, qualificar e monitorar políticas educacionais de inclusão de crianças e adolescentes em extrema vulnerabilidade e privação de direitos”. Por fim, ela ressalta que o meio para isso acontecer é através da participação indígena e quilombola na execução das políticas públicas que os concerne. Nesse sentido, como apontado por Gohn (2011, p. 347), seguir os direitos básicos do povo “é adotar um princípio ético, moral, baseado nas necessidades e experiência acumuladas historicamente dos seres humanos (...) possibilita-nos a construção de uma agenda de investigação que gera sinergia”.

Já em 1995, Paulo Freire (2017) denunciava o assassinato violento de um indígena pataxó, Galdino Jesus dos Santos. O autor, então, resumidamente dissertou sobre sua concepção acerca da tolerância, e de sua relação com a educação e com a democracia. Mesmo após 28 anos, hoje presenciamos a crise humanitária do povo Yanomami em Roraima. Estamos presenciando negligência governamental, fome, desnutrição, violência sexual em mulheres e crianças, garimpo ilegal e desestruturação da saúde pública local. A luta indígena sempre foi urgente e necessária. O que temos feito diante dos crimes cometidos? Onde está a nossa tolerância? O que gera indignação e mobilização em cada uma de nós?

Algo que me parece fundamental e até prévio a qualquer indagação em torno da tolerância é que ela é uma instância da existência humana. [...] É neste sentido que a tolerância é virtude a ser criada e cultivada por nós enquanto a intolerância é distorção viciosa. Ninguém é virtuosamente intolerante assim como ninguém é viciosamente tolerante (Freire, 2017, p. 18).

Resta, então, o questionamento: qual é o papel da sociedade civil na consolidação da democracia? Analisando a história desta consolidação, que parte da Constituição Federal de 1988, discute-se a história das organizações sociais civis e dos movimentos sociais como fortes aliados e atuantes na democratização da sociedade brasileira (Moreira, 2015).

Dessa forma, é impossível falar de democracia sem sentir a ameaça da mesma nos tempos atuais. É impossível, em 2023, falar de democracia sem sentir um receio que arriscamos chamar de medo do que poderia tê-la ameaçado nos últimos meses, senão, nos últimos quatro anos. É ver o desmonte de tantos direitos básicos e os erros do passado que assombram os dias atuais.

Paulo Freire e sua obra se mostram atuais na medida em que nos apresentam a problemática constituinte da educação “bancária”, expõem a desesperança (e o desespero) que nos acompanha diariamente e, ainda, apontam a “natureza pedagógica do processo político de que a luta é expressão” (Freire, 1992, p. 6).

Diante do exposto, entendendo a potencialidade de transformação que a educação libertadora possibilita, é através da mesma que podemos esperar e, conseqüentemente, lutar. Portanto, considerando a conjuntura política atual e as resistências dos movimentos sociais, Saramago (2006) nos convida a mobilizarmos em virtude da nossa democracia: “Não tenhamos ilusões. Sem democracia não haverá direitos humanos, sem direitos humanos não haverá democracia” (Saramago, 2006, p. 36 *apud* MOREIRA, 2015, p. 531).

Viver e participar da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é como um “gole” dessa esperança que Paulo Freire deixou em seu legado. Não é indicativo de que tudo ficou bem, mas é o respiro que dá o gás para a luta continuar. É a utopia do seguir caminhando, conforme nos sinaliza Galeano (2013). E, neste cenário, os movimentos sociais foram e continuarão sendo fundamentais na constituição e garantia da democracia. Falamos de pessoas, frente às injustiças, que encaram. Que reivindicam. Que lutam. De pessoas, que neste seguir caminhando, colocam em prática o ato de esperar.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Pesquisadores apontam ausência de dados atualizados sobre alunos e escolas quilombolas e indígenas**: tema foi debatido na Comissão de Educação da Câmara. [S. l.], 7 nov. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/917460-pesquisadores-apontam-ausencia-de-dados-atualizados-sobre-alunos-e-escolas-quilombolas-e-indigenas/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 9,394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. Educação "bancária" e educação libertadora. In: PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. Cap. 5. p. 63-77.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GALEANO, Eduardo. **Para que serve a utopia?** Youtube, 18 de mai. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-513, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Educação e sociedade: redenção, reprodução e transformação. In: LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1994. cap. 2. p. 37-5.

MEDEIROS, Adriana Francisca de. A contribuição de Paulo Freire para a educação escolar indígena. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 1, p. 253-262, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/article/view/e202017>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

MOREIRA, Mariana de Castro. Entre utopias e esperanças: a atualidade de Paulo Freire para adiar o fim do mundo. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 14, n. esp., p. 177-188, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/51849>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MOREIRA, Mariana de Castro. Do esgotamento à reinvenção dos modos de participação da sociedade civil organizada: uma cartografia de controvérsias no Brasil In: SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Teresa (eds.). **Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul**, pp. 523 – 537. Centro de Estudos Sociais, Portugal: Coimbra, 2015.

Sobre as autoras

Mariana de Castro Moreira

Graduada em Psicologia e mestre e doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Instituto de Humanidades e Saúde (RHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras, onde é Coordenadora do Laboratório de Políticas Públicas.

Email: marianacastromoreira@id.uff.br

Isis da Silva Guimarães

Estudante de Psicologia no Instituto de Humanidades e Saúde (RHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras. Estagiária em clínica psicanalítica com crianças e adolescentes na UFF. Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas do Departamento de Psicologia da UFF Rio das Ostras.

Email: isisguimaraes@id.uff.br

Lais Marlene Miranda Franca

Estudante de Psicologia no Instituto de Humanidades e Saúde (RHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras. Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas e do Laboratório de Avaliação Psicológica Infantil (LAPi) do Departamento de Psicologia da UFF Rio das Ostras.

Email: laisfranca@id.uff.br

Roberta Cravo de Oliveira

Estudante de Psicologia no Instituto de Humanidades e Saúde (RHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras. Bolsista do Laboratório de Avaliação Psicológica Infantil (LAPi) e pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas do Departamento de Psicologia da UFF Rio das Ostras.

Email: robertaco@id.uff.br

Histórico

Recebido em: 07/02/2023. Aceito em: 19/04/2023. Publicado em: 01/10/2023.

Revolução dos Pinguins no Chile: contexto e repercussões do movimento secundarista de 2006

Penguin Revolution in Chile: context and repercussions of the 2006 secondary movement

Gabriel Dib Daud De Vuono

Doutorando e mestre em Integração da América Latina pela USP. Supervisor pedagógico da UNIVESP.

Paola Fernanda Silva Mineiro

Graduada em Direito pela PUC-Campinas. Advogada

Julia Cardozo Fidalgo Ramos

Graduada em Direito pela PUC-Campinas. Advogada

Resumo: Em 2006, os estudantes secundaristas chilenos protagonizaram ações e organizadas e protestos que reivindicavam modificações no sistema educacional chileno. Esse movimento estudantil ficou conhecido como a "revolução dos pinguins". Este artigo tem como objetivo analisar o movimento estudantil chileno de 2006 e suas repercussões políticas e sociais no país. Para tanto, apresenta uma breve história do contexto do neoliberalismo chileno, destacando as principais ideias e práticas político-sociais no país, enfatizando-se o que concerne ao sistema educacional. Apresenta o movimento estudantil dos pinguins, analisando suas reivindicações e proposições. A pesquisa identifica repercussões do movimento nas transformações institucionais que ocorreram no modelo educacional chileno e ainda sua influência política na cultura popular de resistência chilena ao neoliberalismo. A metodologia propõe um estudo interdisciplinar no campo das ciências humanas e sociais, de abordagem qualitativa, o qual se realizou mediante os procedimentos de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Os resultados obtidos apontam que a mobilização *puingüina* guarda estreita relação com as mobilizações dos universitários chilenos em 2011 e com protestos estudantis realizados em outros países latino-americanos, como no Brasil. A mobilização de 2006 revela, no fundo, o descontentamento popular com os valores neoliberais que estruturam a sociedade chilena desde a ditadura pinochetista.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Movimento Estudantil. Chile.

Abstract: In 2006, Chilean high school students took part in organized actions and protests, demanding changes in the Chilean educational system. This student movement became known as the "Penguin Revolution." This article aims to analyze the student movement of 2006 and its political and social repercussions in the country. It presents a brief history of the context of Chilean neoliberalism, highlighting the main political and social ideas and practices in the country, with a focus on the educational system. It presents the "Penguin Revolution", analyzing its demands and propositions of the student movement. The research identifies its repercussions on the institutional transformations that occurred in the educational model, as well as its political influence on the popular culture of resistance to neoliberalism in Chile. The methodology proposes an interdisciplinary study in the field of human and social sciences, adopting a qualitative approach, carried out through procedures of bibliographic review and documentary research. The obtained results indicate that the Penguin Revolution is closely related to the mobilizations of Chilean university students in 2011 and to student protests carried out in other Latin American countries, such as Brazil. The mobilization of 2006 ultimately reveals popular discontent with the neoliberal values that have structured Chilean society since the Pinochet dictatorship.

Keywords: Neoliberalism. Student Movement. Chile.



1 Introdução

O movimento estudantil chileno de 2006, que ficou conhecido como a “revolução dos pinguins”, em virtude da semelhança do uniforme dos estudantes secundaristas chilenos com a ave, expressou o descontentamento dos secundaristas chilenos em relação ao modelo educacional do país marcado por décadas de políticas neoliberais. Os estudantes organizaram protestos e manifestações em todo o país, às quais se somaram apoios populares descontentes com a mercantilização da educação e de outros direitos sociais resultantes do ciclo neoliberal iniciado ainda nos primeiros anos da ditadura pinochetista.

O movimento dos “pinguins” é resultado de uma articulação política realizada entre os estudantes secundaristas chilenos de todo o país, promovendo ocupações em escolas e espaços públicos, assim como a participação no debate público fomentado pelos meios de comunicação. Os ganhos conquistados pelo movimento na esfera institucional foram limitados, contudo, ao apresentar críticas a lógica neoliberal aplicável a educação chilena, a revolução dos pinguins propiciou um impulso às lutas sociais no país contrapostas ao modelo neoliberal de organização, produzindo um acúmulo na cultura política de resistência popular que favoreceu movimentos sociais posteriores, tais como se observa nos protestos estudantis organizados em 2008 e 2011.

Este estudo se propõe a analisar o movimento estudantil de 2006, seu contexto e repercussões políticas e sociais, apresentando um balanço a fim de investigar quais foram as implicações institucionais e não institucionais do movimento dos pinguins na sociedade chilena após a deflagração do movimento.

A metodologia empregada propõe um estudo interdisciplinar no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, de abordagem qualitativa, realizado mediante o procedimento de revisão bibliográfica, por meio da consulta de livros e artigos científicos que analisam as temáticas do neoliberalismo, as implicações da implementação das ideias neoliberais sobre o modelo educacional do Chile e o movimento secundarista de 2006. Ainda, empregou-se o procedimento de pesquisa

documental por meio do qual realizou-se o levantamento e análises de documentos oficiais e normas jurídicas concernentes ao objeto deste estudo.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma. A primeira seção dedica-se à exposição do contexto histórico e social das políticas neoliberais no Chile, em especial no que concerne às políticas educacionais. Na segunda seção, analisam-se as principais reivindicações e propostas do movimento secundarista, e na última seção, apresenta-se a repercussão do movimento dos pinguins no tocante à influência exercida sobre os movimentos populares de resistência ao neoliberalismo no Chile. Nas considerações finais, apresentam-se os resultados obtidos por esta investigação que apontam para a existência de um acúmulo de forças sociais voltadas à resistência popular de contestação às políticas neoliberais implementadas no país.

2 Neoliberalismo e o sistema educacional chileno

A doutrina neoliberal se baseia em um conjunto de preceitos de ordem política e econômica centrados na livre iniciativa, na garantia do direito de propriedade e do estímulo às capacidades empreendedoras dos indivíduos que compõem a sociedade, defendendo a inserção do enquadramento das ações humanas no domínio do mercado (Harvey, 2008). Para a doutrina neoliberal, quanto mais amplas as liberdades econômicas, maior seria o bem-estar social. Todavia, a implementação de sua agenda precariza as condições materiais de vida dos trabalhadores e dos excluídos do sistema capitalista, flexibilizando direitos trabalhistas, corroendo direitos sociais, privatizando bens públicos e aprofundando desigualdades socioeconômicas próprias da ordem capitalista (Singer, 1997; Soares, 2001).

O neoliberalismo se opõe veementemente às ideias comunistas e socialistas, que propõem a insurgência contra o sistema capitalista por meio de revoluções, bem como contrapõe-se aos preceitos keynesianos que sustentaram o Estado de bem-estar social marcado por uma política de controle de capitais, aumento de gastos públicos e da intervenção

estatal na economia (Anderson, 1995). Com o colapso do “socialismo real” e o fim das experiências soviética e assemelhadas, os trabalhadores encontraram-se carentes de um projeto político próprio e alternativo ao sistema capitalista, o que colaborou fortemente com os avanços do neoliberalismo na virada dos anos 1980 para a década de noventa do século XX (Singer, 1997).

O Estado neoliberal possui a vocação de estimular a criação de condições favoráveis à acumulação capitalista a fim de possibilitar o funcionamento dos mercados, garantindo o exercício das liberdades capitalistas. A ordem neoliberal atua em favor da criação de novos nichos a serviço da exploração das forças econômicas privadas por meio da mercantilização de serviços públicos e de direitos sociais conquistados no marco capitalista por meio das lutas sociais da classe trabalhadora (Harvey, 2020). A exploração desses novos mercados pressupõe a intervenção estatal por meio de um programa de privatizações e desregulamentações que estabelece o protagonismo dos atores privados e o conseqüente aumento da desproteção social (Fernandes, 1995).

As primeiras formulações neoliberais foram concebidas em meados da década de 1940 por pensadores europeus e norte-americanos ligados a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de confraria voltada a reivindicar as tradições do liberalismo clássico e a opor-se tanto a políticas keynesianas como a propostas inseridas no campo socialista e comunista. De início, as ideias neoliberais restaram à margem dos grandes debates políticos e econômicos da época, permanecendo igualmente distantes das políticas públicas formuladas pelos Estados. No entanto, a partir da crise econômica e social dos anos 1970, caracterizada pelo aumento inflacionário, crescimento do desemprego e da mecanização da mão de obra, foram estabelecidas condições favoráveis à materialização das ideias neoliberais (Harvey, 2008; Singer, 1997). O receituário neoliberal foi implementado em países do centro e da periferia do capitalismo a fim de restabelecer as condições globais de acumulação capitalista, ampliando a concentração de capitais e revigorando o poder de classe da burguesia (Harvey, 2008).

A experiência neoliberal pioneira na história foi concebida no Chile durante a ditadura militar de Augusto Pinochet, que após o golpe civil-militar de 1973 iniciou uma nova etapa na política mundial ao transformar o país na primeira experiência estatal de adoção de práticas neoliberais (Harnecker, 2018). As forças golpistas chilenas, com o apoio da burguesia e dos órgãos de inteligência estadunidenses, adotaram medidas contrarrevolucionárias que desestabilizaram e, por fim, depuseram violentamente o governo do presidente socialista Salvador Allende, morto durante o bombardeio comandado pelas forças armadas ao Palácio de La Moneda (Kiernan, 2009). Nesse sentido, vale destacar a análise trazida em *Machuca*, longa-metragem de Andrés Wood, que sintetiza as reflexões sobre a pauta da educação no Chile em 1973, ao retratar o cenário pós ruptura do governo da Unidade Popular a partir do contexto que considera a inserção de crianças, filhos de trabalhadores, na escola Saint Patrick, colégio de alto conceito, frequentado por elite chilena.

O governo pinochetista instaurou um Estado de terror, perseguindo, torturando e assassinando artistas, intelectuais, trabalhadores, estudantes, camponeses, indígenas, membros de partidos políticos de esquerda (assim como de outros partidos, como os democratas-cristãos) e todos aqueles que de alguma maneira resistiram à ditadura, se opunham a suas políticas ou poderiam organizar alguma resistência ao governo. A violência contrarrevolucionária estabeleceu câmaras secretas de tortura, julgamentos arbitrários realizados em tribunais militares contra opositores do regime, e uma miríade de ações direcionadas à guerra contra o inimigo interno, com o intuito de impedir a organização de uma resistência política contra as políticas contrarrevolucionárias de cunho neoliberal que a ditadura começaria a adotar a partir de 1975 (Winn, 2010).

A política econômica imposta pelo governo militar chileno foi elaborada pelos chamados *chicago boys*, jovens economistas chilenos entusiastas das ideias neoliberais de Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago, que se opunham às políticas de regulação econômica, nacionalização, promoção de serviços sociais, propondo o

predomínio do “mercado” na ordem econômica e social. Os *chicago boys* se associaram com o governo pinochetista no intuito de “impor remédios cruéis ao povo chileno ‘para seu próprio bem’ e prontos para romper com o passado e criar um Chile ‘moderno’, em que uma revolução socialista jamais poderia voltar a ocorrer” (Winn, 2010, p. 189).

As ações governamentais adotadas após o golpe de estado impulsionaram um processo de contrarreformas econômicas que consistiram na reversão das nacionalizações de setores econômicos estratégicos, privatizações de empresas públicas e da previdência social, desregulamentações sociais e econômicas e liberação de recursos naturais à exploração privada a fim de permitir o livre acesso de capitais estrangeiros na economia chilena por meio da abertura econômica do país ao comércio mundial (Anderson, 1995; Harvey, 2008).

O Estado chileno assegurava o direito à educação e mantinha um sistema educacional público e gratuito no país que atendia 70% da população em idade escolar. De acordo com Budnik et al. (2011) e Klachko e Arkonada (2017), o sistema educacional implementado pela ditadura pinochetista na década de 1980, e aprofundado após a redemocratização pelos governos civis, estruturou-se a partir de novos eixos:

- (i) a redefinição do marco regulatório em matéria educacional;
- (ii) a reestruturação da gestão do sistema educativo por meio da centralidade de municípios e atores privados;
- (iii) nova forma de financiamento por meio de *vouchers* escolares fundamentados na liberdade dos pais de elegerem a educação dos filhos e na subvenção pública de escolas particulares e;
- (iv) reestruturação e privatização do ensino universitário.

Acerca do modelo educativo adotado pelo Estado chileno sob influência das ideias neoliberais, Aguilera (2015) afirma o seguinte:

No sistema educacional assim construído, a competição é generalizada, todos competem com todos, dentro de desigualdades e diferenciais de recursos muito importantes. Os alunos e suas famílias competem para ter acesso a melhores estudos, melhores escolas. As crianças são preparadas desde pequenas para terem bom desempenho nas provas de seleção das

escolas que os pais podem ou querem acessar. Mais tarde, eles competem no teste de seleção universitária, para poder acessar as universidades mais conceituadas. Por outro lado, os estabelecimentos competem entre si por meio de seus resultados, prestígio, dos serviços oferecidos para atrair alunos, para receber os recursos da subvenção. (Aguilera, 2015, p. 1483, tradução nossa)¹

O modelo educacional instituído impulsionou uma privatização massiva do sistema de educação chileno e a precarização do ensino público municipal, por meio do qual a educação deixou de ser compreendida como um direito social para se submeter às regras do mercado (Labarca, 2016). O sistema de subvenções escolares constitui-se de *vouchers* ou subsídios portáteis por meios dos quais há o financiamento das escolas e estabelece mecanismos de concorrência entre as escolas na captação de estudantes a fim de receber maiores quantias de subvenções públicas (Budnik *et al.*, 2011)

A ditadura chilena, a partir da elaboração das *Directivas Presidenciales Sobre Educación Nacional*, de 1979, iniciou a implementação de modificações no sistema educacional do país com a finalidade de adequá-lo às demandas e exigências do modelo de desenvolvimento adotado, orientadas pela lógica neoliberal, privatizadora e orientada ao mercado (Núñez, 1982). Desse modo, empreende-se a desarticulação do sistema nacional de educação preexistente e a indicação do “abandono da responsabilidade do Estado no crescimento da cobertura da educação, assim como da prática de uma planificação centralizada desse desenvolvimento” (Núñez, 1982, p. 87, tradução nossa)². A reestruturação da educação, assim como a reforma da previdenciária e o *Plan Laboral*, integrava o conjunto de políticas neoliberais implementadas com o objetivo de sedimentar a

¹ No original: “En el sistema educativo así construido, la competencia se generaliza, todos compiten con todos entro de desigualdades y de diferenciales de recursos muy importantes. Los alumnos y sus familias compiten por acceder a mejores estudios, mejores escuelas. Los niños se preparan desde chicos para tener buenos rendimientos en las pruebas de selección de los colegios a los que los padres pueden o quieren acceder. Más tarde compiten en la prueba de selección universitaria, para poder acceder a las universidades más reputadas. Por otro lado, los establecimientos compiten entre ellos a través de sus resultados, del prestigio, de los servicios que ofrece para atraer alumnos, para percibir los recursos de la subvención” (Aguilera, 2015, p. 1483).

² No original: “[...] abandono de la responsabilidad del Estado en el crecimiento de la cobertura de la educación, así como de la práctica de una planificación centralizada de dicho desarrollo” (Núñez, 1982, p. 87).

institucionalidade do novo modelo político e econômico adotado pelo Estado chileno (Núñez, 1982).

A constituição chilena de 1980, promulgada durante a ditadura pinochetista, “materializa os pilares jurídico-filosóficos do sistema educativo formal chileno”³ (Budnik *et al.*, 2011, p. 308, tradução nossa), definindo que a educação deixa de ser uma função primordial do Estado, cabendo aos pais o dever de educar os filhos e a liberdade de escolher o estabelecimento educacional o qual desejam educá-los, conforme artigos 19, 10º e 11º da Constituição chilena. No entanto, a liberdade educativa dos pais é condicionada à realidade econômica da família ou a sua capacidade de endividamento diante da mercantilização da educação (Aguilera, 2015).

Após a promulgação da constituição, o Estado chileno colocou em marcha a descentralização e a privatização da educação por meio do qual “as escolas estatais, que estavam diretamente geridas pelo nível central do Ministério da Educação (...) passam a depender diretamente de estruturas intermediárias, os apoiadores municipais” (Budnik *et al.*, 2011, p. 308, tradução nossa)⁴, que são favorecidos com a possibilidade de estabelecerem escolas particulares com subsídios estatais.

No sistema educativo instituído no período militar, “os apoiadores particulares administram os subsídios e decidem sobre aspectos centrais da vida escolar, como os planos anuais de cada escola, a designação de diretores, a realocação de professores” (Budnik *et al.*, 2011, p. 309, tradução nossa)⁵. O sistema de subvenções estatais implica na concessão de subsídios públicos a escolas privadas em proporção semelhante frente aos recursos transferidos às escolas municipais. A descentralização e privatização da educação implicou na perda da capacidade regulatória do Ministério da Educação em relação ao

³ No original: “materializa los pilares jurídico-filosóficos del sistema educativo formal chileno” (Budnik *et al.*, 2011, p. 308).

⁴ No original: “Las escuelas estatales, que estaban directamente gestionadas por el nivel central del Ministerio de Educación (...) pasan a depender directamente de estructuras intermedias, los “sostenedores” municipales” (Budnik *et al.*, 2011, p. 308).

⁵ No original: “Los sostenedores administran estos subsidios y deciden respecto de aspectos centrales de la vida escolar, como los planes anuales de cada escuela, la designación de directores, la reubicación de profesores” (Budnik *et al.*, 2011, p. 309).

funcionamento das escolas municipais públicas e particulares, tanto aquelas subvencionadas, ou seja, as que são administradas por agentes privados e que captam recursos públicos, como quanto às escolas particulares que não recebem recursos oriundos do Estado e são financiadas exclusivamente pelo recebimento de mensalidades escolares pagas pelos alunos e seus familiares (Budnik *et al.*, 2011).

Dias antes do fim do regime ditatorial, a Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE) foi aprovada pela Junta de Governo e promulgada por Augusto Pinochet, em 07 de março de 1990. A LOCE consolidou o protagonismo dos atores privados e a subsidiariedade do Estado no campo educativo, estabelecendo um sistema educacional que contava com recursos públicos repassados a escolas privadas, as quais visavam a obtenção de lucro proveniente das mensalidades escolares.

A LOCE estabelece em seu artigo 2º que compete aos pais o direito e o dever de educar seus filhos, cabendo ao Estado um caráter subsidiário nesta relação, o de garantir a liberdade dos pais, permitindo o exercício paternal do direito-dever à educação das crianças. O sistema educacional chileno estabelecido pela LOCE evidencia seu caráter repressor e persecutório em relação às tendências políticas de esquerda ao preconizar no artigo 6º da referida norma jurídica os limites ao ensino de natureza moral e relacionados à ordem pública e segurança nacional que deveriam ser observados pelos estabelecimentos escolares oficiais, vedando-se a propagação de ideias políticas ou partidárias nas escolas, ou seja, o restringindo a reflexão e o pensamento crítico.

A LOCE e demais normas jurídicas relacionadas ao tema educacional foram objeto de diversas críticas por parte de intelectuais e movimentos sociais, havendo algumas alterações legislativas ao longo da vigência dessas normas (Lei n. 19688 de 2000, Lei n. 19712 de 2001, Lei n. 19771 de 2001, Lei n. 19712, Lei n. 19864 de 2003, Lei 19979 de 2004), contudo, sem alterar a natureza do modelo educativo chileno instituído durante a ditadura militar. A mobilização dos estudantes secundaristas de 2006 no Chile estimulou o debate público acerca da LOCE e das discussões políticas acerca da alteração da legislação educacional (Susin; Mendonça, 2021).

3 Movimento estudantil chileno: a revolução dos pinguins de 2006

Com a adoção das políticas neoliberais, os direitos sociais garantidos pelo Estado chileno foram suprimidos por meio de processos de privatização e mercantilização, entre os quais o direito à educação. No contexto pós-ditadura militar chilena, o padrão neoliberal persistiu sob a ordem democrática sustentado pela constituição política de 1980 que institucionalizou o neoliberalismo no país durante a ditadura pinochetista (Paredes, 2019). O programa neoliberal imposto à força no período ditatorial foi conservado durante os governos civis democraticamente eleitos que se sucederam, subsistindo a mercantilização da educação chilena, preservando a estrutura educacional neoliberal e os instrumentos jurídicos que a sustentam. Apoiada na análise de Nestor García Canclini, Caprecci (2022) articula sobre os prejuízos gerados pela tonificação das medidas neoliberais que passaram a ser sensível e amargamente experimentadas pelos estudantes, razão pela qual nas manifestações desvelaram-se grandes agrupamentos pertencentes aos movimentos estudantis.

Com a tensão oriunda da repressão estatal ainda recente e diante da perspectiva de uma nova organização societal após a transição democrática, subsistiu durante muitos anos o apaziguamento das lutas sociais contestatórias aos preceitos neoliberais que estruturam a sociedade chilena.⁶ No entanto, em face da manutenção do programa neoliberal somado aos altos níveis de desigualdade social dos anos 2000, irrompe-se a primeira faísca de revolta estudantil com o *Mochilazo* de 2001, manifestações protagonizadas por estudantes secundaristas chilenos que protestaram contra a redução de benefícios escolares como os relacionados ao subsídio sobre as tarifas de transporte para os estudantes (Paredes, 2019).

Cinco anos depois das primeiras manifestações populares conduzidas por estudantes secundaristas chilenos após a

⁶ A respeito das temporalidades sobre como decorreram as manifestações por educação no Chile, em *Mediações comunicativas em pesquisas sobre os movimentos de estudantes brasileiros (2015 e 2016) e chilenos (2006 e 2011)*, Andressa da Cruz Caprecci (2022) realiza uma síntese em que aborda em tendências de discurso sobre as análises dos cenários brasileiro e chileno dos movimentos estudantis.

redemocratização do país, em 2006, durante o primeiro ano do governo da presidente Michelle Bachelet, os estudantes organizaram a maior mobilização social desde a transição para a democracia (Ruiz, Boccardo, 2020). Para compreender o contexto da revolta, é necessário identificar os personagens centrais do movimento estudantil de 2006, os estudantes que protagonizaram as mobilizações “cresceram em um momento marcado por altos níveis de crescimento econômico durante a década de 1990” (Cabalin, 2013, p. 10, tradução nossa)⁷. Porém, esse crescimento econômico não foi distribuído entre os setores populares da sociedade chilena.

Nesse sentido, Ruiz e Boccardo (2020) afirmam que são os novos setores médios que vão expor o lucro como problema do mal-estar social em relação à educação, alegam que as classes populares e a classe média estavam frustradas com o modelo instituído pelo neoliberalismo. Igualmente, estavam decepcionadas com a promessa de ascensão social, pois viam na realidade a nítida barreira imposta pela burguesia nacional. Com esse panorama de insatisfação e dificuldade no ingresso, permanência e qualidade na educação, as primeiras movimentações estudantis se iniciaram reclamando-se passagem gratuita no transporte público e a eliminação do pagamento pelo exame de ingresso nas carreiras universitárias. Na sequência, as pautas se multiplicaram até encontrarem um problema central, a desigualdade na qualidade na educação chilena, organizada pela burguesia nacional para lucrar cada vez mais.

Assim, o movimento exigia melhorias na qualidade da educação e protestou contra a desigualdade social e segregação existente entre os estudantes do país. As mobilizações estudantis de 2006 revelaram a crise do sistema educacional chileno e exigiram a revogação da LOCE, símbolo da educação no período militar e base do sistema educacional chileno (Cabalin, 2013) e sua substituição por um novo marco legal capaz de sustentar reformas estruturais no campo educativo.

⁷ No original: “(...) período que se caracterizó por la entrada de Chile en la economía mundial. Luego, estos estudiantes crecieron en una época marcada por los elevados niveles de crecimiento económico durante los años 90” (Cabalin, 2013, p. 10).

O movimento estudantil de 2006, conhecido como a *revolução dos pinguins* em razão dos trajes escolares dos estudantes secundaristas se assimilarem ao referido animal, se articulou e a princípio exigiu a gratuidade da *Prueba de Selección Universitaria* (PSU), o exame adotado para ingresso de estudantes nas universidades, tarifa gratuita para o transporte escolar e sem restrições de horários no tocante ao transporte municipal, aumento e melhorias na alimentação escolar e reforma na infraestrutura e instalações escolares (Zibas, 2008).

A mobilização dos estudantes secundaristas produziu diversas ocupações de colégios motivadas por pleitos relacionados à ausência de infraestrutura escolar adequada e exigindo-se uma atuação estatal mais robusta em matéria de educação diante das desigualdades existentes entre as escolas privadas, as subvencionadas pelo Estado e as públicas (Ortiz, 2022). Para além das demandas relacionadas diretamente à reforma do sistema educacional chileno, os estudantes reclamavam “uma oportunidade de se reconectar com a identidade da esquerda, a instalação de uma agenda de direitos sociais e um papel para o público” (Ortiz, 2022, p. 15, tradução nossa)⁸ mais preponderante na sociedade chilena.

Os pleitos dos estudantes e dos setores sociais que os apoiaram não foram bem recebidos pelo governo chileno da *Concertación*, o qual adotou uma postura de rechaço às mobilizações, reprimindo violentamente o movimento estudantil que logrou ocupar ruas e escolas em todo o país e organizou manifestações e paralisações nacionais com amplo apoio de organizações sociais, políticas e sindicais.

Os grupos mobilizados compreendiam que a mercantilização da educação era uma das causas do aprofundamento da desigualdade social e se constituía em uma barreira à ascensão social por meio do sistema educacional chileno. A organização do movimento foi baseada em chamado público nas ruas e através das novas tecnologias voltadas para as redes sociais. Por meio desses instrumentos, os estudantes chamavam a população a se somar a eles compartilhando detalhes sobre as

⁸ No original: “una oportunidad para reconectar con la identidad de la izquierda, la instalación de una agenda de derechos sociales y un rol de lo público” (Ortiz, 2022, p. 15).

manifestações e garantiram grande cobertura dos meios de comunicação tradicionais e dos novos. Dessa forma, foi possível expor o movimento de forma massiva, em tempo real e sem o risco de apagamento e boicote através do filtro dos grandes meios de comunicação, como a TV aberta (Hernández, 2011; Sierra Caballero, Gravante, 2016).

Como resultado, a pressão popular logrou a extinção da LOCE e a criação de uma nova norma jurídica, com outra regulação na relação entre educação e mercado, no entanto, manteve-se o sistema de municipalização da educação e financiamento particular. Assim, mesmo com limitações políticas, o movimento foi uma resposta ao neoliberalismo.

(...) os estudantes em 2006 e 2011 se rebelaram contra essa estrutura e saíram às ruas para combater as consequências do neoliberalismo na sociedade. Segregação urbana, estratificação educacional, distribuição de renda desigual e democracia elitista fazem parte dos resultados neoliberais. (Cabalin, 2013, p. 14, tradução nossa)⁹

Com essa conjuntura, o impacto do movimento estudantil de 2006 e de 2011 reverberou nacional e internacionalmente, atingindo inclusive o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição promotora do neoliberalismo, que expôs publicamente em um relatório de 2011 a necessidade de uma reforma fiscal no Chile para diminuir as desigualdades sociais do país (Cabalin, 2013). Com o fortalecimento do movimento, o governo chileno ofereceu concessões como a gratuidade do passe escolar e da PSU até que o Conselho de Assessoria Presidencial elaborasse outro marco legal para a educação (Cabalin, 2013), o que era considerado como insuficiente pelos estudantes, que pleiteavam transformações estruturais no sistema educacional chileno para além de políticas focalizadas de caráter econômico e social.

Desse modo, como afirma Cabalin (2013), pode-se dizer que a *revolta dos pinguins*, enquanto movimento que lutava por educação pública de qualidade, foi uma das lutas sociais mais importantes do período democrático da história chilena. Interessante destacar que esse

⁹ No original: "(...) los estudiantes en 2006 y 2011 se rebelaron contra esta estructura y salieron a las calles para combatir las consecuencias del neoliberalismo en la sociedad. La segregación urbana, la estratificación educacional, la desigual distribución del ingreso y la democracia elitista son parte de los resultados neoliberales" (CABALIN, 2013, p. 14).

movimento não se moveu apenas pelas reivindicações estritas ao campo da educação, mas também por transformações sociais relacionadas aos reclames de justiça social. Não é exagero afirmar o movimento secundarista de 2006 serviu de alicerce e referência para outros movimentos populares que o sucederam, como as lutas sociais protagonizadas pelos universitários em 2011 e os protestos sociais de 2019, os quais detiveram como caráter comum a oposição contra o neoliberalismo no Chile. Em suma, o movimento estudantil de 2006 que se contrapôs às políticas neoliberais no geral e à mercantilização da educação no específico, explica-se, entre outras condições, em razão da capacidade de organização dos estudantes secundaristas, do descontentamento contra o sistema de exploração neoliberal somado a insatisfação social com os rumos da democracia chilena.¹⁰

4 Movimento pinguino e suas repercussões políticas e sociais

A LOCE foi substituída pela Lei Geral de Educação (LGE) em 2009, a qual promoveu algumas modificações no sistema educacional, em especial relacionadas à fiscalização, controle de qualidade no ensino e avaliação do desempenho de alunos e estabelecimentos educacionais, sem, contudo, incorporar propostas de maior radicalidade, como àquelas orientadas a crítica ao lucro e ao modelo de ingresso de estudantes no sistema escolar (Susin; Mendonça, 2021).

A coalização de forças políticas de centro-esquerda que esteve à frente da presidência da república chilena por duas décadas entre os anos 1990 e 2010 manteve e aperfeiçoou o caráter neoliberal do sistema educacional chileno (Aguilera, 2015). A partir da mobilização estudantil de 2006 organizada pelos *pinguins*, e na sequência, pelos protestos universitários de 2011, os setores populares chilenos protagonizados pelos estudantes “põem em questão as bases do modelo educativo dando início a um período de revisão, de discussão e de propostas de

¹⁰ O movimento produziu várias lideranças políticas, como Gabriel Boric (eleito presidente do Chile em 2022) e Camila Vallejo (Secretária de Governo do Chile em 2022), que participaram ativamente do movimento estudantil de 2011 que mobilizou estudantes universitários em torno das críticas ao sistema educacional chileno.

outro tipo de institucionalidade educativa” (Aguilera, 2015, p. 1482, tradução nossa)¹¹.

As mobilizações estudantis de 2006 estimularam um ciclo de lutas pós-regime ditatorial que expressou o descontentamento frente ao modelo econômico neoliberal implantado no Chile, responsável por uma profunda desigualdade socioeconômica no país. Essas mobilizações estimularam uma subjetivação política no terreno educacional, sobretudo, por meio da superação da passividade e da lógica clientelista dos movimentos estudantis, passando a se confirmar a presença coletiva e crítica daqueles que querem disputar o presente (Paredes, 2019).

As instituições educacionais, tanto escolas como universidades, se converteram em espaço de disputas, alianças e projeções entre diversos atores que passaram a refletir e analisar a situação estudantil do Chile. Para tanto, o legado mais relevante desse período foi o ressurgimento dos espaços educacionais como lugares de expressão política e crítica à lógica neoliberal.

Em 2008, estudantes secundaristas e universitários se levantaram novamente através das ocupações nos estabelecimentos educacionais, dessa vez contra a Lei Geral de Educação (LGE). Conforme afirma Juan Pablo Paredes, a LGE correspondeu a um projeto em resposta a revolta dos pinguins, entretanto não acolheu as propostas mais radicais de transformação educacional apresentadas pelo movimento (Paredes, 2019). Mesmo com a rejeição dos estudantes ao projeto de lei, a LGE foi promulgada em 2009.

Entre 2000 e 2011, continuou aumentando o endividamento de estudantes provocados pelo uso de créditos estudantis, cuja bandeira se deu sob o mote *“La educación no se vende, se defiende”*. Em 2011, o Chile novamente foi tomado por protestos, desta vez realizados por estudantes universitários, muitos deles envolvidos com a revolta dos pinguins. A mobilização se deu através de marchas massivas e repletas de ações artísticas e carnavalescas. Ao passo que, com o decorrer do tempo,

¹¹ No original: “(...) ponen en cuestión las bases del modelo educativo dando inicio a un periodo de revisión, de discusión y de propuestas de otro tipo de institucionalidad educativa.” (Aguilera, 2015, p. 1482)

as manifestações tomaram forma massiva e radical, em formato de protestos.

Greves e ocupações de universidades e escolas secundárias em todo o Chile, além de uma série de ações lúdicas e performances criativas, juntamente com ações de protesto mais tradicionais, como barricadas, “bandeiraços” e “panelaços”, e até a greve de fome, definiram um cenário de confronto, lúdico e heterogêneo que vai caracterizar a manifestação do público estudantil. (Paredes, 2019, p. 138-139)¹²

De acordo com Pires (2015), de maneira autônoma e independente das organizações político-partidárias, o movimento universitário de 2011 realizava o diálogo com as instituições estatais por meio da *Confederación de Estudiantes de Chile* (CONFECH). A CONFECH realizou a coordenação nacional do movimento universitário juntamente com a participação de organizações de estudantes secundários, *Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios* e a *Coordinadora Nacional de Estudiantes Secundarios*. Sob influência das mobilizações de 2006, a organização estudantil se deu através de assembleias periódicas que deliberaram sobre diversos temas previamente discutidos nas bases universitárias e secundaristas.

Desse modo, de acordo com Paredes, os estudantes ganharam protagonismo no debate político do país ao levantarem a bandeira da educação pública, gratuita e de qualidade, atingindo importante alcance em termos de organização e adesão cidadã em âmbito nacional (Paredes, 2019). O movimento estudantil chileno teve êxito em transformar a agenda política da educação pública por meio da exigência de uma reforma profunda no sistema educacional organizado pelos interesses do mercado (Santibañez, 2018). Os estudantes mobilizaram-se por uma campanha contra o lucro na educação, o que ocasionou que milhares de chilenos se solidarizassem com a causa estudantil.

O que se destacou a partir de 2006 foi a forma e a capacidade de mobilização dos estudantes em torno de um objetivo comum, ocupando além de ruas e escolas, também o debate público e midiático. No ano de

¹² No original: “Paros y tomas de universidades y liceos en todo Chile, además de un conjunto de acciones lúdicas y performances creativas, junto a acciones más tradicionales de protesta como las barricadas, los «banderazos» y «cacerolazos», e incluso la huelga de hambre, definieron un repertorio de carácter confrontacional, lúdico y heterogéneo que caracterizará la manifestación pública estudiantil” (Paredes, 2019, p. 138-139).

2011, o tema de interesse nacional era justamente as ações realizadas pelo movimento estudantil, o qual os reclames se voltavam a mudanças estruturais do sistema da educação chilena. Além disso, a resposta do Estado chileno diante da pressão exercida pelos estudantes e pela mídia se demonstrou insuficiente, ao passo que levou à queda de três ministros da educação no período de três anos.

Desse modo, em 2011, as manifestações públicas se converteram em uma ferramenta de uso massivo, permitindo à população a possibilidade de intervir no debate político através da pressão social. Se consolida, então, as mobilizações de viés crítico em três distintos aspectos, conforme define Paredes (2019). O primeiro se refere à legitimação social das manifestações públicas, consubstanciada em marchas carnavalescas e atuações lúdicas, ocupações em escolas e painelaços, que promoveram a materialização do ânimo social voltado à mobilização popular. Essas experiências produziram efeitos institucionais na política e na educação do país e se acumularam historicamente, reaparecendo em anos posteriores em movimentos protagonizados pelos setores populares. Em seguida, ao reivindicar a defesa da educação pública, o movimento estudantil introduz no debate político vocabulário próprio sobre direitos sociais, trajado na linguagem da gratuidade da educação e do fim da mercantilização, ampliando a legitimação social a outras causas também inerentes a luta por direitos sociais e a crítica ao neoliberalismo.¹³ Por último, a produção de uma identidade pública consistente e coerente, projetando o futuro e gerando uma solidariedade coletiva, permitiu também a definição do movimento estudantil e de seus apoiadores enquanto antagonistas do regime neoliberal, o qual aprofunda a desigualdade social no Chile.

Em virtude da pressão social promovida pelos estudantes, o governo chileno de Michelle Bachelet admite fomentar discussões acerca de possíveis reformas do sistema educacional do país. A partir de 2014, a crise da educação transita da luta das ruas para o debate institucional, caracterizando-se pelo

¹³ A esse respeito, o debate sobre a educação se apresenta nas discussões sobre o ensino em direitos humanos e suas raízes na América Latina, conforme Silveira (2023).

(...) “problema público do Ensino Superior”, mediante a configuração de uma arena político-institucional e depois público-mediática, composta por diferentes atores sociais, técnicos e políticos que tentam definir e orientar o problema da educação, substituindo a rua como espaço das expressões críticas (Paredes, 2019, p. 141).¹⁴

Desse modo, a figura dos estudantes como protagonistas do debate sobre a educação foi deslocada para o mundo técnico e especializado, ao passo que, em 2016, foi implementada uma forma de gratuidade administrativa, que manteve a lógica mercantil da educação, reforçando o seu caráter de bem de consumo ao financiar universitários de instituições privadas sem fortalecer a educação pública.

Em 2017, o governo implementou uma estratégia de divisão de propostas diante do conflito causado pela crise na educação. Por um lado, a Reforma da Educação Superior gratuita e de qualidade, abrangendo todo o sistema universitário; do outro, uma reforma orientada às universidades do Estado, como forma de salvar as dívidas ocasionadas pela submissão da educação pública às regras do mercado (Paredes, 2019).

O governo chileno buscou deslocar o movimento estudantil do protagonismo da disputa do problema da educação superior, promovendo o debate em uma arena institucional político-legislativa, o que ocasionou em uma disputa permanente sobre o protagonismo no debate quanto à crise da educação, ao passo que o governo e a classe política moldaram como sendo apenas um problema de gratuidade, ignorando o caráter público das universidades, bem como a financeirização e a vigência do *Crédito con Garantía Estatal* (CAE) (Paredes, 2019). Assim, o vocabulário dos direitos sociais foi incorporado à linguagem neoliberal. Ao passo que o ator coletivo inicial – estudantes mobilizados – perde a influência e o protagonismo público, bem como o apoio da população.

As conquistas institucionais dos estudantes foram tímidas, não obstante, a pressão social exercida por meio dos protestos iniciados em

¹⁴ No original: “«problema público de la Educación Superior», mediante la configuración de una arena político-institucional y luego público-mediática, integrada por diferentes actores sociales, técnicos y políticos que intentan definir y orientar el problema de la educación, sustituyendo a la calle como el espacio de las expresiones críticas.” (Paredes, 2019, p. 141).

2006 e, principalmente a partir de 2011, se transformaram em um importante instrumento político de defesa de pautas e de reivindicações de organizações sociais. Em 2018, as demandas sociais apresentadas pelos estudantes continuaram em aberto, razão pela qual o movimento estudantil volta às ruas e, dessa vez, incorporando aos protestos as demandas feministas por uma educação não sexista nas universidades e escolas.

5 Considerações finais

A presente investigação buscou compreender a mobilização estudantil de 2006 no Chile, que ficou conhecida como a *revolução dos pinguins*, bem como analisar as repercussões políticas e sociais, institucionais e não-institucionais, do movimento. Para tanto, se fez necessário analisar o modelo neoliberal por meio do qual o sistema educacional chileno está organizado a fim de compreender os motivos que levaram ao levante estudantil do *movimento pinguino*.

Os benefícios prometidos pelo modelo educacional neoliberal baseado na livre concorrência entre instituições de ensino não se concretizaram, em especial as promessas relacionadas à maior igualdade e melhoria na qualidade de ensino. Assim, o fracasso do modelo neoliberal foi a razão pela qual os estudantes protestaram em 2006 e seguiram protestando em 2011 (Aguilera, 2015).

A *revolução dos pinguins* foi o estopim na sociedade chilena que motivou o debate público acerca do sistema educacional no país, levantando críticas sobre sua organização e pressionando as instituições estatais a produzirem reformas que definam a educação como direito social e promovam maior responsabilidade e intervenção no Estado na prestação educacional. Assim, o levante dos estudantes, que recebeu apoio de sindicatos e diversos movimentos sociais desvela, no fundo, o descontentamento dos setores populares com os valores neoliberais que organizam a sociedade chilena desde a ditadura militar de Augusto Pinochet, os quais foram aperfeiçoados durante os governos civis que foram eleitos após a redemocratização do país.

A mobilização de 2006 apresentou críticas à mercantilização da educação e às desigualdades produzidas entre estudantes chilenos oriundos de diferentes estratos sociais e regiões do país, que foram em menor grau absorvidas pelo Estado chileno diante das pressões e repercussão social do movimento. Quanto às repercussões de 2006, é relevante destacar que este guarda estreita relação com as mobilizações estudantis de 2011, pois além de ter se tornado uma referência ao movimento que o sucedeu, muitas das lideranças universitárias que participaram dos protestos de 2011 haviam ocupado escolas chilenas de norte a sul do país no marco do *movimento pinguino*.

Em âmbito regional, vale destacar que os protestos dos secundaristas chilenos motivaram os estudantes de outros países latino-americanos a exigirem melhor condições do sistema educacional, como ocorreu em relação aos estudantes brasileiros, que entre 2015 e 2016 ocuparam escolas públicas sob reivindicações de melhorias na qualidade do ensino e na infraestrutura dos colégios, e em face do Projeto da Emenda Constitucional (PEC) n. 241 que previu o estabelecimento de um teto de gastos públicos o qual afetaria negativamente nos investimentos federais em matéria educacional e o Projeto de Lei n. 193 conhecido como “Programa Escola sem Partido”.

Referências

AGUILERA, Natalia Slachevsky. Una revolución neoliberal: la política educacional en Chile desde la dictadura militar. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 1473-1486, 2015.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

BUDNIK, Jenny *et al.* La empresa educativa chilena. **Revista Educação e Sociedade**, v. 32, n. 115, abr./jun 2011.

CABALIN, Cristian. La disputa por la educación en Chile: Neoliberalismo y movimientos estudiantiles. Congreso 2013 de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, Washington, DC, 29 de mayo al 1 de junio de 2013. **Anais [...]** Washington, DC, 2013.

CAPRECCI, Andressa da Cruz. **Mediações comunicativas em pesquisas sobre os movimentos de estudantes brasileiros (2015 e 2016) e chilenos (2006 e 2011)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

CHILE. Ley 18.962/1990. Ley Orgânica Constitucional do Ensino/LOCE. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 1990. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30330>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 20.248/2008. Ley de Subvención Escolar Preferencial. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2008. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=269001>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 20.370/2009. Ley General de Educación/LGE. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2009. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1006043>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 20501/2011. Calidad Y Equidad de la Educación. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2011. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1022346>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 20.845/2015. Ley de Inclusión Escolar. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2015. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1078172>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 21.091/2018. Ley sobre Educación Superior. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2018. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1118991>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ministerio de Educación. **Sistema de Registro y Certificación de Entidades de Asistencia Técnica Educativa (ATE)**. 2020. Disponível em:

<https://registroycertificacionate.mineduc.cl/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 54-61.

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir: novos caminhos**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HERNÁNDEZ, Salvador Millaleo. La ciberpolítica de los movimientos sociales en Chile: algunas reflexiones y experiencias. **Anales de la Universidad de Chile**, v. 2011. p. 87-104, 2011.

KIERNAN, Víctor. **Estados Unidos: o novo imperialismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

LABARCA, José. El "ciclo corto" del movimiento estudiantil chileno: ¿conflicto sectorial o cuestionamiento sistémico?. **Revista Mexicana de Sociología**, 78, 2016, p. 605-632.

NÚÑEZ, Iván. **Evolución de la política educacional del régimen militar**. PIIE, 1982.

ORTIZ, Paola Cornejo. Chile despertó: aproximaciones para comprensión del proceso sociopolítico de Chile. *In*: MENON, Gustavo; IGLECIAS, Wagner; SUZUKI, Júlio César (org.). **América Latina: movimentos sociais**. São Paulo: Edições EACH, 2022, p. 09-21. (Série PROLAM USP Debate, 4).

PAREDES, Juan Pablo. De la Revolución Pingüina a la arena de la gratuidad: Balance de 10 años de luchas estudiantiles en Chile (2007-2017). *In*: GARCÍA, Rubén Díez; NUEZ, Gomer Betancor (Eds.). **Movimientos sociales, acción colectiva y cambio social en perspectiva**. España: Fundación Betiko, 2019, p. 133-147.

PIRES, Cláudia Priscila. As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011. **Revista Contraponto**, v. 1, n. 2, 2015, p. 77-100. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/59931>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RUIZ, Carlos; BOCCARDO, Giorgio. **Los chilenos bajo el neoliberalismo: clases y conflicto social**. 2. ed. Santiago: El Desconcierto-Nodo XXI, 2020.

SANTIBAÑEZ, Ivette. Youth Activism in Chile: from urban educational inequalities to experiences of living together and solidarity. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 3, p. 837-863, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623678811>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SIERRA CABALLERO, Francisco; GRAVANTE, Tommaso. Ciudadanía digital y acción colectiva en América Latina: Crítica de la mediación y apropiación social por los nuevos movimientos sociales. **Trama comun.**, Rosario, v. 20, n. 1, p. 163-175, jun. 2016. Disponível em: <http://ref.scielo.org/v348mb>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVEIRA, Suzana Maria Loureiro. América latina e o ensino clínico em direitos humanos. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 1-33, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2023.41457>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SINGER, Paul. O papel do Estado e as políticas neoliberais. *In*: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 125-140.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SUSIN, Maria Otília Kroeff; MENDONÇA, Juliana. As transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 40. 2021, p. 1-23.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ZIBAS, Dagmar. "A Revolta dos Pingüins" e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, 2008, p. 199-220. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000200002>. Acesso: 01 ago. 2013.

Sobre os autores

Gabriel Dib Daud De Vuono

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Especialista em Direitos Humanos pela Universidad Nacional de Córdoba (UNC, Argentina) e em Processos didático-pedagógicos para cursos na modalidade a distância pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Mestre e doutorando em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Supervisor pedagógico da UNIVESP.

Email: gabriel.devuono@usp.br

Paola Fernanda Silva Mineiro

Graduada e mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Pesquisadora no Núcleo de Justiça Racial e Direito na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo. Advogada e consultora em diversidade, equidade e inclusão.

Email: paolamineiro@gmail.com

Julia Cardozo Fidalgo Ramos

Advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Email: jfidalgo.jf@gmail.com

Histórico

Recebido em: 06/02/2023. Aceito em: 27/03/2023. Publicado em: 01/10/2023.

Disputas territoriais em Uberaba (MG): lutas e resistências na produção de alimentos no assentamento rural Dandara

Territorial disputes in Uberaba (MG, Brazil): struggles and resistances in food production at the Dandara rural settlement

Diego Antonio Xavier da Silva

Graduando em Geografia pela UFTM

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Doutora em Geografia pela UNESP. Professora da UFTM

Resumo: O Brasil vive o aumento da fome em diversas regiões, enquanto o agronegócio alcança recordes em exportações com lucrativos rendimentos na agropecuária nacional. Diante desse cenário, o presente texto faz uma reflexão sobre as disputas territoriais e as lutas e resistências na produção de alimentos no Assentamento Dandara em Uberaba (MG). No Dandara, apesar da produção diversificada de alimentos, a falta de apoio e a ausência da organização política interna são problemáticas que acirram o processo de lutas no assentamento. A análise deste texto baseia-se na produção diversificada de alimentos em comparação às monoculturas exploradas pelo agronegócio, considerando dados obtidos na base da Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE), em levantamento bibliográfico e na realização de trabalhos de campo. O estudo indica uma preocupante concentração de monoculturas em função da força do agronegócio. A diferença da área destinada à colheita para lavouras permanentes e temporárias e suas produções iluminam parte das dificuldades e desafios das lutas e resistências do campesinato no município.

Palavras-chave: Disputas Territoriais. Agronegócio. Agricultura Familiar. Produção de alimentos.

Abstract: Brazil experiences an increase in hunger in various regions, while agribusiness achieves record-breaking export numbers, generating profitable returns in the national agricultural sector. Given this scenario, the present text reflects on territorial disputes and struggles for food production in the Dandara Settlement in Uberaba (MG). In Dandara, despite the diversified food production, lack of support and internal political organization issues exacerbate the struggles within the settlement. The analysis in this text is based on the comparison between diversified food production and monocultures exploited by agribusiness, considering data obtained from the Municipal Agricultural Production database (PAM-IBGE), bibliographic research, and fieldwork. The study indicates a concerning concentration of monocultures due to the strength of agribusiness. The differences in the area allocated to permanent and temporary crops and their productions shed light on some of the difficulties and challenges faced by peasant struggles and resistances in the municipality.

Keywords: Territorial Disputes. Agribusiness. Family agriculture. Food production.



1 Introdução

A fome é um problema grave e real que afeta muitas pessoas no Brasil. Dados recentes indicam que milhões de brasileiros ainda vivem em situação de insegurança alimentar, o que mostra a persistência do problema em diversas regiões do país. É fato que o Brasil (re)vive o perverso e vergonhoso flagelo da fome, que tem consequências desastrosas para a saúde e bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento do país como um todo.

É fundamental que sejam tomadas medidas concretas e efetivas para combater essa situação e garantir o direito à alimentação adequada para todos os brasileiros. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), em 2021, 116,8 milhões de brasileiros (55,2%) estavam com algum grau de insegurança alimentar (IA) e 19 milhões de pessoas (9%) passavam fome, ou seja, em IA grave. Em contrapartida, o agronegócio alcançou recordes em exportações, obtendo os mais lucrativos rendimentos na agricultura e pecuária nacional em toda a sua história. De janeiro a outubro de 2021, o agro havia movimentado U\$102,4 bilhões com exportações, ultrapassando o recorde registrado em 2018, de U\$101,2 bilhões.

Há uma tendência de aumento no processo de reprimarização da economia brasileira, em que as exportações de produtos primários superam as de produtos manufaturados, o que leva o país a retornar ao padrão primário-exportador do período colonial. Essa situação se torna preocupante, já que o país depende cada vez mais da exportação de produtos básicos, sem valor agregado, o que pode provocar impactos negativos na geração de empregos, no desenvolvimento de tecnologias e no crescimento econômico a longo prazo.

Os índices apresentados são no mínimo perturbadores, exigindo medidas para incentivar a produção de bens manufaturados e estimular a diversificação da economia brasileira. Em Uberaba (MG), nos anos 1970, a expansão da lógica capitalista no campo possibilitou que o setor sucroalcooleiro atuasse como motor de desenvolvimento hegemônico no município e na região anos mais tarde. O Programa Nacional do Álcool

(PROÁLCOOL) favoreceu a instalação das primeiras usinas do Triângulo Mineiro, aportando, décadas à frente, um intenso processo de territorialização desse setor ligado ao agronegócio.

Não obstante, nesse mesmo período, iniciava-se um processo de desconcentração das atividades industriais em São Paulo, favorecendo, por sua vez, Uberaba, que na dinâmica de ampliação da fronteira agrícola do Cerrado abrigou projetos como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)¹, em 1975, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER)², em 1979.

O PRODECER foi concebido e implementado com o objetivo de superar as limitações geográficas e regionais e criar uma nova geografia do capitalismo rural, com a intenção de transformar os cerrados brasileiros em um importante pólo de crescimento da agricultura nacional a partir do final do século XX (Santos, 2016, p. 386).

O POLOCENTRO foi o principal programa regional de ação implementado durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), instituído pelo Decreto 75.320 de 29/01/1975, o programa teve como finalidade a ocupação planejada e racional das áreas centrais do Brasil (Silva, 2000, p. 31).

Os dois programas buscaram, essencialmente, apoiar financiamentos e incentivos agrícolas de renomadas corporações agrícolas que se instalaram na região, com melhorias na infraestrutura, logística, técnicas de produção e correção do solo, por exemplo. Mas o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, se compreendidas por seu caráter desigual, contraditório e combinado (Oliveira, 1999), reproduzem, também, relações não-capitalistas.

¹ O Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO) foi criado em 1975 pelo governo brasileiro com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região Centro-Oeste do país, que na época apresentava baixos índices de desenvolvimento humano e infraestrutura precária. O programa envolveu a construção de estradas, ferrovias, portos, escolas, hospitais, habitações populares, além de investimentos em agricultura, pecuária e indústria. O POLOCENTRO foi desativado em 1979, mas suas ações tiveram impacto significativo no desenvolvimento da região.

² O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foi pensado e concebido a partir de 1974 como uma iniciativa de cooperação técnica entre o Brasil e o Japão que teve como objetivo incentivar o desenvolvimento agrícola e a colonização de áreas de cerrado no Centro-Oeste brasileiro, por meio da transferência de tecnologia e conhecimentos agrícolas.

A reprodução social do campesinato se materializa com resistências e enfrentamentos dos movimentos sociais, que historicamente se mobilizam no campo na luta pela reforma agrária. Os territórios da agricultura familiar, cuja espacialidade estudada nesta pesquisa é organizada nos assentamentos rurais, configuram-se como um modelo de desenvolvimento contra-hegemônico para o campo brasileiro.

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é a região do estado de Minas Gerais que concentra os maiores índices de ocupações de terras e manifestações travadas por movimentos sociais de luta pela terra (Dataluta, 2022). Diante desse cenário, uma leitura interpretativa desses sujeitos é apontada nesse texto, destacando a disputa territorial entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa familiar no município de Uberaba (MG). Analisamos a produção diversificada de alimentos em comparação às monoculturas exploradas pelo agronegócio, bem como as políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinadas ao agricultor familiar e as lutas e resistências para a produção de alimentos no assentamento rural Dandara. Além disso, em nosso trabalho de campo, realizamos, com o apoio de um roteiro de questões, algumas reflexões acerca daquele território, com três famílias, sobre essa disputa territorial no município.

O texto está organizado em três eixos principais. O primeiro discute as disputas territoriais entre o agronegócio e a agricultura familiar e/ou tradicional e suas implicações para a produção de gêneros alimentícios; o segundo eixo evidencia essa disputa com base na produção de gêneros/cultivos no Brasil e Uberaba, da área de produção e das políticas públicas; e no último, será apresentado o assentamento rural Dandara, com enfoque na sua produção de alimentos e na organização política.

2 Agronegócio, agricultura familiar e reforma agrária

A acumulação ampliada do capital num processo cada vez mais frenético, pressupõe um movimento que converte bens em mercadorias. A organização do espaço no meio rural, em especial, de sua dimensão

territorial, ganha relevância, uma vez que abriga as ações de produção, circulação e consumo, culminando na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (Paulino, 2008). Assim, o estudo das disputas territoriais é um elemento que tem chamado atenção no interior da produção científica da Geografia Agrária, ocupando uma das principais temáticas nessa área (Vinha, 2021). Na contemporaneidade, tais disputas se expressam de diferentes maneiras no Brasil.

Em virtude das contradições intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo no campo, compreender as relações de poder que reivindicam o território é um prisma que possibilita revelar parte dessas contradições. A histórica ausência de uma política nacional e efetiva de reorganização fundiária marginalizou o acesso à terra aos camponeses, povos tradicionais e originários, indivíduos responsáveis por abastecer e alimentar o país. Na contramão, o avanço do capitalismo, liderado pela pujança do agronegócio, âncora desde o início da década de 1990 a economia brasileira (Delgado, 1985). O espaço agrário transformou suas estruturas de organização de produção de mercadorias agrícolas, tornando os latifundiários aliados da burguesia brasileira.

A disputa pela terra passa a ser fundada na batalha pelo modelo agrícola do agronegócio, em que o grande capital se moderniza e aumenta sua produção. O latifúndio dá novos contornos ao desenvolvimento capitalista no campo, dando ao agronegócio novas roupagens, mas preservando seu conteúdo, com a monocultura e a exportação de bens primários (Porto-Gonçalves, 2009). Por outro lado, os processos de subordinação do campesinato aumentam, cuja exploração, expropriação e violência são traços marcantes. A sujeição da renda da terra abre caminho para a entrada do capital na realidade do camponês, subordinando-o pela ação dos monopólios (Oliveira, 2007).

No entanto, é justamente nessa contradição que esse grupo se reestrutura enquanto classe social, criando um movimento que contrasta com esse processo. O camponês se aproxima do fazer agricultura, da sua relação com a natureza e outras formas de lutar pela terra. Ela pode ser entendida como a desassociação de parte ou em seu todo das forças do

capital e do mercado (Ploeg, 2008) ou como poder relacionado dentro das cadeias de mercadorias (Simula, 2015).

Dessa maneira, ao debater sobre as territorialidades, considera-se que a luta pelo acesso e permanência na terra se dá no território. Para Raffestin (1993, p. 144-152), o território expressa as relações de poder. Assim, ao se apropriar do espaço, o poder transforma-o em território. Ele se afirma por meio da posse do espaço, tendo em consideração a intenção de se apoderar do local que é "preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática". E conceitua o território como um conjunto de ações e objetivos associados aos elementos do espaço, que podem ser interpretados como sistemas de objetos.

Para Souza (2009), o espaço se forma uma categoria influente para o entendimento dos processos, por oferecer elementos explicativos, com base na prática socioespacial, para a formação, organização e constituição dos territórios. Os sujeitos transformam o espaço mediante as ações políticas, sociais, culturais ou econômicas, e assim, se territorializam no espaço. Para Fernandes (2006), é relevante enfatizar que o espaço enquanto fragmento ou parcela é uma representação criada a partir de uma definição influenciada pela interação social, formada por uma relação social. Essa representação requer uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão simplista do espaço, reduzindo suas qualidades.

Nesse sentido, apresentam o espaço político apenas como político, o espaço econômico apenas como econômico e o espaço cultural apenas como cultural. Essa interpretação ocorre mesmo que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e complementares do espaço geográfico. A intencionalidade é um modo de compreensão utilizado por um grupo, uma nação, uma classe social ou mesmo uma pessoa para se realizar, ou seja, para se manifestar no espaço.

A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, mas única, sempre uma forma, um modo de ser e de existir. É uma identidade constituída. É necessário delimitar o espaço para diferenciá-lo e identificá-lo, o que pode levar a uma leitura parcial do espaço que é

apresentada como totalidade. Cada grupo social se vê como o centro do universo, restringindo a multidimensionalidade do espaço à sua intencionalidade. Em outras palavras, a parte é transformada em todo e o todo em parte, o que resulta em uma representação unidimensional do espaço.

A visão parcial que criou essa representação é expandida para representar a multidimensionalidade do espaço, criando diferentes leituras socioespaciais. Essas leituras produzem um espaço geográfico e social específico, conhecido como território, que é apropriado e mantido por uma determinada relação social e poder. Essa relação social e poder é concedida pela receptividade. O território, enquanto construção social, é permeado por convenções e confrontações, na medida em que sua existência implica na delimitação de limites e fronteiras, que por sua vez, geram conflitualidades entre as diferentes relações sociais que se estabelecem nesse espaço.

Embora seja uma fração do espaço geográfico, bem como de outros espaços materiais ou imateriais, é importante destacar que o território não é uma representação unidimensional, mas sim um espaço multidimensional que possui qualidades composicionais e completivas dos espaços. O território, inclusive, pode ser entendido como um espaço político abstrato, que se configura a partir das dimensões de poder e controle social que lhe são inerentes. É, portanto, fundamental enfatizar que as partes que compõem o território possuem as mesmas características da totalidade, o que evidencia a multidimensionalidade desse espaço (Fernandes, 2006, p. 33).

É possível afirmar que todo território é composto por um espaço, embora este não necessariamente seja geográfico, podendo ser social, político, cultural, cibernético, entre outros. Por outro lado, é importante ressaltar que nem todo espaço é um território, sendo que os territórios são dinâmicos, podendo se mover e se fixar em diferentes locais no espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação, por exemplo, é considerado seu território, que pode ser composto por diferentes subterritórios.

As relações sociais são responsáveis por transformar o espaço em território e vice-versa, sendo o espaço considerado um elemento a priori e o território um elemento a posteriori. É importante destacar que o espaço é perene, enquanto o território é intermitente, sendo produzido e reconfigurado continuamente pelas relações sociais de maneira contraditória, solidária e conflitiva. Esses vínculos são indissociáveis e explicitam as relações de contradição, solidariedade e conflitividade presentes na multidimensionalidade do território como espaço geográfico, que contém tanto os elementos naturais como aqueles produzidos pelas relações sociais.

O território é, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou e sua existência e destruição são determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Dessa forma, o território pode ser compreendido como um espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais.

É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência (Fernandes, 2006, p. 34).

Sendo assim, partindo dessas relações sociais (do campesinato), esses dois tipos de territorialidades, autônoma e/ou subordinada, constroem territorialidades marcadas por profundas diferenças. As territorialidades camponesas autônomas pretendem a reprodução da vida, fundamentadas no trabalho familiar, na luta por autonomia, na relação com a natureza, na produção de alimentos, na tentativa de equilibrar diversos elementos que fazem parte de um modo de viver.

Ao se aproximar da natureza, o camponês cria uma base de recursos controlada, respaldada nos saberes populares, produz suas próprias culturas e os insumos que precisa, atua em cooperação, gera mercados

camponeses populares e se aproxima do consumidor. Essa base blindada os camponeses das instabilidades econômicas e ambientais, e preserva a sua riqueza cultural e de todos em sua volta. Já as bases subordinadas afastam o camponês da natureza e das heranças culturais populares, das distintas formas de cooperação, e com isso, se aproximam, em maior velocidade, dos mercados globais de sementes e agrotóxicos. São camponeses extremamente dependentes do capital industrial, comercial e financeiro, e de financiamentos.

Quanto mais depende, maior é a probabilidade dele ser marginalizado perante a sociedade, resultado da perda de suas produções ou, em último caso, de suas terras. Se torna um cidadão vulnerável até que o caminho oposto seja trilhado. Contudo, as unidades de produção não se assumem, em sua totalidade, como autônomas ou subordinadas. Ser parte autônoma é ter relativa autonomia em um estípite cultivado ou em um dos estágios desse cultivo, mas não no conjunto ao todo.

O camponês parcialmente autônomo se assemelha ao parcialmente subordinado, sendo um meio-termo entre a subordinação e a autonomia, produzindo distintos usos dos territórios, em situações conflitantes de subordinação e autonomia. Entre os extremos, há variadas circunstâncias, níveis e graus de subordinação e autonomia. Um camponês, que num dado momento possuía um nível elevado de autonomia, pode se transformar em um camponês parcialmente autônomo, o que também o leva a ser parcialmente subordinado. São as chamadas Pluri-multi-territorialidades camponesas, variações que ocorrem entre os extremos, isto é, entre a subordinação e a autonomia (Origuéla, 2020).

Dessa forma, as territorialidades dos camponeses podem ser classificadas como subordinadas, autônomas ou uma combinação de ambas. Essas formas de territorialidades dependem das interações que os camponeses têm com o contexto agrário, o movimento socioterritorial e o Estado, e suas instituições. Em outras palavras, a forma como os camponeses se relacionam com elementos externos à sua unidade de produção influencia suas territorialidades. Além disso, foi por meio das

disputas territoriais, que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) estendeu sua área de atuação, por meio de grandes ocupações de latifúndios com a organização de milhares de famílias em acampamentos, o que resultou em numerosos espaços de luta e esperança.

Como acentuam Stédile e Fernandes (1999) acerca da principal maneira de desapropriar terras:

Se não ocuparmos, não provamos que a lei está do nosso lado... a lei só é aplicada quando existe iniciativa social... a lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas querem terra, para depois se aplicar a lei (Stédile; Fernandes, 1999, p.117).

As ocupações realizadas pelo MST, bem como de outros movimentos, foram as principais estratégias de luta de acesso à terra durante muitos anos. Há uma estimativa, de acordo com o Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta), de que entre os anos de 1995 e 1999, aproximadamente 85% dos 2.750 assentamentos rurais com cerca de 300 mil famílias no país foram criados por meio de ocupações de terra.

Entre 1986-1997, 77% dos assentamentos das regiões Sul e Sudeste, e dos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás, Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco foram conquistados por meio das ocupações. Na procura de estratégias contra esses movimentos sociais do campo brasileiro, o agronegócio se une a outras esferas conservadoras da política nacional como: mídia conservadora e a Bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala), que são seus representantes no Legislativo e negociam os interesses desse grupo.

Os dados demonstram que um acirrado processo de criminalização dos movimentos organizados e de trabalhadores vem se desenvolvendo no Brasil, com o objetivo de atemorizar e desmobilizar segmentos que lutam pela efetivação de direitos essenciais previstos na Constituição (Senado Federal, 2017). Assim, diante desse contexto, historicamente o MST e outros movimentos sociais no país enfrentam muitas lutas, desafios, resistências e opressões.

A luta pela terra, pouco a pouco, foi ampliada, entendendo que era necessário democratizar e levar condições justas de acesso dos recursos financeiros aos camponeses. É preciso que

[...] tenham acesso a crédito subsidiado, para que possam não só desenvolver a produção agrícola, mas também consigam instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso a mercado e a comercialização, enfim, que se democratize também a propriedade dos demais meios de produção e comercialização (Stédile; Fernandes, 1999, p. 163).

É por meio da luta pela terra que a reforma agrária permaneceu na pauta política do Estado em distintos governos. Os camponeses têm a chance de garantir a sua existência e reprodução, onde "o acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nesta que os camponeses asseguram seu meio de existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar". Todavia, com os passar dos governos e com a pressão das forças hegemônicas latifundiárias, alteradas ou lideradas pelo agronegócio, o que predominou foi uma contrarreforma agrária. Grande parte dos assentados localiza-se em terras degradadas ou que necessitam de incrementos, apresentam a falta de assistência técnica e são distantes dos centros consumidores. Dessa maneira, o "problema não se resolve em si, se reproduz em si".

É nesse contexto que tentamos direcionar o debate sobre a atual reforma agrária, focando nas contradições e empecilhos, como também na sustentabilidade da relação sociedade/natureza em pleno séc. XXI. A reforma agrária necessita ser introduzida

"[...] num âmbito mais geral e como parte do complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais pela terra. Não só a terra para produzir e dela usufruir, mas a Terra como totalidade planetária" [...] (Carvalho, 2013, p. 133).

Dessa forma, se compreende a reforma agrária como um extenso conjunto de mudanças na organização agrária de uma região ou país que pretende alcançar melhoria nas situações sociais, econômicas e políticas da população rural.

De acordo com Carter e Carvalho (2010), há duas vias para realizar uma reforma agrária: uma conservadora e a outra progressista. A reforma agrária conservadora se envolve em caráter reativo ao invés de

proativo, e se restringe a um limite de ação para as mudanças sociais. Ela responde à pressão social e ao propósito de amenizar os conflitos no campo, e deixa à parte as medidas de promoção da agricultura familiar perante a transformação da estrutura fundiária e as suas relações de poder. Trata a reforma agrária como uma questão setorial e isolada, algo marginal para o desenvolvimento rural. Os assentamentos são colocados em pontos específicos e dispersos, em que não mudam de maneira precisa a estrutura fundiária atual e desigual.

De outro lado, apoiada pelo MST e seus aliados no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a Justiça no Campo, há a reforma agrária progressista, que visa mudar a estrutura agrária e as relações de forças sociais e políticas no campo. Busca acabar com o latifúndio, de modo a impor regras legais que diminuam o tamanho da propriedade rural; democratizar o acesso à terra para as famílias mais carentes no campo; e findar com o oligopólio das grandes multinacionais que asseguram um modelo agrícola que se baseia na concentração de terras, na monocultura, na desigualdade social e no impacto ambiental. Essa reforma só é suscetível de existir se implementada por um Estado forte e centrado nos interesses da classe trabalhadora, com programas de crédito, comercialização, educação, saúde, obras de infraestrutura e assistência técnica visando promover a agroecologia.

Em Uberaba (MG), a estrutura fundiária se assemelha à desigual concentração de terras do Estado. Até 2016, um número baixo de imóveis rurais detiam quase 44% de todas as terras ocupadas. Em 2018, dos 420 mil hectares ocupados por todas as propriedades registradas, cerca de 60% estavam sob o controle de grandes proprietários de terras, enquanto os pequenos proprietários cobriam apenas 11%. Nesse município, o agronegócio comanda o espaço agrário. A pecuária extensiva do gado Zebu, provinda do final do século XIX, e a instalação do setor alcooleiro na década de 1970 levaram Uberaba a ocupar um papel de expoência junto à agricultura capitalista. As grandes corporações do agronegócio impõem novas relações de poder na definição do sistema alimentar do globo, garantindo e ampliando sua hegemonia.

O regime alimentar atual, fincado no neoliberalismo, caracteriza-se pela concentração de poder mediada por poucas empresas, sem a intenção de levar o bem-estar social aos indivíduos, mas aumentar o seu capital cada vez mais, transformando o alimento - que deveria ser acessível a todos - em mercadoria.

Eleva-se o poder das corporações, institucionalizando-se uma supremacia relativa, fazendo com que os Estados se aliem aos interesses do capital. Nos anos de 2012 a 2015, o agronegócio cresceu mais de 12% na expansão da sua área; em contrapartida, a agricultura familiar declinou cerca de 15% em Uberaba.

Essa diminuição reflete o grau do descaso com um sistema de produção responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos nacionalmente e que propaga a soberania alimentar. Para tentar compreender melhor o agronegócio e a agricultura tradicional em Uberaba, dialogamos, na próxima seção, sobre as disputas territoriais entre esses dois sujeitos. Serão destacados a produção de gêneros e cultivos, a área de produção e as políticas públicas.

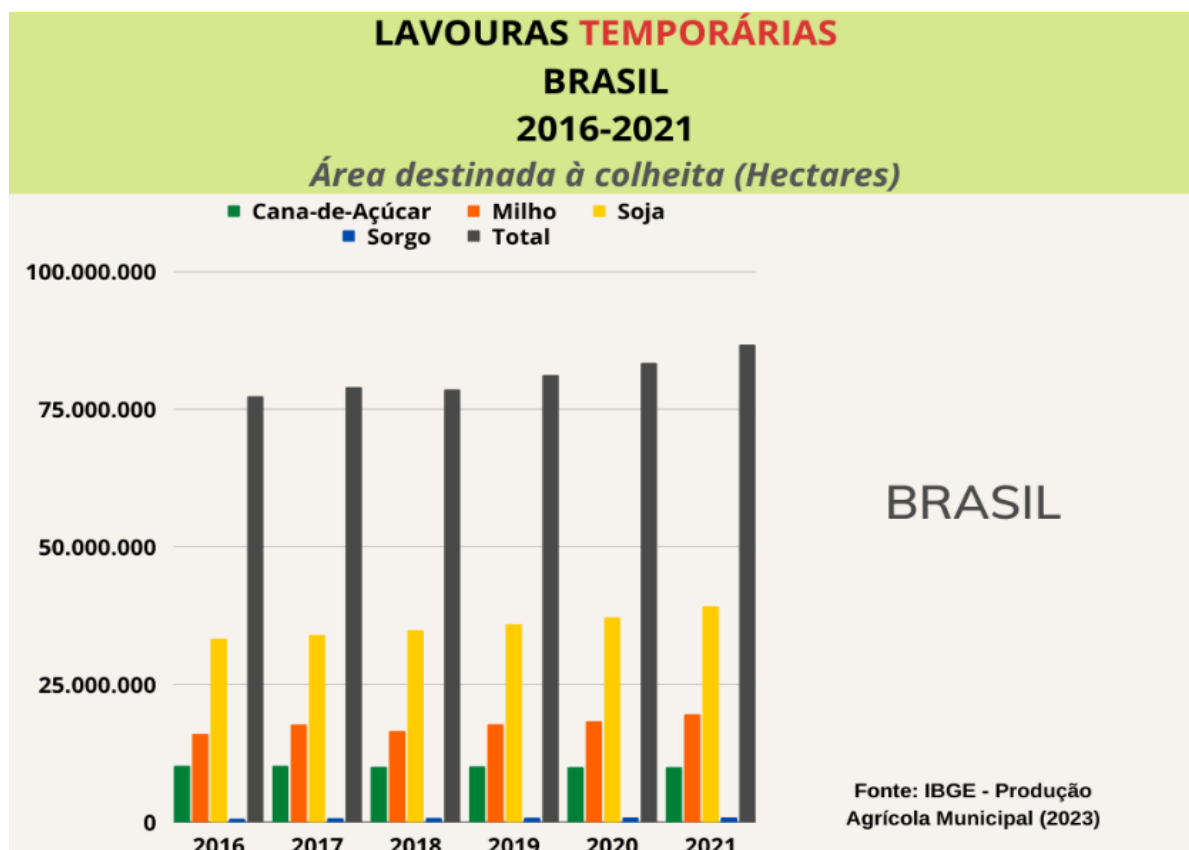
3 Produção de gêneros/cultivos, área de produção e políticas públicas: compreendendo as disputas territoriais em Uberaba (MG)

As observações foram feitas em três partes: produção de gêneros e cultivos, área destinada à colheita de gêneros e políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sendo assim, utilizando dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), foi realizada uma análise comparativa das lavouras temporárias e permanentes nas escalas municipal (Uberaba) e nacional (Brasil) para o período de 2016 a 2022.

A análise buscou refletir as consequências do golpe parlamentar-jurídico-midiático no campo e fornecer uma comparação entre as produções do território brasileiro e Uberaba, em que a hegemonia do agronegócio representa um desafio significativo para a construção de uma projeto de Reforma Agrária Popular e que culmine na produção de alimentos.

A Figura 1 mostra que nas lavouras temporárias apenas três tipos de culturas (soja, milho e cana-de-açúcar) ocupam cerca de 80% da área destinada à colheita no Brasil durante todo o período analisado (69 milhões de hectares em 2021).

Figura 1. Lavouras Temporárias - Área destinada à colheita de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo (Brasil, 2016 a 2021)

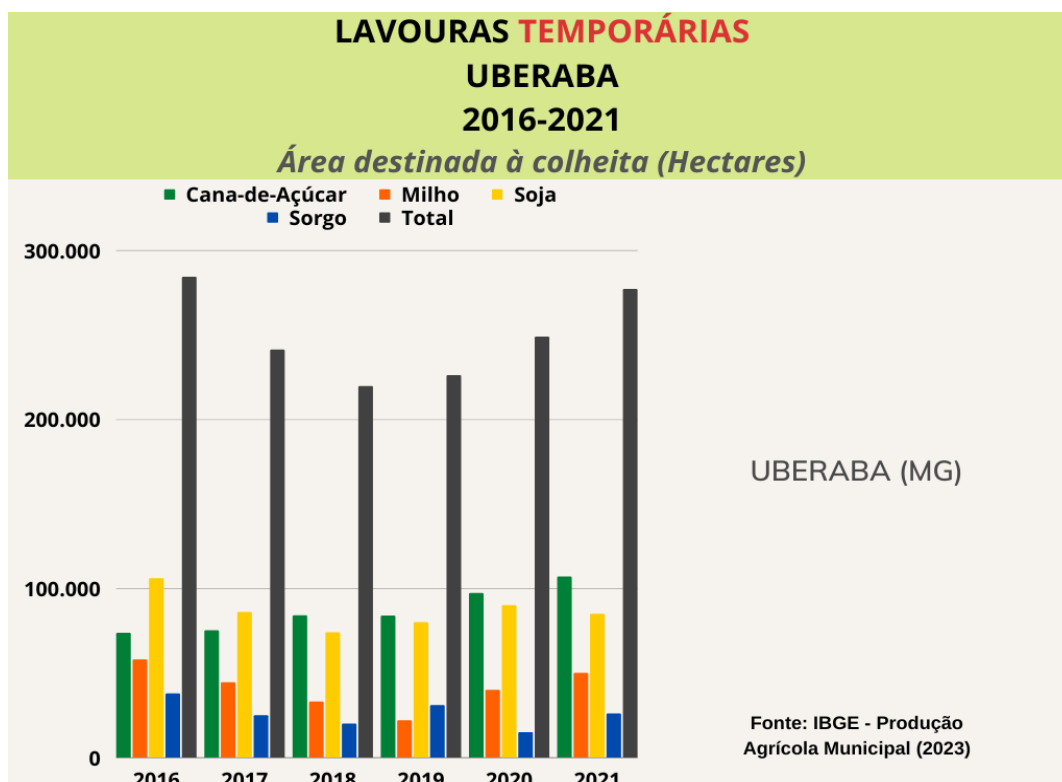


Fonte: Os autores.

Nesse período, especificamente em 2020, a soja destacou-se como a cultura mais cultivada, com 37 milhões de hectares, quatro vezes mais que a cana-de-açúcar - que contabilizou 10 milhões de hectares. Além disso, verifica-se que a produção de soja e milho aumentou em aproximadamente 9 milhões de hectares.

Quando se considera o município de Uberaba (MG), sede de duas usinas sucroalcooleiras, é possível observar que os padrões da produção agrícola seguem a mesma tendência nacional, como mostra a Figura 2. A cana-de-açúcar é a cultura que se destaca em Uberaba, refletindo a hegemonia do agronegócio na região.

Figura 2 – Lavouras Temporárias - Área destinada à colheita de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo (Uberaba, MG, 2016 a 2021)



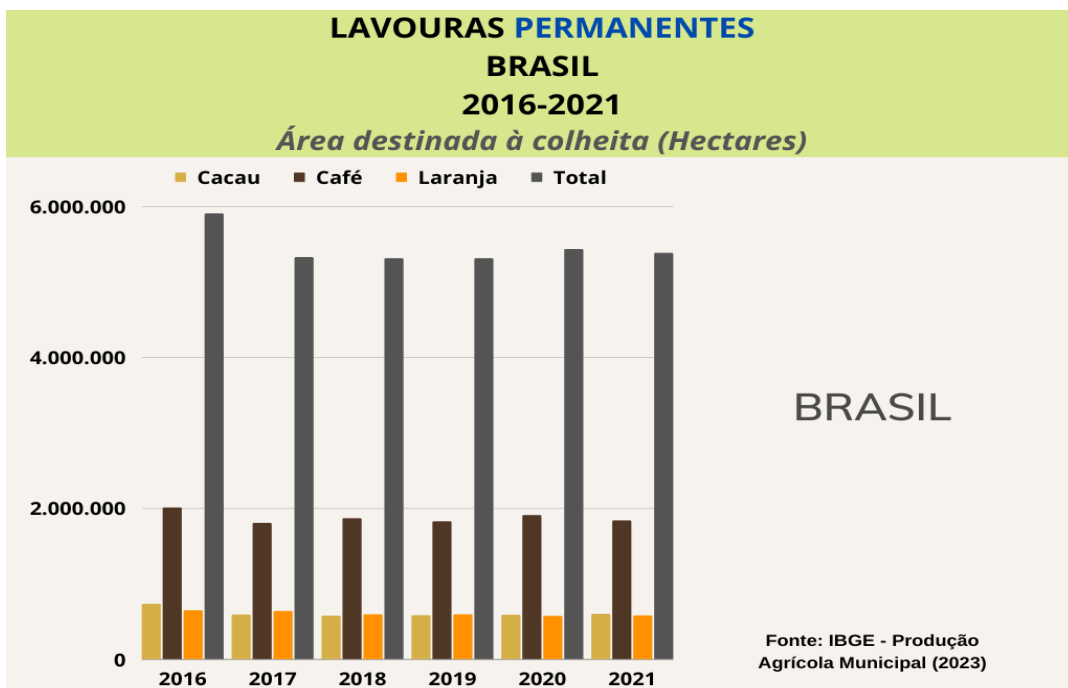
Fonte: Os autores.

A situação no município de Uberaba, segundo dados obtidos, segue os padrões brasileiros de monocultura, em que as três principais culturas representam aproximadamente 95% da área destinada à colheita de lavouras temporárias.

Embora perceba-se uma redução no número de hectares destinados à colheita dessas culturas em 2017, a partir de 2018 houve um aumento devido a incentivos governamentais relacionados à agricultura corporativa. A concentração em monoculturas com objetivo de lucro e atendimento ao mercado exterior compromete a produção da agricultura familiar, como destacado por Alentejano (2018).

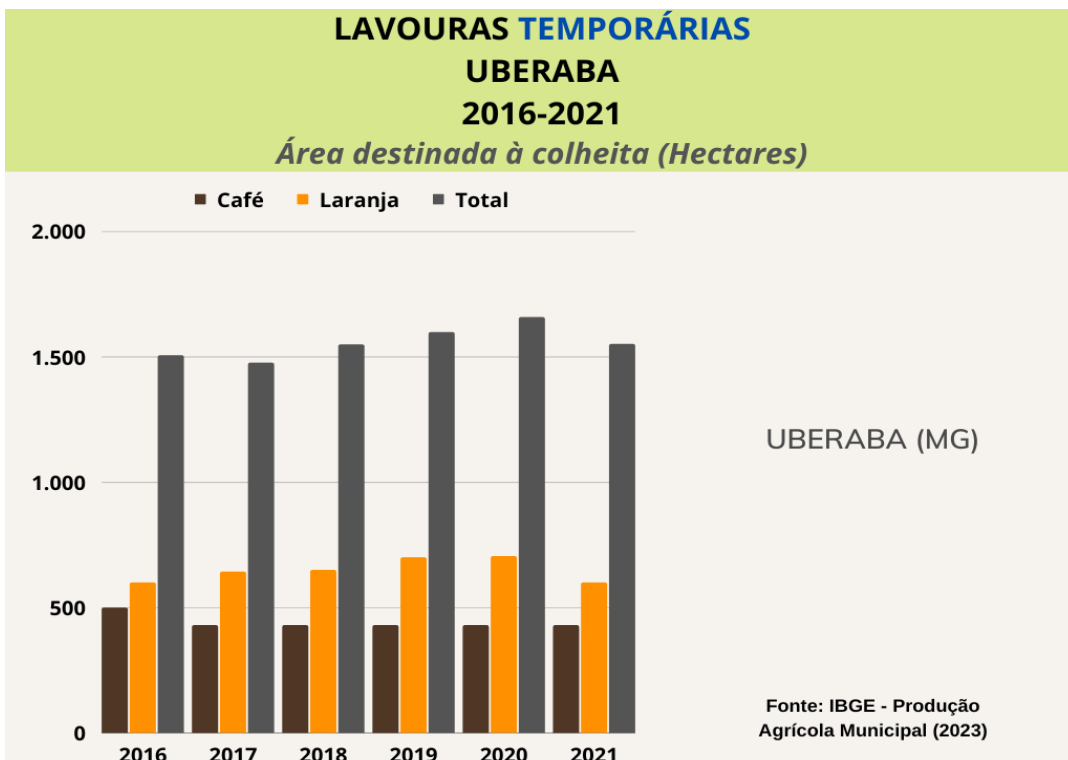
O governo de Michel Temer deixou claro seu posicionamento em relação às disputas no campo brasileiro logo em seus primeiros atos, quando extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e cancelou desapropriações de terras e demarcações de terras indígenas e quilombolas. Nas lavouras permanentes (Figuras 3 e 4), o que se observa é a predominância de três tipos de culturas: café, cacau e laranja.

Figura 3. Lavouras Permanentes – Área destinada à colheita de cacau, café e laranja (Brasil, 2016 a 2021)



Fonte: Os autores.

Figura 4. Lavouras Temporárias - Área destinada à colheita de café e laranja (Uberaba, MG – 2016 a 2021)



Fonte: Os autores.

A cultura do café representa cerca de 34% das áreas destinadas à colheita de lavouras temporárias no Brasil. Em conjunto com outras duas culturas, detêm mais da metade dessas áreas. De acordo com Bernstein (2011), há uma forte tendência de concentração de terras, com um pequeno número de grandes fazendas detentoras de grandes áreas. Isso é resultado da busca por lucro e capital, o que leva a um aumento significativo nas toneladas dessas monoculturas.

No município de Uberaba, em 2021, houve 277 mil hectares destinados à colheita de lavouras temporárias, enquanto as lavouras permanentes apresentaram apenas 1.551 hectares (Figura 4). Embora o número de hectares seja menor, o padrão de produção segue o nacional, com o café e a laranja como as maiores culturas, representando 66% da área destinada à colheita em lavouras permanentes.

Com isso, há poucas áreas agricultáveis restantes, o que impacta na produção de alimentos em 2021. Em Uberaba, 521 hectares foram diversificados para lavouras permanentes, enquanto 9.070 hectares foram destinados à produção de alimentos distintos em lavouras temporárias. Este número é substancialmente menor em comparação com as grandes plantações de monoculturas já mencionadas. O regime alimentar corporativo é representado pelas corporações do agronegócio, que assentados no latifúndio, controlam e dominam as terras.

Se considerados os dois últimos Censos Agropecuários, percebe-se que a estrutura fundiária foi praticamente inalterada. No caso de Uberaba, a presença do latifúndio desde a fundação do município, no século XIX, originou uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Dos 420 mil hectares ocupados por todas as propriedades cadastradas, quase 60% estão sob o controle do latifúndio, enquanto que os pequenos abrangem apenas 11% das terras.

Além disso, o PAA e o PNAE são iniciativas cruciais para a promoção e manutenção da soberania alimentar nacional, apoiando a agricultura tradicional, responsável pela tarefa de alimentar o país. A análise dos dados obtidos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Prefeitura Municipal de Uberaba apontam para a evolução dos valores investidos no PAA (Quadro 1).

Quadro 1. Programa de Aquisição de Alimentos – Recursos aplicados (Brasil e Uberaba, MG - 2016 a 2020)



Fonte: Os autores.

É notável que, a nível nacional, o PAA vem apresentando uma tendência de decréscimo ao longo dos anos, atingindo seu menor valor em 2019 durante o governo Bolsonaro. No entanto, em 2020, esse valor apresentou um aumento considerável, saltando cinco vezes em relação ao ano anterior - para R\$223 milhões. De acordo com o relatório anual disponibilizado pela CONAB, esse aumento pode ser explicado pelos recursos destinados à segurança alimentar e nutricional do país durante a pandemia da COVID-19, com a Medida Provisória nº 957.

Em adição a questão da pandemia, o biólogo evolucionista e fitogeógrafo Rob Wallace (2020) apresenta, em seu livro *Pandemias e Agronegócio*, uma articulação interdisciplinar entre as ciências biológicas e sociais, na qual expõe a relação entre o modelo de produção agrícola dominante e as transformações na natureza que são responsáveis por epidemias e pandemias. A obra revela que o modelo de produção agrícola atual é um importante fator na emergência de doenças

infecciosas, tendo em vista que o agronegócio busca a maximização dos lucros por meio da produção em grande escala, o que acarreta em impactos significativos na biodiversidade e nos ecossistemas naturais.

[...] o rebanho industrial se apresenta como uma população ideal para dar suporte aos patógenos virulentos. O crescimento de monoculturas genéticas de animais domésticos pode remover qualquer barreira de imunidade capaz de desacelerar a transmissão (Garret & Cox, 2008). Tamanho e densidade populacional maiores facilitam maiores taxas de transmissão. As condições de confinamento deprimem a resposta imune. A alta produtividade, parte de qualquer produção industrial, fornece uma oferta continuamente renovada de hospedeiros susceptíveis: o combustível para a evolução da virulência (Wallace, 2020, p. 79-80).

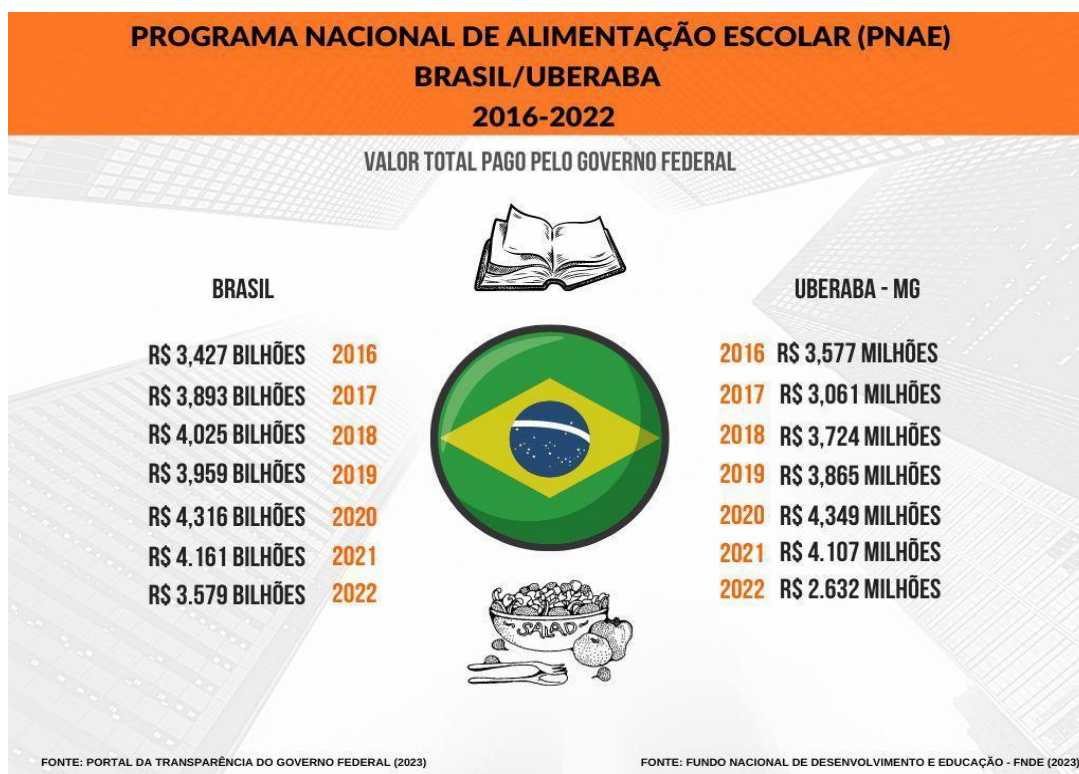
De fato, o modelo de produção intensiva cria condições propícias para a rápida disseminação e evolução de vírus, inclusive entre os seres humanos, graças ao mosaico genético que amplia as possibilidades de recombinações das proteínas virais, gerando novas cepas mais transmissíveis, patogênicas ou até mesmo letais. Essa dinâmica representa um aumento significativo em relação aos ciclos "naturais" anteriores, que dependiam da migração de aves selvagens. Há anos, Rob Wallace vem alertando para a combinação desses fatores sociais, que podem desencadear um processo evolutivo viral resultando em pandemias cada vez mais letais. Dessa maneira, uma maior atenção a esse modelo produtivo de larga escala é necessário. Portanto, esse aumento é temporário e não reflete uma melhoria nas políticas e reformas para o desenvolvimento da segurança alimentar nacional. Uma vez que esse período pandêmico chegar ao fim e a medida provisória for revogada, é possível que os valores voltem a decrescer, dada a ausência de uma política sólida e sustentável para o setor agrícola.

No caso de Uberaba, a Prefeitura Municipal relata que o município não recebeu mais recursos para o PAA desde 2020. De acordo com a tabela, os valores investidos têm decrescido ao longo dos anos, o que reflete a falta incentivo à agricultura familiar, essencial para a produção de alimentos.

A análise dos dados do PNAE (Quadro 2) revela que os recursos destinados à alimentação escolar encontram-se, em média, na casa dos quatro bilhões de reais no Brasil. Em 2020, devido à Lei 13.987/20, diversas escolas ofereceram cestas básicas, permitindo que os alimentos

destinados às escolas públicas fossem distribuídos aos alunos e suas famílias em decorrência do fechamento dessas instituições pela COVID-19.

Quadro 2. Programa Nacional de Alimentação Escolar Valor total pago (Brasil e Uberaba, MG - 2016 a 2022)



Fonte: Os autores.

Em Uberaba, o valor de recursos destinados ao PNAE também apresentou aumento no período analisado, mas com drástica redução em 2022. Os efeitos da pandemia ainda precisam ser melhor analisados, no entanto, essa elevação não é suficiente para garantir a segurança alimentar adequada para a população, sendo necessário que a distribuição e aplicação dos recursos sejam ampliados. De acordo com as normas estabelecidas pelo Programa, 30% dos recursos são destinados à compra de produtos provenientes da agricultura tradicional. Num município em que a área destinada à agricultura familiar é de apenas 11%, a política de reforma agrária é de suma importância, sendo os assentamentos rurais parte desse projeto.

Na próxima seção, abordamos os enfrentamentos e as resistências na luta pela reforma agrária, destacando o território camponês, neste caso o assentamento rural PA Dandara, na tarefa da produção de alimentos.

4 Assentamento rural PA Dandara

Os assentamentos rurais em Uberaba (MG) resultam de uma política de aquisição de terras improdutivas por meio de desapropriação. Em 2005, foi criado o assentamento rural PA Dandara, com uma área total de cerca de 480 hectares e lotes entre 10 e 15 hectares. A disputa pela terra começou na antiga fazenda São Sebastião Tijuco, encabeçada pelo MST, com uma ocupação ocorrida no mesmo ano.

Posteriormente, ainda que em meio a um contexto de intensa territorialização do agronegócio, a terra foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) devido à degradação ambiental devidamente comprovada.

Acerca do processo de ocupação, os assentados e assentadas do Dandara não sofreram intervenções violentas ou despejos nesta localidade. A desapropriação se deu por razão de crime ambiental. [...] Portanto, a designação dessa terra é resultado da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras pela redemocratização da terra, viabilizada por meio da criação deste projeto de assentamento (Masson, 2016, p. 205).

Embora o processo de ocupação e assentamento tenha ocorrido no mesmo ano, essa não foi uma tarefa fácil para os envolvidos nas duas lutas. Os moradores que se estabeleceram na terra já tinham participado de outras campanhas do MST antes da conquista desse novo território.

Há que se destacar que as famílias do assentamento Dandara, conforme nos relatos acima, são remanescentes de outras áreas de acampamento e assentamento do MST, portanto, vivenciaram outros conflitos, acumulando ao longo de suas vidas diversas lutas e intempéries da condição de viver acampado (Masson, 2016, p. 207).

A experiência e a vivência acumuladas na militância e nos acampamentos/assentamentos do MST foram decisivos para a organização no Dandara e para a construção da identidade dos acampados que se tornaram assentados. O assentamento tem capacidade para 16 famílias, e sua produção inclui leite, ovos, queijos,

muçarela de búfala, frangos, porcos, pimenta, verduras, frutas e legumes, que são quase todos comercializados pelas famílias.

Em 2006, foi fundada a Associação dos Assentados pela Reforma Agrária Dandara (ARDA), e há também uma indústria de laticínios que produz muçarela de búfala por uma das famílias que residem no território.

Atualmente, a produção de alimentos se concentra na diversidade e na utilização de práticas agroecológicas, visando o sustento dos assentados e a comercialização. Embora muitos produtos (queijo, frango, leite, ovos e pimentas) sejam comercializados no mercado, a maioria é destinada ao consumo das famílias, visto o relato de vários problemas que atingem, sobretudo, a produção no assentamento.

Dentre eles, o mais recente e preocupante é a ausência de assistência técnica aos assentamentos do município. Segundo as famílias entrevistadas, a Agrolago, instituição responsável, suspendeu sua atuação no assentamento este ano, fato que dificulta e agrava a condição financeira e a reprodução econômica e social camponesa dos assentados. Outro problema sinalizado foi a ausência do serviço prestado pela prefeitura do município, o qual também foi suspenso por prazo indeterminado. A atividade de arar a terra era feita por máquinas pelo poder público local, contudo, em virtude da crise econômica enfrentada, as máquinas passaram a não executar mais as atividades no assentamento, o que também gerou empecilhos para a reprodução econômica e social dos assentados. O transporte para o escoamento dos produtos destaca-se como mais um problema. Os altos preços praticados pela cobrança deste serviço impedem que a produção seja comercializada, encarecendo os preços e impossibilitando a geração de renda para as famílias (Vinha, 2018, p. 284).

Até o momento, de acordo com recente visita ao assentamento, em 2022, observou-se que esses problemas ainda persistem e, em muitos casos, se acirraram com o passar dos anos. O problema mais relevante é a falta de água nos lotes. Com isso, devido às condições precárias, muitas famílias trabalham em fazendas próximas ou são dependentes da seguridade social, enquanto outras vendem artigos de crochê como trabalho auxiliar para garantir o sustento. Embora enfrentam muitos desafios, o potencial de produzir alimentos e outros produtos é evidente.

De acordo com Vinha (2018), a organização produtiva dos lotes é reconhecida como um elemento que permite a reprodução econômica e social, com possibilidade de garantir a soberania alimentar. Evidencia o

caráter desigual, contraditório e combinado da expansão do capitalismo no campo, materializado no território camponês do Dandara que permanece resistindo frente às adversidades. Além disso, é importante destacar que as famílias consomem as hortaliças, frutas e legumes produzidos em seus lotes, e compram poucos alimentos fora do assentamento.

A produção baseia-se na diversificação de cultivos e autonomia para escolher o que produzir. São cultivadas uma variedade de hortaliças e frutas, incluindo café, quiabo, feijão, laranja, abacaxi, banana, milho, ovos, criação de porcos e frangos, produção de leite e eventualmente queijos (Fotografia 1). No entanto, atualmente a organização política está mais fraca e perde força diante das dificuldades e da falta de apoio governamental.

Fotografia 1. Cultivo de cebolinhas e outras hortaliças no Assentamento Dandara



Fonte: Os autores (2022).

O plantio é feito sem a utilização de veneno, mas em alguns casos são empregados nas lavouras. Para evitar, os próprios agricultores compartilham de saberes para melhorar a produção e lidar com a falta de ferramentas, como tratores na preparação do solo para a sementeira. A

decisão sobre o plantio é tomada principalmente pelos agricultores, que também consomem o alimento, o que permite uma autonomia na escolha do que, como e quando plantar.

Este modelo de autonomia e decisão constitui-se como parte do projeto de Reforma Agrária Popular, atuando no combate às desigualdades e no fornecimento de alimentos saudáveis. No entanto, como dito, isso requer apoio governamental para a agricultura tradicional, valorizando esses sujeitos na luta contra a fome e na produção de alimentos sem veneno à população brasileira.

De acordo com uma das assentadas, viver de hortaliças não é fácil, mas com a estrutura adequada, é possível produzir e viver de forma harmônica com o ambiente. Há um lote que apresenta uma produção bastante diversificada e possui potencial para fornecer alimentos de qualidade para a sociedade (Fotografias 2 e 3).

Fotografia 2. Jiloeiros no cultivo de frutas no Assentamento Dandara



Fonte: Os autores (2022).

Fotografia 3. Galinhas da Angola na avicultura no Assentamento Dandara



Fonte: Os autores (2022).

São diversos e grandes os obstáculos no assentamento: a falta de suprimento hídrico para as plantações e casas, a dificuldade em perfurar poços artesianos, a falta de políticas públicas e a assistência técnica. A falta de água é a mais problemática, pois reflete, diretamente, na produção de alimentos e na saúde e bem-estar dos moradores. Mesmo com as dificuldades recentes causadas pela pandemia e pela política de titularização, a produção de alimentos saudáveis é a principal preocupação dos moradores do Assentamento Dandara. Eles plantam e consomem os alimentos produzidos, sendo que a qualidade da alimentação melhorou significativamente desde que o assentamento foi conquistado. Em um dos lotes visitados, 70% do sustento da família provém da terra do Assentamento Dandara. Em alguns lotes, parte da produção é vendida, mas a tendência é doar a produção excedente para ajudar pessoas necessitadas, já que a fome no país está aumentando e as políticas governamentais não estão ajudando a combater esse problema.

No mais, um elemento que ficou evidente nas entrevistas é que a organização política necessita ser reforçada no Dandara para fortalecer os moradores. Atualmente, eles estão mais concentrados em questões

relacionadas à sua sobrevivência do que na organização política. Isso tem um impacto negativo na dinâmica do assentamento, sendo fundamental que a organização política seja colocada como prioridade nas discussões para garantir o desenvolvimento territorial camponês. Sem organização coletiva, o fortalecimento do grupo é dificultado ainda mais.

Recentemente, em 2022, o INCRA titularizou as terras para os assentados, o que significa que elas deixaram de pertencer ao governo. No entanto, a venda dessas terras para latifundiários pode se tornar uma tendência cada vez mais comum, pois os assentados são pressionados a vender suas terras. A venda dessas terras representa a retomada do latifúndio, e o que antes era uma grande parcela de terra dividida em lotes para agricultura familiar, hoje está sendo convertida, novamente, aos grandes produtores.

Os assentados desejam continuar vivendo em suas terras, mas são constantemente impactados pelo avanço do modo capitalista de produção que predomina no país. E no presente, o apoio governamental é insuficiente para que possam continuar no campo. Um dos assentados afirma:

“A terra dá muita coisa para a gente comer se cuidando e plantando dela, se não plantar, não vira nada... Aqui tem muito e eles vem pegar aqui comigo. Alguns tem a terra e não plantam nada...” (ENTREVISTADO 3, Assentamento Dandara, 2022).

Ou seja, além de tudo já discutido em relação ao agronegócio, as inúmeras terras improdutivas e destinadas à pastagem poderiam ser distribuídas para quem realmente quer plantar e ajudar a alimentar o país. Porém, não é o que ocorre. Sem organização política na luta pela Reforma Agrária Popular, a única alternativa que lhes resta é a entrega do lote e a saída da terra. Outros ainda persistem. Mas até quando?

5 Considerações finais

Ficou evidente que a produção diversificada de alimentos em Uberaba (MG) é diminuta em relação às monoculturas exploradas pelo agronegócio. A disputa territorial entre essas duas formas de produção é assunto que vem ganhando cada vez mais destaque, pois enquanto o

agronegócio prioriza a maximização de lucros com produções de grande escala, a agricultura tradicional tem como objetivo garantir a segurança alimentar e preservar o meio ambiente. No entanto, é necessária a valorização dos agricultores camponeses familiares e de seus modos de produção, responsável por grande parte da produção de alimentos no país, e que tem um papel fundamental na garantia da segurança alimentar da população, especialmente em regiões mais afastadas e menos desenvolvidas.

No caso do Dandara, observou-se a resistência dos moradores, que lutam pela permanência na terra. A troca e comercialização de alimentos entre as famílias do assentamento, a produção sem o uso de agrotóxicos e similares, autônoma e independente do agronegócio, a produção para alimentação e sustento próprio e diversificada (policultura) são elementos que caracterizam os desafios da reforma agrária. Em nosso trabalho de campo, as famílias entrevistadas trouxeram a preocupação da situação do assentamento. A estrutura política poderia ser mais robusta para ampliar a autonomia dos assentados.

Atualmente, os moradores estão mais concentrados em sua subsistência e questões cotidianas, deixando a organização política escanteada. Isso tem um impacto negativo na dinâmica interna do assentamento. É fundamental que a organização política se torne um ponto central de discussão para assegurar a produção de alimentos no assentamento. Logo, para promover a justiça social e ambiental em Uberaba (MG), é preciso investir em políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e uma Reforma Agrária que não garanta, apenas, o acesso à terra. É preciso avançar para uma produção de alimentos mais diversificada e equilibrada, e diminuir as desigualdades sociais e os impactos ambientais presentes numa região dominada pelo agronegócio.

Referências

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do Governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira. **OKARA: Geografia em debate**, p. 308-325, 2018.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

BERNSTEIN, H. A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização. **Sociologias**, [S. l.], v. 13, n. 27, 2011.

CARTER, Miguel; CARVALHO, H. M. de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, p. 287-330, 2010.

CARVALHO, H. M. de. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil. In. _____. **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Valor bruto da produção deve atingir R\$ 1,192 trilhão em 2021. **Instituto CNA**, Brasília, p. 0-0, 15 abr. 2021.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Presidente Prudente: Unesp, 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone Editora, Unicamp, 1985.

FERNANDES, B. M. CLEPS JUNIOR, J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B.; PEREIRA, L. I. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 161-197, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 27-40, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. ACUMULAÇÃO PELA RENDA DA TERRA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA. **Revista Nera**, n. 47, p. 173-201, 2019.

FERREIRA, M. O. FRANCISCA DE SOUZA DOS CAMPOS VINHA, J. EXPRESSÕES DO AGRONEGÓCIO NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: . **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 31, p. 495-522, 1 jun. 2020.

IBGE. PAM. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil> Acesso em: 10 jan. 2023.

LEAL, S. C. T. RESENHA DE: MCMICHAEL P. **REGIMES ALIMENTARES E QUESTÕES AGRÁRIAS**. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2016.

MASSON, Gabriela Abrahão. **A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?** Uma análise a partir dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara no município de Uberaba/MG. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. Franca (SP), 2016.

MITIDIERO Jr., M. A. BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do CENSO agropecuário 2006. **Revista Pegada**, v.18, n.3, set-dez 2017. P 7 – 77.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Território e territorialidades em disputa: da subordinação ao capital ao sistema alimentar camponês. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 73, p. 183-198, 2020.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

PENSSAN, REDE. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 22 abril 2022.

PLOEG, J. D. V. D.. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Earthscan, 2008. Disponível em: <https://research.wur.nl/en/publications/the-new-peasantries-struggles-for-autonomy-and-sustainability-in->. Acesso em: 22 abril 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 109-117, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, C. C. M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados–PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros: Japanese-Brazilian Cooperation Program for Development of the Cerrados-PRODECER: a specter circles over Brazil's cerrados. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p. 384-416, 2016.

SENADO FEDERAL. Debatedores denunciam na CDH avanço da criminalização dos movimentos sociais. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/debatedores-denunciam-na-cdh-avanco-da-criminalizacao-dos-movimentos-sociais>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SILVA, L. L. O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE CERRADO ENTRE AS DÉCADAS DE 60 E 80. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 2, n. 2, p. 25–36, 2001. DOI: 10.14393/RCG2215251.

SIMULA, G. **Milking Money: exploring the struggle for autonomy from theory to practice**. 2015. Paper (Master of arts in development studies) -International Institute of Social Studies, The Hague, 2015. Disponível em: https://thesis.eur.nl/pub/33311/GSimula_MA_2014_15_AFES.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

SOUZA, D. de O. As pandemias/epidemias em foco: reflexões ensaísticas sobre a relação entre ser humano e natureza. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 219–237, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.44909.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. **Agrária**, n. 10-11, p. 99-130, 2009.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. In: _____. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 1999. p. 117.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. Campesinato Mineiro em questão: dilemas e desafios da produção e comercialização de alimentos produzidos no assento rural Dandara Uberaba-MG. In: SIMPÓSIO DE QUESTÃO AGRÁRIA DO NATRA: MOVIMENTOS SOCIAIS, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR, 8, 2018, Franca. **Anais eletrônicos [...]** Franca: UNESP-FCHS, 2018. p 273-288.

VINHA, Janaína. Francisca de Souza Campos; MASSON, Gabriela. Abrahão. Questão agrária em Uberaba (MG): estrutura fundiária, latifúndio e agronegócio. In: GOMES, M. A. S.; DANTAS, S. M. (org.). **Olhares Cruzados: políticas e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro.** Jundiaí, SP: [s.n], 2018. p. 275-298.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência.** São Paulo: Editora Elefante, 2020.

Sobre os autores

Diego Antonio Xavier da Silva  

Estudante de Geografia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).
Email: diegodbsk@gmail.com

Janaína Francisca de Souza Campo Vinha  

Graduada e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP) em Franca (SP). Professora do Departamento de Geografia do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), onde coordena o Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA) e o Laboratório de Geografia Agrária. Integrante da Rede Dataluta.
Email: janaina.vinha@uftm.edu.br

Histórico

Recebido em: 14/02/2023. Aceito em: 10/04/2023. Publicado em: 01/10/2023.

Processos autônomos e conflitualidade na comunidade indígena de San Andrés Totoltepec, Ciudad de México

Autonomous processes and conflictuality in the indigenous community of San Andrés Totoltepec, Ciudad de México

Gustavo Moura de Oliveira

Doutor em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professor-Pesquisador do CIDE (México)

Resumo: No México, não é de hoje que as autonomias protagonizadas pelos povos indígenas reclamam seus espaços no diverso leque de lutas sociais registradas, especialmente, desde o ciclo de lutas antineoliberais iniciado nos anos 1990. É neste contexto que se insere, desde a década de 2010, o caso da comunidade indígena de San Andrés Totoltepec (SAT) - Ciudad de México. Com base nesta experiência, as problemáticas que animaram este esforço são: Como se deu o processo de luta e reconhecimento de SAT como povo indígena? Quem são os sujeitos – e quais seus interesses – envolvidos nos conflitos vividos na comunidade? Como se manifesta, na prática e em meio à conflitualidade, a organização da vida em comum em SAT? Para responder tais questões, metodologicamente realizou-se revisão de literatura e de documentos, assim como pesquisa de campo (observações e entrevistas semiestruturadas). Em termos de resultados, foi possível evidenciar um conflito bastante explícito em torno da especulação imobiliária no território de SAT. Mesmo que em luta contínua por reconhecimento frente ao Estado mexicano – alcançado pela via jurídica –, o Concejo de Gobierno Comunitario (CGC) é quem tenta impedir o avanço do setor imobiliário. Mas, quem é o mencionado setor? As próprias construtoras interessadas na realização de uma unidade habitacional na localidade, o Congreso Popular de la Ciudad de México e o atual governo da Alcaldía de Tlalpan (coligação PRD-PRI-PAN), articulados entre si. Em meio à tormenta, o CGC tem sido capaz de prefigurar formas contra-hegemônicas de exercício da política para organizar a vida em comunidade.

Palavras-chave: Autonomia. Comunidade. Povos indígenas.

Abstract: In Mexico, the autonomies led by indigenous peoples have been claiming their place in the diverse range of social struggles since the cycle of anti-neoliberal struggles that began in the 1990s. Since the 2010s, the case of the indigenous community of San Andrés Totoltepec (SAT) in Mexico City is part of this context. Based on this experience, the issues that motivated this effort are: How did the process of struggle and recognition of SAT as an indigenous people occur? Who are the subjects involved in the conflicts within the community, and what are their interests? How does the organization of community life manifest itself in practice, amidst conflict in SAT? To answer these questions, a literature review and field research were conducted, including observations and semi-structured interviews. The results evidence a quite explicit conflict around real estate speculation in the SAT territory. But despite the ongoing struggle for recognition by the Mexican state – already achieved through legal means - the Community Government Council (CGC) tries to prevent the advancement of the real estate sector. But who is in this sector? Articulated among themselves, this sector consists of the construction companies interested in building a housing unit in the area; the Popular Congress of Mexico City; and the current government of the Tlalpan Mayor's Office (PRD-PRI-PAN coalition). Yet, amidst the storm, the CGC has been able to prefigure counter-hegemonic forms of political exercise to organize community life.

Keywords: Autonomy. Community. Indigenous people.



1 Introdução¹

Seja no México, seja em muitos outros dos países da América Latina, não é de hoje que as autonomias protagonizadas pelos povos indígenas reclamam seus espaços – desde diferentes graus de anticapitalismos e orientados por distintas táticas e estratégias – no diverso e amplo leque de lutas sociais registradas na região (Bengoa, 2000; 2009). Essas autonomias dos povos indígenas, que, desde antes de reconhecerem-se como tal, resistiram – e ainda resistem – ao processo colonial há mais de 500 anos, encontraram um importante impulso desde a década de 1990 em razão do ciclo de lutas antineoliberais que alcançou quase toda a América Latina naquele período; com inegável ênfase ao *Movimiento Zapatista* de Chiapas, no México.

Ao identificar que o inimigo da vez – em alguns casos um inimigo demasiadamente abstrato, em outros nem tanto – era o neoliberalismo, é indispensável reconhecer que muitos daqueles movimentos subalternos latino-americanos (Oliveira, 2022a) reivindicavam tanto uma outra democracia (Esteva, 2011): real, radical, direta, dos de baixo; quanto uma outra política (Ávalos, 2002): própria, subalterna, do cotidiano, comunitária. Em síntese, não reclamavam somente o fim da etapa neoliberal do sistema social do capital desde sua dimensão econômica, mas também desde o político ou ainda, de forma integrada, desde o econômico-político.

Sem entrar nas polêmicas discussões sobre mudar o mundo sem tomar o poder registradas entre John Holloway (2002) e seus críticos, se parte do pressuposto de que ainda persiste desde mais de um século o principal dilema histórico entre o pensamento libertário (anarquista) e o marxista: contar ou não contar com o Estado como um campo de lutas (García Linera *et al.*, 2010); dilema este que parece não encontrar final. Enquanto isso, a realidade concreta exige respostas práticas e imediatas aos problemas complexos dos povos subalternos diante das

¹ Este artigo é resultado do estágio pós-doutoral do Dr. Gustavo Moura de Oliveira, com orientação do Dr. Massimo Modonesi, na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales (FCPyS) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). O mencionado estágio se dá no âmbito do Programa de Becas Posdoctorales en la UNAM, administrado pela Dirección General de Asuntos del Personal Académico (DGAPA).

desigualdades, explorações e dominações produtos do sistema-mundo capitalista-colonial na atualidade.

As assinaladas respostas, desde o aqui e agora (Oliveira, 2022b), nem sempre vem acompanhadas de ideologias rígidas ou ainda de receitas oferecidas desde geografias distantes, mas, sim, desde os próprios territórios de cada comunidade determinada. Neste sentido e em termos do político e das autonomias, baseado em trabalhos anteriores (Oliveira; Dowbor, 2020a; 2020b; Oliveira, 2022b) nos demos conta de que as autonomias como ação-processo podem se desenvolver para além, mas também apesar e com o Estado. Isso significa, pelo menos, dois diagnósticos importantes.

Primeiro, que é falsa a ideia de independência total das autonomias, ou seja, de que elas poderiam desenvolver-se sem nenhuma interferência de algum outro sujeito ou instituição. Segundo, e em estreita relação com o anterior, que a análise das autonomias, para ser frutífera, tem de ser uma análise relacional, quer dizer, sempre haverá algum outro relacionado no âmbito dos processos autônomos.

No marco do mencionado até aqui, o objetivo deste trabalho é triplo. Primeiro, descrever como se deu o processo de reconhecimento da comunidade de San Andrés Totoltepec (SAT) – localizada na *Alcaldía*² de Tlalpan, *Ciudad de México* – como povo indígena diante do Estado mexicano. Em segundo lugar, compreender o conflito presente nos processos levados a cabo pela comunidade em seu insistente desejo de *deixar de ser* dependente do Estado. E, por último, considerando que mesmo em meio a conflitos, avanços e retrocessos, a comunidade conseguiu instalar seu *Concejo de Gobierno Comunitario* (CGC), se busca analisar como, desde o aqui e agora, prefiguram no âmbito comunitário em SAT outra democracia e outra política.

Em termos de problemáticas, pergunta-se: Como se deu o processo de luta e reconhecimento de SAT como povo indígena? Quem são os sujeitos – individuais e/ou coletivos – envolvidos nos conflitos em SAT? Quais são os interesses de cada sujeito? Que papel cumprem o Estado, os

² No âmbito jurídico-territorial da *Ciudad de México*, as *Alcaldías* representam (estão no mesmo nível) dos municípios para o caso dos demais estados da federação.

partidos e o mercado diante de tais interesses? Como se manifesta, na prática e em meio aos conflitos, o exercício de formas contra-hegemônicas de política e democracia? Para responder esses questionamentos, metodologicamente se realizou um trabalho de revisão da literatura especializada, investigação de campo apoiada em observações durante cerca de um ano, assim como em entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas nos processos autônomos na comunidade³.

O texto que segue está organizado da seguinte maneira: primeiro, uma seção de descrição do processo de reconhecimento de SAT como povo indígena diante do Estado mexicano e da posterior instalação de seu CGC; logo, outra seção de discussão das dinâmicas conflitivas – reais e presentes – entre, especialmente, a comunidade, o Estado, os partidos e certos setores do mercado; após isto, uma terceira seção na qual se apresenta as formas de funcionamento do CGC de SAT; e, por último, uma seção de reflexões finais.

2 Antecedentes: o reconhecimento *formal* da autonomia política em San Andrés Totoltepec

Não é de menor importância começar assinalando que, no México, segundo dados de 2010 – os últimos disponíveis –, a população indígena representava 15,1% da população total; o que significa que são, em números aproximados, mais ou menos 17 milhões de mexicanos indígenas, maior população indígena da América Latina em números

³ Vale a pena comentar, ainda que de forma assumidamente sumária, sobre a minha inserção (o autor) no universo empírico pesquisado. Primeiro, dizer que, conforme nota de rodapé anterior, o presente texto é resultado de uma pesquisa mais ampla que se dá no marco do meu pós-doutorado na FCPyS da UNAM, no México. Em segundo lugar, que a minha primeira aproximação à comunidade de San Andrés Totoltepec, ao seu *Concejo de Gobierno Comunitario* (CGC) e a uma conselheira em específico, em relação à qual preservarei sua identidade, não é recente. Se deu, por outro lado, ainda no ano de 2018, quando realizei meu estágio doutoral no exterior – pelo Programa Doutorado-Sanduiche no Exterior, da CAPES – também no México e na UNAM. Depois, quando regresssei ao México, em agosto de 2021 por conta do pós-doutorado, me reaproximei da comunidade, do CGC e da conselheira mencionada. Neste contexto, as citadas observações da etapa de pesquisa de campo se deram no âmbito da realização de encontros ordinários e extraordinários do CGC e de encontros específicos, provocados por mim, com integrantes do CGC; as entrevistas, por sua vez, foram realizadas com a já assinalada conselheira, com quem mantenho uma relação profissional e de amizade, mas também com outras/os cinco conselheiras/os, com relação aos quais nem todas/os tiveram lugar explícito, ou seja, citações diretas, utilizadas ao longo deste texto.

absolutos⁴ (CEPAL, 2015). É nesse contexto de um país no qual a identidade nacional é fortemente atravessada pela identidade indígena – ainda que a última tenha sido, ao longo do tempo, apagada por políticas públicas “integracionistas-descaracterizantes” (Gil, 2015) – que desde a *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos* de 1917 (a “*Constitución Revolucionaria*”) o tema do reconhecimento dos povos originários (indígenas, no caso mexicano) é pautado no país.

No seu artigo 2º, a Constituição de 1917 já assegurava a possibilidade de que os povos indígenas fossem reconhecidos por seus *usos e costumes* e que, a partir disso, pudessem exercer seu direito à livre determinação e ao autogoverno no âmbito de cada comunidade, bairro e mesmo de municípios inteiros. Ou seja, legalmente, os povos (comunidades, bairros, municípios) reconhecidos como indígenas poderiam, a qualquer tempo, reivindicar seu direito à livre determinação e ao autogoverno baseados nessa garantia legal frente ao Estado mexicano, sendo que cada estado da República tem a responsabilidade e o direito de legislar e regulamentar sobre a assinalada garantia constitucional.

É preciso somar a essa garantia o fato de que o México é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que busca garantir, entre outras questões, que aos povos originários de todo o mundo seja assegurado o exercício da livre determinação e do autogoverno sob o reconhecimento de seus usos e costumes ancestrais. Sendo assim, os povos indígenas do México têm, pelo menos formalmente, um mecanismo nacional e outro internacional que, em teoria, garante aos mesmos o exercício da *autonomia política* (termo utilizado por muitas das próprias comunidades); não é menor recordar que as demandas pelo mencionado direito foram inspiradas, em grande medida, pelo levantamento Zapatista de 1994 e seus desenrolares.

Em termos objetivos, um povo (comunidade, bairro ou município) que reivindica sua autonomia política está reivindicando sua saída do sistema político-partidário mexicano; saem os partidos, entra o sistema

⁴ Em números proporcionais, na América Latina o México aparece como o quarto país com maior população indígena, ficando atrás somente de Bolívia (62,2%), Guatemala (42%) e Peru (24%) (CEPAL, 2015).

de usos e costumes ancestrais indígenas. No caso da *Ciudad de México*, reivindicar a autonomia política significa, no nível *pueblos/barrios/colonias*⁵, a retirada da figura do *subdelegado territorial*, que é uma representação individual indicada pelo partido à frente da *Alcaldía*, seguida da posse de uma representação que não responda a nenhum partido, mas, sim, à própria comunidade e suas raízes. Em outras palavras, um *pueblo indígena autónomo*, no âmbito da *Ciudad de México*, é aquele representado por usos e costumes ancestrais – sem contar com partidos –, e que, em termos de arquitetura institucional, responde ao governo da *Alcaldía* da qual é parte e, em um nível ainda superior, ao governo da *Ciudad de México*.

Também vale a pena mencionar, ainda antes de entrar no que é mais específico de SAT, que nesta arquitetura institucional do Estado mexicano existiram distintas agências/departamentos para tratar dos temas indígenas no país. Primeiro, o *Instituto Nacional Indigenista*, que funcionou de 1948 a 2003. Depois, a *Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas*, que funcionou de 2003 a 2018. E, por último, O *Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas* (INPI), que segue em funcionamento desde 2018 até a atualidade.

San Andrés Totoltepec está localizado na região central do México, mais especificamente na *Alcaldía* de Tlalpan, na *Ciudad de México*. A comunidade (ou *pueblo*, em termos coloquiais e também jurídicos para o caso da *Ciudad de México*) de San Andrés Totoltepec é uma comunidade de origem *Nahua* e tem seu território habitado predominantemente urbano. Conta, de acordo com dados do INEGI (*Instituto Nacional de Estadística y Geografía*), para 2020, com uma população de 18.800 pessoas.

No domingo, 2 de setembro de 2018, tomou posse a primeira geração do *Concejo de Gobierno Comunitario* da comunidade de San Andrés Totoltepec. A consolidação e reconhecimento do CGC foi uma importante conquista fruto de anos de mobilização e organização

⁵ A Constituição da *Ciudad de México* reconhece os *pueblos* em sua estrutura organizacional. Abaixo das *Alcaldías* estão os *pueblos, barrios e colonias*; estes três no mesmo nível jurídico-territorial do que seriam os bairros para os municípios brasileiros, por exemplo.

comunitária a partir da *Frente Defensa y Protección del Patrimonio de San Andrés Totoltepec* (FDPPSAT)⁶, que fez uma apurada análise da conjuntura política regional que incluía a leitura estratégica da aprovação e implementação da *Constitución Política de la Ciudad de México* de 2017:

Esta Constitución reconoce, garantiza y protege los derechos colectivos e individuales de los pueblos indígenas y sus integrantes. Las mujeres y hombres que integran estas comunidades serán titulares de los derechos consagrados en esta Constitución. En la Ciudad de México los sujetos de los derechos de los pueblos indígenas son los pueblos y barrios originarios históricamente asentados en sus territorios y las comunidades indígenas residentes. La Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas y otros instrumentos jurídicos internacionales de los que México es parte serán de observancia obligatoria en la Ciudad de México (Gobierno de la Ciudad de México, 2017, Artículo 57).

Em seus artigos 57, 58 e, especialmente, no 59 da mencionada Constituição da *Ciudad de México* o que se detalha é, para o âmbito do seu território e jurisdição, a possibilidade de os povos indígenas da região reclamarem seu direito, já reconhecido pela Constituição do país há mais de um século, à livre determinação e ao autogoverno. O artigo 59, letra B, diz:

1. La libre determinación se ejercerá a través de la autonomía de los pueblos y barrios originarios, como partes integrantes de la Ciudad de México. Se entenderá como su capacidad para adoptar por sí mismos decisiones e instituir prácticas propias para desarrollar sus facultades económicas, políticas, sociales, educativas, judiciales, culturales, así como de manejo de los recursos naturales y del medio ambiente, en el marco constitucional mexicano y de los derechos humanos.
2. El derecho a la libre determinación como autonomía se ejercerá en los territorios en los que se encuentran asentados los pueblos y barrios originarios, en las demarcaciones basada en sus características históricas, culturales, sociales e identitarias, conforme al marco jurídico. En sus territorios y para su régimen interno los pueblos y barrios originarios tienen competencias y facultades en materia política, administrativa, económica, social, cultural, educativa, judicial, de manejo de recursos y medio ambiente.

É importante considerar que, ainda que o texto dos mencionados artigos trate dos direitos dos povos indígenas da *Ciudad de México*, a forma de reconhecimento deles como tal teria ainda de ser detalhada através de uma lei secundária que naquele momento, isto é, em 2017,

⁶ A FDPPSAT surgiu, em 2017, mais especificamente para defender o território de Quiltepec, uma zona determinada do território mais amplo de SAT, que historicamente foi “esquecida” pelos subdelegados territoriais de SAT. Além do mencionado “esquecimento”, a criação da frente está relacionada à ameaça provocada pelo uso irregular de uma grande área de terra por um clube de esportes e lazer que se instalou na localidade.

apenas começava a tramitar no *Congreso de la Ciudad de México*. Diante disso, a comunidade optou por não esperar a aprovação da lei secundária e demandou o *Tribunal Electoral de la Ciudad de México*.

Seguindo os exemplos de outros povos como Cherán, do estado de Michoacán, e Oxchuc, do estado de Chiapas, entre tanto outros – com destaque aos povos indígenas dos estados de Oaxaca, Guerrero e Michoacán – ao redor do país, a comunidade de SAT apresentou junto ao mencionado tribunal seu informe antropológico no qual são reconhecidas por antropólogos especialistas suas origens indígenas e seu vínculo com o território onde vivem até a atualidade. Uma vez reconhecidos como povo indígena, no dia 2 de setembro de 2018, a comunidade obteve êxito junto às instâncias superiores do Estado mexicano e instalou seu conselho de autogoverno.

É indispensável assinalar que o CGC não surgiu “do nada”, ele é resultado da crítica e da reivindicação direcionada ao sistema político mexicano, ao da *Ciudad do México* e, especificamente, ao da *Alcaldía* de Tlalpan. La FDPPSAT pedia a substituição da figura do subdelegado territorial por uma representação coletiva com raízes comprovadas na comunidade. É importante mencionar que, depois da instalação do CGC naquele 2 de setembro, foi somente no dia 29 de novembro do mesmo ano, em 2018, que houve o reconhecimento jurídico supostamente definitivo sobre o caso.

No entanto, é preciso dizer que o CGC sempre sofreu com boicotes da *Alcaldía* de Tlalpan que em um momento aceitou parcialmente a decisão judicial, mas que nunca deixou de tentar reinstalar o sistema de representação individual via subdelegado territorial indicado pelo partido em turno. Apesar de tais pressões contrárias, o conselho conseguiu operar de forma regular de 2019 a 2021 e, inclusive, obteve reconhecimento formal por parte da *Alcaldía* no dia 22 de outubro de 2019. Entretanto, depois das eleições intermediárias de 2021, as coisas mudaram. Deixou a presidência municipal de Tlalpan Patricia Elena Aceves Pastrana (do *Partido Movimiento Regeneración Nacional* - MORENA) e entrou em seu lugar Alfa Eliana González Magallanes (do *Partido de la Revolución Democrática* - PRD; coligado com o *Partido de la*

Revolución Institucional - PRI e o *Partido Acción Nacional* - PAN), que desde então não reconhece o CGC.

Enquanto isso, entre avanços e retrocessos – em relação aos quais mais adiante se aprofundará –, o CGC tinha duas demandas principais: a aprovação de seu *Estatuto de Gobierno del Pueblo Indígena Originario de San Andrés Totoltepec, Tlalpan, CDMX* e a eleição de seus novos representantes, para sua segunda geração. Houve duas tentativas de instalação de assembleias gerais que aprovariam o estatuto e elegeriam a nova geração de representantes: uma em 24 de outubro de 2021 e a outra em 19 de dezembro do mesmo ano. Nos dois casos, as assembleias – que foram acompanhadas pelo autor presencialmente – foram interrompidas antes mesmo de começarem por pessoas que não vivem na comunidade misturadas à algumas da comunidade que são contrárias ao conselho; inclusive, houve confrontação física. No entanto, no dia 8 de maio de 2022, finalmente a assembleia pôde ser levada a cabo, sendo o estatuto aprovado e os novos representantes do CGC eleitos.

Dias depois, Alejandro Pérez Pérez⁷, quem se autodeclarava subdelegado territorial desde a posse de Alfa González González Magallanes (coligação PRD-PRI-PAN), demandou ao *Tribunal Electoral de la Ciudad México* a impugnação da assembleia de 8 de maio. O conselho e seus novos representantes seguiram operando de maneira mais ou menos informal, então com base no estatuto agora aprovado, até que, no dia 28 de outubro de 2022, o mencionado tribunal decidiu em favor da representação coletiva para a comunidade; ficava ali decretada, supostamente de forma definitiva, o reconhecimento do CGC como representação da comunidade diante da tentativa frustrada de Alejandro Pérez Pérez de reavivar a figura do subdelegado territorial. Entretanto, o tribunal ordenou a restituição da primeira geração do conselho, assim como a realização de nova assembleia de aprovação do estatuto e eleição dos novos representantes; até a presente data (fevereiro de 2023), a referida assembleia ainda não havia sido convocada.

⁷ Para o caso de Alejandro Pérez Pérez, seu nome original foi mantido neste texto já que ele aparece, publicamente, nos processos movidos pelo CGC junto ao Tribunal Electoral de la Ciudad de México.

Antes de passar à seguinte seção, importa mencionar que, de fundo, é possível perceber um efervescente processo de subjetivação política (Modonesi, 2010) que alcança, em maior medida, apenas algumas pessoas da comunidade; mas que atravessa também, com menor intensidade, a maioria da população de SAT. Desde o desejo ainda nascente de acabar com a figura do subdelegado territorial – afirmação da condição subalterna (Oliveira, 2022a) e identificação das dinâmicas antagônicas (Modonesi, 2016) –; passando pelo processo de mobilização e organização na FDPPSAT – afirmação da condição de insubordinados –; até a instalação de seu próprio *Concejo de Gobierno Comunitario* – afirmação da condição de povo indígena autônomo (López Y Rivas, 2020). Desta forma, o povo de SAT vai, dia após dia, subjetivando e concretizando dinâmicas, potencialidades, ameaças e controvérsias de sua própria forma de organização comunitária da vida em comum dentro, apesar e para além do Estado mexicano (Oliveira, 2022b).

3 A autonomia como independência: conflitualidade e os desafios de estar dentro do Estado

Em trabalho recente (Oliveira; Modonesi, 2023) encontramos cinco dimensões (ou cinco teses) que, desde o nível teórico, seriam as categorias mais robustamente desenvolvidas nos debates sobre as autonomias na América Latina. Ou seja, ao revisar as discussões teóricas sobre as autonomias na região, nos últimos 30 anos, nos demos conta de que elas se expressam como negação, como independência, como contrapoder (e como poder popular), como emancipação e como comunidade. Aqui vale a pena assinalar que desde essa dimensão teórica há uma certa centralidade em duas delas, independência e emancipação, que podem ser lidas a partir dos argumentos de Massimo Modonesi (2010), mas também desde a ideia de *negação* e *construção*, tal como argumentamos em trabalhos anteriores (Oliveira, 2022b; 2021; Oliveira; Dowbor, 2020a; 2020b; Oliveira; Ferrarini, 2021; Oliveira; Santos, 2022).

À independência e emancipação, soma-se ainda com destaque a ideia de comunidade, especialmente, quando o enfoque é mais empírico

do que teórico. Neste sentido, este trabalho enfoca, considerando o caso empírico analisado, a autonomia como independência, nesta mesma seção, e a autonomia como emancipação e como comunidade, na seção que segue.

A autonomia como independência é o que define os processos de diferenciação, de deixar de ser. Deixar de ser dependente seja em relação (i) ao capital, (ii) aos partidos políticos e sindicatos, (iii) ao Estado e/ou (iv) às classes dominantes em termos mais gerais (Thwaites Rey, 2004). É provável que durante o “grande momento” das autonomias na América Latina, ou seja, durante a passagem dos séculos XX ao XXI – no auge dos movimentos antineoliberais –, a busca foi por alguma sorte de autonomia como independência total. No entanto, o tempo passou e cada vez foi ficando mais evidente que, pelo menos se a mirada considerada é a que parte da concepção marxista de totalidade, nada está fora, tudo está dentro; ainda que contra o sistema-mundo capitalista-colonial.

Neste sentido, como já argumentamos anteriormente em outros lugares (Oliveira; Dowbor, 2020a; 2020b; Oliveira, 2022b), as autonomias sempre estarão em relação a algum outro. Mesmo assim, cabe destacar que estar em relação (ou estar na relação) não é o mesmo que submissão, dominação e subalternidade passiva. Mas, especificamente para o caso de SAT, vale a pena perguntar-se: Estar em relação com quem? Quem são os sujeitos, individuais e/ou coletivos, envolvidos nesta relação e, portanto, protagonistas dos conflitos fruto do desejo da FDPPSAT e do CGC de deixar de ser dependente do Estado (leia-se: da *Alcaldía* de Tlalpan e de seu subdelegado territorial)?

Essas perguntas encontram sentido ao considerar-se que, como se comentou na seção anterior, não foi – e segue não sendo – um caminho fácil o de reconhecimento do CGC como autoridade coletiva legítima, assim como o seu exercício político-comunitário no cotidiano. O que ainda não foi dito, no entanto, é que tal dificuldade encontra sentido em um conflito que é, avaliamos, político, mas que tem raízes econômicas que se entrelaçam à política tornando-os conflitos político-econômicos; portanto, precisam ser lidos desde a economia política e não apenas

desde o olhar institucionalista típico da ciência política “tradicional” de origem no Norte global.

O conflito se dá em torno da especulação e avanço imobiliário e da escassez de água – considerando o fato de que a rede hídrica já se encontra precária na localidade – como recurso natural (bem comum). De acordo com a entrevistada Magdalena Pérez⁸ (2022, informação verbal), esse é, o conflito-chave que está por trás dos insistentes esforços pelo não reconhecimento do CGC por parte da *Alcaldía* de Tlalpan, assim como das reiteradas tentativas de boicote às distintas assembleias que o conselho vem esforçando-se para levar à cabo nos últimos anos. O conflito se expressa, de forma bastante objetiva, através da construção de uma unidade habitacional que contará, se concluída, com 160 casas de dois pisos cada uma.

O projeto da mencionada unidade é encabeçado pelo *Congreso Popular de la Ciudad de México* (CPCM), organização da sociedade civil que, de acordo com sua página na rede social digital Facebook – único registro encontrado acerca de tal organização –, é uma “*organización social y política con 9 años de trayectoria, comprometidos con la lucha por los derechos*”. O projeto conta, ainda, com uma permissão do *Instituto de Vivienda de la Ciudad de México* (INVI). Acontece que, mesmo já aprovada e em andamento desde 2019 – quando o CGC já estava reconhecido juridicamente e ativo –, a obra fere, pelo menos, o artigo 59, letra B, número 6 da *Constitución Política de la Ciudad de México*, assim como o *Protocolo de la consulta libre, previa e informada para el proceso de reforma constitucional y legal sobre derechos de los pueblos indígenas y afroamericano*, emitido também em 2019 pelo INPI, e também ao *Direito à Consulta* do Convenção 169 da OIT. Ou seja, havia uma garantia regional, uma nacional e outra internacional em favor da comunidade de SAT.

O artigo 59, letra B, número 6, diz:

Ninguna autoridad podrá decidir las formas internas de convivencia y organización, económica, política y cultural, de los pueblos y comunidades indígenas; ni en sus formas de organización política y administrativa que los pueblos se den de acuerdo a sus tradiciones.”.

⁸ Nome fictício, para preservação da identidade da entrevistada.

Já o protocolo emitido pelo INPI prevê, ainda que em termos federais já que sua referência é o âmbito nacional, que após as etapas de (i) atos e acordos prévios, a (ii) informativa e a (iii) deliberativa, as autoridades correspondentes têm de realizar uma etapa (iv) consultiva:

Cada uno de los Foros Regionales de Consulta contemplará la realización de una etapa consultiva en la que se recibirán las propuestas, sugerencias, observaciones y contenidos normativos específicos, generados en las mesas de trabajo o que por separado deseen formular los participantes. Las tres últimas fases de la consulta se desahogarán en forma sucesiva en los Foros Regionales de Consulta de los Pueblos Indígenas. Asimismo, con la finalidad de generar el mayor consenso posible en los distintos temas sujetos a consulta, se realizará un Foro Nacional en el que se dará seguimiento a los resultados de los distintos Foros Regionales de Consulta. Para este propósito, en cada Foro Regional de Consulta, se deberá elegir representantes quienes serán las autoridades indígenas participantes. Dada la naturaleza de la medida sometida a consulta, en cada Foro Regional de Consulta se levantarán las actas correspondientes que contendrán los principales acuerdos alcanzados. Es importante enfatizar que es deber de la Autoridad Responsable atender las propuestas, sugerencias, observaciones y contenidos normativos o, en su caso, explicar las razones por las que no sean consideradas, cumpliendo con el deber de acomodo y razonabilidad (INPI, 2019, p. 20-21).

O que se entende, depois do acompanhamento presencial de diversas reuniões realizadas na comunidade sobre o tema, assim como depois de repetidas conversas com a *concejal* Guadalupe Hernández⁹ (2020, informação verbal), é que a instalação do conselho, ainda no final do ano de 2018, foi uma surpresa ao CPCM e, claro está, também para as empresas construtoras do setor imobiliário por ele representadas nas disputas políticas na comunidade. Ou seja, uma vez reconhecido como povo indígena e instalado o CGC, qualquer assunto de “interesse externo” à comunidade, como é o caso da obra da unidade habitacional em questão, deveria ser tratado pela própria comunidade indígena; e não foi isso o que aconteceu.

Como o projeto já estava prestes a iniciar quando da ordem jurídica de substituição do subdelegado territorial pelo CGC, por conta do reconhecimento de SAT como povo indígena, o CPCM – através de Alejandro Pérez Pérez, o mesmo que se autodeclarava subdelegado territorial até muito recentemente (final de 2022), conforme mencionado na seção anterior –, foi atrás de seus meios para seguir com

⁹ Nome fictício, para preservação da identidade da entrevistada.

a obra. Sua estratégia: deslegitimar o CGC diante da comunidade para, finalmente, reafirmar a forma institucional precedente, ou seja, reativar a figura do subdelegado territorial. Se assim fosse, é importante mencionar, o projeto imobiliário poderia ser levado à cabo sem qualquer restrição comunitária já que tal logro significaria a impugnação tanto do reconhecimento de SAT como povo indígena, quanto da instalação do CGC, que nesse caso não teria razão de existência.

Com base nesses acontecimentos até aqui relatados, uma espécie de quebra-cabeças cronológico e lógico começa a ser montado. Sugiro algumas proposições, com base em informações coletadas em observações de reuniões do CGC, no acompanhamento de assembleias e em conversas com distintos *concejales*:

1. Últimos anos da década de 2010: empresas construtoras do setor imobiliário se interessam pelo território de SAT para a construção de uma unidade habitacional.
2. As mencionadas empresas encontram no CPCM e, especificamente, em Alejandro Pérez Pérez um aliado para avançar com seu projeto.
3. Domingo, 2 de setembro de 2018: após o reconhecimento jurídico da condição de povo indígena, a comunidade de SAT instala a primeira geração do seu CGC; o que, em tese, obrigaria o projeto da unidade habitacional a ser aprovado pelo conselho.
4. Alejandro Pérez Pérez, o CPCM e as empresas por detrás deles decidem avançar com o projeto à sua fase de execução, em 2019, mesmo sem a realização da consulta à autoridade coletiva comunitária, o CGC.
5. Domingo, 14 de outubro de 2019: o CGC convoca uma assembleia, acompanhada pela *Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México*, pelo *Instituto Nacional de Pueblos Indígenas*, o INPI, pela *Secretaría de Pueblos y Barrios Originarios y Comunidades Indígenas Residentes* (SEPI) e por estudantes da *Escuela Nacional de Antropología* da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM); e também solicita o

acompanhamento da polícia local. A assembleia terminaria deliberando pelo uso do seu direito – garantido regional, nacional e internacionalmente – de ser consultado sobre o avanço de qualquer projeto de interesse externo em seu território (Alvarado, 2019); no entanto, a consulta nunca foi levada à cabo.

6. 2020 e primeiro semestre de 2021: enquanto o projeto avança e a primeira geração do CGC segue em funcionamento, ainda que sem força política para interromper a obra, “assuntos menores” passam a ser o foco de atuação do conselho, que neste momento era reconhecido juridicamente e pela alcaldesa em turno, Patricia Elena Aceves Pastrana (MORENA).
7. Domingo, 6 de junho de 2021: vence as eleições da *Alcaldía* de Tlalpan Alfa Eliana González Magallanes (coligação PRD-PRI-PAN) que, desde então, deixa de reconhecer o CGC como autoridade coletiva legitimada pela comunidade de SAT.
8. Segundo semestre de 2021 e primeiro de 2022: enquanto o projeto habitacional avançava, uma disputa explícita se dava em torno da questão da autoridade territorial de SAT. De um lado, Alejandro Pérez Pérez, que se autodeclarava subdelegado territorial com apoio do CPCM; do outro, o CGC, que tentava levar à cabo a aprovação de seu estatuto e a renovação de seus representantes como forma de autoafirmação; feitos realizados na assembleia do dia 8 de maio de 2022, mencionada na seção anterior.
9. Segundo semestre de 2022: com a tentativa, por parte de Alejandro Pérez Pérez, de impugnação da assembleia do dia 8, as atividades do conselho tornam-se mais ou menos deslegitimadas.
10. Sexta-feira, 28 de outubro de 2022: o *Tribunal Electoral de la Ciudad México* decide em favor do CGC, demandando à *Alcaldía* que reconheça tal forma de autoridade coletiva; mas, decreta a realização de nova assembleia para a aprovação de seu estatuto e a eleição dos representantes de sua nova geração.

11. Janeiro de 2023: o CGC ainda não havia convocado a nova assembleia; a obra da unidade habitacional avança, ainda que lentamente; e o conflito continua sem resolução nem interna e nem mediano por instâncias superiores do Estado mexicano.

Realizado esse recorrido por acontecimentos importantes relacionados ao principal conflito instalado e ainda não resolvido na comunidade de San Andrés Totoltepec, vale a pena ressaltar, pelo menos, duas questões:

Primeiro, parece bastante evidente que existe uma espécie de trama entre o governo atual da *Alcaldía* de Tlalpan, encabeçado por Alfa Eliana González Magallanes (coligação PRD-PRI-PAN), o *Congreso Popular de la Ciudad de México*, este encabeçado por Alejandro Pérez Pérez, e as empresas construtoras do setor imobiliário que vão levando à cabo o projeto da unidade habitacional no território de SAT. Portanto, todos os entraves relacionados à instalação e funcionamento do *Concejo de Gobierno Comunitario* de SAT estão muito para além de entraves envoltos de questões puramente políticas, como as “simples diferenças” entre formas de governo, isto é, representação individual através da figura do subdelegado territorial *versus* representação coletiva através do conselho. Em síntese, trata-se de uma problemática de economia política na qual os interesses econômicos de um certo setor do mercado cumprem um papel determinante no âmbito das dinâmicas de organização da vida em comum em SAT.

Em segundo lugar, e em estreita relação com a problemática acima mencionada, o que parece saltar aos olhos é que, mesmo com a garantia legal de instâncias superiores do Estado mexicano – a própria Constituição Federal, a Constituição da *Ciudad de México*, o protocolo do INPI – e a de uma renomada organização internacional como é a OIT, a dimensão econômica parece se sobrepor à política¹⁰. Tal sobreposição

¹⁰ É importante mencionar que ao dizer que “a dimensão econômica parece se sobrepor à política” se está considerando, inspirado por Antonio Gramsci (1984), que toda distinção é puramente metodológica e analítica. Ou seja, ainda que economia e política estejam totalmente relacionadas no caso em tela – e mesmo nas dinâmicas estruturais das sociedades contemporâneas como um todo –, é importante analisá-las, sempre que necessário à manutenção do rigor acadêmico, de forma separadas; sem deixar,

termina manifesta ao se considerar que mesmo com a decisão favorável do *Tribunal Electoral de la Ciudad de México* ainda em 2018, que possibilitou à instalação da primeira geração com CGC, passando pelo reconhecimento formal da *Alcaldía* de Tlalpan quando do governo de Patricia Elena Aceves Pastrana (MORENA), até a recente determinação favorável do mencionado tribunal eleitoral – que declarou inválida a figura do subdelegado territorial e validou a do conselho –, em 28 de outubro do último ano, o que é certo é que a população de SAT, na figura de seu CGC, segue em sua saga de deixar de ser dependente do Estado; e, não é demais assinalar, de deixar de ser sufocada pelo capital (mercado e seus poderes econômicos).

4 A autonomia como emancipação e como comunidade: o *Concejo de Gobierno Comunitario* como prefiguração de *outra democracia e outra política*

Em meio aos avanços e retrocessos resultados dos conflitos explorados nas seções anteriores, sobretudo, na última, e do fato de estar dentro do Estado, o que é certo é que a comunidade de SAT segue avançando com seus processos autônomos e com a realização de outra política e outra democracia. Em meio à tormenta produzida pelo avanço do setor imobiliário em seu território e pela incapacidade do Estado de cumprir com suas obrigações legais, tais formas contra-hegemônicas de organizar a vida em comum podem ser lidas, se considera, a partir das ideias de autonomia como emancipação e autonomia como comunidade.

A autonomia como emancipação significa a sociedade emancipada, libertada e autônoma no *aquí e agora* (Oliveira, 2022b); é, sobretudo, prefiguração de tal sociedade *muy otra*. Para além da prefiguração em si, é também *política prefigurativa* que

en el momento presente, ‘anticipan’ los gérmenes de la sociedad futura. Dichas prácticas políticas involucran tres dimensiones fundamentales, a saber: la organización, la acción colectiva y los sujetos o fuerzas sociales en pugna” (Ouviña, 2007, p. 180).

obviamente, de refletir sobre os atravessamentos e dinâmicas de causa e efeito que cada uma delas causa à outra e vice-versa.

Além do já mencionado, a ideia de autonomia como emancipação, já presente nos debates da teoria social crítica – como nas tradições anarquista e marxista – há séculos, é alguma sorte de igualdade generalizada entre os povos do mundo. Em termos específicos, é *forma-assembleia*, *autodeterminação*, *autogoverno* e *autogestão* que se experimentam na própria luta social, ou seja, no aqui e agora. O prefixo *auto* – presente também, ainda que de forma implícita, na ideia de forma-assembleia – significa a realização (como prefiguração) de um tipo de ação que vai contra todo tipo de determinação e dominação heterônoma (ou dominação externa, em termos mais simples).

Sobre o tema, contribui Gustavo Esteva (2019, p. 3):

Esta noción reformula la de libre determinación, para definirla como libertad y capacidad de determinarse libremente, en los espacios propios, y determinar con otros pueblos y culturas formas de comunión basadas en un diálogo intercultural que trascienda el totalitarismo del logos y el predominio de una cultura sobre las demás, así como un nuevo horizonte de inteligibilidad en un diseño político que ya no sería el del Estado-nación.

Por sua vez, a autonomia como comunidade remete, sobretudo, aos sujeitos que constroem comunidade, ou que constroem um sentimento genuíno de comunidade, tal como já se argumentou em outro lugar (Oliveira, 2022b). Na América Latina, e também no México, a autonomia como comunidade é protagonizada tanto por *campesinos* como por povos indígenas, ou *campesindios*, como propôs Armando Bartra (2010). Mas, é mais do que isso, é a expressão concreta da interdependência humana, assim como da interdependência humanidade-natureza.

Com predominância no âmbito rural, mas também presente no urbano (Pineda, 2013; Zibechi, 2017; 2021), Raquel Gutiérrez (2015) considera

lo comunitario como una expresión de la interdependencia humana como rasgo fundamental de las relaciones sociales. La interdependencia aparece aquí como una especie de combustible hacia la construcción y reproducción de los entramados comunitarios, de la afirmación y reproducción de la vida en comunidad, es decir, de la organización comunitaria de la vida (Oliveira; Modonesi, 2023, P. 13).

Neste contexto, o comunitário estaria caracterizado *“como práctica y regeneración de vínculos de interdependencia autorregulados, cuyo cultivo es actividad inmediata, diaria y reiterada, que ilumina los rasgos*

políticos diferenciados de tales acciones colectivas.” (Gutiérrez; Navarro, 2019, p. 303).

Na comunidade de SAT, a autonomia como emancipação e como comunidade – ou como prefiguração da sociedade emancipada em sua “versão comunitária” – se manifesta concretamente nas dinâmicas cotidianas do CGC. É preciso considerar, no entanto, que todo o processo conflitivo registrado no âmbito da luta por reconhecimento e legitimidade do conselho acaba produzindo mais ou menos entraves para sua realização de fato. Ou seja, durante a primeira geração, que operou de 2018 a 2022 – o período inicial era 2018-2021, justamente tais entraves atrasaram a mudança de gerações –, o já explícito conflito entre a comunidade e a trama operante em torno do projeto imobiliário da unidade habitacional resultou em um fazer político (OLIVEIRA; FERRARINI; DOWBOR, 2023) lento e, às vezes, pouco percebido pelo conjunto da população de SAT. A falta de um reconhecimento definitivo por parte das instâncias superiores do Estado mexicano também produziu – e ainda produzem – uma certa desestabilização ao fazer político-cotidiano do CGC.

Mesmo considerando o anterior, a política prefigurativa do CGC de SAT se trata, entre outras coisas, de um tipo de fazer político que reúne características bastante distintas da política centrada no Estado e suas instituições tradicionais. Em outro lugar (Oliveira, 2022b; Oliveira, 2022c, p. 233), ao argumentar pela ideia de *Autogoverno popular-comunitário*, se afirmou que essa proposta de organização da vida em comum

podrá reunir los siguientes principios-características de corte emancipatorio: 1) participación directa, 2) alto nivel de organización horizontal, 3) descentralización de la información y recursos y 4) toma de decisiones por consenso (Oliveira, 2022c, p. 233)

Enquanto isso, são características típicas da política dos Estados-nação: a) participação por representação, b) organização vertical, c) centralização da informação e dos recursos e d) tomada de decisões por votos da maioria ou de forma individual.

Neste sentido, é importante registrar que em SAT o CGC opera de maneira muito mais aproximada ao Autogoverno popular-comunitário do que aos Estados-nação, ainda que seja parte (esteja dentro) do último.

Um exemplo importante é a própria substituição do subdelegado territorial, que tinha poder indefinido para decidir de forma totalmente individual por toda a comunidade, por uma representação coletiva com um estatuto próprio construído e aprovado por grande parte da comunidade. Em relação ao estatuto, que momentaneamente opera informalmente, ou seja, sem o reconhecimento da *Alcaldía* de Tlalpan e do *Tribunal Electoral de la Ciudad de México*, seu objeto é (Concejo de Gobierno Comunitario de SAT, 2022, p. 11):

- *Establecer las bases para la permanencia, organización comunitaria, política, social y cultural del pueblo indígena originario de San Andrés Totoltepec.*
- *Hacer efectivo el ejercicio de la libre determinación y la autonomía del pueblo indígena originario de San Andrés Totoltepec.*
- *Establecer las reglas, procedimientos y criterios para el funcionamiento del Concejo de Gobierno Comunitario.*
- *Establecer los bienes comunes de importancia espiritual y las medidas de protección.*
- *Establecer los mecanismos y las instancias competentes para la resolución de controversias y el ejercicio de la administración de justicia comunitaria.*
- *Reconocer el patrimonio tangible e intangible del pueblo indígena originario y las medidas para su protección y cuidado.*
- *Fortalecer la identidad, las tradiciones, los saberes, las costumbres y la cosmovisión y hacer efectivo su reconocimiento en las instancias de gobierno.*
- *Establecer los derechos y obligaciones de las y los habitantes del pueblo indígena originario de San Andrés Totoltepec.*

Considerando o ponto "*hacer efectivo el ejercicio de la libre determinación y la autonomía del pueblo indígena originario de San Andrés Totoltepec*", o mesmo estatuto considera que, em termos de instâncias de organização da vida em comum, a instância máxima de deliberação e tomadas de decisões é a *Asamblea Comunitaria*, na qual pode participar qualquer pessoa pertencente a comunidade, não somente os representantes eleitos do CGC; depois da assembleia, a seguinte instância é o próprio *Concejo de Gobierno Comunitario y sus comisiones*; e, por fim, a assembleia e o conselho são seguidos pelo *Comisariado de Bienes Comunes*, pelo *Comisariados Ejidales* e pelas *Mayordomías*. Sobre a mencionada instância máxima, ou seja, a assembleia, o estatuto diz:

La asamblea comunitaria es el espacio público para deliberar y asumir decisiones colectivas que buscan el logro de beneficios comunes. Es un mecanismo para reafirmar la pertenencia e identidad de los miembros de la comunidad y fortalecer las relaciones sociales, políticas, económicas y

culturales. Es el órgano máximo de toma de decisiones en la comunidad (Concejo de Gobierno Comunitario de SAT, 2022, p.22).

Por sua vez, em relação ao caráter deliberativo e de tomadas de decisões do próprio CGC, que é composto por 12 *concejales*, o que diz o estatuto:

El Concejo de Gobierno Comunitario es el órgano colegiado de gobierno emanado de una asamblea comunitaria, con carácter ciudadano y honorífico, ajeno a cualquier partido político, funcionario público, representante popular y/o institución gubernamental. Se conduce bajo los principios constitucionales de transparencia, rendición de cuentas, accesibilidad, difusión y participación ciudadana, enmarcados en la Constitución Política de la Ciudad de México, el sistema normativo y la costumbre. Nuestro Concejo de Gobierno Comunitario hará valer en la comunidad:

I. La libre determinación. Esto es, determinar libremente nuestra condición política y su desarrollo económico, político, social y cultural.

II. La autonomía, esto es, determinar nuestro desarrollo conforme a los sistemas normativos internos, dentro del marco legal de la Nación Mexicana garantizando siempre la unidad nacional.

III. El derecho de asociación como la comunidad lo determine dentro del marco legal, en pleno ejercicio de su libertad, con respeto irrestricto al derecho del otro o de los otros (Concejo De Gobierno Comunitario De Sat, 2022, p.26-27)

Por outro lado, observando o ponto "*establecer las reglas, procedimientos y criterios para el funcionamiento del Concejo de Gobierno Comunitario*" do mencionado estatuto, se observa que o conselho funciona a partir de comissões temáticas, que são 13 (Concejo de Gobierno Comunitario de SAT, 2022, p. 37):

- I. Comisión de Control y Seguimiento.
- II. Comisión de Administración y Finanzas.
- III. Comisión de Honor y Justicia.
- IV. Comisión de Seguridad y Protección Civil.
- V. Comisión de Servicios Urbanos y Movilidad.
- VI. Comisión de Concertación Poblacional y Política.
- VII. Comisión de Educación, deporte y Patrimonio Cultural.
- VIII. Comisión de Meio Ambiente.
- IX. Comisión de eventos cívicos y religiosos.
- X. Comisión del Panteón Comunitario.
- XI. Comisión de Comunicación y Difusión.
- XII. Comisión de Impartición de Justicia.
- XIII. Comisión de Salud.

As comissões são coordenadas

"por al menos un concejal y bajo su gestión deberá conformar un equipo de trabajo en donde se dará prioridad a los suplentes del Concejo y a otras personas de la comunidad que tengan las aptitudes y conocimiento de las problemáticas que les corresponda." (Concejo de Gobierno Comunitario de SAT, 2022, P. 36).

Por último, parece importante destacar que o estatuto dispõe, também, entre tantas outras questões, sobre o que se poderia chamar de “justiça comunitária”, temática que cada vez interessa mais à pesquisadores e pesquisadoras da área (MAKARAN, 2020). No caso de SAT, esse tema é conduzido pela *Comisión de Impartición de Justicia* que tem a responsabilidade de sancionar a população para o caso de que descumpram o que regula o estatuto. Sobre sanções e seus procedimentos, observa o estatuto do Concejo de Gobierno Comunitario de SAT (2022, p. 56):

Artículo 114. En caso de incumplimiento a lo establecido en los puntos anteriores y en lo procedente al Estatuto de Gobierno, la Comisión podrá imponer las siguientes sanciones:

- I. Llamadas de atención y apercibimiento.
- II. Trabajos en favor de la comunidad.
- III. Multas o aportaciones a favor de la comunidad.
- IV. Suspensión de derechos comunitarios.
- V. Ser denunciado ante la asamblea comunitaria.

Artículo 115. Al momento de aplicar alguna de las sanciones descritas en el párrafo anterior, la comisión, tendrá presente los siguientes principios:

- I. Corregir en vez de sancionar.
- II. Tener pleno conocimiento del caso.
- III. Dar la oportunidad a las partes para escuchar sus argumentos.
- IV. Ayudar a las partes a tomar conciencia de sus errores.
- V. Buscar siempre el fortalecimiento de la comunidad y el mejoramiento de las relaciones entre las personas.
- VI. Conocer el contenido del estatuto de gobierno.
- VII. Valorar la gravedad de la falta, las afectaciones causadas, la reincidencia, la situación económica, el estado de necesidad, la condición por géneros y la intención en el cumplimiento de las medidas establecidas.

Vale a pena mencionar, no contexto no exposto sobre o tema, que ainda que o estatuto se utilize de linguagem semelhante à da justiça estatal, como o termo “sanciones”, por exemplo, o conteúdo tanto das sanções em si, quanto de seus procedimentos, diverge bastante do conteúdo da assinalada justiça estatal.

Parece incontestável, mesmo diante de um cotidiano altamente atravessado pela conflitualidade examinada na seção precedente a esta, que o já mencionado processo de subjetivação política – este assinalado na seção “antecedentes” – percebido entre os *concejales* e outras pessoas da comunidade, produz resultados potentes e inspiradores.

Mesmo considerando que nem tudo que diz o estatuto se reproduz na prática de forma “automática”, se trata, sem dúvidas, de um horizonte comunitário-popular (Gutiérrez, 2015) que desde a letra do estatuto se tenta realizar no cotidiano comunitário de SAT. O próprio conteúdo emancipatório do estatuto revela tal processo de subjetivação política. O que se vê é, finalmente, a prefiguração de uma experiência concreta do que, conceitualmente, se chamou de Autogoverno popular-comunitário (OLIVEIRA, 2022B); uma mostra real, ainda que de difícil aplicação, de formas contra-hegemônicas de fazer política e democracia em meio às tormentas produzidas pelo Estado-Capital.

5 Reflexões finais

A pesquisa bibliográfica e documental que resultou neste esforço textual, assim como as observações e entrevistas realizadas *in locus*, permitiram a compreensão de uma série de dinâmicas políticas, mas também econômicas, registradas em SAT. Em primeiro lugar, que a luta pelo reconhecimento de SAT como povo indígena, que encontrou na via jurídica o caminho mais “simples”, não pode ser considerada como uma luta acabada. Mesmo com as sentenças do *Tribunal Electoral de la Ciudad de México* sendo favoráveis a instalação do CGC, o atual governo da *Alcaldía* de Tlalpan (representado por Alfa Eliana González Magallanes, da coligação PRD-PRI-PAN) insiste em não o reconhecer como legítimo. A última sentença do mencionado tribunal, de 28 de outubro de 2022, reconheceu a validade do conselho e desvalidou a figura do subdelegado territorial. Mesmo assim, até a presente data (fevereiro de 2023), a *Alcaldía* não havia emitido nenhum comunicado de reconhecimento do CGC.

Em segundo lugar, do ponto de vista do principal conflito percebido âmbito comunitário de SAT, foi possível identificar o *Congreso Popular de la Ciudad de México*, encabeçado por Alejandro Pérez Pérez, como principal sujeito (agente) em defesa do projeto da unidade habitacional que segue avançando, ainda que atualmente a passos mais lentos, no território pertencente à comunidade. Claro está, no entanto, que por

detrás deste do assinalado congresso e de Alejandro estão as empresas construtoras do setor imobiliários que tem interesses econômicos com o avanço do projeto. Projeto esse que tem entre as principais consequências negativas à comunidade o esgotamento da rede hídrica que já se encontra precária. É preciso citar ainda, como pertencente desta trama em favor do projeto, o próprio governo de Tlalpan (não custa recordar, representado por Alfa Eliana González Magallanes, da coligação PRD-PRI-PAN), que aparentemente tem cumprido o seu papel favorável ao projeto ao não reconhecer o CGC como legítimo.

Por último, em termos de prefiguração, ou seja, realização no aqui e agora de uma forma de organizar a vida em comum de base autônoma e emancipatória, vale a pena destacar que, mesmo em meio à tormenta provocada pela trama Estado-Capital (governo de Tlalpan e as empresas construtoras do setor imobiliário e seus agentes), o CGC de SAT segue avançando em seu desafio de experienciar formas contra-hegemônicas de exercício da política e da democracia que tem como centro o âmbito comunitário e sua capacidade de geração e fortalecimento de vínculos de proximidade, a forma-assembleia e a potência da auto-organização e da autogestão como caminho ao autogoverno popular-comunitário.

A pergunta que fica, depois de todo o caminho percorrido nestas linhas e como provocação à uma nova agenda de pesquisa, é: por que, enquanto ativistas, militantes e mesmo pesquisadores, não apostamos mais do que se aposta atualmente em formas de auto-organização da vida em comum que nos levem à uma sociedade que já não necessite de Estados como os conhecemos desde suas fundações até a atualidade?

Referências

ALVARADO, Rocío G. Acu.erdan ampararse contra obra pobladores de Totoltepec **La Jornada**, 14 out. 2019. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2019/10/14/capital/031n2cap?partner=rss>. Acesso em 29 nov 2022.

ÁVALOS, Gerardo. **Redefinir lo político**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.

BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Memoria**, n. 248, Noviembre, p. 4-13, 2010.

BENGOA, José. **La Emergencia Indígena en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BENGOA, José. ¿Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina? **Cuadernos de Antropología Social**, n. 29, p. 7–22, 2009

CEPAL. **Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. Santiago: CEPAL, 2015.

CONCEJO DE GOBIERNO COMUNITARIO. **Estatuto de Gobierno del Pueblo Indígena Originario de San Andrés Totoltepec, Tlalpan, CDMX**. 2022.

ESTEVA, Gustavo. Otra autonomía, otra democracia. In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). **Pensar las autonomías: alternativas de emancipación al capital y el Estado**. México, DF: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra, 2011.

ESTEVA, Gustavo. Caminos de autonomía bajo la tormenta. In: Makaran, Gaya; López, Pabel; Wahren, Juan (Coords.). **Vuelta a la autonomía: debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina**. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM, 2019.

GARCÍA LINERA, Álvaro; PRADA, Raúl; TAPIA, Luis; VEGA, Oscar. **El Estado: campo de lucha**. La Paz: Muela del Diablo, 2010.

GIL, Antonio C. A. Política indigenista e identidade nacional no México: as políticas de mudança cultural e a preocupação com a integração nacional em meados do século XX. **Dimensões**, v. 35, jul./dez., p. 347-365, 2015.

GOBIERNO DE LA CIUDAD DE MÉXICO. **Constitución Política de la Ciudad de México**. 2017. Acesso em 27 nov 2022. Disponível em: https://data.consejeria.cdmx.gob.mx/images/leyes/estatutos/CONSTITUCION_POLITICA_DE_LA_CDMX_7.6.pdf. Acesso 8 set. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel**. 6 ts. 29 cuads. México: Era [Edición crítica de Valentino Gerratana], 1984.

GUTIÉRREZ, Raquel. **Horizonte Comunitario-Popular: antagonismo y producción de lo común en América Latina**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2015.

GUTIÉRREZ, Raquel; NAVARRO, Mina Lorena. Producir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. **Confluências**, v. 21, n. 2, p. 298-324, 2019.

HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy**. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2002.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Pueblos indígenas en tiempos de la Cuarta Transformación**. México: Bajo Tierra, 2020.

MAKARAN, Gaya. Autonomías antisistémicas: Diálogo entre la Teoría Anarquista y la Autonomía Indígena en América Latina. **Nuestra Praxis: Revista de Investigación Interdisciplinaria y Crítica Jurídica**, año 4, n. 7, p. 13-34, Jul-Dic. 2020.

MODONESI, Massimo. **Subalternidad, antagonismo, autonomía: marxismo y subjetivación política**. Buenos Aires: CLACSO; Prometeo Libros, 2010.

MODONESI, Massimo. **El principio antagonista: marxismo y acción política**. Ciudad de México: Editorial Itaca, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. Trajectory and Challenges of the Brazilian Solidarity Economy Movement: autonomy as different possibilities. In: BAISOTTI, Pablo; LÓPEZ, Horacio (Eds.). **The social and solidarity economy in Latin America: the development of the common good**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2021.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. "Trazer a economia de volta": reflexões sobre a ideia de movimentos subalternos latino-americanos. **Polis: Revista Latinoamericana**, v. 21, n. 63, p. 128-147, 2022a.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. **Mudar o mundo aqui e agora: movimentos de economia solidária e autonomias para além, apesar e com o Estado**. Marília: Lutas Anticapital, 2022b.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. Hacia otra economía, otra política. Reflexiones sobre instituciones no estatales en América Latina. In: AGUILAR, Eduardo (Org.). **Agroecología y organización social: estudios críticos sobre prácticas y saberes**. Ciudad de México: Itaca, 2022c.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de; DOWBOR, Monika. Dynamics of Autonomous Action in Social Movements: From Rejection to Construction. **Latin American Perspectives**, Issue 234, v. 47, n. 5, p. 49-61, Sep. 2020a.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de; DOWBOR, Monika. Negar e construir a partir das ações de movimentos: três tipos de autonomias territoriais no México. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 56, p. 10-23, 2020b.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de; FERRARINI, Adriane V. A centralidade do Estado na organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil: trajetória, dilemas e possibilidades. **Revista Sudamerica**, n. 15, p. 140-167, Dic. 2021.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. de; Ferrarini, Adriane V.; Dowbor, Monika. Economía solidaria y hacer político de los movimientos sociales. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 85, n. 1, p. 9-38, Ene./Mar. 2023.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de; MODONESI, Massimo. Independence and Emancipation. Latin American theorizations of the concept of autonomy. **Latin American Perspectives**, 2023 (no prelo).

OLIVEIRA, Gustavo M. de; SANTOS Aline M. A history of relations between the state and the solidarity economy movement in Brazil: looking from Autonomies' Perspective. **Revista SAAP**, v. 16, n. 2, nov., 317-345, 2022.

OUVIÑA, Hernán. Hacia una política prefigurativa. Algunos recorridos e hipótesis en torno a la construcción del poder popular. In: Acha, Omar *et al.* **Reflexiones sobre el poder popular**. Buenos Aires: El Colectivo, 2007.

PINEDA, César E. Acapatzingo: construyendo comunidad urbana". **Contrapunto**, n. 3, nov., p. 49-61, 2013.

Thwaites Rey, Mabel. **La autonomía como búsqueda, el Estado como contradicción**. Prometeo Libros, 2004.

Processos autônomos e conflitualidade na comunidade indígena de San Andrés Totoltepec, Ciudad de México

ZIBECHI, Raúl. Comunidades urbanas y rurales resistiendo al despojo. In: AUTORÍA COLECTIVA. **Cherán, 5 años de autonomía:** por la seguridad, justicia y la reconstitución de nuestro territorio. México: El cortito que's pa'largo, 2017.

ZIBECHI, Raúl. La comunidad autónoma urbana: el mundo nuevo en el corazón del viejo. In: HOPKINS, Alicia; PINEDA, César Enrique (Comp.). **Pensar las autonomías:** autogestión, poder popular y autonomía. México: Bajo Tierra, 2021.

Sobre o autor

Gustavo Moura de Oliveira  

Graduado em Administração pela Feevale. Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pós-doutorado pela Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Autónoma de México (UNAM). Professor-Pesquisador na División de Estudios sobre Desarrollo del Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE, México).

Email: comanchi@hotmail.com

Histórico

Recebido em: 03/02/2023. Aceito em: 10/04/2023. Publicado em: 01/10/2023.

A inserção de pessoas negras no alto escalão dos ministérios do Governo Federal

The insertion of black people in the upper echelons of federal government ministries

Olivia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política pela USP. Professora da UFPI

Lucas Pereira Nunes

Graduando em Ciência Política pela UFPI

Libni Milhomem Sousa

Doutorando em Políticas Públicas pela UFPI. Professor do IFPI

Rogério de Oliveira Araújo

Doutorando em Políticas Públicas pela UFPI

Resumo: O presente trabalho aborda a presença de pessoas negras no alto escalão dos Ministérios do Governo Federal desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais (2023). O objetivo da pesquisa foi mostrar a pouca inserção de negros/as na política institucional. Para tanto, consideramos as indicações ministeriais no primeiro ano do mandato de cada presidente e verificamos por meio de fotos ou autodeclarações a raça/cor dos/as Ministros/as. Os resultados mostram que a grande maioria dos Ministérios é ocupado por homens brancos, embora esteja havendo um avanço nesse sentido, ainda que negros/as ainda não tenham ocupado os ministérios centrais.

Palavras-chaves: Antirracismo. Movimentos Negros/as. Movimentos Sociais.

Abstract: The present work addresses the presence of black people in the high echelons of the Federal Government Ministries since the redemocratization of Brazil (mid 1985) until the present day (2023). The objective of the research was to show how little Black people are included in institutional politics. To do so, we considered the ministerial nominations in the first year of each president's term and verified, through photos or self-declarations, the race/color of the ministers. The results show that the great majority of the Ministries are occupied by white men, although there has been an advance in this direction, even though Black men and women have not occupied key Ministries.

Keywords: Antirascim. Black Movements. Social Movements.



1 Introdução

Conforme dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 43% da população brasileira se autodeclara branca, enquanto 56,1% da população se autodeclara preta e parda. Logo, a maior parte da população brasileira é negra, ainda que visivelmente ela não seja maioria na política institucional.

Embora os estudos sobre a presença de negros/as na política institucional sejam incipientes, análises como a de Sacchet (2012), D'Araujo (2013), Palotti e Cavalcante (2018; 2019) e D'Araujo e Petek (2018) mostram que a presença de negros/as em cargos do alto escalão do Governo Federal é proporcionalmente menor que as de pessoas brancas, ainda que desde aquela época parecia existir um avanço nesse sentido. Outros estudos que examinam as candidaturas de negros/as, a exemplo de Campos e Machado (2015, 2017), mostram que não haveria uma significativa sub-representação racial entre os/as candidatos/as, mas sim entre os/as eleitos/as. A sub-representação das pessoas negras além de evidenciar as consequências do racismo na sociedade brasileira, incide também sobre a qualidade de vida dessa população, uma vez que suas demandas acabam tendo mais dificuldade de chegar aos espaços de tomada de decisão (Mansbridge, 1999; Phillips, 1995; Dovi, 2002).

Contribuindo com esse campo, o presente trabalho aborda a presença de pessoas negras no alto escalão dos Ministérios do Governo Federal desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais (2023). Para tanto, o texto responde a seguinte pergunta: como é a presença de negros/as no alto escalão do Governo Federal desde a redemocratização até os dias atuais em termos de números e proporção quando comparado a presença de pessoas brancas e quais Ministérios as pessoas negras ocupam? O objetivo da pesquisa é mostrar a pouca inserção de negros/as na política institucional, embora a pesquisa aponte um certo avanço nesse sentido, ainda que negros/as não tenham ocupado Ministérios centrais.

Escolhemos estudar a ocupação dos Ministérios por pessoas negras, dado Conforme dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), 43% da população brasileira se autodeclara branca, enquanto 56,1% da população se autodeclara preta e parda. Logo, a maior parte da população brasileira é negra, ainda que visivelmente ela não seja maioria na política institucional. Embora os estudos sobre a presença de negros/as na política institucional sejam incipientes, análises como a de Sacchet (2012), D' Araujo (2013), Palotti e Cavalcante (2018, 2019) e D'Araujo e Petek (2018) mostram que a presença de negros/as em cargos do alto escalão do Governo Federal é proporcionalmente menor que as de pessoas brancas, ainda que desde aquela época parecia existir um avanço nesse sentido.

Outros estudos que examinam as candidaturas de negros/as, a exemplo de Campos e Machado (2015, 2017), mostram que não haveria uma significativa sub-representação racial entre os/as candidatos/as, mas sim entre os/as eleitos/as. A sub-representação das pessoas negras além de evidenciar as consequências do racismo na sociedade brasileira, incide também sobre a qualidade de vida dessa população, uma vez que suas demandas acabam tendo mais dificuldade de chegar aos espaços de tomada de decisão (Mansbridge, 1999; Phillips, 1995; Dovi, 2002). Contribuindo com esse campo, o presente trabalho aborda a presença de pessoas negras no alto escalão dos Ministérios do Governo Federal desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais (2023).

Para tanto, o texto responde a seguinte pergunta: como é a presença de negros/as no alto escalão do Governo Federal desde a redemocratização até os dias atuais em termos de números e proporção quando comparado a presença de pessoas brancas e quais Ministérios as pessoas negras ocupam?

O objetivo da pesquisa é mostrar a pouca inserção de negros/as na política institucional, embora os resultados apontem algum avanço nesse sentido, ainda que negros/as não tenham ocupado Ministérios centrais. Escolhemos estudar a ocupação dos Ministérios por pessoas negras, pois os/as Ministros/as são sujeitos políticos centrais no desenvolvimento de ações de orientação, coordenação e supervisão dos órgãos, além de

exercerem autoridade máxima na área específica sob sua jurisdição para diversas demandas do dia a dia (Palotti; Cavalcante, 2018).

Por isso, a construção da equipe ministerial do governo é um dos principais atributos à disposição dos presidentes para gerar decisões legislativas benéficas e proporcionar o alcance de suas preferências no que refere à agenda de políticas públicas (D'Araujo; Petek, 2018). Neste texto usamos o conceito de negro, conforme é definido pelo Estatuto da Igualdade Racial, a saber, como “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2015, p. 3).

Nesse sentido, não analisamos a presença de indígenas nos Ministérios, embora consideramos que essa é uma questão importante. Também não entramos no debate do colorismo - que reforça o fato de que pessoas negras sofrem mais preconceitos do que pessoas pardas. Para explicar a baixa presença dos negros/as na política institucional ou ainda o breve avanço nesse sentido nos últimos anos, o artigo adota como perspectiva teórica os trabalhos que versam sobre o racismo e a luta dos movimentos negros. Conforme um dos principais pensadores sobre o racismo no Brasil, Oracy Nogueira (1988), se compreendermos como o racismo atua, será mais fácil conscientizar a sociedade e, assim, encontrar maneiras mais adequadas e eficazes para combatê-lo.

Um dos esforços dessa luta tem sido a denúncia e desmistificação da ideia da democracia racial. Conforme o mito da democracia racial, não haveria racismo no Brasil já que negros/as e brancos/as conviveriam em paz, diferente da realidade de outros países.

Essa ideia serviu para a manutenção das desigualdades raciais e sociais no Brasil, inclusive para que não houvesse ações práticas no sentido da diminuição das desigualdades relacionadas à raça. Para combater essa inversão de significados, os movimentos negros têm mostrado por meio de dados estatísticos e indicadores sociais as desigualdades raciais nas mais diversas áreas da sociedade (Alvarenga, 2002; Paixão; Carvano, 2008; Gomes, 2017, 2020).

É nesse campo que se insere o presente artigo. É importante também destacar o avanço que os movimentos negros têm feito na compreensão e difusão de que as desigualdades têm relação com raça e que essa está imbricada com outras formas de opressão, a exemplo daquelas relacionadas ao gênero. Para conceituar o imbricamento das várias formas de opressão, têm sido usado o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002). Guiados por esse ensinamento, verificaremos também quantos dos Ministérios ocupados por pessoas negras são destinados às mulheres.

Em termos gerais, Pereira e Pereira (2021) explicam que ao longo das primeiras décadas do século XXI os movimentos negros tiveram as seguintes pautas principais: a inclusão do debate identitário como instrumento de luta política; o questionamento do pensamento da branquitude; a ocupação mais expressiva do espaço político institucional; o protagonismo da mulher negra; o embate no campo universitário, tanto para a construção do saber antirracista, quanto para efetivação das políticas afirmativas; o debate sobre a necropolítica; além de uma maior interligação com os movimentos étnico-raciais transnacionais.

Dentre esses temas mais comuns na atuação recente dos movimentos negros, o foco desse artigo é a perspectiva de ocupação de cargos na política institucional. Dessa maneira, o artigo contribui com o debate sobre os limites da política institucional e ajuda a entender como a desigualdade de raça na política opera na prática.

2 Metodologia

A presente pesquisa qualitativa utiliza como técnica a análise documental. Nela, examinamos a inserção de pessoas negras no primeiro escalão dos Ministérios do poder Executivo Federal, desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais. Consideramos apenas as indicações para Ministros, referente ao início do mandato de cada Presidente da República. Logo, ainda que os Ministérios tenham sido trocados, levamos em conta apenas as primeiras indicações dos presidentes.

Para levantar as nomeações mais antigas, recorreu-se aos acervos eletrônicos da Biblioteca da Presidência da República, do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV-CPDOC) e notícias em sites jornalísticos – Afropress, BBC, Diário do Estado, O Globo, El País, Metrôpoles, Nexô, Opera Mundi, Terra e Uol. Para dados mais recentes (Governo Jair Bolsonaro de 2019 a 2023 e o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023) foram acessadas informações oficiais disponibilizadas nos sítios eletrônicos do Governo Federal.

Para verificar quais os/as Ministros/as eram negros/as, fizemos uma classificação racial com base nas fotos dos ocupantes dos cargos ministeriais, desde o Governo José Sarney, em 1985, até o mandato de Michel Temer encerrado em 2018. Para os dados que abarcam a gestão do governo Jair Bolsonaro (2019-2023) e o recente governo Lula, (iniciado em 2023) foram utilizadas as autodeclarações raciais que os/as atuais e ex-Ministros/as apresentaram publicamente em seus perfis eleitorais e sociais. Logo, são usadas como técnicas a autoatribuição de pertença ou a autoidentificação em que o próprio sujeito identifica o grupo ao qual se considera membro; e a heteroatribuição de pertença ou heteroidentificação, em que outra pessoa identifica o grupo ao qual o sujeito pertence. Por fim, foi feita uma identificação do gênero dos/as Ministros/as. Essa etapa de pesquisa teve o objetivo de desvelar a interseccionalidade, ou seja, o imbricamento das opressões relacionadas à raça e ao gênero.

2.1 Participação de pessoas negras nos espaços de poder

A população negra é sub-representada na política, como mostram os estudos sobre o tema. Investigando o perfil dos Ministros da Nova República, D'Araújo (2013) constata que os governos têm se constituído basicamente de homens brancos. A dificuldade é ainda maior para as mulheres negras. Por exemplo, ao estabelecer um perfil geral dos Ministros até o ano de 2018, Palotti e Cavalcante (2018) destacam que são em maioria homens brancos, com educação formal e idade entre 45 e

55 anos. Nesse sentido, é necessário considerar o quanto marcadores como raça e gênero incidem sobre as desigualdades na política.

Nesse debate, cabe retomar os ensinamentos da norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002) e o conceito de interseccionalidade, entendido como a diferença dentro da diferença, já que a discriminação de gênero se amplia pela combinação com a discriminação racial e vice-versa. A ausência de representação que compõe a maior parte da população brasileira, nesse caso, pessoas negras e mulheres, acaba por violar as normas básicas relacionadas à equidade social, o que traz um impacto direto na qualidade democrática do país (Phillips, 1995; Mansbridge, 1999; Dovi, 2002).

Os estudos que tratam sobre o tema da representação política mostram que a apropriada representação oferece aos grupos historicamente segregados da política um significado social para a chamada habilidade de comandar (Mansbridge, 1999). O processo de exclusão da pessoa negra no Brasil é compreendido como um efeito do processo de escravização. Junto ao processo de escravização a própria ciência social contribuiu com visões de mundo que mascaram o racismo sob o discurso de uma suposta democracia racial (Conceição, 2019).

Somente com o avanço dos estudos raciais no país, a maneira como o racismo se desenvolveu passou a ser melhor compreendida, considerando a sua diferença em relação às manifestações do racismo em outros países de passado escravista (Nogueira, 1988). Nesse sentido, a luta das pessoas negras por inserção na política institucional se constitui em um campo no qual as dificuldades advindas do racismo se manifestam fortemente. Sacchet (2009) evidencia como as pessoas negras ocupam poucos espaços de poder na esfera política brasileira. Mesmo com o avanço das conquistas advindas dos movimentos negros em suas diversas pautas de atuação, a política institucional ainda se constitui em um campo movediço para as pessoas negras, no qual as conquistas estão sempre na iminência da perda (Gomes, 2020).

Os estudos do campo mostram que, "assim como outros espaços de poder e prestígio, a representação política é uma esfera majoritariamente branca no Brasil" (Campos; Machado, 2017, p. 125).

Não apenas a maioria dos representantes políticos são brancos, como a própria divisão dos cargos que cabem às pessoas negras evidencia formas de racismo. Segundo estudo recente os cargos que as pessoas negras têm ocupado nos primeiros escalões do governo costumam ser associados à questão racial, cultura e esporte, ficando as pastas ligadas ao orçamento de fora das pessoas “não-brancas” de um modo geral (Passarinho, 2018).

Para dar uma resposta ainda que limitada a esses problemas, houve uma reforma eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 2021 (Emenda Constitucional 111). A medida adotada pelo parlamento como forma de estimular a eleição de mulheres e negros/as para a Câmara dos Deputados, determinou que os votos direcionados às candidaturas de mulheres ou pessoas negras para o Congresso nas eleições ocorridas entre 2022 e 2030 serão computados em dobro quanto à distribuição dos fundos partidário e eleitoral. Por meio dessa medida, o recurso atribuído a candidatura de pessoas negras deve ser distribuído na mesma proporção do total de candidatos/as que se manifestaram pertencentes a esse grupo.

Diante da baixa presença de representantes da população negra na política brasileira, além dos projetos de lei na esfera política institucional tem se desenvolvido uma agenda de pesquisa que busca compreender os motivos da sub-representação dessa população (Araújo, 2001; Campos; Machado, 2015; Bueno; Dunning, 2017). Parte dessa agenda está dedicada a compreender quais as nuances presentes no cenário brasileiro que afastam a população negra da política partidária (Campos; Machado, 2015, 2017). Uma das nuances exploradas em vários desses trabalhos é a ausência de políticos negros/as eleitos/as no Brasil.

Por exemplo, Campos e Machado (2015), ao analisarem os resultados das eleições municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo, constataram que não há uma significativa sub-representação racial entre os candidatos, e, sim, entre os políticos eleitos. Não havendo uma sub-representação nessas candidaturas, existiria outra razão para que, candidatos/as negros/as obtenham uma quantidade menor de votos do que os/as candidatos/as brancos/as. A conclusão de Campos e Machado

(2015) está ligada à maneira desproporcional das distribuições de recursos de campanha, disponível para os/as candidatos/as de diferentes raças. Outra explicação para a sub-representação política da população negra é o fato de que os/as candidatos/as brancos/as têm mais acesso a recursos para usar nas campanhas, o qual estão atrelados tanto a recursos próprios como aos recursos provenientes de doações de campanha (Bueno; Dunning, 2017).

Logo, os partidos têm investido em nomes que consideram com maior potencial para chegar ao Parlamento brasileiro, o que na prática se traduz em homens brancos, de uma faixa etária mais avançada e com influência no meio político. Para combater o racismo na política institucional, um dos principais líderes do movimento Coalizão Negra Por Direitos, Douglas Belchior, fez diversas denúncias em relação ao pouco espaço dado às pessoas negras nos partidos políticos. Ainda em 2018, quando era filiado ao PSOL, o ativista disse que o partido é racista e que “há um histórico de desrespeito desse partido com a construção do movimento negro em São Paulo” e que “o partido reproduz racismo ao não fortalecer de maneira igualitária as candidaturas negras” (Adorno, 2018, n. p). A esse respeito, Belchior publicou em sua rede social um pedido de esclarecimento ao partido solicitando informações sobre como o PSOL faria a distribuição dos recursos aos candidatos nas eleições de 2018 (Adorno, 2018).

Para Belchior, os partidos, mesmo sendo os de esquerda, reconhecem o tema racial, porém não abrem espaço na direção política, que ainda hoje é predominantemente branca; ou seja, não dão autonomia para intervenção política dos movimentos negros (Terra, 2022). Em parte, podemos compreender essa dificuldade de inserção pela lógica elitista que perpassa a formação dos partidos brasileiros.

Como argumentam Araújo e Perez (2021) em seus estudos sobre a rejeição da juventude aos partidos políticos, as estruturas partidárias se apresentam como espaços altamente hierarquizados nos quais aqueles que não possuem um perfil exigido acabam perdendo espaço. Se a luta dentro dos partidos já se apresenta como desafiadora para as pessoas negras, se inserir nos altos escalões dos governos é desafio ainda maior.

Nesse sentido, D'Araujo e Petek (2018) demonstram como as disputas pela composição dos Ministérios do Governo Federal demandam uma intensa pressão entre os grupos que atuaram para a eleição do mandatário. Algumas pastas tenderiam a ser mais fechadas para inserção de membros provenientes de movimentos sociais, tais como as ligadas à industrialização (D'Araujo; Petek, 2018).

A construção dos Ministérios envolve uma representatividade das forças políticas e sociais que barram a entrada desses atores políticos (Palotti; Cavalcante, 2018). Esse campo de forças é responsável por dar força aos governos e não necessariamente estão ligados às alianças no Congresso Nacional e à implementação de políticas públicas (D'Araujo, 2013). Por isso aspectos regionais, étnicos e religiosos, grupos de pressão e interesses de movimentos sociais também são levados em conta na alta ou baixa ascensão de pessoas negras aos Ministérios (Palotti; Cavalcante, 2018). Um exemplo desse jogo de influências na disputa por posições no Governo Federal foi o apoio dado pelos movimentos sociais, em especial pelos movimentos negros, à candidatura do presidente Lula nas eleições presidenciais de 2022.

A mobilização desses movimentos aproximou os movimentos negros do campo institucional, já que com a chegada do presidente Lula ao Executivo Nacional os movimentos negros passaram a reivindicar dentro da arena política uma cota de 30% dos cargos ministeriais para pessoas afrodescendentes. A iniciativa desses movimentos tem visado aumentar a representação de pessoas negras nos cargos do alto escalão do Governo Federal e em postos com mais recursos, além daquelas que são comumente direcionadas às pessoas desse segmento – Igualdade Racial e Cultura (Éboli, 2022).

3 A presença de negros/as nos Ministérios

Para examinar a presença de negros/as em cargos do alto escalão no Governo Federal sistematizamos os dados no Quadro 1 para apresentar quantos Ministros/as brancos/as e negros/as ocuparam o cargo de Ministro/a desde o período de redemocratização brasileira

(meados de 1985) até as últimas eleições presidenciais (2022). O objetivo desta etapa de pesquisa foi mapear quais os governos tiveram menor ou maior receptividade à inclusão de pessoas negras nos seus Ministérios.

Quadro 1. Relação de ministros por mandato no Governo Federal: interseção entre raça e gênero

Governos	Partido	Mandato	Ministros brancos/as	Ministros negros/as *
José Sarney	PMDB	1985-1990	27	-
Fernando Collor	PRN	1990-1992	14	-
Itamar Franco	PRN	1992-1994	28	-
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	1995-1998	26	1 (M)
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	1999-2002	27	-
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	2003-2006	32	1 (M); 2 (F)
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	2007-2010	33	2 (M); 2 (F)
Dilma Rousseff	PT	2011-2014	35	3 (M); 1 (F)
Dilma Rousseff	PT	2015-2016	38	1 (F)
Michel Temer	MDB **	2016-2018	23	-
Jair Bolsonaro	PSL-PL ***	2019-2022	22	-
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	2023-	27	6 (M); 4 (F)
TOTAL			340	23

Fonte: Elaborado pelos autores.

* (M) ministro homem; (F) ministra mulher

** O PMDB mudou o nome da legenda em 2017 para MDB.

*** Bolsonaro permaneceu no PSL até novembro de 2019. Em novembro de 2021, filiou-se ao PL.

O Quadro 1 mostra a presença majoritária de brancos/as ocupando cargos de ministros/as, chegando a ser a totalidade dos Ministros/as nos governos José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso 2, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Em todo o período estudado de um total de 340 Ministros/as, apenas 23 Ministros/as são negros/as. Após o levantamento de os/as Ministros/as negros/as nas gestões passadas e na atual, identificaram-se os/as Ministros/as por Ministérios. Nesta etapa, verificou-se que há uma divisão entre Ministérios direcionados às pessoas brancas e aqueles vinculados às pessoas negras. Mostrando essa tendência, o Quadro 2 apresenta quais os Ministérios têm maior predisposição a serem ocupados por pessoas negras.

Quadro 2. Ministérios ocupados por pessoas negras no Brasil (1985-2023)

Governo	Mandato	Ministério	Ministro/a
Fernando Henrique Cardoso	1995-1998	Esportes	Edson Arantes do Nascimento
Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2006	Ambiente	Marina Silva
		Assistência e Promoção Social	Benedita da Silva
		Cultura	Gilberto Gil
Luiz Inácio Lula da Silva	2007-2010	Cultura	Gilberto Gil
		Esportes	Orlando Silva
		Igualdade Racial	Matilde Ribeiro
		Meio Ambiente	Marina Silva
Dilma Rousseff	2011-2014	Educação	José Henrique Paim
		Esportes	Orlando Silva
		Igualdade Racial	Luiza Barros
		Transporte	Paulo Sérgio Oliveira Passos
Dilma Rousseff	2015-2016	Igualdade Racial	Nilma Lino Gomes
Luiz Inácio Lula da Silva	2023-	Casa Civil	Rui Costa
		Ciência, Tecnologia e Inovações	Luciana Santos
		Comunicações	Juscelino Filho
		Cultura	Margareth Menezes
		Direitos Humanos e da Cidadania	Silvio Almeida
		Igualdade Racial	Anielle Franco
		Integração e Desenvolvimento Regional	Waldez Góes
		Justiça e Segurança Pública	Flávio Dino
		Meio Ambiente	Marina Silva
		Previdência Social	Carlos Lupi

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme o Quadro 2, os Ministérios destinados às pessoas negras são majoritariamente nas áreas de Esporte, Meio Ambiente, Cultura e Direitos Humanos. Entre os chamados Ministérios de primeiro escalão,

tendo em vista os recursos e a influência política em outras pastas, temos apenas nos governos Dilma 1 e Lula 3 a presença de Ministros/as negros/as a frente de tais pastas, a saber: Educação, Casa Civil e Justiça respectivamente. Esse dado dialoga com o estudo de Passarinho (2018) que mostra que os Ministérios mais visados pelos políticos brasileiros são: Casa Civil; Educação; Minas e Energia; Saúde; Cidades e Planejamento. Em contrapartida, os menos almejados são: Igualdade Racial; Política para Mulheres; Esportes; Turismo; Cultura e Direitos Humanos. Na prática, isso mostra um tipo de racismo que aparentemente não é notado, que é a presença de pessoas negras nos espaços de poder, mas não nos espaços mais centrais.

Mais detalhadamente, conforme os dados dos Quadros 1 e 2, não houve negros/as no Governo Sarney, Collor, Itamar e no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. No início do governo Fernando Henrique Cardoso 1, apenas um Ministério foi ocupado por uma pessoa negra, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), o qual não era filiado a nenhum partido e, que assumiu o Ministério dos Esportes. Porém, em 1998, Pelé renunciou ao cargo e, após sua demissão, o Ministério foi extinto (Andrade, 2022). Os governos mais neoliberais, por vezes interpretados como mais à direita, como foi o caso dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, tenderam a compor seu corpo ministerial com indivíduos de perfil mais tecnocrata: Palotti e Cavalcante (2018) destacam como esses mandatos deram pouco ou nenhum espaço a lideranças de movimentos sociais. A indicação de Pelé pode ser compreendida mais em relação a sua posição midiática como símbolo do futebol nacional do que como demanda dos movimentos negros.

A presença de negros/as nos Ministérios cresceu de forma tímida, apresentando algum aumento apenas durante os governos do PT. No início do governo Lula, em seu primeiro mandato, dos 34 Ministérios, três foram ocupados por pessoas negras: Benedita Silva no Ministério da Assistência e Promoção Social, Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente e Gilberto Gil no Ministério da Cultura (O Globo, 2023). Com 36 Ministérios, no segundo mandato de Lula contabilizamos a presença de quatro Ministros/as negros/as: Orlando Silva no Ministério dos

Esportes, Gilberto Gil no Ministério da Cultura, Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente e Matilde Ribeiro no Ministério da Igualdade. Em particular, a Ministra Matilde Ribeiro, que assumiu a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), foi derrubada do cargo em 2008 por usar irregularmente o cartão corporativo (Scolese; Cruz, 2008). Outro Ministro negro foi Orlando Silva que assumiu o Ministério dos Esportes em 2006, sendo posteriormente acusado de ser o chefe do esquema de desvio de dinheiro do Programa Segundo Tempo, no âmbito daquele Ministério (AfroPress, 2011).

No primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, quatro pessoas negras ocuparam os Ministérios: Luiza Barros no Ministério da Igualdade Racial, José Henrique Paim no Ministério da Educação, Paulo Sérgio Oliveira Passos no Ministério dos Transportes e Orlando Silva que foi mantido no Ministério dos Esportes. Este último assumiu o Ministério com o objetivo de assegurar uma rede de infraestrutura para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão 2016.

Já no segundo mandato de Dilma, houve uma queda acentuada desse segmento, o qual contou apenas com uma Ministra negra, Nilma Lino Gomes, no Ministério da Igualdade Racial. Tal cenário da pouca representação de pessoas negras nos Ministérios se intensificou com o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff em 2016, evidenciando que apesar do espaço conquistado dentro de governos progressistas, a luta antirracista se constitui numa arena de constante disputa e que demanda constante vigilância dos movimentos negros (Gomes, 2020).

O Partido dos Trabalhadores, enquanto único partido de massa e com ligação aos movimentos sociais brasileiros, proporcionou uma maior incorporação de negros/as a cargos de poder no Governo Federal. Essa ação de inclusão morosa, mas progressiva, é paralisado pelo fim do governo Dilma diante de um processo de impeachment que coloca no poder um governo com compromissos mais conservadores e neoliberais (Souza, 2021). Como no governo Temer e, de modo mais acentuado, negros/as tiveram pouquíssima visibilidade no governo Bolsonaro.

Mesmo aqueles que foram nomeados acabaram por defender pautas no sentido contrário do que os movimentos negros/as abordam,

como pode ser verificado na atuação de Sérgio Camargo à frente da Fundação Palmares. Esse dado remonta às considerações de Alvarenga (2022), de que não basta que uma pessoa negra chegue a esses espaços de poder, é necessário que ela esteja vinculada as pautas dos movimentos negros para que a sua posição se reverta em benefícios para esse grupo social.

O caso de Bolsonaro merece ser mais detalhado. Mesmo quando ainda era deputado federal, Bolsonaro já demonstrava um discurso preconceituoso. Em 2017, o então parlamentar, falou em uma palestra que, “fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais” (Silva, 2020, n.p.). A eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente em 2018, operou sob um programa de governo altamente conservador e que dava sinais de práticas e pensamentos racistas desde o início da sua candidatura, como pode ser analisado nas declarações do então candidato Bolsonaro contra as diversas minorias, além de “atos falhos” no qual exibiu exposto racismo (El País, 2018).

Como prova desse comportamento racista, conforme sistematizado na Tabela 1, a equipe ministerial do governo Bolsonaro, no início do seu mandato, é formada somente por indivíduos que se autodeclararam brancos, totalizando 22 ministros. Ao longo do seu governo, teve apenas uma pessoa negra indicada para assumir um cargo no primeiro escalão, Carlos Decotelli, para o Ministério da Educação, no ano de 2020. No entanto, a nomeação de Decotelli se deu em meio a uma intensa troca de Ministros da Educação sob acusações de ingerência e abusos. Caberia a Decotelli melhorar a imagem do governo perante a crise ministerial instalada na pasta da educação, todavia, antes mesmo de tomar posse ele foi afastado por colocar informações falsas no currículo apresentado, não possuindo de fato as titulações que anunciava (Pires, 2020).

O referido Ministro, ao comentar sobre a sua rápida passagem pelo cargo, declarou que estaria sendo vítima de dois componentes – racismo e perseguição ideológica (Senra, 2020). Com a chegada de Lula ao poder em seu terceiro mandato, o cenário da pouca presença de pessoas negras em cargos no alto escalão dos Ministérios tem mudado. Com 37

Ministérios, 10 (27,2%) dos/as Ministros/as se autodeclararam como pessoas negras ou pardas. Quando comparado à gestão do Governo Bolsonaro, a eleição de Lula trouxe para o cenário 22,68% a mais de Ministros/as negros/as.

Em termos proporcionais, o governo petista aumentou em 27% a representatividade das pessoas negras no alto escalão do governo, enquanto na época da gestão Bolsonaro esse número era de apenas 4,3% (Mendes, 2023). No entanto, ainda que no governo petista a representação de pessoas negras tenha crescido, não podemos dizer que a participação das pessoas negras no alto escalão do governo federal será uma constante nas próximas gestões. Apesar de percebido um aumento de negros/as no terceiro mandato do presidente Lula, esse número ainda é baixo quando considerado a participação de Ministros/as brancos/as nos cargos do governo. Afinal, dos 37 Ministérios do governo Lula, 27 deles são formados por pessoas brancas. Com base nos dados é notória a presença de pessoas negras nos governos à esquerda quando comparados àqueles mais à direita.

Estudos como os de Palotti e Cavalcante (2018, 2019) já apontavam essa tendência ao evidenciar o alto grau de politização dos Ministérios petistas. Nesse sentido, nos governos petistas podemos observar um esforço maior para atender às diversas demandas na divisão do poder, considerando desde a base partidária até a base popular e sociocultural. Feito o levantamento dos/as Ministros/as por governo, buscamos também mostrar os dados relacionados ao gênero desses/as Ministros/as nos governos que tiveram a participação de pessoas negras. Com esse fim, a presente pesquisa atentou para o intercruzamento das clivagens relacionadas a gênero e raça.

Conforme o Quadro 1, dos/as 214 Ministros/as, 191 são pessoas brancas e 23 são pessoas negras. Das 23 pessoas que se autodeclararam negras, 11 são homens e 10 são mulheres. Mesmo observando que ainda é baixa a participação feminina no alto escalão, é importante considerar a proporcionalidade da presença feminina e masculina negra. A nomeação de mulheres pretas para cargos ministeriais tem relação com a iniciativa

dos governos do PT em aumentar a presença de mulheres em seus cargos, sob o influxo dos movimentos sociais feministas e negros.

Das 11 ministras escolhidas por Lula em 2023, 04 delas são mulheres pretas, o que fez esse governo atingir um recorde quanto ao número tanto de mulheres brancas como de mulheres pretas para cargos ministeriais. Quanto à presença de mulheres negras nos Ministérios, há um debate importante na academia sobre a interseccionalidade. Mesmo que os dados levantados apontem um equilíbrio quanto ao número de homens e mulheres negras no alto escalão dos governos, não se pode desconsiderar que as mulheres negras estão sujeitas a diferentes meios de opressões que intercambiam entre gênero e raça (Crenshaw, 2002).

Para Crenshaw (2002), a discriminação de gênero se amplia pela combinação com a discriminação racial e vice-versa. Dessa forma, gênero, raça, classe e outros marcadores sociais não atuam isoladamente, mas são indissociáveis, dificultando ainda mais o acesso a direitos por parte das mulheres negras e pobres. Podemos constatar esse dado ao avaliar que as mulheres que ocupam cargos ministeriais estão ligadas a pastas menos visadas pelos partidos como: cultura, igualdade racial, meio-ambiente e ciência e tecnologia. No terceiro governo Lula apenas dois Ministérios entre os mais disputados estão nas mãos de homens negros, sendo eles Casa Civil e Justiça e Segurança Pública.

Nota-se que, mesmo a presença de pessoas negras ter sido acentuada nas gestões do PT, considerado um partido progressista à frente do Governo Federal, é um desafio a inclusão e ascensão de pessoas negras aos cargos de poder. Tendo em vista o perfil da sociedade brasileira, o qual é uma população majoritariamente negra, a baixa presença de pessoas negras em posição de comando no governo expressa as condições e dificuldades estruturais que a sociedade inflige à pessoa negra no Brasil (Campos; Machado, 2017).

4 Considerações finais

Em uma análise mais geral, os dados da pesquisa mostram que o perfil dos políticos eleitos no Brasil continua sendo predominantemente

formado por homens brancos, o que para além da questão de raça há também uma problemática a ser debatida em relação ao gênero, visto a pouca presença de mulheres brancas ou negras nesses cargos. Além disso, há que se considerar que os dados sobre a maior ocupação dos cargos de pessoas negras escondem um outro tipo de racismo, mais velado, dados que as pessoas negras não ocupam ministérios mais visados. Em algumas agendas de pesquisas, gostaríamos de destacar a avaliação de como esses indivíduos autodeclarados/as negros/as atuam ao longo dos governos e como suas ações têm relação com as demandas dos movimentos negros/as. Destacamos a reflexão sobre como os movimentos negros/as atuarão nessa nova conjuntura política brasileira.

Na prática, consideramos que nesse campo é urgente debater como as gerações mais antigas, que ocupam os espaços de poder, podem se transformar conforme as demandas colocadas pelos movimentos. Aí está o desafio. Os movimentos têm um recado importante a respeito da origem das desigualdades sociais e de como solucioná-las. Para eles as desigualdades têm relação com o fato de que a maioria da população - considerando que mulheres, negras/os, LGBTQIA +, jovens e moradores de periferia não são minorias - não está incluída nas principais decisões que dizem respeito ao coletivo.

Com o argumento de lugar de fala, esses membros dos movimentos vêm forçando as gerações mais velhas a se abrirem para novas formas de agir e de pensar que pedem a democratização de todos os espaços de poder. Sugerimos que para avançar nesse embate as organizações devem ser mais inclusivas e horizontais. Isso requer que aqueles que ocupam os cargos de decisão se abram para grupos com os quais eles não estão acostumados a partilhar. Essa não é uma tarefa fácil. É preciso primeiro uma postura de abertura diante do que os movimentos têm a ensinar. Mas é preciso também uma transformação na prática, incluindo aqueles que até agora estão excluídos dos debates e das decisões coletivas.

Referências

ADORNO, Luís. Pré-candidato do PSOL diz que partido é racista e não mantém coerência. **Uol Notícias**, 23 de jul. 2018. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/23/pre-candidato-do-psol-diz-que-partido-e-racista-e-nao-mantem-coerencia.htm>. Acesso em: 07 fev. 2023.

ALVARENGA, Camila. "Racismo de Bolsonaro é planejado", diz Douglas Belchior. **Opera Mundi**, 02 mar 2022. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/20-minutos/73481/racismo-de-bolsonaro-e-planejado-diz-douglas-belchior>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ANDRADE, Mariana. Lula baterá recorde de mulheres e negros nos ministérios desde a redemocratização. **Metrópoles**, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/lula-batera-recorde-de-mulheres-e-negros-nos-ministerios-desde-a-redemocratizacao>. Acesso: 11 fev. 2023.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados: Revista de Ciência Sociais**, v. 44, p. 155-195, 2001.

ARAÚJO, Rogério de Oliveira.; PEREZ, Olívia Cristina. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 50, p. 327–349, 2021.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BUENO, Natália Salgado; DUNNING, Thad. Race, resources, and representation: evidence from brazilian politicians. **World Politics**, v. 69, n.2, p.327–365, 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não-brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, p. 121–151, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.

CONCEIÇÃO, Alexandro Gomes da. O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03. **Revista África e Africanidades**, v. 12, n. 31, p. 01-19, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. Os ministros da Nova República – Notas para entender a democratização do Poder Executivo. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA – PAINEL 60, 2013, Brasília. **Política e administração**: continuidade e mudança dos governos [...]. Brasília, 2013, p. 01-38.

D'ARAUJO, Maria Celina; PETEK, Júlia. Recrutamento e perfil dos dirigentes públicos brasileiros nas áreas econômicas e sociais entre 1995 e 2012. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 840–862, out. 2018.

DOVI, Suzanne. Preferable descriptive representatives: will just any woman, black, or latino do? **The American Political Science Review**, v. 96, n. 4, p. 729–743, 2002.

DOUGLAS Belchior: "O Movimento negro tem que ser a direção política do campo popular". **Terra**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/douglas-belchior-o-movimento-negro-tem-que-se>. Acesso em: 02 fev. 2023.

ÉBOLI, Evandro. Movimento que apoiou Lula quer cota para negros no primeiro escalão. **Metrópoles**. 17 dez. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/movimento-que-apoiou-lula-defende-cota-para-negros-no-primeiro-escalao>. Acesso: 06 fev. 2023.

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 360–371, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? a contingent "yes". **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628–657, 1999.

MENDES, Luiz. Governo Lula tem 27% de ministros negros ou pardos; Bolsonaro tinha 4,3%. **Diário do Estado**. 04 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://diariodoestado.com.br/governo-lula-tem-27-de-ministros-negros-ou-pardos-bolsonaro-tinha-43-234699/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MINISTÉRIOS de Lula em 2003, 2007 e 2023. **O Globo**, 02 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/ministerios-de-lula-em-2003-2007-e-2023-compare-os-gabinetes-dos-tres-governos-do-petista.ghtml>. Acesso: 14 mar. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1988.

O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. **El País**. 07 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html. Acesso: 06 fev. 2023.

PALOTTI, Pedro; CAVALCANTE, Pedro. Articuladores políticos e dirigentes da burocracia: ministros de estado no Brasil e em perspectiva comparada. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Eds.). **Burocracia e políticas públicas: interseções analíticas**. Brasília, DF: Ipea: Enap, 2018.

PALOTTI, Pedro; CAVALCANTE, Pedro. Estratégias de Nomeações Ministeriais: entre a política e as políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, p. 01-20, 25 nov. 2019.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2007-2008**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

PASSARINHO, Nathalia. Os ministérios mais cobiçados pelos políticos do Brasil, segundo pesquisa inédita de Oxford. **BBC**. 7 mar 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43218087>. Acesso: 18 fev. 2023.

PEREIRA, Aline; PEREIRA, Vantuil. Miradas sobre o poder: A nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 33–56, 2021.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PIRES, Breiller. Ministro Decotelli cai por maquiar currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação. **El País**. 01 de julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decatelli-cai-por-maquiar-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html> [consultado em 06 de fevereiro de 2023]

A PRESENÇA Negra no governo Dilma é a menor desde 2003. **Afropress**. 01 nov. 2011. Disponível em: <https://www.afropress.com/presenca-negra-no-governo-dilma-e-a-menor-desde-2003/>. Acesso: 07 fev. 2022.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Revista Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 306-332, 2009.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista de Estudos Feministas**, v. 20, n.2, p. 399-431, 2012.

SCOLESE, Eduardo; CRUZ, Valdo. Ministra da Igualdade Racial cai por uso irregular de cartão. **Folha de S. Paulo**, 02 fev 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0202200802.htm>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SENN, Ricardo. Decotelli diz a interlocutores que caiu por mistura de 'racismo e anti bolsonarismo'. **BBC**. 06 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53312912>. Acesso: 06 fev. 2023.

SILVA, Franco Alves da. **O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequências**. **Nexo**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%Aancias>. Acesso: 09 fev. 2023.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. São Paulo: LeYa, 2021.

Sobre os autores

Olivia Cristina Perez  

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP) em Araraquara (SP). Mestra em Sociologia e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde atua no Centro de Ciências Humanas e Letras e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PGCP). Bolsista de Produtividade do CNPq - Nível 2.

Email: oliviaperez@ufpi.edu.br

Lucas Pereira Nunes  

Estudante em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integrante do grupo de pesquisa "O que querem os movimentos feministas, antirracistas e a favor dos direitos para a população LGBTQIA+? Compreensões sobre as desigualdades sociais e como mitigá-las" da UFPI. Email: lucasnunes3d@hotmail.com

Libni Milhomem Sousa  

Graduado em Administração pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) e em Biblioteconomia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal do Sergipe (UFS). Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) em Fazendinha (PI). Membro do Grupo de Pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença da UFPI. Email: libnichaves@hotmail.com

Rogério de Oliveira Araújo  

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e em História pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). Mestre em Ciência Política e doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença da UFPI. Email: rogeroliveira373@outlook.com

Movimentos sociais rurais e Estado na Argentina: o conflito agrário e a luta pela terra em 2021

*Rural social movements and the state in Argentina:
agrarian conflict and the struggle for land in 2021*

Andrea Geanina Gómez Herrera

Doutora em Ciências Agropecuárias pela UBA. Professora da UNSE.

Cristian Emmanuel Jara

Doutor em Humanidades pela UNT. Professor da UNSE

Marta Elena Gutierrez

Doutora em Humanidades pela UNT. Professora da UNSE

Resumo: Este artigo apresenta os avanços do projeto de pesquisa internacional "Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa". O objetivo é analisar como a questão das desigualdades no acesso e controle da terra está incluída nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, investigando as ações dos movimentos sociais rurais e as ações do Estado nesta área na Argentina. A metodologia é baseada em uma sistematização de notícias. Foram adotados critérios que permitem mapear estas ações e uma metodologia foi desenvolvida e comparada com outros países. Nesta ocasião, discutimos os resultados correspondentes a 2021, um ano marcado pela pandemia e por problemas econômicos como endividamento externo, escassez de moeda estrangeira e inflação. A análise dos dados mostra que os movimentos sociais rurais desenvolvem ações relacionadas à posse da terra e à consolidação de seus direitos, seja por meio de protestos ou de ações judiciais. Por outro lado, predominam ações estatais relacionadas ao fortalecimento do sistema produtivo, capacitação e assistência técnica, mas não há evidências de ações voltadas para a reversão das desigualdades na distribuição de terras em favor de camponeses e comunidades indígenas.

Palavras-chave: Estado. Movimentos socioterritoriais. Objetivos de desenvolvimento sustentável.

Abstract: The paper presents the progress of the international research project "Socio-territorial movements in comparative perspective". The objective is to analyze how the issue of inequalities in access to and control of land is included in the Sustainable Development Goals, investigating the actions of rural social movements and the actions of the State in this area in Argentina. The methodology is based on a systematization of news. Criteria were adopted that allow mapping these actions and a methodology was developed and compared with other countries. On this occasion, we discuss the results corresponding to 2021, a year marked by the pandemic and by economic problems such as foreign debt, foreign currency shortages and inflation. The analysis of the data shows that rural social movements develop actions related to land tenure and the consolidation of their rights, either through protests or legal actions. On the other hand, state actions related to strengthening the productive system, training and technical assistance predominate, but there is no evidence of actions aimed at reversing inequalities in land distribution in favour of peasants and indigenous communities.

Keywords: State. Rural social movements. Sustainable development goals.



1 Introdução

O artigo apresenta os avanços do projeto de pesquisa internacional "*Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa*". O objetivo é analisar como a questão das desigualdades de acesso e controle sobre a terra está inserida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), investigando tanto as ações dos movimentos socioterritoriais rurais quanto às ações do Estado nesta área na Argentina. Embora o acesso e a posse da terra seja uma demanda histórica dos movimentos camponeses e indígenas na região, ela ganhou maior vigor no contexto atual, dando origem ao que Rubio Vega (2016) chama de um novo ciclo do movimento camponês latino-americano, cujo traço distintivo é a luta pela defesa do território e dos recursos naturais e que resulta das contradições na actual fase de acumulação capitalista.

Os ODS foram acordados por mais de 150 países no âmbito das Nações Unidas, com vistas a 2030. São 17 itens principais na agenda global que incluem aspectos como a redução da desigualdade, o fim da fome, o alcance da segurança alimentar, a promoção da agricultura sustentável, a proteção dos ecossistemas terrestres e o fim da perda da biodiversidade. Assim, a Declaração 70/01 (2015) da Assembleia Geral da ONU intitulada "*Transformando nosso mundo: a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030*" assume a natureza integral e indivisível do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

Além dos 17 ODS, foram acordadas 169 metas, algumas das quais têm uma referência direta à questão da terra. O ponto 1.4 (relacionado ao objetivo de acabar com a pobreza) afirma que o objetivo é garantir que todos os homens e mulheres tenham acesso à propriedade e controle da terra. O ponto 2.3 (relacionado ao objetivo de fome zero) visa duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos através do acesso seguro e equitativo à terra. Da mesma forma, o ponto 5.a (relacionado à igualdade de gênero) exorta os Estados a empreenderem reformas que deem às mulheres controle sobre a terra. Esta ambiciosa agenda global e multidimensional, embora não livre de

ambiguidades e sem compromissos precisos por não ser um instrumento juridicamente vinculativo (Gil Gómez, 2018), fornece um roteiro para as ações dos governos e responde às necessidades e exigências de muitos movimentos sociais rurais em todos os continentes.

De acordo com o Censo Agrícola Nacional de 2018, ele confirmou a tendência progressiva de eliminação de unidades de produção na Argentina. De fato, foram registradas 250.881 fazendas registradas (com e sem limites definidos), contra 333.533 contadas no Censo Agrícola Nacional de 2002 (Azcuay Ameghino; Fernández, 2021). Em outras palavras, durante um período de 16 anos, mais de 80.000 unidades desapareceram, o que afetou principalmente aqueles com áreas menores de superfície, aprofundando a concentração da terra. Soverna (2021) destaca que no noroeste do país, especificamente em Santiago del Estero, os estratos maiores que 1.000 hectares tiveram um aumento extraordinário na área total de quase 2 milhões de hectares. Esta desigualdade se traduz em diferentes expressões de conflito e resistência das populações rurais que resistem ao despejo ou lutam por um acesso mais equitativo.

Propomos contribuir para um diagnóstico do conflito sobre a terra a fim de compreender as ações dos movimentos sociais rurais e dos Estados em relação às dimensões do direito à terra estabelecidas nas ODS da Organização das Nações Unidas (ONU). Nossa análise é enquadrada por debates teóricos sobre movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2020; Halvorsen, Fernandes; Torres, 2019). Estudos de produção espacial e territorial dos movimentos sociais têm Lefebvre (1991) e Santos (1996) como pontos de referência. Sob esta perspectiva, espaço e território são produtores e produtos de relações sociais. Esta visão é baseada em uma ruptura com a concepção absoluta e positivista de território entendido como a superfície do estado.

Neste artigo, entende-se território como uma construção social multidimensional que envolve a espacialização das relações de poder, onde o poder estatal é apenas um deles. O território é um espaço relativo porque está relacionado ao tempo e às tecnologias. Em outras palavras, o território é concebido como um espaço apropriado. Ter meios

apropriados para ter controle, ter poder, exercer soberania. Quando uma relação social tira outra relação social do espaço há uma desterritorialização (Fernandes, 2008).

Sob esse viés, usamos a noção de movimentos socioterritoriais como uma categoria analítica para os movimentos sociais cujo objetivo central é a apropriação do espaço na busca de seu projeto político. A noção de movimentos socioterritoriais surge do cruzamento entre os desenvolvimentos teóricos da sociologia e da geografia para analisar a ação coletiva e suas implicações na produção de espaços e sua transformação em territórios (Fernandes, 2005).

As lutas pela terra-território na Argentina têm uma longa história¹, mas se tornaram mais agudas e adquiriram uma dinâmica específica nas últimas décadas. Paz e Jara (2020) evidenciam a forte presença do campesinato na estrutura agrária argentina, especialmente na região noroeste, o que explicam com base em antigos e renovados processos de resistência e recriação do campesinato na luta pela terra. Nossa pesquisa está construindo um registro atualizado das ações dos movimentos socioterritoriais e das ações do Estado no contexto desses conflitos, que têm múltiplas dimensões e entrelaçadas, envolvendo diferentes atores sociais, com intenções e interesses diferentes.

De nossa perspectiva analítica, o reconhecimento das múltiplas escalas de conflitos de terra nos permitirá examinar as interseções e reestruturações desses conflitos, sem tomar sua localização como certa ou hermética (González, 2005). Portanto, não se trata de escolher uma escala (grande ou pequena), mas de estudar as inter-relações entre fenômenos que agem ou se expressam em escalas diferentes (Cowan Ros, 2016; Jelim, 2003). Em suma, é extremamente importante analisar a dinâmica dos conflitos fundiários e a ação coletiva dos movimentos sociais rurais. Acreditamos que a identificação e a compreensão dessas lutas são fundamentais para o desenvolvimento de propostas de

¹ Uma pesquisa realizada por Bidaseca *et al.* (2013) a nível nacional argentino, identificou um total de 857 situações problemáticas, abrangendo uma área de 9.293.233,80 hectares e afetando 63.843 famílias de agricultores familiares. Este estudo destaca, ao considerar a distribuição por regiões, que no Noroeste concentra o maior número de casos (28,2%), seguida pela Patagônia (21,1%), Nordeste (19,8%), Centro (19,1%) e Cuyo (11,7%).

intervenção destinadas a contribuir para a gestão da terra e para o desenho de um modelo de desenvolvimento mais democrático e sustentável.

2 Metodologia

Este documento adota uma estratégia que combina abordagens quantitativas e qualitativas. Para o levantamento e mapeamento dos conflitos fundiários rurais na Argentina e a análise das ações vinculadas às ODS e os tipos de ações desenvolvidas pelos movimentos sociais rurais, foi construída uma matriz informativa na qual são registrados e sistematizados documentos jornalísticos (crônicas, notícias, editoriais, artigos de opinião). Também foram discutidos relatórios institucionais e boletins informativos, panfletos e outros materiais documentais em formato escrito e audiovisual disponíveis em sites e redes sociais gerenciados por agências de imprensa (públicas e privadas), organizações agrárias e movimentos sociais, órgãos governamentais e organizações não-governamentais referentes a problemas ligados ao acesso, posse, uso e distribuição da terra.

A construção da matriz de dados e do registro é uma atividade colaborativa desenvolvida por uma equipe de pesquisa interdisciplinar de diferentes universidades e institutos na Argentina em coordenação com o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), ligado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). A partir deste espaço, foi desenvolvido o DATALUTA, um banco de dados sobre ocupação do solo, atualizado e publicado anualmente em formato digital.²

A construção do banco de dados sobre conflitos fundiários na Argentina, em 2021, envolveu as seguintes etapas: primeiro, foi criada uma conta Gmail onde alertas sobre um conjunto de palavras-chave (identificadas em estágios exploratórios) foram enviados e carregados pelo Google Alerts³. Inicialmente, foram identificados os nomes de 60

² Para mais informação sobre esta rede de pesquisa DATALUTA, consulta o site: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/rede-dataluta/>.

³ Google Alerts: <https://www.google.com/alerts>.

organizações e movimentos sociais na Argentina que trabalham em áreas rurais e com diferentes escalas de projeção (provincial, nacional e internacional). Palavras-chave como apropriação de terras, soberania alimentar, agroecologia e desmatamento também foram incluídas.

Os materiais documentais que chegam na conta do Gmail são selecionados e salvos em formato PDF no Google Drive. Os documentos selecionados serão aqueles cujo conteúdo se refere: a) às ações dos movimentos sociais rurais que podem ser de defesa ou proativas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); b) às ações das agências estatais em relação a estes movimentos e sua vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Usando um formulário Google, as informações são registradas para cada documento que chega através dos alertas. As informações coletadas referem-se a: código do documento; data de publicação do documento; data da ação a que se refere; localização geográfica desagregada por localidade, departamento e província (de acordo com os códigos de localização do Instituto Nacional de Estatística e Censo); título e *link* para a notícia; nome, tipo e escopo da fonte; nome do movimento social rural; tipo de movimento; tipo de ação do movimento; assunto da ação em relação aos SDGs; agência estatal e tipo de ação que implementa. Desta forma, podemos mapear e analisar espacialmente as ações utilizando o *software* livre Philcarto e/ou Quantum Gis.

Deve-se observar que as informações coletadas através deste formulário são automaticamente carregadas na matriz de dados. Posteriormente, as informações registradas na matriz são submetidas a um processamento estatístico e cartográfico. Com efeito, estamos produzindo quadros, gráficos e mapas sobre as ações dos movimentos sociais rurais e do Estado em relação às ODS.

Este tipo de análise permite comparar regiões, captar semelhanças e diferenças nas demandas e ações e produzir classificações da heterogeneidade desses atores, assim como compreender os processos de subjetivação política dos atores sociais agrários, os significados das lutas agrárias e estratégias de desterritorialização de seus projetos políticos.

3 Ações dos movimentos sociais rurais em relação à terra

Em 2021, foram registradas 354 notícias sobre ações dos movimentos sociais rurais ligadas ao ODS10 (reduzindo as desigualdades dentro e entre países). Neste artigo, focalizamos a questão da terra, porque a concentração do acesso e controle sobre a terra é uma questão fundamental na matriz das relações desiguais de poder que existe em toda a América Latina desde o período colonial (Julca Gonza *et al.*, 2022).

Em geral, essas ações se referem a questões como demandas de acesso à terra ou resistência a despejos. Acreditamos que a concentração da terra e a desigualdade de acesso à terra é a chave para entender outras questões como moradia e o direito ao trabalho. Isto implica reconhecer que a questão das desigualdades em relação aos direitos à terra também está intimamente relacionada a outras ODS (por exemplo, redução da pobreza e fome zero).

De acordo com a tipologia das ações de movimentos sociais rurais que temos construído e ajustado conforme registramos as notícias, tentamos dar conta do caráter multidimensional e multiescalar das lutas pelo território. Assim, algumas ações têm um caráter mais defensivo nos próprios territórios, outras envolvem reclamações e disputas sobre recursos e espaços no Estado, enquanto um terceiro grupo de ações se refere à implementação de iniciativas de desenvolvimento rural pelas próprias organizações em diferentes áreas (saúde, ambiente, educação, produção, marketing). A tabela 1 mostra a frequência das principais ações ligadas à disputa sobre o acesso e controle de terras por região até 2021.

Embora os movimentos sociais rurais tenham uma presença ativa na luta pela terra na maioria das jurisdições do país, este tipo de ação se concentra na região Noroeste (que inclui Jujuy, Salta, Santiago del Estero, Tucumán, Catamarca e La Rioja), e na Patagônia (que inclui Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Usuhaia). A Cidade Autônoma de Buenos Aires, por sua vez, é um cenário onde há uma alta presença de ações devido ao nível de visibilidade e ao fato de ser a sede do governo central. Por exemplo, em 2021 um dos assuntos em pauta foi a exigência

da prorrogação da Lei 26.160, que estabelece o levantamento e reconhecimento de terras habitadas por comunidades indígenas, e a suspensão dos despejos. Assim como a exigência de uma lei de crédito para que os agricultores familiares tenham acesso à propriedade das terras que trabalham (Tierra Viva, 2021).

Tabela 1. Ações dos movimentos em relação à questão da terra por região até 2021

Região	Ações	%
Centro	94	26.6%
Cuyo	-	2.0%
Northeast	-	-
Norte Oeste	106	29.9%
Patagonia	113	31.9%
TOTAL	354	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina).

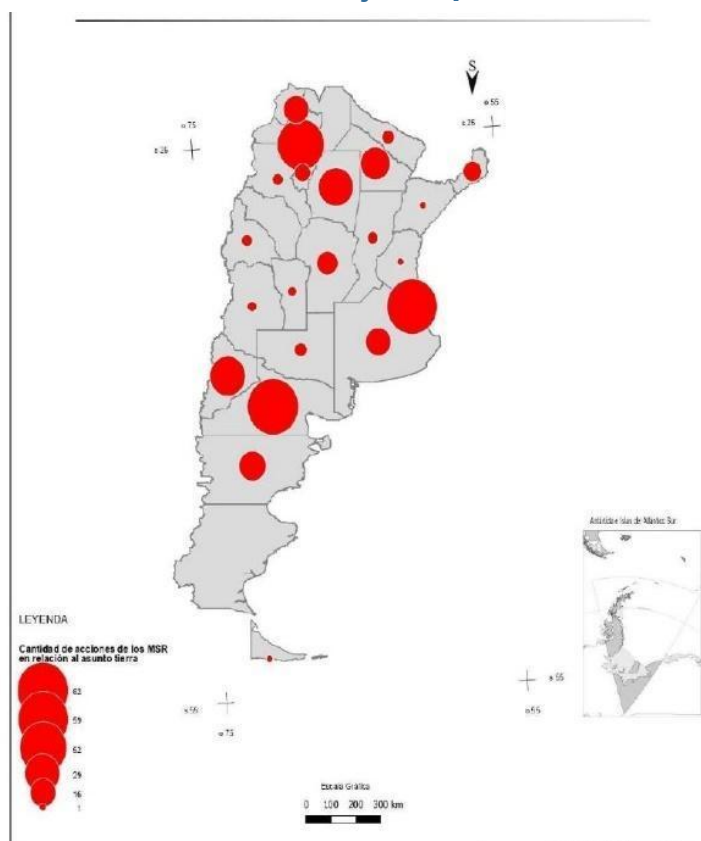
Alguns dos movimentos que lutam pela terra em nível nacional são o Movimento Nacional Camponês (MNC), a Frente Nacional Campesina (FNC) e o Sindicato dos Trabalhadores da Terra (UTT). Por outro lado, podemos mencionar organizações de âmbito provincial, mas com projeções em outras escalas como MOCASE, *Santiagoños en defensa de la tierra*. Da mesma forma, no Chaco, as ações relacionadas à terra foram registradas pelas comunidades Qom, Mocoví e Wichí. Em Salta: Diaguitas, Guaraní, Wich e Kolla. Na Patagônia, as ações do povo Mapuche foram fundamentais. Nestes casos, a questão da terra se cruza principalmente com as questões da diversidade étnica e o cuidado com os ecossistemas terrestres, habitat e moradia. A luta pela terra continua durante a pandemia e assume diferentes expressões. Assim, na tabela 2 podemos ver como a luta pela terra se cruza com outras questões, tais como as lutas por desigualdades étnicas.

Tabela 2. Referência cruzada do número em relação à questão da terra e à questão da etnia por região

Região	Ações em relação à terra	%	Ações em relação à etnia	%
Centro	94	26.6%	-	17.4%
Cuyo	-	2.0%	-	2.5%
Nea	-	-	-	7.2%
Noa	106	29.9%	70	29.7%
Patagonia	113	31.9%	102	43.2%
Total	354	100%	236	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina).

Mapa 1. Ações dos movimentos em relação à questão da terra na Argentina em 2021



Fonte:

Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina)

O mapa 1 mostra as ações dos movimentos sociais rurais em relação à questão da terra em 2021 a nível nacional. Com base em nossas discussões teóricas e na análise inicial do conteúdo das notícias,

construímos uma tipologia de ações de movimentos sociais rurais ligadas ao terreno. Primeiramente, identificamos um conjunto de ações ligadas à defesa da terra, que inclui iniciativas *in situ* destinadas a resistir à desapropriação, permanecer na terra e garantir o controle dos bens comuns naturais (florestas, fontes de água, etc.). Inclui ações como a resistência das comunidades rurais a despejos, limpeza de terras, expropriações, o avanço da mineração e de empresas, fechamento de estradas, usurpação de terras, a entrada de pessoas não autorizadas pelos movimentos sociais rurais.

Em segundo lugar, temos ações legislativas: esta categoria inclui a apresentação de projetos de lei, modificação ou extensão de leis em diferentes níveis e escalas de governo. Por exemplo: extensão da lei para impedir despejos de povos indígenas, modificação da lei sobre o manejo de florestas nativas e o projeto de lei sobre mercados de alimentos.

Em terceiro lugar, as ações legais estão ligadas a reclamações e procedimentos legais que são tratados nos tribunais federais e/ou provinciais. Por exemplo: queixas formais contra empresários por usurpação ou despejo, pedidos aos juízes para o reconhecimento de direitos de posse, ações judiciais contra o desmatamento. Da mesma forma, as ações de apreensão de terras referem-se à apropriação de espaços tais como uma estação de três vias, galpões e terras pelos movimentos sociais rurais.

Finalmente, a categoria protesto inclui ações de denúncia, reclamação, discordância, insatisfação, descontentamento, desaprovação. Também estão incluídas manifestações públicas ou dias de luta em apoio a certas demandas ou comemoração de datas. A tabela 3 mostra a distribuição espacial do tipo de ações que construímos.

Neste sentido, podemos ver que tanto na NOA como na Patagônia, prevalecem ações defensivas e protestos, onde as comunidades rurais estão ameaçadas de despejo e resistem à desapropriação de seus territórios, devido ao fato de serem áreas onde o capital avança sobre os bens comuns através da expansão da fronteira agrícola, mineira e florestal. Desta forma, pode-se dizer que estas são regiões de alto conflito no espaço agrário.

Tabela 3. Tipo de ações dos movimentos em relação a questões fundiárias em nível de país e por região na Argentina em 2021

Região	Defesa	Legais	Legislativas	Protestos
Noa	30	-	8	-
Patagonia	-	26	-	55
Centro	-	-	-	-
Nea	-	-	0	18
Cuyo	0	0	1	-
Total do país: 354	91		30	173

Fonte: Elaborado pelos autores com base em uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina).

4 O papel do Estado argentino em relação às exigências dos MSR em relação ao direito à terra

A opção analítica de entender o estado através das ações referenciadas a esta esfera institucional é baseada em várias hipóteses teóricas. Em primeiro lugar, concebemos políticas estatais como expressão das posições do Estado sobre várias situações socialmente problemáticas (Oszlak; O'Donnell, 2011) pelos movimentos sociais rurais. Em segundo lugar, assumimos o Estado como uma arena de disputas onde convergem diversos atores com diferentes visões de mundo e projetos políticos e, portanto, entendemos as políticas estatais como um efeito dessas lutas políticas (Franzé Mundanó, 2013).

Nesta seção do documento, descrevemos as ações tomadas pelas instituições estatais em diferentes níveis (nacional, provincial e local) para atender às demandas dos movimentos sociais rurais em relação às desigualdades de direitos à terra durante o ano de 2021. Para isso, consideramos dois aspectos: a) as instituições estatais que intervieram mais frequentemente no desenvolvimento de ações sobre a terra, como a promoção de fóruns de articulação, reuniões interministeriais ou a

geração de espaços público-privados para a promoção de políticas públicas; e b) os tipos de ações estatais que prevaleceram na abordagem das demandas em torno deste tema e sua orientação a favor ou contra as exigências dos movimentos sociais rurais.

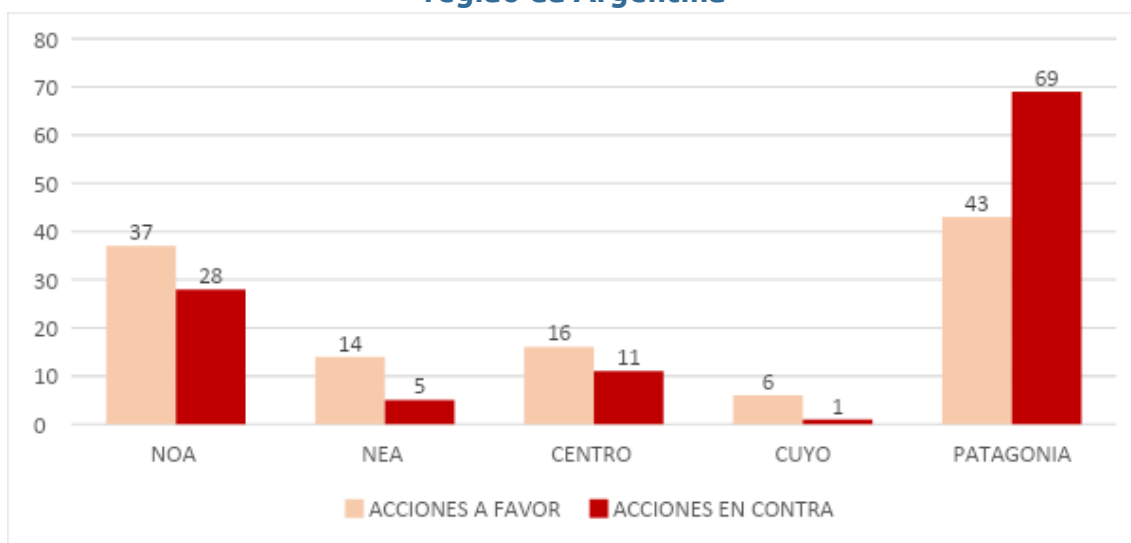
Em termos dos órgãos estatais que intervêm em relação às demandas de "terra" dos movimentos sociais rurais, encontramos uma ampla gama de instituições, desde aquelas que operam em todo o país, até aquelas de natureza provincial, e aquelas que têm jurisdição municipal. Entre aqueles que se destacam em nível nacional estão a Administração de Parques Nacionais (APN), que depende do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Administração Nacional de Seguridade Social (ANSES), o Ministério do Trabalho, a Comissão Nacional de Alimentação (CONAL), o Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI), a Secretaria Nacional de Agricultura Camponesa e Familiar Indígena, o Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA); órgãos que dependem do Ministério Nacional de Agricultura, Pecuária e Pesca.

Também registramos ações implementadas pelo Conselho dos Povos Indígenas (CPI) sob o Ministério da Justiça e Direitos Humanos e a Diretoria de Gênero e Igualdade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca. Outro grupo de órgãos envolvidos no desenvolvimento de ações relativas ao tema "Terra" são aqueles com funções legislativas e na administração da justiça em diferentes escalas de ação, como o Congresso Nacional e o Conselho Deliberativo, que intervieram na sanção e extensão de leis que se referem ao reconhecimento e garantias de direitos de terra a diferentes movimentos sociais rurais; bem como a cessão do uso de terras públicas para a produção de alimentos. Por outro lado, também se destaca o papel das Ouvidorias e Procuradorias provinciais na recepção e tratamento das reclamações relativas aos direitos de terra realizadas pelos movimentos e organizações rurais, especialmente as que representam os povos indígenas.

Entre as principais ações realizadas por esses órgãos estatais, prevalecem a assistência financeira, a assistência técnica e as ações destinadas a fornecer infraestrutura e equipamentos, que procuram

garantir o direito à terra através do fortalecimento dos sistemas produtivos dos atores agrícolas familiares, camponeses e indígenas. O gráfico 1 mostra a orientação (a favor ou contra) das ações estatais em relação às reivindicações de direitos de terra dos movimentos sociais rurais nas regiões da Argentina.

Gráfico 1. Ações estatais (a favor e contra) sobre a questão fundiária em 2021 por região da Argentina



Fonte: Elaborado pelos autores com base em uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparativa (CAPES-UNESP) e do Projeto PICT/20-00050 (Agência Nacional para a Promoção da Pesquisa na Argentina).

O noroeste da Argentina (NOA) e a Patagônia apresentam as maiores porcentagens de ações estatais contra os movimentos, 28% e 67% respectivamente. Em outras palavras, nas províncias que compõem estas regiões, há uma prevalência de ações que envolvem a violação de direitos pelo poder executivo (nacional ou provincial) e pelas forças públicas (por exemplo, repressão de protestos, detenções arbitrárias e criminalização de líderes de MSR), também como ações legais e legislativas que contrastam com os interesses dos movimentos sociais rurais. Estes dados confirmam que ambas regiões têm os mais altos níveis de conflito sobre o acesso à terra, posse e distribuição. Por outro lado, em ambas regiões as ações estatais em favor dos movimentos sociais rurais, têm como objetivo fornecer assistência técnica (por

exemplo, treinamento) e assistência financeira para consolidar a propriedade da terra através do fortalecimento dos sistemas produtivos.

A pesquisa de notícias revelou inúmeras situações de funcionários estatais anunciando créditos ou contribuições monetárias não reembolsáveis para aquelas famílias dedicadas à criação de bovinos, caprinos, ovinos, aves, animais de criação e cavalos. Também encontramos notícias que tendem a fortalecer as ações dos produtores que se dedicam à produção de hortas familiares para venda e autoconsumo. Deve-se notar que a assistência financeira não se limitou à produção agrícola, mas também teve como objetivo promover a produção artesanal (tecelagem, teares, tapetes, colchas de lã de ovelha) realizada e comercializada por mulheres rurais.

Outro tipo de ações estatais relevantes é aquele que envolve a participação de instituições estatais e movimentos sociais rurais na concepção e avaliação de políticas públicas; também na implementação de articulações interinstitucionais. Sob esta modalidade de ações, é notável que as demandas por "acesso" ou "reconhecimento" de direitos parecem estar ligadas a outras questões da agenda de 2030, tais como "Fome e Soberania Alimentar" e "Habitat e Habitação". Estes incluem a assinatura de acordos entre agências nacionais como o INAI com governos provinciais e comunidades indígenas para a execução de pesquisas territoriais; ou acordos entre agências nacionais e municípios para promover hortas agroecológicas. Também registramos a promoção de fóruns de articulação, reuniões interministeriais ou a geração de espaços público-privados para a promoção de políticas públicas.

Em menor grau, as ações legislativas são outra das modalidades recorrentes nas quais as instituições estatais intervêm com respeito ao direito à terra. Da pesquisa, distinguimos aquelas iniciativas legislativas que foram desenvolvidas em favor dos interesses e exigências do MSR, como o tratamento do PROCREAR Rural na Câmara dos Deputados ou a sanção na Câmara dos Senadores da extensão da lei nacional N° 26.160, que suspende os despejos das comunidades nativas e ordenou uma pesquisa dessas comunidades em todo o país. Nesta linha também encontramos notícias que promovem políticas públicas relacionadas à

produção agroecológica, como a apresentação da Lei de Promoção da Agroecologia na Câmara Nacional de Deputados. Com relação às ações legislativas contra interesses como a aprovação de despejos de povos indígenas nas províncias da região NOA, também encontramos notícias que promovem políticas públicas relacionadas à produção agroecológica, como a apresentação da Lei de Promoção da Agroecologia na Câmara Nacional de Deputados.

Finalmente, as ações legais em favor das demandas dos movimentos sociais rurais visavam deter o desmatamento ilegal em áreas protegidas habitadas por comunidades camponesas e indígenas, bem como deter a venda de terras demarcadas como territórios indígenas e os despejos de essas comunidades em face dos processos de apropriação de terras. Com relação a esta última situação, uma decisão emblemática em 2022 foi a suspensão do processo judicial contra a comunidade Mapuche de Villa La Angostura. O lado negativo desses procedimentos foram várias reclamações destinadas a apelar destas decisões favoráveis, assim como a abertura de novos processos judiciais relacionados a acusações ou processos de líderes de comunidades camponesas e indígenas que defendem seu direito à terra.

5 Considerações finais

Destacamos o potencial da pesquisa em termos de análise multi e trans escalar, a fim de dar conta da natureza processual e multidimensional do território. O interessante neste tipo de análise são as múltiplas escalas apresentadas nas notícias. Desta forma, encontramos exemplos de ações tanto dos movimentos sociais rurais quanto do Estado, em nível nacional, regional, provincial e local. Ao mesmo tempo, observamos como os noticiários marcam um mapa de ações onde os movimentos e o estado se sobrepõem, se contradizem, se opõem ou se refutam mutuamente, ou simplesmente se complementam.

A decisão de centrar a análise nas ações dos movimentos sociais rurais em relação à posse da terra é uma forma de explorar as (re)configurações da questão agrária na Argentina, ou seja, as questões

que emergem em torno da produção agrícola no âmbito da economia nacional e do poder estatal (Azcuay Ameghino, 2016). Os dados aqui apresentados mostram que a demanda histórica dos camponeses pelo direito à terra está associada a outras reivindicações, como a soberania alimentar e o respeito à diversidade étnica. Da mesma forma, a abordagem concomitante das ações dos movimentos e das instituições estatais implica reconhecer a sobreposição, sobreposição e tensão entre as estratégias políticas implementadas de baixo para cima e de cima para baixo na (re)produção do território (Halvorsen, 2020).

Uma questão que nos impressiona na análise das ações é que os movimentos sociais rurais desenvolvem ações relacionadas à posse da terra e à consolidação de seus direitos, seja por meio de protestos ou de ações judiciais. Por outro lado, predominam ações estatais relacionadas ao fortalecimento do sistema produtivo, capacitação e assistência técnica, mas não há evidências de ações voltadas para a reversão das desigualdades na distribuição de terras em favor de camponeses e comunidades indígenas. Embora a retórica dos representantes ou funcionários do Estado esteja subjacente à importância do acesso à terra como condição para abordar outras questões estabelecidas nas ODS da agenda 2030, como a luta contra a fome, a promoção da agroecologia e a redução das desigualdades, as iniciativas concretas exigidas pelos movimentos sociais rurais, como a Lei de Acesso à Terra, não foram abordadas.

Outra questão que apontamos é que muitas das notícias mostram uma falta de articulação entre órgãos estatais, uma falta de complementaridade ou de trabalho articulado entre instituições estatais. Neste sentido, argumentamos que, para aprofundar a análise dos modelos de desenvolvimento e projetos políticos que se expressam nas ações contraditórias e ambíguas das instituições estatais e movimentos sociais rurais, seria conveniente identificar e compreender o desenvolvimento dos conflitos territoriais nos quais estão envolvidos. Uma das potencialidades da coleta e processamento diário de notícias reside na possibilidade de reconstruir a trajetória desses conflitos territoriais.

Finalmente, deve-se notar que uma contribuição deste tipo de estudo é a sinergia com outros grupos de pesquisa e a construção de informações de primeira mão, especialmente em tempos de pandemia. A metodologia utilizada facilitou o acesso a este tipo de fonte de informação. O processamento e a análise permitem a comunicação dos resultados (gráficos, mapas, tabelas) em diferentes espaços acadêmicos e não acadêmicos.

Em termos dos desafios que emergem deste tipo de estudo, podemos destacar, em primeiro lugar, a necessidade de complementar a construção da cartografia e o processamento estatístico com estudos de abordagens qualitativas, como histórias de vida ou análise de casos, a fim de não perder a voz dos atores. Ao mesmo tempo, consideramos valioso avançar na construção de cartografias onde as informações resultantes desta pesquisa são combinadas e expressas com outros bancos de dados em diferentes escalas. Finalmente, nos perguntamos que dimensões são (in)visíveis nas notícias que recebemos, e como pensamos em critérios para comparar realidades rurais tão heterogêneas e diversas, bem como diferenciar entre diferentes assuntos da mesma categoria (por exemplo, a agricultura familiar). Isto exige que estejamos constantemente vigilantes sobre as categorias de análise, os critérios de classificação das ações e as comparações que delas decorrem.

Referências

AZCUY AMEGHINO, Eduardo; FERNÁNDEZ, Diego. El Censo Nacional Agropecuario de 2018. Visión general y aproximación a la región Pampeana. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 51, p. 5-36, 2021.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. La cuestión agraria en Argentina Caracterización, problemas y propuestas. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 45, p.5-50, 2016.

BIDASECA, Karina; GIGENA, Andrea; GÓMEZ, Florencia; WEINSTOCK, Ana; OYHARZÁBAL, Enrique; OTA, Daniel. **Relevamiento y sistematización de problemas de tierra de los agricultores familiares en la Argentina**. Buenos Aires: MAGyP, PROINDER, 2013.

- COWAN ROS, Carlos. Estatalidades, políticas públicas y movimientos sociales em su configuración interdependiente: una perspectiva analítica. **Revista Científica Contested Cities - Série Working Papers**, 2016.
- FERNANDES, Bernardo. Movimentos campesinos en América Latina. In: **OXFORD Research Encyclopedia of Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- FERNANDES, Bernardo. Entrando nos territórios do Território. In: TOMISAI PAULINO, Eliane; FABRINI, João. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.
- FERNANDES, Bernardo. Movimientos socioterritoriales y movimientos socioespaciales. Contribución teórica para una lectura geográfica de los movimientos sociales. **Revista OSAL**, v. 16, p. 273 – 284, 2005.
- FRANZÉ MUNDANÓ, Adela. Perspectivas antropológicas e etnográficas sobre políticas públicas. **Revista de Antropología Social**, 22, p. 9-23, 2013.
- GIL GÓMEZ, C. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. **Papeles sobre relaciones ecosociales y cambio global**, n. 140, p. 107-118, 2018.
- GONZÁLEZ, Sara. La geografía escalar del capitalismo actual. **Pegada - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, v. 6, n. 1, p. 91-112, 2005.
- HALVORSEN, Sam. El Territorio en disputa: estrategias políticas y movimientos socioterritoriales. **Revista Punto Sur**, n. 3, p. 131-152, 2020.
- HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo; TORRES, Fernanda. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, p. 1454-1470, 2019.
- JELIM, Elizabeth. A escala de ação dos movimentos sociais. In: JELIM, Elizatbeh. **Más allá de la nación las escalas múltiples de los movimientos sociales**. Buenos Aires: El Zorzal, 2003 p.25-59.
- JULCA GONZA, Lisbet; JARA, Cristián; FONZO BOLAÑEZ, Claudia; SEATONE, Julieta; OLIVARES, Joaquín. Estrategias de los movimientos socioterritoriales rurales en Argentina en torno al acceso y control desigual de la tierra en contexto de pandemia de Covid-19. In: CONFERENCIA LATINOAMERICA Y CARIBÑA DE CIENCIAS SOCIALES, 9, 2020, México. **Tramas e Desigualdades**. Ciudad Autónoma de México: CLACSO, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção de espaço**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral. **Resolução 70/1**. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York (US): ONU, 2015.
- OSZLAK, Oscar; O' DONNELL, Guillermo. (2011). Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. In: **Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas**: retomando el debate de ayer para fortalecer el actual. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros de la Nación, 2011. p. 555-584.
- PAZ, Raúl; JARA, Cristián. Danzar en el tiempo: transformaciones agrarias y persistencia campesina en Argentina. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 110, p. 21-38, 2020.

RUBIO VEGA, Blanca. El movimiento campesino em América Latina durante la transición capitalista, 2008- 2016. **Revista de Ciencias Sociales**, n.31, p.15-38, 2017.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 4, n. 1, p. 34-39, 1996.

SOVERNA, Susana. Sobre la ocupación, distribución y tenencia de la tierra en el Censo Nacional Agropecuario 2018. In: SOVERNA, Susana. **La Argentina agropecuaria vista desde las provincias: un análisis de los resultados preliminares del CNA 2018**. Buenos Aires: IADE, 2021, p. 406-416.

TIERRA VIVA. Acceso a la tierra para pequeños productores en las manos del Congreso. **Portal de Noticias Terra Viva**. 2021. Disponível em: <https://agenciaterraviva.com.ar/el-acceso-a-la-tierra-para-los-pequenos-productores-en-manos-del-congreso/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Sobre os autores

Andrea Geanina Gómez Herrera

Graduada em Sociologia pela Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE). Doutora em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Professora da UNSE e Universidad Nacional del Chaco Austral (UNCAUS). Membro do Instituto de Estudios para el Desarrollo Social (INDES). Email: andrea90@gmail.com

Cristian Emmanuel Jara

Graduado em Relações Internacionais pela Universidad Católica de Santiago del Estero (UCSE). Mestre em Estudos Sociais para a América Latina pela Universidade Nacional de Santiago del Estero (UNSE). Doutor em Humanidades pela Universidad Nacional de Tucumán. Professor da UNSE. Membro do Instituto de Estudios para el Desarrollo Social (INDES). Email: cristianjara_cl@hotmail.com

Marta Elena Gutierrez

Graduada em Sociologia pela Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE). Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Nacional de San Martín (UNSAN). Doutora em Humanidades pela Universidad Nacional de Tucumán. Professora da UNSE. Membro do Instituto de Estudios para el Desarrollo Social (INDES). Email: martaegutierrez@hotmail.com

Histórico

Recebido em: 03/02/2023. Aceito em: 10/05/2023. Publicado em: 01/10/2023.

PÁGINA DE ARTISTA

MEMÓRIAS DO SOL

SOLANGE ALVES SANTANA



Fotografia: Jean Barreto

Mundo Livre

Memórias do sol

Memories of the sun

Solange Alves Santana

Mestre em Ciência da Informação pela USP

Resumo: Fecho os olhos e vejo o sol. Não o sol em si, mas a memória que trago do sol. Que memória é essa? O que é memória? Dizem que memória seria a capacidade mental de codificar, armazenar e recuperar informações. Dizem também que é aquilo que nos permite guardar, em nosso ser, nossas experiências. Memórias seriam ainda construções ou vestígios do passado que permanecem vivos no indivíduo ou no grupo social. Muitas são as definições para memória e diante de cada uma delas, eu sempre reencontro o sol.

Palavras-chave: Poemas-negra. Poesia brasileira. Poesia contemporânea.

Resumo: I close my eyes and I see the sun. Not the sun itself, but my memory of the sun. What memory is this? What is memory? They say that memory would be the mental ability to encode, store and retrieve information. They also say that it is what allows us to keep our experiences in our being. Memories would be constructions or traces of the past that remain alive in the individual or in the social group. There are many definitions of memory and in each one of them I find the sun.

Keywords: Black poetry. Brazilian poetry. Contemporary poetry.



Memórias do sol

Fechei os olhos.
Vi o sol nascer
lá no horizonte
distante.

O tempo todo, eu estive aqui
esperando por ele
atrás do vidro manchado
não sei se por lágrimas
suor ou sangue.

Ao vê-lo
radiante
um raio cortante
abriu meus olhos
- já não me lembro se algum dia estiveram realmente abertos.

A luz penetrante do sol
em meus olhos
revelou outras manchas
muitas manchas
que sempre estiveram
diante de mim
ainda sem nome.

Silenciosamente presas ao vidro
elas, as manchas, assim como eu,
também ansiavam pelo sol.

Há aqui ainda um grito

Terra vermelha
a escorrer pelas fatigadas veias
do punho ainda erguido
em meio aos ossos
dos amigos desconhecidos.

Há, aqui,
ainda um grito
a ser ouvido.

Não restará o silêncio.

Caberá ao vento
soprar a palavra
dizer o não dito
acender o sol
e insuflar o manifesto
que outrora ardeu
no peito nu
do réu forçadamente confesso.

Relicário

O tempo me atravessou.
Cortou-me a carne feito navalha.

Em nome da fé alheia
sangrei
na alva mortalha.

Fui perseguida
amarrada amordaçada açoitada apedrejada.
Na mortal fogueira,
queimada.

Fui presa
a uma pesada cruz
que nunca foi minha.

Gritaram-me:
bruxa louca pecadora
feiticeira macumbeira impura
imoral.

Mas resisti ao tempo
E a ele gritei:
- Não quero ser a sua santa!
Nem sua virgem sepulcral!

- Sou relicário
feminino
que traz na carne
- ainda que ferida -
mistérios da vida.

Desparto

A mãe recolhe
o corpo de seu filho
da lama.

É a lama.
É a lama.

De seus olhos
escorrem lágrimas
que se misturam
ao sangue
do cordão umbilical
rompido a bala.

É a bala.
É a bala.

Em seu peito materno
arde
a dor
do desparto.

É o fim do caminho.

Já não há
promessa de vida
em seu coração.

Raízes

Uma criança caminha.

Em suas negras mãos
carrega uma semente
negra.
Semente negra
para ser semeada
como se semeia a lua
como se semeia o sol.

É na terra vermelha
que a semente negra
cai
floresce
e renasce.

Renasce a semente
dos que deram voltas
ao redor dos baobás
dos que se jogaram ao mar
dos que sobreviveram à salgada travessia
dos que marcaram com suor o chão das lavouras
e com sangue o tronco.

Renasce a semente
dos que protegeram suas crias junto ao peito
dos que tiveram as crias arrancadas dos braços
dos que tiveram os gritos abafados
e os cantos silenciados.

Renasce a semente
dos que foram calados por amargas balas
dos esquecidos nos quartos de despejo
dos injustiçados,
arrastados pelas ruas.

Renasce a semente
dos que fazem existência resistência.

Eis que, repentinamente,

a criança para.
Suas negras mãos estão envelhecidas
- Já não é uma criança
e a negra semente
se fez
raiz.

Me recuso a ser capitão do mato

Sete horas da manhã.
Entro na sala e sou cercado
por olhares disfarçados
de admiração
e por todos os parabéns possíveis.

Olho o celular e vejo a notificação:

Informamos a Vossa Senhoria
que, a partir desta data, ocupará o cargo de Capitão do Mato.
Compareça ao Setor de Recursos Humanos da empresa para
assinar sua promoção.
Por gentileza, confirme o recebimento da mensagem.

Não confirmei.

Compareci ao Setor de Recursos Humanos para informar:

Caros senhores,
Ainda que me açoitou,
eu me recuso solenemente a ser capitão do mato.

Especulações sobre a liberdade

Uma vez me disseram
que a liberdade
estava logo ali,
depois da esquina,
virando à esquerda
na próxima rua.

Sem olhar para trás
segui o caminho.

Mas
a liberdade
não estava lá como eu esperava
de braços abertos
sorridente
tomando sorvete de chocolate e postando no *Insta*
à minha espera.

Olhei à minha volta
para ver se a liberdade não estava à espreita
atrás de algum poste caído
brincando de esconde-esconde.

Talvez a liberdade seja brincalhona.

Ou talvez a liberdade esteja tirando um cochilo
atrás de algum muro envelhecido.

Quem sabe a liberdade esteja simplesmente cansada.

Pode ser
que a liberdade tenha ido dar uma volta.
Ficou entediada de tanto esperar pelas pessoas.

Ou será que a liberdade
pegou um *busão* lotado na central
e foi embora de vez?

Se foi embora,
para onde terá ido a liberdade?

Poema passageiro

Eu queria ter essa paz
de quem recosta a cabeça
na janela do ônibus e dorme.

- Não é paz. É sono.
Diz a mulher de uniforme.

- Não é sono. É cansaço.
Diz o homem ao celular.

- Não é sono. Tampouco cansaço.
É desesperança.

Diz a vida a contragosto.

Um pequeno trem para as Minas Gerais

Preso ao cinza do concreto
das paredes do quarto-escritório
sem sol
encontrei esquecidos
entre as páginas de um livro
de Lélia Gonzalez
uma aquarela de uma xícara amarela
um rascunho de um manifesto que jamais concluí
e o desejo
concretizado em um bilhete
de um pequeno trem para as Minas Gerais.

Carne moída

Lá no alto
a pino
o sol é a única testemunha
dessa carne moída
que carrega nas costas
vida
crua
sem tempero
e em busca de sentido.

Era tudo rio

O rio transbordou.

O rio não entendeu
que aqui não era rio.

Mas para o rio,
tudo é rio.

Em busca do sol

Todos os dias
eu me levanto
e vou em busca do sol.

As mãos enrugadas se contorcem
e mal dormem.
As preocupações
não se calam
mas ainda assim
teimo
e vou em busca do sol.

Ainda que nuvens cinzas
a bala perdida
o ônibus lotado
o pão escasso
o café amargo
me neguem o direito
resisto
e vou em busca do sol.

Ainda que a conta atrasada
a encosta arrasada
a cova rasa
o botijão vazio
o beco escuro
arranquem o sorriso
persisto
e vou em busca do sol.

Ainda que o córrego sujo
o sapato furado
a panela raspada
a torneira sem água
a criança na calçada
rasguem os caminhos
vivo
e vou em busca do sol.

- Mas que sol eu busco?

- Não sei.

Talvez um sol
que não seja o fim do caminho.

Por isso, às esperanças me agarro
e sigo.

- Vou em busca do sol.

Sobre a autora

Solange Alves Santana  

Graduada em Letras e em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciência da Informação pela USP. É produtora editorial e professora de um curso de pré-vestibular comunitário. Organizou a antologia literária *Passos Andantes* (2010) pela CBJE e publicou os livros de poemas: *O chão em que piso* (2017) pela CBJE, *Quarentenas* (2020) e *Nós: poemas* (2022), ambos pela Umojas.

Email: solangebiblio@gmail.com

O silenciamento das mulheres na história: uma análise da caça às bruxas nos livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental

Cinthia Maria da Silva Lisboa

Casas de estudantes: espaços habitados pelo corpo discente da Universidade Federal Fluminense

Joaci Pereira Furtado & Augustin de Tugny



Fotografia: Jean Barreto

O silenciamento das mulheres na história: uma análise da caça às bruxas nos livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental

The silencing of women in history: an analysis of witch hunt in the textbooks of the seventh grade of elementary school

Cinthia Maria da Silva Lisboa

Graduada em História pela UFF

Resumo: O silenciamento das mulheres é algo latente dentro do campo científico da História, sendo algo visível dentro do currículo escolar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos livros didáticos de História. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo geral, contribuir com uma reflexão sobre o silenciamento da História das mulheres no currículo, com um enfoque na temática da caça às bruxas (séculos XVI-XVII). Portanto, traçou-se como objetivos específicos apontar o silenciamento da História das Mulheres como um todo na História; esboçar o currículo enquanto campo de disputas que coloca a História do grupo dominante em primeiro plano, excluindo outros, como as mulheres; demonstrar o silenciamento da Caça às bruxas através dos livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental, reivindicando a importância da temática. Através da análise do currículo de História na BNCC e dos livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental, buscou-se evidenciar o apagamento da temática da Caça às bruxas nesses materiais. Os resultados obtidos neste trabalho evidenciam que o conteúdo acerca da caça às bruxas, possibilitam uma discussão sobre o papel da mulher tanto na modernidade como nos dias de hoje, entretanto, há um apagamento do conteúdo nos livros didáticos, visto que a temática não é desenvolvida e quando mencionada, aparece somente como um apêndice da História geral.

Palavras-chave: Silenciamento das mulheres. Caça às bruxas. Livro didático.

Abstract: The silencing of Women is something latent within the scientific field of History, being something visible within the school curriculum of the National Common Curricular Base (BNCC) and in History textbooks. Thus, the present work has the general objective of contributing to a reflection on the silencing of women's history in the curriculum, with a focus on the theme of the witch hunt (XVI-XVII century). Therefore, specific objectives were outlined to point out the silencing of Women's History as a whole in History; outlining the curriculum as a field of disputes that puts the history of the dominant group in the foreground, excluding others, such as women; demonstrate the silencing of the Witch Hunt through the textbooks of the seventh year of elementary school, claiming the importance of the theme. Through the analysis of the curriculum of History at the BNCC and the textbooks, we sought to highlight the erasure of the theme of the Witch Hunt in these materials. The results obtained in this work show that the content about the witch hunt, allow a discussion about the role of women both in modernity and today, however, there is an erasure of content in textbooks, since the theme is not developed and when mentioned, it appears only as an appendix to the General History.

Keywords: Silencing women. Witch hunt. Textbook.



1 Introdução

A História das mulheres e a sua inserção dentro da historiografia como um campo científico ocorreu somente no século XX e só foi possível devido a diversos fatores, dentre eles a organização das mulheres dentro do movimento feminista, que passou a reivindicar os direitos para as mulheres e a questionar as relações de poder que sempre colocaram a figura masculina na centralidade. Dessa forma, percebe-se uma invisibilidade da mulher ao longo da história, gerada pela ideologia do patriarcado que impossibilitou as mulheres de terem uma história digna de ser relatada. Esse silenciamento histórico das mulheres, e também de outros diversos grupos tidos como subalternos, é visível no currículo escolar e na História tida como oficial dentro das escolas. Pois, ao analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental e os componentes curriculares de História, percebe-se uma falta de conteúdos acerca das mulheres, mencionadas apenas em dois momentos na BNCC em conteúdos vistos como apêndices dentro da História oficial, sem muita relação com as questões mais gerais, caracterizando o que Santomé (2011) chamou de “currículo turístico”, como veremos mais adiante.

Portanto, nesse trabalho pretendo contribuir com uma reflexão acerca dos silenciamentos do currículo, analisando um objeto específico, que é a chamada Caça às bruxas, que desencadeou uma série de perseguições e mortes de mulheres sob a acusação de bruxaria, entre os séculos XVI e XVII, na Europa e no Novo Mundo. Como apontou Federici (2017), o período em que a caça às bruxas ocorreu causou grandes mudanças sociais e econômicas na Europa. Para a autora, esse é o momento em que a derrota do sexo feminino representou a vitória do sistema capitalista emergente. Ou seja, foi um período definidor para a compreensão não só do capitalismo, mas também da condição das mulheres na atualidade. Desse modo, acredito ser de suma importância a inserção da temática dentro do currículo de História e dos materiais didáticos, visto que a exploração feminina foi e ainda é crucial para a existência e manutenção do sistema capitalista.

O interesse por essa temática surgiu a partir da participação em um grupo de estudos sobre História das Mulheres, na Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes, no qual foi lido e debatido o livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva (2017)* da autora Silvia Federici. Nesse livro, a autora discorre sobre uma História da caça às bruxas muito pouco analisada pela historiografia e muito menos mencionada no currículo oficial dentro das escolas.

Assim, o objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre o silenciamento da História das mulheres no currículo escolar com enfoque na temática da Caça às bruxas. A escolha por esse tema específico se justifica pois, como Federici (2017) aponta, a caça às bruxas serviu como uma ferramenta do capitalismo para oprimir as mulheres e inserir uma nova estrutura de sociedade. Posto isto, a caça às bruxas é uma peça chave para compreendermos a opressão da mulher nos dias de hoje no sistema capitalista que perdura. Sendo assim, o presente trabalho consiste em uma pesquisa de cunho qualitativo em que foi realizada uma análise documental de três livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental presentes no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) mais recente e uma pesquisa bibliográfica acerca da temática de história das mulheres, silenciamentos do currículo e caça às bruxas. A escolha pelos livros didáticos do sétimo ano se deu mediante a análise da grade curricular da BNCC, pois, observou-se que essa escolaridade compreende o período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, momento em que o conteúdo sobre a caça às bruxas poderia ser trabalhado.

O primeiro tópico é dedicado a discutir o silenciamento das mulheres na História, a inserção das mesmas como um objeto de estudo e as dificuldades encontradas por esse campo para se tornar legítimo dentro da historiografia. Além disso, aponto brevemente o surgimento dos estudos de gênero e como o mesmo foi importante para dar à História das Mulheres um pouco mais de visibilidade.

No segundo tópico, veremos o currículo enquanto uma relação de poder e fruto de disputas por representatividade e hegemonia em que a História dos grupos marginalizados, como as mulheres são postos na

invisibilidade dentro dos currículos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No terceiro tópico apresento uma discussão em torno dos livros didáticos e a importância do mesmo como um material de apoio para o professor(a) em sala de aula. Aponto brevemente sobre a produção de livros didáticos no Brasil, o funcionamento do PNLD e a dimensão mercadológica e ideológica presente nos livros didáticos.

Por fim, o último tópico nos permitirá conhecer os livros selecionados para observar de que forma a Caça às Bruxas se encontra presente nesses materiais didáticos.

2 O não lugar das mulheres na história

As mulheres têm uma história? Por muito tempo essa era uma questão no qual não se tinha uma resposta exata. Para Perrot (2007, p. 16), “a História é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas também é o relato que se faz de tudo isso.” Dessa maneira, porque as mulheres não estavam presentes nesse relato?

As mulheres, enquanto um objeto de estudo para a História, são algo muito recente. A historiadora Michelle Perrot foi uma das precursoras nos estudos sobre as mulheres ao promover, a partir da década de 1970, uma reivindicação dessa História silenciada, desencadeando uma avalanche de produções teóricas sobre as mulheres. Entretanto, apesar do desenvolvimento da História das mulheres como um campo historiográfico e da organização das mulheres por emancipação, com o movimento feminista, atualmente, ainda que tenha tido avanços¹, as mulheres se inserem como um grupo marginalizado e relegado ao silenciamento histórico. O apagamento da História das mulheres é uma dentre as várias violências que atingem os corpos femininos, sendo a raiz dessa violência interligada diretamente ao sistema patriarcal de relações de poder. Não cabe aqui remontar as

¹ A organização das mulheres, dentro do movimento feminista, possibilitou ao longo do tempo alguns avanços para a classe como: direito ao voto, acesso à educação, maior autonomia social e econômica, dentre outros.

origens do patriarcado, embora deva-se ter em mente que o mesmo foi o responsável por inserir, ao longo dos séculos, essa ideologia de superioridade do sexo masculino, tida como natural e universal em todos os âmbitos sociais, nas teorias religiosas e científicas, nas leis do Estado, entre outros. Desse modo, o patriarcado moldou uma visão distorcida sobre as mulheres, confinando-as a um lugar de submissão, no qual o espaço público, visível, não as pertence por natureza, pois sua natureza pertence ao espaço invisível da vida privada, do corpo, do cuidado domiciliar e materno. Não cabendo às mulheres desempenhar cargos públicos de poder, possuir voz política ou acessar os saberes educacionais.²

Segundo Perrot (2007), o silenciamento das mulheres faz parte da ordem da sociedade, até mesmo a aparição das mulheres em público causa medo, suas ações no espaço público são uma algazarra, sua fala é indecente, a mulher representa o caos, o “macho mutilado” e incompleto da teoria de Aristóteles. O ser que deve conservar o silêncio e a submissão ao marido, conforme dizia o Apóstolo Paulo na primeira carta a Timóteo³. Posto isto, Lerner (2019) assinala a importância de se estudar sobre o patriarcado, pois somente assim podemos desmistificar a inferioridade das mulheres como algo natural e passar a entendê-la como um sistema construído e estruturado a fim de manter essa hierarquia de superioridade masculina.⁴ Todavia não há como desnaturalizar ou destruir o patriarcado sem antes reivindicar uma História das mulheres,

² Isso entretanto possui uma historicidade, pois essa configuração da mulher confinada ao espaço do lar, embora tenha se fixado assim em muitas sociedades, ao exemplo da Idade Média, Silvia Federici (2017) nos mostra que no período anterior à emergência do capitalismo moderno, as mulheres gozavam de alguns direitos, como o acesso à terra, desempenhavam algumas tarefas como serviços de parteiras, curandeiras, entre outros e possuíam acesso a alguns saberes relacionados ao conhecimento de ervas. O que possibilitou que essas mulheres obtivessem alguma autonomia. É claro, que equiparadas aos homens, as mulheres são inferiorizadas e não possuem os mesmos direitos. Mas a questão aqui é demonstrar que as configurações de vida das mulheres podiam mudar de acordo com o contexto no qual estavam inseridas.

³ "Quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes e se enfeitem com pudor e modéstia. Não usem tranças, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; pelo contrário, enfeitem-se com boas obras, como convém a mulheres que dizem ser piedosas. Durante a instrução, a mulher deve ficar em silêncio, com toda a submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Portanto, que ela conserve o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, pecou. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que permaneça com modéstia na fé, no amor e na santidade." (Bíblia, Timóteo 9.11-15).

⁴ Para entender mais sobre o sistema patriarcal, sugiro a leitura da obra: LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

pois é justamente a exclusão dessa História que contribui para a alienação feminina diante da sua opressão.

As mulheres foram privadas de uma História no qual fossem protagonistas. As mulheres, assim como os homens, são sujeitos e agentes da História, contribuíram para a criação e transformação da sociedade. Entretanto, foram excluídas do fazer histórico, havendo poucos relatos de feitos significativos das mulheres ao longo da História e se “não existe precedente, não se pode imaginar alternativas às condições existentes” (Lerner, 2019, p. 273). Ou seja, não há como mudar a realidade feminina, se as mulheres enquanto grupo estão alheias à própria opressão.

Um exemplo dessa opressão se relaciona aos saberes, visto que historicamente as mulheres foram privadas de ter acesso à educação, enquanto os homens⁵ gozavam de todos os direitos e acesso aos saberes acadêmicos, podendo acessar as universidades e, portanto, aumentar suas possibilidades de alcançar um *status* econômico e social. Por outro lado, as mulheres aprendiam os ensinamentos relacionados ao cuidado, sendo o dever primordial de uma mulher a servidão à sua casa, seu marido e seus filhos⁶. As mulheres da elite branca conseguiam com mais frequência alcançar de alguma forma o mundo dos homens e ter acesso aos saberes e aos privilégios econômicos, ainda que sob determinadas condições que não as colocava em pé de igualdade com estes. De acordo com Perrot (2007), na segunda metade do século XX, simultaneamente por toda a Europa, a escolarização primária das meninas começou a ser uma realidade. Já o acesso à universidade ocorreu posteriormente entre as duas guerras mundiais. Mas ainda assim essas mulheres não conseguiram mudar as estruturas de dominação masculina, visto que há uma apropriação masculina aos sistemas de símbolos, sendo esse na concepção de Lerner (2019) o fator que mais prejudicou as mulheres.

Para Perrot (2007), o silêncio que mais pesa sobre as mulheres é o silenciamento das fontes. Primeiramente, esse silêncio nasce com os

⁵ É preciso levar em consideração os marcadores raciais e de classe, entre outros.

⁶ Analisando-se o fator racial, as mulheres negras não ficavam confinadas em casa, visto que as mesmas trabalhavam desde sempre e de forma desumanizada. Para saber mais, acessar: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

primeiros relatos historiográficos moldados pelos homens ilustres e historiadores que ao relatarem seus escritos escolheram descrevê-lo visando a história de somente um grupo: os dominantes. Ou seja, excluíram desse relato a outra metade da humanidade: as mulheres. Desse modo, Perrot (2007) elucida que desde os primeiros relatos historiográficos se privilegiou uma história do espaço público, da política, das guerras, ou seja, uma história masculina, visto que as mulheres não ocupavam esses espaços. Essa exclusão das mulheres nas fontes da História pública ocasiona um silenciamento e uma escassez de fontes sobre elas, pois as mulheres deixavam “[...] poucos vestígios escritos e materiais, seu acesso a escrita foi tardio, suas produções domésticas são facilmente consumidas e dispersas” (Perrot, 2007, p. 17). Portanto, não eram consideradas relevantes para terem uma história relatada.

Para além das fontes produzidas pelos historiadores, Perrot (2007) aponta que as próprias mulheres contribuíam para o seu silenciamento, pois muitas delas acabavam destruindo suas próprias produções, porque internalizavam para si mesmas a noção de sua própria inferioridade, julgando suas produções insignificantes e também por medo de que seus escritos pudessem ser julgados futuramente, pois há uma moral social construída em torno da figura feminina, que espera padrões de comportamento que devem ser seguidos por todas as mulheres consideradas decentes. Desse modo, havia um receio de parte das mulheres de mancharem sua honra.

Quanto ao relato proferido pelos observadores e cronistas, Perrot (2007) também aponta os silenciamentos, pois as mulheres eram descritas de forma reduzida e estereotipada. O discurso proferido era generalizado, não havendo informações concretas sobre a realidade das mulheres. O mesmo ocorre com as imagens, pois as mulheres são imaginadas e representadas conforme a visão que os homens possuem delas. Dito isto, Perrot (2007) exemplifica que há fontes em abundância sobre as mulheres, a questão é que essas fontes não dizem respeito às mulheres e sua história e sim representam uma visão das mulheres relatada pelo olhar masculino. Entretanto, há a existência de fontes escritas pelas próprias mulheres, principalmente nos arquivos privados,

em documentos como correspondências e diários, que eram estritamente de uso feminino. Mas assim como nos arquivos da vida pública, nos arquivos privados as mulheres não possuíam visibilidade, pois, como exemplifica Perrot (2007), os arquivos possuem uma relutância em aceitar esses registros, os familiares e os descendentes tendem também a se desfazer dos documentos de mulheres, dando uma maior importância aos documentos pertencentes aos homens da família/homens importantes. Entretanto diversos fatores possibilitaram o nascimento de uma História das mulheres, tais como: o desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da história das “mentalidades”, que se atentou à vida privada e as reivindicações do movimento feminista.

A Escola dos Annales, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, trouxe uma grande revolução historiográfica, pois buscou “substituir a narrativa tradicional, por uma ‘história problema’” [...] (Alves; Becker, 2018, p. 120), porém a participação feminina na História continuou subalterna, pois mesmo com a Escola dos Annales voltada para as questões sociais, foi somente a partir da década de 1960, com a terceira geração, que foi dada uma ênfase à História das mulheres, pois, essa terceira geração, como aponta Alves e Becker (2018) teve como foco de pesquisas a preocupação com aquilo que chamaram de uma história vista de baixo, ou seja, uma história voltada para a perspectiva daqueles tidos como subalternos, como as mulheres, os trabalhadores, os negros, os indígenas, entre outros. Todavia, Alves e Becker (2018) assinalam que, apesar da revolução historiográfica proposta pela terceira geração dos Annales, a História das mulheres não se torna um campo exaltado dentro da historiografia. Segundo Scott (1992), o surgimento do campo de História das mulheres acompanha o movimento político feminista, e esse último contribui muito para a reivindicação das mulheres na História. Contudo, para os historiadores tradicionais havia uma imposição entre profissionalismo e política, pois esses historiadores concebiam a História como um conhecimento do passado que deveria ser investigado de forma imparcial, cabendo julgar somente aqueles que possuíssem o domínio da profissão. Desse modo:

Os chamados historiadores “tradicionais” defenderam seu poder como guardiães da disciplina (e por implicação, seu domínio da história), invocando uma oposição entre “história” (que o conhecimento obteve através da inquisição neutra) e “ideologia” (conhecimento distorcido por considerações de interesse). Por sua natureza, a “ideologia” é descrita como contaminadora e, por isso, desqualifica o trabalho intelectual (Scott, 1992, p.79).

Portanto, o campo de História das mulheres e sua ligação com o movimento feminista, fizeram com que suas produções fossem acusadas de meramente ideológicas e, por isso, não havia um reconhecimento de imediato entre os profissionais da área. De acordo com Scott (1990), as historiadoras mulheres, assim como os historiadores em geral, lidam melhor com uma história descritiva do que teórica. E essa história descritiva na concepção da autora acabava limitando a história das mulheres, pois essas historiadoras feministas não conseguiam elaborar perspectivas que dessem conta de explicar o porquê da desigualdade sexual entre homens e mulheres e das vivências sociais diferentes. E também não conseguiam questionar os saberes tidos como dominantes a fim de reivindicar mudanças concretas.

Assim, Scott (1992, p. 76) discorre que a História das mulheres e suas produções descritivas, geram uma ambiguidade, pois, “as mulheres estão ao mesmo tempo adicionadas à história e provocam sua reescrita; elas proporcionam algo extra e são necessárias à complementação, são supérfluas e indispensáveis”. Assim, o campo da História das mulheres acaba sendo posto como um suplemento dentro da história oficial, um algo a mais, sem sentido e significado. Porque, ao buscar a inclusão das mulheres na História, acabam, como aponta Scott (1992), confrontando com o “dilema da diferença”. Pois, segundo a autora:

O “universal” implica uma comparação com o específico ou o particular, homens brancos com outros que não são brancos ou não são homens, homens com mulheres. Mas essas comparações são mais frequentemente estabelecidas e compreendidas como categorias naturais, entidades separadas, do que como termos relacionais. Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais (Scott, 1992, p.77-78).

Partindo dessa problemática, um outro fator crucial para o nascimento da História das mulheres foi a associação da História com

outras disciplinas, como a antropologia. Pois foi essa ligação que permitiu análises sociais de temas como família, matrimônio, entre outros que “incidentalmente colocava a questão das mulheres como sujeitos” (Perrot, 2007, p.19). Portanto, a inclusão das mulheres dentro da História, só ganha algum respaldo com a história social, que legitima as mulheres como um campo de estudo e uma categoria social fixa. Assim, Scott (1992) discorre que nesse momento a categoria “mulheres” assumiu uma existência como entidade social separada de seu relacionamento conceitual historicamente situado com a categoria “homens” (Scott, 1992, p.83).

A partir disso, surge os estudos de gênero, que visam romper com o viés ideológico da História das mulheres que era inteiramente interligada ao movimento feminista e que colocava a História das mulheres como uma história à parte. Tal História vinculada ao gênero traz como foco principal de análise as diferenças e os papéis sociais designados sobre os corpos femininos e masculinos. Desse modo, não deve ser inserida como um objeto isolado dentro da história e, sim, analisada com um enfoque na relação que há entre os sexos. Em concordância, Perrot (1991), aponta que “tomar a mulher a sério, [...] é fazer da relação entre os sexos uma produção social, a partir da qual o historiador pode e deve fazer a história” (Perrot, 1991, p.11). Pois, partindo dessa perspectiva, muda-se o olhar que se tem sobre as fontes, enxergando as mulheres fora do olhar dominante do homem, possibilitando racionalizar a desigualdade existente entre homens e mulheres.

Além dos estudos de gênero, Alves e Becker (2018) elucidam um outro fator importante para a visibilidade da História das mulheres dentro da historiografia, a inserção das mulheres nas universidades, pois isso causa uma feminilização nos meios acadêmicos e, portanto, pode aumentar as possibilidades de produção de novos saberes voltado para os estudos sobre as mulheres. Porém, como elucidada Pereira (2018), o lugar epistêmico não necessariamente caminha junto com o lugar social, ou seja, o oprimido/subalterno pode e costuma, inclusive, sem uma problematização consistente, fazer a História do opressor. Sendo assim,

mulheres fizeram e ainda fazem rotineiramente uma História que não as leva em conta.

Apesar de todas essas renovações, buscar essa nova história que evidencia as mulheres não se torna uma tarefa fácil. Pois, como aponta Lerner (2019), o silenciamento e a negação de sua história, impossibilita que as mulheres, enquanto grupo, reconheçam sua opressão e criem maneiras de emancipação. E também porque a desigualdade existente entre homens e mulheres faz com que os primeiros se apropriem de uma parte desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade, estendendo essa desigualdade para a educação e os currículos.

3 História das mulheres nos currículos escolares

Silva (1999) explica que a inserção do currículo como um objeto de estudo, provavelmente, aconteceu em 1920, nos Estados Unidos, devido ao processo de industrialização e aos movimentos migratórios, que causaram uma massificação da escolarização. Nesse contexto, o currículo se torna um campo de pesquisa e daí surgem obras para discuti-lo. As primeiras teorias curriculares se moldaram sob uma perspectiva tradicional e tecnicista da educação.

Um dos autores tradicionais sobre o currículo destacados por Silva (1999) é Ralph Tyler, cuja análise visa somente a dimensão técnica da educação. Suas preocupações estavam centradas na organização e no funcionamento do currículo, não havendo da parte dele nenhum questionamento crítico sobre os saberes dominantes estabelecidos que colocaram em xeque o currículo tradicional só surgem na década de 1960, no contexto de várias transformações sociais, como por exemplo, a emergência do movimento feminista. Nas teorias críticas, diferente da teoria tradicional, a preocupação sobre o currículo está centrada em analisar os arranjos educacionais e as disputas em torno dos conteúdos propostos. Desse modo, o currículo é visto como uma estrutura não neutra, pois atende a interesses de uma classe em particular: o grupo dominante. Por isso, não pode ser desvinculado das relações sociais, pois:

[...] desde sua gênese como macrotexto de política curricular até sua transformação em microtexto de sala de aula, passando por seus diversos

avatares intermediários (guias, diretrizes, livros didáticos), vão ficando registrados no currículo os traços das disputas por domínio cultural, das negociações em torno das representações dos diferentes grupos e das diferentes tradições culturais, das lutas entre, de um lado, saberes oficiais, dominantes e, de outro, saberes subordinados, relegados, desprezados. Essas marcas não deixam esquecer que o currículo é relação social (Silva, 2001, p. 22).

Sendo o currículo uma relação social, automaticamente ele é uma relação de poder. Visto que o currículo enquanto um campo de produção de sentidos e significados torna-se, como aponta Silva (2001), um campo contestado, disputado e conflituoso, pois, há uma luta em busca de hegemonia e nessa luta ganha quem tem mais poder hierarquicamente. Além disso, o currículo também produz as identidades sociais, pois o mesmo participa do processo de inclusão e exclusão que define e constrói as identidades que dividem o mundo social. Sendo assim, no currículo:

[...] se entrecruzam práticas de significação, de identidade social e de poder[...]. Aqui se travam lutas decisivas por hegemonia, por domínio, por definição e pelo domínio do processo de significação. Como política curricular, como macrodiscurso, o currículo tanto expressa as visões e os significados do projeto dominante quanto ajuda a reforçá-las, a dar-lhes legitimidade e autoridade. Como microtexto, como prática de significação em sala de aula, o currículo tanto expressa essas visões e significados quanto contribui para formar as identidades sociais que lhes sejam convenientes (Silva, 2001, p.29).

Para Santomé (2011, p.155), “uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos/ãs ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática”. Para o autor, a seleção dos conteúdos do currículo, as formas de avaliação, a organização em sala de aula, a construção de conhecimento *etc.* devem ser pensados a fim de promover valores cruciais para os alunos se tornarem um bom cidadão ou boa cidadã. Por outro lado, ao analisar os currículos, percebe-se a presença do que Santomé (2011) caracterizou como culturas hegemônicas, enquanto as culturas dos grupos marginalizados “[...] costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação” (Santomé, 2011, p.157).

Todavia, cabe dizer que o currículo enquanto um campo de disputas é afetado por demandas da sociedade e dos movimentos sociais, sendo

obrigado a inserir temáticas “contra hegemônicas”. Um exemplo disso no Brasil são as leis 10.639/03 e 11.645/08 que impõe a obrigatoriedade da história africana, afro-brasileira e indígena. Embora essas temáticas apareçam nos currículos como conteúdos complementares sem ter a centralidade necessária, ainda assim a inserção dessa temática é uma conquista frente a essas disputas. Infelizmente o mesmo não acontece com a História das mulheres nas escolas, pois, não há nenhuma lei nacional que coloque a obrigatoriedade de conteúdos sobre as mulheres nas escolas brasileiras.

Como já explicitado ao longo desse trabalho, o apagamento da História das Mulheres e sua reivindicação como um campo legítimo dentro da História, foi amplamente discutido e denunciado pelo movimento social feminista. Porém, como é discutido por Giovannetti e Sales (2020), apesar das conquistas, no que tange os currículos escolares e não somente esses, visto que os currículos acadêmicos ainda privilegiam os saberes androcêntricos, a história das mulheres continua sendo silenciada. Em relação ao currículo escolar brasileiro, Giovannetti e Sales (2020) apontam que a criação de um currículo único para a educação básica já estava sendo discutido desde 1988 com a Constituição Cidadã.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que é a responsável por regulamentar o sistema educacional tanto público quanto privado, reforçou a necessidade da criação de um currículo nacional, assim como o Plano Nacional de Educação (PNE) também fizera. Assim sendo, foi instituída no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2018, p. 7). Em outras palavras, a BNCC se caracteriza como um currículo universal e obrigatório para todas as escolas em âmbito nacional e, por isso, se torna uma problemática para o ensino de História das mulheres. Como apontam Giovannetti e Sales,

As estruturas sociais desiguais entre homens e mulheres se constituem em meio a relações de poder e esses desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, na política, nas práticas sociais e nos currículos. Assim, as

desigualdades de gênero tendem a aprofundar outras desigualdades sociais, o que pode ser acirrado ainda mais por meio de currículos que se propõem a ser universais, como a BNCC, mas desconsideram as histórias das mulheres. Nesta perspectiva, ao se propor um currículo único obrigatório para todo o território nacional, mantêm-se visões parciais e excludentes, organizadas pelas forças sociais proeminentes (Guivanetti; Sales, 2020, p. 260).

Portanto, analisando-se a BNCC de História do ensino fundamental, destaco uma das competências da disciplina de História que se propõe a:

“Identificar interpretações que expressem **visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico**, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (Brasil, 2018, p. 402, grifo nosso).

Através dessa competência percebe-se uma contradição, pois como o currículo pode expressar visões de diferentes sujeitos, quando se exclui a História das mulheres, assim como de outros grupos? Em relação às mulheres e a sua inserção na BNCC do ensino fundamental, observa-se a aparição das mulheres em dois momentos: no sexto ano, no componente que visa abordar o papel da mulher na Grécia, em Roma e no período medieval; e no nono ano em uma habilidade que se propõe a tratar das violências cometidas contra grupos marginalizados. Sendo assim, no que tange a temática de Caça às bruxas, não há nenhuma menção específica na grade curricular da BNCC, assim como há uma ausência como um todo na BNCC sobre as mulheres e suas trajetórias durante os períodos históricos.

Em contrapartida, apesar das problemáticas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em relação à visibilidade da História dos grupos minoritários, cabe dizer que a mesma apresenta certa autonomia ao profissional da educação, pois as suas diversas habilidades abrem um caminho para que o professor possa distribuir os conteúdos conforme seu interesse pessoal⁷. Sendo assim, apesar do silenciamento da História das mulheres ser um fator preponderante dentro desse currículo interligado às relações de poder, há uma válvula de escape, pois como argumentam Giovannetti e Sales (2020, p. 270),

⁷ Claro que essa autonomia depende de alguns fatores. Em escolas particulares, especialmente as que adotam ensino apostilados, essa autonomia tende a ser bem mais limitada do que nas escolas públicas. E mesmo nestas, fatores específicos também precisam ser levados em conta.

O poder, assim, não tem apenas a função de repressão, pois se o poder só tivesse função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria frágil (*apud* Foucault, 2007). Desta forma, mesmo que a pressão ideológica e midiática esteja sobre os/as docentes, visando coibir debates e práticas pedagógicas consideradas pelos grupos reacionários como doutrinárias, há resistências que seguem mostrando as falhas dos currículos universais e as potencialidades de conhecer, por exemplo, a história de mulheres trabalhadoras, escritoras, escravizadas, intelectuais, que necessitam terem suas histórias narradas, estudadas, analisadas, não mais esquecidas (Giovannetti; Sales, 2020, p.270).

Sendo assim, além da resistência docente em prol de evidenciar as problemáticas dos currículos e reivindicar as histórias silenciadas, há também uma crítica direcionada aos livros didáticos utilizados em sala de aula, como veremos a seguir.

4 Livro didático: uma ferramenta pedagógica e ideológica

Segundo Silva (2012), o que justifica atualmente a permanência dos materiais didáticos nas escolas brasileiras e seu uso por professores e alunos, é:

A grande capacidade que editores e autores demonstraram ao longo da história da educação brasileira de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas[...]" (Silva, 2012, p. 805).

Desse modo, apesar das críticas feitas ao material didático, ele ainda se constitui como uma ferramenta importante em sala de aula, visto que "[...] grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula" (Silva, 2012, p. 806). Sendo essa problemática na concepção de Silva (2012) decorrente da precariedade da formação e do trabalho dos professores, que fomentam o uso dos livros didáticos de forma massiva e sem criticidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História, documento anterior à BNCC, comprovam essa questão no trecho abaixo:

O ambiente da sala de aula, o número excessivo de alunos por sala, a quantidade de classes assumidas pelos professores e os controles administrativos exigidos no espaço escolar contribuem para a escolha de práticas educacionais que se adaptem à diversidade de situações enfrentadas pelos docentes. Geralmente, isso significa a adoção ou a aceitação de um livro, um manual ou uma apostila, como únicos materiais didáticos utilizados para o ensino. Muitas vezes, tal escolha implica a

transferência parcial ou integral, para o autor do material e editores responsáveis, da definição dos objetivos, abordagens, conteúdos, métodos e recursos didáticos trabalhados nas salas de aula. Tais materiais já foram organizados com a preocupação de que textos, exercícios e questionários garantam uma educação “eficiente”, independentemente das situações reais, diversificadas e concretas dos professores, alunos, escolas e realidades sociais. (Brasil, 1998, p. 79).

Portanto, como aponta Silva (2012), além de servir como um instrumento pedagógico em sala de aula, os livros didáticos servem como uma ferramenta na formação dos professores, pois são usados muitas vezes como material de consulta por estes, o que acarreta em um aumento do mercado de materiais didáticos, visto que:

As condições de trabalho e de formação dos professores tornavam-se cada vez mais precárias, justamente no momento em que a escola começava a atender uma clientela que antes estava alijada do saber formal. Os materiais didáticos rapidamente deixaram de ser obras de referência, como haviam sido até então, e passaram a orientar e conduzir a ação docente (Silva, 2012, p. 807 *apud* Bezerra, 2006, p. 31).

De acordo com Munakata (2012), a expansão da escolarização no Brasil amplia o número do público leitor de livros e a produção de livros voltado para as escolas. Esse processo ocorre, segundo o autor, no decorrer do século XVIII e se acentua no século XIX, devido a consolidação dos Estados Nacionais, que possibilitaram que a educação passasse a ser um direito assegurado pelo Estado. Silva (2012) afirma que foi a partir da década de 30, no governo de Getúlio Vargas, que o Brasil começou a ter uma produção de livros didáticos em larga escala. Segundo Munakata (2012), o mercado editorial de livros didáticos sempre contou com a participação Estatal. No caso do Brasil, é através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que o Estado brasileiro compra os livros didáticos que são escolhidos pelos professores e distribuem de maneira gratuita para os alunos da rede pública de educação. Sobre o funcionamento do programa, Munakata (2012) aponta que, desde 1996, os livros didáticos mediados pelo PNLD passam por um processo de avaliação por especialistas em que somente os livros aprovados podem ser escolhidos pelos profissionais da educação.

Sobre os livros didáticos, há duas coisas que devemos ter em mente: que são uma mercadoria e que possuem uma função ideológica. Silva (2012) discute a questão mercadológica dos livros didáticos ao

relatar o quanto estes são lucrativos para o mercado editorial brasileiro, visto que a compra de livros didáticos pelo PNLD constitui na maior parte do faturamento das editoras. Todavia, esse empreendimento lucrativo traz uma problemática para o ensino, pois como explana Munakata (2012), o processo de avaliação designado pelo PNLD para selecionar quais coleções didáticas estão aptas ao uso em sala de aula faz com que as editoras passem a produzir os livros voltados a agradar os avaliadores e não aos professores e alunos, que irão utilizar esse material em sala de aula. Desse modo:

Nessa situação, as editoras, ao menos no Brasil, buscam cada vez mais se adequar às exigências do governo, que se traduzem em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas determinações específicas de cada edital do PNLD, além das idiosincrasias dos avaliadores (Munakata, 2012, p.62).⁸

Além da questão mercadológica, não podemos esquecer da função ideológica dos livros didáticos. Segundo Soares (2015), os livros didáticos carregam interesses políticos, ou seja, assim como os currículos que discutimos anteriormente, os livros didáticos ilustram conteúdos que servem aos interesses da classe dominante. Sendo assim, "são veículos de circulação de ideias que traduzem valores, [...] e comportamentos que se desejou fossem ensinados" (Soares, 2015, p. 17 *apud* Côrrea, 2000, p. 13). Isso tudo mediado pelo Estado, que é quem aponta as normas e os conteúdos a serem seguidos.

Em relação ao ensino de História das mulheres nos livros didáticos, Silva (2007), citado Oliveira (2014), aponta que,

Nas últimas décadas, a história das mulheres foi de alguma forma incorporada (ou não) no ensino de história, no atendimento às demandas do mercado consumidor e às reivindicações por mudanças e incorporação de novos temas e problemas na historiografia e nos livros didáticos (Silva, 2007 *apud* Oliveira 2014, p. 281-282).

De acordo com Oliveira (2014), a partir disso, os livros didáticos começaram a ser um objeto de estudo a fim de investigar como as mulheres estavam sendo incluídas nesses materiais. Sendo assim, a autora expõe algumas dessas análises sobre os livros didáticos, demonstrando que não houve uma inclusão de fato das mulheres. Um

⁸ Por esse artigo ter sido escrito em 2012, o PCN era o currículo oficial na época, mas essa afirmação serve para a BNCC também.

dos estudos expostos por ela é a pesquisa de Cristiani Silva (2007) que avalia alguns livros didáticos de História do final da década de 1990 e início dos anos 2000. Ela relata os avanços presentes nessas coleções, pois há uma inclusão de temas acerca das minorias, como as mulheres. Entretanto, há também uma problemática, pois, segundo ela:

Ao incorporar temáticas que envolvem mulheres e relações de gênero como apêndices da história geral – através de textos complementares – expõem, paradoxalmente, permanências, ao invés de mudanças. [...] as mulheres parecem permanecer como um grupo desviante entre os saberes históricos escolares, ao passo que os homens ainda ocupam a “base da elaboração da regra”. A história das mulheres e, mesmo, as formulações sobre as diferenças e desigualdades de gênero, são, ainda, adendos da história geral, muitas vezes incorporadas e abrigadas sob o guarda-chuva das minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais (Silva, 2007, p. 228).

Desse modo, a História das mulheres aparece nos materiais didáticos e nos currículos como o que Santomé (2011) descreve como currículo turístico, ou seja, aqueles conteúdos expostos esporadicamente de forma isolada, contribuindo assim para os silenciamentos das mulheres e de seu protagonismo na História. Dito isto, a temática de Caças às bruxas, é uma dentre as várias histórias relacionadas às mulheres que são silenciadas nos livros didáticos de História ou colocadas de maneira insatisfatória.

5 A Caça às bruxas nos livros didáticos de História

Para analisarmos como a temática de caça às bruxas é representada nos livros didáticos de História, primeiramente recorreremos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a fim de se observar em qual ano escolar a temática poderia ser inserida, sendo esta o sétimo ano do ensino fundamental, pois, é nessa etapa que se compreende o período de transição entre o feudalismo e o sistema capitalista, o momento que a caça às bruxas acontece. Desse modo, foram selecionados três livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental presentes no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). São estes:

1. *História.doc*, 2015, organizado pelos historiadores (as) Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Buono Calainho, publicado pela editora Saraiva.

2. *Historiar*, 2018, organizado pelos historiadores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, publicado pela editora Saraiva.
3. *Teláris: História*, 2018, organizado pelo cientista social Cláudio Vicentino e pelo historiador José Bruno Vicentino, publicado pela editora Ática.

Analisando os livros didáticos selecionados, observou-se que os livros *História.doc* e *Teláris: História* relatam a crise do século XIV na Europa gerada pelos conflitos entre camponeses e senhores feudais, a grande fome e as doenças como a Peste Negra que atingiu a Europa matando entre 30% e 40% da população. Entretanto, nenhum dos dois livros menciona os cercamentos de terras comunais. De acordo com Federici (2017), os cercamentos trouxeram consequências desastrosas, instaurando séculos de intensa fome, pois, não havia uma produção suficiente de alimentos para as pessoas comuns, agora que a produção estava voltada para o mercado, desencadeando um aumento dos preços dos alimentos e grandes revoltas entre a população. Federici (2017) explica que as terras comunais eram importantes para a reprodução das pessoas, visto que muitos fazendeiros só sobreviviam porque possuíam o “[...] acesso a pradarias nas quais podiam manter vacas, ou bosques dos quais extraíam madeira, frutos silvestres e ervas, ou pedreiras, lagoas onde podiam pescar e espaços abertos para reunir-se” (Federici, 2017, p. 138). Além disso, a autora aponta que essas terras tinham uma importância para as mulheres, pois, as mesmas possuíam menos direitos a terras e poder social e, portanto, eram mais dependentes dessas terras para a própria subsistência.

Segundo Federici (2017), o processo de cercamentos⁹ de terras é fundamental para entendermos a caça às bruxas, pois, a autora demonstra que a caça às bruxas era predominantemente rural e a maioria dos julgamentos pelo crime de bruxaria aconteceram em regiões em que as terras haviam passado pelo processo de cercamento, enquanto nas regiões no qual as terras não foram privatizadas, não

⁹ “No uso que faço aqui, os cercamentos incluíam ocupação da terra, introdução de aluguéis extorsivos e novas formas de tributação. Em todos os modelos, porém, esse foi um processo violento, que provocou profunda polarização no que tinham sido, até então, comunidades estruturadas com base em vínculos recíprocos” (Federici, 2019, p.48).

houve menção de acusações por bruxaria. A maioria das acusadas eram mulheres camponesas pobres ou assalariadas e os que acusavam membros da sociedade, muitas vezes os próprios empregadores ou senhores de terras. Federici (2017) nos mostra que o estereótipo da bruxa era a mulher velha que sobrevivia através da assistência pública, mulheres que perambulavam pedindo esmolas, em sua maioria viúvas ou mulheres que moravam só. Desse modo, Federici evidencia tanto em *“Calibã e a bruxa”* (2017) quanto em *“Mulheres e caça às bruxas”* (2019) que a pobreza era algo registrado nas acusações de bruxaria, pois, acreditavam-se “[...] que o diabo ia até elas em épocas de necessidade e lhes prometia que, a partir daquele momento, ‘nunca mais precisariam sofrer privações’[...]” (Federici, 2019, p. 51-52).

Um ponto importante a se destacar é que, apesar da caça às bruxas ser relacionada a algo do passado, as novas formas de acumulação primitiva de capital evidenciam que o processo de cercamentos de terras, o fim dos laços comunitários, a pauperização e a apropriação do corpo feminino pelo Estado continuam acontecendo, ainda que não nos mesmos moldes da modernidade. Apesar das lutas contemporâneas do movimento feminista em prol do combate à violência, essa violência não acabou, pelo contrário, adquiriu novas formas, como a violência doméstica, crimes de feminicídio, entre outros. Federici (2019) relaciona essa onda de violência com as novas formas de acumulação primitiva de capital e a globalização. Para a autora, esses ataques contemporâneos acontecem em regiões mais pobres como a África e a América Latina de maneira crucial, pois, preparam “o terreno para as apropriações de terras, privatizações e guerras que, por anos, têm devastado regiões inteiras” (Federici, 2019, p. 94).

Um exemplo dessa violência massiva exposta pela autora são as novas acusações de bruxaria que aconteceram a partir de 1980 em regiões na África e na Índia. Federici (2019) aponta que a caça às bruxas do presente possui semelhanças com a do passado, pois em ambos os casos há a relação das mulheres como responsáveis pelo infanticídio, destruição de plantações, *etc.* Além disso, a maioria das vítimas também são mulheres idosas vivendo em condição de pobreza e, principalmente,

esses novos casos aconteceram em regiões que estavam passando por um processo de cercamento. Sendo assim, “[...] as caças às bruxas estruturaram uma ordem especificamente capitalista, patriarcal, que continua até hoje” (Federici, 2019, p. 91).

No livro didático *Historiar*, não observou-se nenhuma menção à crise do sistema feudal. O primeiro capítulo do livro já começa se referindo à modernidade, porém diferente dos outros livros, cita a questão da fome no capítulo quatro, intitulado “Absolutismo e mercantilismo”. Nesse capítulo há um tópico intitulado “*A riqueza acumulada serviu a todos?*” que aponta que o objetivo do mercantilismo foi a acumulação de capital, porém essa acumulação não atendia aos interesses de todas as camadas da sociedade, visto que boa parte dos europeus passavam fome. Além disso, algo que difere dos outros dois livros é a menção a acontecimentos como: saques a padarias, que aconteceram nesse contexto.

Federici (2017) ilustra que os trabalhadores atingidos pela fome na Europa, protagonizaram várias revoltas e motins a padarias e armazéns. A autora ainda menciona o fato da maioria dessas revoltas serem lideradas pelas mulheres, pois as mesmas foram as mais prejudicadas pelos altos preços dos alimentos e por terem menos acesso ao dinheiro e emprego. Cabe dizer que não há na História uma preocupação em apontar a participação de mulheres em revoltas e movimentos sociais. A história, pretensamente neutra, sempre nos leva a crer que só os homens são os motores da História e que as mulheres estão sempre em casa realizando as tarefas domésticas.

Ainda sobre o livro *Historiar*, observa-se uma outra diferenciação em relação aos demais, visto que é o único, embora de maneira superficial, a mencionar os cercamentos. No capítulo um, “*Modernidade e monarquias nacionais*”, há uma alusão sobre a expulsão dos camponeses de suas terras e a perda de direitos que possuíam no período medieval. Como citamos acima, o cercamento das terras comunais é fundamental para compreendermos a história das mulheres nesse período, visto que a degradação econômica das mulheres preparou o terreno para a caça às

bruxas que viria a seguir. Porém, assim como os outros, esse livro didático não coloca essa questão.

Todavia, há uma observação em relação aos três livros didáticos, pois nenhum deles menciona a política de contrarrevolução. Segundo Federici (2017), no século XV, as autoridades políticas iniciaram uma contrarrevolução com o objetivo de deter as revoltas que estavam acontecendo nesse período, fazendo isso através de uma política sexual, que transformou “[...] o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias” (Federici, 2017, p.103). Dito isto, a primeira medida tomada foi a descriminalização do estupro que gerou uma reação misógina para as mulheres de todas as classes sociais. A autora menciona uma outra medida implementada com o objetivo de minar a resistência dos trabalhadores, a institucionalização da prostituição, que possibilitou que vários bordéis fossem abertos por toda a Europa e que todas as restrições contra a prostituição fossem retiradas.

Outra problemática presente nos livros analisados é o silenciamento acerca da crise populacional que surgiu nesse contexto de fome e mortes na Europa, visto que essa crise se configura em algo crucial para o desenvolvimento da caça às bruxas. Conforme Federici (2017) a fome, as doenças e a baixa taxa de natalidade e reprodução fizeram com que houvesse um salto da mortalidade entre os pobres. A partir desse momento, a reprodução e o controle do corpo feminino passaram a ser uma questão de Estado como uma série de políticas pró-natalistas que foram responsáveis por escravizar o corpo feminino à procriação, fazendo com que as mulheres perdessem todos os direitos ao controle reprodutivo que possuíam na Idade Média. Todas as formas de controle de natalidade e sexo não reprodutor foram proibidas, sendo consideradas crimes reprodutivos as tentativas de contracepção, de aborto e de infanticídio.

Se referindo a esses direitos que as mulheres possuíam no período medieval, há um desenvolvimento sobre o assunto no livro *História.doc*, no primeiro capítulo: “*Mudanças no Feudalismo e a expansão atlântica europeia*”. Nesse capítulo, há um tópico – “Mulheres na Idade Média” – em uma sessão intitulada “Outras histórias”. Como o nome da sessão já

nos diz, a História das Mulheres é sempre colocada como a História do “outro” em comparação a figura masculina pretensamente universal. Esse tópico traz algo interessante, pois mostra que as mulheres na Idade Média possuíam terras, trabalhavam na agricultura, no comércio local. Além disso, cita que mulheres desempenhavam tarefas que eram exclusivamente femininas como, por exemplo, a manufatura de tecidos.

O livro *Teláris: História* também discorre sobre essa questão no capítulo seis: “*O Estado absolutista europeu*”. Nesse capítulo, há uma sessão, “*Vivendo no tempo*”, com o seguinte tópico: “*Das mulheres do Antigo Regime*”. Essa seção traz algo que se difere dos outros livros analisados, pois menciona o fato das mulheres não aparecerem como protagonistas nos capítulos anteriores do livro, com exceção da Rainha Elisabeth I que governou a Inglaterra. Segundo o livro, essa problemática ocorria, porque os conquistadores, artistas, pensadores *etc.* eram quase todos homens. Ou seja, a História posta como algo exclusivamente masculino, como se não existissem mulheres artistas, pensadoras. E, é claro, que existiam, ainda em menor número, já que as mulheres eram proibidas de exercer essas funções. Mas existiam! No entanto, estas foram apagadas da História. Além disso, o tópico aponta que, assim como na Idade Média, na Idade Moderna as mulheres não tinham muito espaço, visto que se casavam de acordo com os interesses dos pais e, após casadas, deviam obediência ao marido. As mulheres também eram impedidas de ocupar cargos públicos e de acessarem a educação nas universidades.

Cabe dizer que essa menção se encaixa somente às mulheres da elite, pois como Federici (2017) esclarece, as mulheres servas não eram tão dependentes de seus maridos, já que a dependência das mulheres servas aos homens da família ficava limitada pela autoridade dos senhores, que prevalecia sobre ambos e que controlava cada aspecto da vida deles e também:

[...] pelo fato de que a terra era entregue geralmente à unidade familiar, e as mulheres não somente trabalhavam nela, mas também podiam dispor dos produtos de seu trabalho e não precisavam depender de seus maridos para se manter (Federici, 2017, p. 52).

O tópico ainda menciona que do ponto de vista jurídico o período moderno instaura um retrocesso na condição das mulheres, visto que elas perdem o direito à propriedade, a herança, etc. Além disso, param de receber formação profissional. O livro cita o exemplo da artesã medieval, que se torna algo raro. Sobre essas informações sobre as perdas de direitos das mulheres, Federici (2017) aponta que as mulheres na sociedade monetária realmente perderam todos os direitos que possuíam na Idade Média, principalmente em relação ao trabalho, já que muitas desempenhavam tarefas tidas na época como exclusivamente femininas como parteiras, entre outros. Sendo assim, a autora ilustra que com a perda desses trabalhos, as mulheres foram destinadas a função doméstica, invisível e não remunerada, pois o trabalho doméstico passou a ser visto como trabalho de mulher e por isso um não trabalho¹⁰.

De acordo com Federici (2017), essa perda de direitos na transição para o capitalismo vai preparando o terreno para a subalternização da mulher na sociedade até chegarmos à caça às bruxas. Por isso, essas informações se tornam cruciais para analisarmos esse evento histórico. Contudo, apesar dessas duas coleções didáticas apresentarem menções à vida das mulheres na Idade Média e a perda de direitos delas na Idade Moderna, percebemos que não há posteriormente nenhuma alusão sobre a guerra posta sobre o corpo das mulheres e toda a demonização que elas sofrem com a caça às bruxas. A exceção é o livro *Teláris: História*, que não desenvolve a temática, assim como os outros dois livros, porém apresenta no capítulo seis, “*O Estado absolutista europeu*”, um box no canto da página intitulado “orientações didáticas”. Nesse momento, o livro coloca que, caso o professor(a) julgue necessário, pode-se incluir assuntos que não foram trabalhados nessa página.

Evidencia-se como exemplo a questão do corpo feminino entendido como palco de luta entre Deus e o diabo; o fato do corpo da mulher ser idealizado como um gerador de vida e ao mesmo tempo ser demonizado por sua sensualidade, visto que a mulher estava sempre a tentar o

¹⁰ Para entender mais como o capitalismo se apodera do trabalho reprodutivo, invisível das mulheres. Recomendo a leitura do livro: FEDERICI, Silvia, **O ponto zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo, Elefante, 2019.

homem ao pecado, etc. Um tema pertinente, segundo o livro, seria a perseguição da inquisição sobre as mulheres que não seguiam os padrões estabelecidos, como: mulheres solteiras, viúvas, mulheres que não dependiam dos maridos. Além disso, “o livro menciona que 12 mil mulheres foram queimadas por bruxaria na Europa, mas acredita-se que esse número possa variar entre 50 ou 100 mil mulheres”. Para finalizar, há uma dica de atividade, pedindo ao professor(a) que proponha uma discussão sobre o lugar da mulher na sociedade atual, quais atividades elas exercem, se costumam participar da vida pública, quais imagens positivas e negativas são expostas sobre as mulheres na mídia e no senso comum, etc.

Ainda sobre esse livro, observamos a existência de um outro tópico *"Tentando romper as barreiras"* que traz a História de duas mulheres que desafiaram a ordem da época: Louise Labé e Marie de Gournay. A primeira era uma poetisa conhecida por praticar atividades vistas como masculinas. Louise Labé, originária da alta burguesia francesa, teve uma educação bastante refinada para a época. Vestida com trajes masculinos, lutou em combates armados e chegou a participar de um torneio de esgrima. Escreveu poemas sob o pseudônimo de Olivier de Magny, além de publicar, em 1555, *"Debate da loucura e do amor"*, em que defendia o direito das mulheres de escolher seus parceiros e receber educação.

Marie de Gournay escreveu *"A igualdade de homens (1622)"*. Foi bastante atuante entre mulheres da corte e intelectuais franceses de seu tempo, como Michel de Montaigne, autor de *Ensaíos*. Também escreveu poemas e traduziu obras clássicas. Além disso, o livro menciona que as “outras mulheres literatas dedicaram sua vida a combater a misoginia da sociedade do Antigo Regime. Mas pouco se sabe sobre elas, pois as obras que escreveram foram destruídas ou adulteradas”.

Nesse livro, percebe-se também uma menção às bruxas em alguns outros momentos. Por exemplo, ao tratar sobre a inquisição e ao relatar a história de Joana D'arc. No primeiro capítulo, *"A formação das monarquias centralizadas europeias"*, há um *box* intitulado *"De olho na tela"* com a indicação do filme *"Joana D'arc"*, de 1999. Esse *box* descreve um pouco o papel que ela teve ao ajudar o exército francês a se libertar

da Inglaterra e cita o fato da morte dela ter sido causada por uma acusação de heresia e feitiçaria (bruxaria) em 1431, ano em que foi queimada na fogueira. Além dessa dica de filme, há outro *box* abaixo com o título “*Conheça mais*”, em que é descrito um pouco da vida dela. No capítulo cinco, “*A reforma religiosa*”, tem um tópico de nome “*Concílio de Trento e a inquisição*” que menciona o surgimento da inquisição na Idade Média e a perseguição contra os hereges¹¹ e bruxas.

Algo importante a se mencionar é que “[...] a ‘supersticiosa’ Idade Média não perseguiu nenhuma bruxa — o próprio conceito de ‘bruxaria’ não tomou forma até a Baixa Idade Média, e nunca houve julgamentos e execuções massivas durante a ‘Idade das Trevas’ [...]” (Federici, 2017, p. 295). Pois, Federici (2017) nos mostra que apesar de já ocorrer acusações de bruxaria na Idade Média, foi no período moderno que essa perseguição se tornou sistemática com a grande caça às bruxas.

De acordo com Federici (2017), a inquisição não era a única responsável pelas perseguições, visto que a caça às bruxas era uma política estatal. Sendo assim, eram as cortes seculares que conduziam a grande parte das condenações por bruxaria e, nas regiões onde a inquisição operava, a quantidade de execuções era menor. A autora ainda aponta que após a Reforma Protestante, a igreja católica com seu poder debilitado, passou até a conter a perseguição às bruxas, pois, “[...] a Inquisição sempre dependeu da cooperação do Estado para levar adiante as execuções, já que o clero queria evitar a vergonha do derramamento de sangue” (Federici, 2017, p. 302).

Além disso, o livro cita que a perseguição na Idade Moderna atingiu reformadores, suspeitos de heresia e bruxaria, desde homens comuns a homens do clero, causando a morte de milhares de pessoas. Isso inclui as mulheres, apesar de não serem citadas no livro. O que é uma problemática, pois de acordo com Federici (2017), o crime de bruxaria era feminino, mais de 80% das pessoas acusadas e executadas na Europa

¹¹ Federici (2017) ilustra que há uma continuidade entre a caça às bruxas e a perseguição à heresia, visto que a caça às bruxas se desenvolveu primeiro nas regiões onde a perseguição aos hereges foi mais intensa. Há uma continuidade também se pensarmos que os hereges foram queimados assim como as bruxas. E que os crimes cometidos como infanticídio, adoração aos animais *etc.* também faziam parte das acusações de bruxaria. Entretanto, se diferem, pois a bruxaria era um crime feminino.

entre os séculos XVI e XVII foram mulheres. “A caça às bruxas foi uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social” (Federici, 2017, p. 334). Foi a responsável pela criação de uma nova ordem social, forjando a feminilidade e a domesticidade feminina, foi uma iniciativa de uma classe política que estava preocupada com o crescimento demográfico, pois, possuíam uma “[...] convicção de que uma população numerosa constitui a riqueza de uma nação” (Federici, 2017, p. 326-327).

A caça às bruxas também foi um controle da reprodução das mulheres, pois muitas trabalhavam como parteiras¹² ou possuíam conhecimentos acerca dos métodos contraceptivos, através de usos medicinais, como ervas¹³. A bruxa “também era a mulher libertina e promíscua — a prostituta ou a adúltera e, em geral, a mulher que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação” (Federici, 2017, p. 332). O capítulo analisado também conta com um *box* intitulado “*De olho na tela*” em que é indicado o filme “*As bruxas de Salém*”, de 1996, que narra um julgamento por bruxaria em 1692.

Portanto, percebemos que há uma alusão à caça às bruxas em alguns momentos nesse livro, principalmente nesses boxes. No entanto, isso consiste em um silenciamento da temática, pois não há um desenvolvimento do conteúdo no corpo principal do livro didático. Como já mencionamos neste trabalho ao tratarmos sobre a questão curricular, essa separação em “caixinhas” é um exemplo nítido de como esses conteúdos são tidos como “apêndices”, como menos importantes dentro do currículo oficial. Entretanto, ainda assim, é um avanço se compararmos aos outros dois livros didáticos.

¹² Federici (2017) ilustra que com o controle da reprodução, muitas parteiras “[...] eram contratadas para vigiar as mulheres (para verificar, por exemplo, se não ocultavam uma gravidez ou se tinham filho fora do casamento) [...]” (Federici, 2017, p.329). Ou passavam por um processo de marginalização, visto que muitas mulheres foram impedidas de praticar a obstetrícia, uma profissão que antes era dominada por mulheres.

¹³ “Com a perseguição à curandeira popular, as mulheres foram apropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração — uma perda que abriu o caminho para uma nova forma de cercamento: o surgimento da medicina profissional, que, apesar de suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico indisputável, inacessível e estranho para as “classes baixas”(Ehrenreich e English, 1973; Starhawk, 1997)” (Federici, 2017, p. 364)

Cabe dizer que nos três livros analisados há a menção da bruxaria através da História de Joana D'arc, visto que a mesma foi queimada pelo crime de bruxaria. E também em todos há uma referência à inquisição. Todavia, nenhum deles apresenta um desenvolvimento sobre o papel da inquisição¹⁴ na caça às bruxas. Os livros trazem o enfoque da inquisição nas sociedades sob a alçada do Santo Ofício, como Portugal, Espanha e Itália. Os livros citam a perseguição, a queima nas fogueiras, porém não desenvolvem a temática de caça às bruxas.

Além de tudo, analisando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do sétimo ano do ensino fundamental, percebe-se que a temática da caça às bruxas poderia/ deveria estar presente na unidade temática "*Lógicas comerciais e mercantis da modernidade*" na habilidade EF07HI17- "*A emergência do capitalismo*" que se propõe a discutir a passagem do mercantilismo para o capitalismo. Pois, como evidenciou Federici (2017) a caça às bruxas é um dado fundamental para entendermos esse período histórico. Entretanto, essa habilidade específica da BNCC não abre espaço para o debate acerca da caça às bruxas. A própria organização do currículo não apresenta nenhuma brecha para a discussão desse assunto e nem para a inserção de várias outras temáticas que dizem respeito a História das Mulheres, as relações de poder entre os sexos e as opressões vivenciadas por essas.

Como Federici (2017) nos mostra, a apropriação do corpo da mulher é uma questão primordial para o desenvolvimento do sistema capitalista, visto que o controle do corpo foi, e ainda é uma ferramenta do capitalismo a fim de transformar a mulher em uma geradora de mão de obra para o capital. Portanto, é imprescindível a importância da caça às bruxas enquanto um objeto de análise histórico, pois essa nova estrutura social criada a partir da degradação das mulheres continua latente nos dias de hoje, a partir da figura da mulher como dona de casa em tempo integral, realizadora do trabalho doméstico não remunerado, que

¹⁴ [...] a igreja católica forneceu o arcabouço metafísico e ideológico para a caça às bruxas e estimulou sua perseguição, da mesma forma que anteriormente havia estimulado a perseguição aos hereges. Sem a Inquisição, sem as numerosas bulas papais que exortavam as autoridades seculares a procurar e castigar as "bruxas" e, sobretudo, sem os séculos de campanhas misóginas da Igreja contra as mulheres, a caça às bruxas não teria sido possível. (FEDERICI, 2017, p.302).

constitui em uma forma de exploração feminina e uma fonte de acumulação primitiva para o sistema capitalista. Além disso, o controle da reprodução e a sexualidade feminina, ainda continuam sob o controle do Estado, visto que o aborto de forma legalizada não ocorre na maioria dos países. Sem falar da intensa misoginia e violência no qual o corpo feminino é sujeito.

Dessa maneira, como estudar o desenvolvimento do capitalismo sem a menção da caça às bruxas? Pois, como elucida Federici (2017), o tema é um dos menos estudados na História da Europa. Qual a razão para essa invisibilidade? Como já vimos anteriormente, a História das mulheres foi relegada a uma invisibilidade histórica, portanto não haveria de ser diferente acerca da História da caça às bruxas, pois a maioria de suas vítimas foram justamente as mulheres. Além do mais, se pensarmos que a História da caça às bruxas não é contada sob a perspectiva das vítimas e, sim, dos inquisidores que redigiam as confissões das mulheres sob tortura, percebemos um duplo silenciamento: o das fontes da época, visto que a História da caça às bruxas foi relatada pelo viés masculino e também um silenciamento dentro da disciplina da História como um campo científico, nas produções historiográficas e nos currículos de História tanto na educação básica quanto no ensino superior.

6 Considerações finais

Ao longo desse trabalho percebemos o quanto a História das Mulheres foi amplamente silenciada nesse campo científico, que relatou a História somente sob o viés do grupo dominante, o masculino. As mulheres ficaram por muito tempo relegadas ao silenciamento histórico, o qual vem se enfraquecendo, principalmente pela força do movimento feminista, que vem possibilitando a inclusão das mulheres nos campos do saber científico. Entretanto, apesar das conquistas, vimos que a História das mulheres continua subalterna dentro da História elencada oficialmente dentro das universidades e, principalmente, nos currículos escolares e nos livros didáticos.

A exemplo disso, temos a caça às bruxas que representa um evento histórico crucial para o desenvolvimento do sistema capitalista, uma vez que a perseguição às bruxas foi um instrumento para a construção de uma nova ordem social, patriarcal, em que o corpo feminino, seu trabalho, seu controle sexual e reprodutivo foram colocados sob controle estatal, a fim de gerar recursos econômicos para o capitalismo, estrutura que continua latente nos dias atuais. Desse modo, o silenciamento da temática dentro do currículo de História na BNCC e nos livros didáticos, possibilita que a História das Mulheres continue sendo posta como indigna de ser estudada e, sobretudo, permite que as mulheres continuem sem conhecer a própria trajetória e, portanto, não criem maneiras de organização e luta contra o sistema.

Cabe dizer, que nesse trabalho não descartamos o uso dos livros didáticos em sala de aula, pois, reconhecemos a importância do mesmo como uma ferramenta de apoio ao professor(a) e, apesar do currículo da BNCC silenciar certas temáticas, o professor(a) ainda pode ter uma autonomia¹⁵ diante de temas não mencionados, assim como pode em relação aos livros didáticos. Desse modo, cabe ao professor(a) a reivindicação da importância da História das Mulheres e da temática da caça às bruxas, pois o evento em questão, abre caminhos não somente para discutir as opressões vividas pelas mulheres no contexto da modernidade, mas principalmente no tempo presente.

Referências

ALVES, Gláucia da Rosa do Amaral; BECKER, Elsbeth Leia Spode. As mulheres e a historiografia. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria. v. 19, n. 1, p. 115-128, 2018.

BÍBLIA. N. T. Timóteo I. **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. 2022.

BRASIL. Lei N. 9. 3.384, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jan. 2003.

¹⁵ Como já mencionado, essa autonomia depende de alguns fatores. Em escolas particulares que adotam ensino apostilados, essa autonomia é mais limitada do que nas escolas públicas.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/historia>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia, **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei Rezende. Histórias das mulheres na BNCC do ensino médio: o silêncio que persiste. **REHR**, Dourados (MS), v. 4, n. 27, p. 251-277, 2020.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3 (69), p. 51-66, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades pedagógicas. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

PEREIRA, Ana Carolina B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr./jun. 2018.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges. Escrever a História das Mulheres. In: **História das Mulheres no Ocidente**. v.3, 1991.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 159-177.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 63-96.

SILVA, Marco Antonio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação Real**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

SILVA, Thomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Thomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES, Alvina Maciel. **Recursos Didáticos na Educação de Jovens e Adultos**. Angra dos Reis: Universidade Federal Fluminense, 2015.

Sobre a autora

Cinthia Maria da Silva Lisboa 

Estudante de História, licenciada e bacharelada, no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes (RJ). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Email: cinthialisboa05@gmail.com

Histórico

Recebido em: 15/09/2022. Aprovado em: 18/11/2022. Publicado em: 01/10/2023.

Casa de estudante: espaços habitados pelo corpo discente da Universidade Federal Fluminense

Student house: spaces inhabited by the student body of Universidade Federal Fluminense

Joaci Pereira Furtado

Doutor em História Social pela USP

Augustin de Tugny

Doutor em Artes pela UFMG. Professor da UFSB

Resumo: Para compreender o perfil dos universitários contemporâneos, marcados por transformações socioeconômicas e culturais radicais, é indispensável conhecer suas condições objetivas de existência – como renda, escolaridade dos pais, cor, acesso ao letramento. Com base nessa premissa, foram analisados dados coletados junto ao corpo discente da Universidade Federal Fluminense (UFF) durante o segundo semestre de 2020. Esta pesquisa abrangeu vários aspectos, mas neste artigo nos concentramos na análise estatística de dados relacionados à moradia e a temas relacionados (entendemos que a moradia tem a ver, por exemplo, com a materialidade dos estudos, ou seja, com as possibilidades de concentração para ler e escrever, por exemplo). Apontamos as relações entre o endereço e o perfil discente desta universidade pública federal. Constatamos que as moradias são inadequadas ou desfavoráveis à concentração para os estudos; que a leitura digital já está naturalizada entre os estudantes (tornando-se, portanto, ubíqua); que a biblioteca perdeu a centralidade na vida universitária inclusive como lugar de estudo; que a maior parte dos alunos não pratica esportes, colecionismo, artesanato e/ou música; que pouco mais de 70% não procuram o professor fora da sala de aula para esclarecer dúvidas ou aprofundar o conteúdo. E concluímos que é preciso compreender o significado desses dados para planejar uma universidade pública e gratuita adequada a essa nova realidade.

Palavras-chave: Moradia. Estudante. Universidade.

Abstract: To understand the profile of contemporary university students, marked by radical socioeconomic and cultural transformations, it is indispensable to know their objective conditions of existence – such as income, parents' schooling, color, access to literacy. Based on this premise, we analyzed data collected from the student body of Universidade Federal Fluminense during the second semester of 2020. The research covered several aspects, but in this article we focus on the statistical analysis of data related to housing and related themes (we understand that housing has to do, for example, with the materiality of studies, that is, with the possibilities of concentration to read and write, for example). And we point out relationships between the address and the student profile of this federal public university. We found that the addresses are inadequate or unfavorable to the concentration for the studies; that digital reading is already naturalized among students (thus becoming ubiquitous); whereas the library has lost its centrality in university life, including as a place of study; whereas most students do not practice sports, collecting, crafts and/or music; that just over 70% do not seek the teacher outside the classroom to clarify doubts or deepen the content. And we conclude that it is necessary to understand the meaning of this data to plan a public and free university appropriate to this new reality.

Keywords: Residence. Student. University.



1 Introdução¹

Com a pandemia de covid-19, todo o sistema educacional do país foi posto em xeque, assim como no restante do mundo. As restrições sanitárias, adotadas no Brasil a partir de meados de março de 2020, forçaram todas as instituições de ensino a cerrarem as portas, enquanto buscavam soluções para prosseguir com suas atividades educativas. Na Universidade Federal Fluminense, um edital convidou seu corpo docente a apresentar projetos de pesquisa que, de algum modo, investigassem a situação da universidade diante desse quadro. Nós apresentamos um, com o objetivo de perscrutar o perfil socioeconômico e cultural do estudentado da graduação presencial desta universidade no contexto da pandemia de covid-19, mas numa perspectiva que a excedesse.

Interessava-nos, em especial, as práticas de letramento (leitura e seus suportes, frequência à rede de bibliotecas, distribuição do tempo para a leitura acadêmica e recreativa, obras preferidas ou mais lidas, tempo dedicado ao estudo extraclasse e o uso dos dispositivos eletrônicos) e de cultura (frequência a equipamentos culturais, colecionismo, atividades artesanais e/ou artísticas e práticas esportivas, uso recreativo de dispositivos eletrônicos). Essa iniciativa somou-se a outra, que em 2017 havia recolhido dados a respeito desses mesmos aspectos, variando apenas em detalhes no instrumento de coleta: um formulário eletrônico contendo 93 perguntas ou listas de opções, todas objetivas, sobre os mais diversos aspectos da vida do/da estudante, naquilo que poderia interessar à UFF no planejamento de suas ações no delongado período de distanciamento físico determinado pelas autoridades sanitárias.

Além do planejamento imediato, entretanto, acreditamos que nossa pesquisa poderia contribuir para uma percepção mais precisa e complexa do estudentado “uffiano”, combatendo preconceitos ou parcialidades que empobrecem o entendimento de uma instituição

¹ Versão ampliada de texto homônimo apresentado oralmente no seminário temático [“Assuntos estudantis na educação superior: um subcampo emergente na Sociologia da Educação”](#), durante o 46º Encontro Anual da ANPOCS, no dia 18 de outubro de 2022, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

extremamente complexa e de dimensões monumentais – e cuja relevância para o país é traduzida em números impressionantes, como aqueles da produção acadêmica e dos serviços prestados por essa que foi a universidade pública federal que mais cresceu, no século XXI.

Para estimular os/as alunos(as) a preencherem o formulário anônimo, recorreremos, por meio de dois bolsistas do projeto – Jhonathan Soares de Souza Santos e Luiz Cláudio Barros Raposo –, a campanhas em comunidades específicas no Facebook e a e-mails às coordenações de curso – que, por sua vez, remeteram o convite aos seus respectivos corpos discentes. Este último expediente foi decisivo para que alcançássemos margens estatisticamente seguras para a amostra que pretendíamos recolher. Assim, de 27 de agosto a 30 de novembro de 2020, 1.694 dos/das 40.599 estudantes matriculados(as) no ensino presencial da UFF preencheram o formulário eletrônico disponibilizado via Google Forms. Desse contingente, 1.061 cursavam graduação na área de Humanas (o que inclui artes e ciências sociais aplicadas), 454 estudavam na de Exatas (abrangendo também as chamadas “ciências da terra”) e 179 eram das Biológicas (englobando as ciências da saúde). A amostra atingiu 55,73% dos 76 cursos de graduação presencial oferecidos pela Universidade Federal Fluminense.

Em termos estatísticos, esses números significam 95% de confiabilidade da enquete, 2,33% de margem de erro e 4,17% do total de alunos(as) matriculados(as) na graduação presencial no primeiro semestre letivo de 2020 (que se efetivou, remotamente, no segundo semestre do calendário, conforme as deliberações da UFF). Além disso, os dados de 2020 podem ser comparados com os de 2017, igualmente disponíveis e parcialmente já divulgados. É no cruzamento potencialmente infinito desses dados, tanto das duas pesquisas quanto no interior de cada uma delas, que se chegará às percepções complexas e profundas a que nos referimos acima.

Em outros termos, cruzando as respostas às várias perguntas, é possível precisar certos aspectos do perfil do estudante e da vida universitária do corpo discente da Universidade Federal Fluminense, talvez contribuindo para o delineamento do impacto da universidade

pública na sociedade brasileira muito além dos números estritamente socioeconômicos. Acreditamos que nossas amostras – a de 2017 e a de 2020 – contenham revelações que somente a relação entre dados e a análise dela por especialistas possam trazer à luz.

2 Outra universidade: mudanças numa instituição aparentemente imutável

Em *Outra universidade*, Pedro Demo escreve que “tratar bem” os/as alunos/as “têm nome próprio na universidade: *fazer deles produtores autores de conhecimento*, e nesse processo *oferecer oportunidades elevadas de formação*” (Demo, 2011, p. 67, destaques no original). Para que haja “oportunidades elevadas de formação” o autor entende ser necessária “outra configuração da universidade, para que atenda adequadamente aos dois desafios maiores: *pesquisar e educar*” (Demo, 2011, p. 66, destaque no original). Segundo ele, ensino e pesquisa não se divorciam, “porque ensino sem pesquisa é plágio e ninguém se prepara para a vida plagiando” (Demo, 2011, p. 66). A aula, portanto, não deveria ser ambiente controlado de reprodução de verdades prontas, naquilo que Demo chama de “instrucionismo” (Demo, 2011, p. 15), mas espaço onde os/as estudantes comparecem, “física ou virtualmente, para produzir conhecimento, exercitando autoria, não para absorver sucata” (Demo, 2011, p. 17). Está aí, conforme esse sociólogo, o viés verdadeiramente político da formação acadêmica, quando a conquista da linguagem científica se funde com a da própria cidadania:

[...] quando o aluno aprende método científico, conduz projeto de pesquisa, exercita leitura crítica, fundamenta tudo que propõe, desconstrói e reconstrói teorias para tornar-se autor, escuta com atenção argumentos alheios e muda de visão, se for o caso, não está apenas fazendo ciência; está igualmente forjando sua cidadania, à medida que burila a cidadania que sabe pensar. Deixa de lado o argumento de autoridade (não é a rigor argumento) para assumir a autoridade do argumento. Enquanto o primeiro é deseducativo, o segundo é educativo, porque proporciona a oportunidade de construir o tipo de autonomia e autoria que convive com outras autonomias e autorias. A disputa por argumentos bem fundados e nunca superficialmente fundados pode ser igualitária porque é capaz de convencer sem vencer, usando como estratégia a força sem força do melhor argumento. (Demo, 2011, p. 19)

Não é, contudo, o que acontece. A recente expansão das universidades públicas brasileiras – com as exceções de praxe – representaram apenas a multiplicação de um modelo falido: as “novas” universidades federais criadas no Governo Lula representam iniciativa importante [...], mas, como regra, organizadas por ex-reitores de federais, replicando nelas as mesmas precariedades” (Demo, 2011, p. 23). E estas serão superadas, escreve Demo, quando entendermos que “universidade nova só é nova se abrigar professores novos” (Demo, 2011, p. 21), isto é, afeitos/as à “própria dinâmica disruptiva e rebelde do conhecimento formalmente bem feito” (Demo, 2011, p. 20).

Ora, se as proposições de Pedro Demo procedem, é preciso, então, conhecer o/a novo/a protagonista que essa nova universidade reivindicaria: o/a estudante. A não ser que se imagine uma instituição de ensino sem alunos/as, a contrapartida da formação de um/a novo/a professor/a certamente é a compreensão do novo/a estudante – que não é mera tábula rasa formatada pela academia. Se é certo, pois, que o “mesmo professor faz a mesma universidade” (Demo, 2011, p. 23), também há de ser correto que, se ele/ela a quer diferente, um dos passos talvez indispensáveis seja saber mais de seu estudantado, conhecendo-o objetivamente em sua subjetividade, bem além dos dados socioeconômicos que indicam, por exemplo, a renda.

Ainda que, num país com as características que tem, marcadores como gênero e raça sejam dramaticamente decisivos, é oportuno levar em conta outros componentes que as complexificam, subsidiando o pensamento sobre as transformações radicais que uma universidade radicalmente nova exigiria. Tão urgente quanto “modificar o conceito e a prática do professor” (Demo, 2011, p. 21) é reconhecer seu/sua aluno/a além das intuições, dos preconceitos ou da objetivação estatística neutralizante que acabam por reforçar a paralisia – ou o conservadorismo – institucional que o mesmo Demo denuncia na universidade: “seu negócio não é mudar, mas controlar a mudança”, pois “‘donos’ da mudança fazem de tudo para não mudar” (Demo, 2011, p. 89; ver também p. 90-91).

Quais as condições materiais, objetivas, dessa subjetividade habitante instada a protagonizar o conhecimento na universidade, tal como propõe Demo ao descrever o “nome próprio” pelo qual atende o bom trato que se deve ao/à estudante? Que podemos esperar, a partir da materialidade de suas habitações e dos estilos de vida que ela condiciona e/ou traduz? O que ela sugere, em termos das necessidades de adaptação que o corpo discente demanda da universidade? O que ela nos fala de sua cultura, entendida em sua dimensão sociológica e antropológica? Que relação pode haver entre o ensino universitário e o habitar do seu alunado? Foram essas as questões que nos trouxeram ao presente artigo, centrando nossa análise em aspectos da habitação – cômodos da casa, lugares onde se estuda, espaços de lazer, equipamentos eletrônicos e domésticos –, refletindo sobre o que isso implica na subjetividade da vida estudantil na Universidade Federal Fluminense.

Nosso interesse por ela vem desde 2017, quando promovemos, naquela universidade, uma investigação sobre práticas culturais de seu estudantado em meio à sua configuração socioeconômica. Com Michèle Petit, entendíamos – e continuemos a entender – que “A leitura não é uma atividade isolada: ela encontra – ou deixa de encontrar – o seu lugar em um conjunto de atividades dotadas de sentido” (Petit, 2013, p. 104). Portanto, não bastava perguntar pelos livros lidos ou pela assiduidade à biblioteca. Era preciso entender como a leitura se inseria ou se insere no universo cultural desses/as discentes hoje majoritariamente nascidos/as entre fins dos anos 1990 e o início do corrente século, formados/as na “era da informação” e na sociedade de mercado onde impera a obsolescência programada (Crary, 2014, p. 46), a captura da libido pelo *ethos* neoliberal – aquele “da maximização de utilidade comandada por um sistema de preferências individuais estáveis e bem-comportadas” (Safatle *et al.*, 2020, p. 82; ver também Dardot; Laval, 2016) –, a disseminação permanente e ampliada de aparatos tecnológicos cada vez mais rápidos e sofisticados que tornam “mais fáceis a perpetuação do mesmo exercício banal de consumo ininterrupto, isolamento social e impotência política” (Crary, 2014, p. 49) e a rápida perda da “capacidade

de ‘ser’ um corpo, ou seja, a capacidade de deixar o corpo ser uma condição ampliadora da nossa existência” (Gumbrecht, 2015, p. 127).

Se nos interessava, em especial, as práticas de letramento (leitura e seus suportes, frequência à rede de bibliotecas da Universidade Federal Fluminense, distribuição do tempo para a leitura acadêmica e recreativa, obras preferidas ou mais lidas e o tempo dedicado ao estudo extraclasse), procurávamos, com igual atenção, mapear as práticas culturais em sua acepção mais ampla possível (frequência a equipamentos culturais – o que incluía bares, lanchonetes e restaurantes –, colecionismo, atividades físicas, esportivas, artesanais e/ou artísticas, religiosidade, identidade de gênero, orientação sexual e uso recreativo de dispositivos eletrônicos, entre outros). Parte dos resultados do primeiro levantamento foi publicada em três artigos (Furtado; Gonçalves; Monteiro, 2018; Furtado; Gonçalves; Monteiro, 2019; Igreja; Furtado, 2020). As considerações aqui remetem ao conjunto de entrevistados/as na edição de 2020, já que a discriminação por área ou por graduação, na maioria dos casos, foi prejudicada pela baixa representatividade setorial. Mas é possível estabelecer recortes e relações como, por exemplo, os de gênero, orientação sexual, raça/cor, renda, prática religiosa e escolaridade de mães e pais, haurindo conclusões que indicam características ou tendências gerais desse corpo em eterna transformação.

Antes de passarmos aos dados e análises, entretanto, cabe registrar que o presente artigo não pretende exaurir o assunto e muito menos cotejar nossos achados com outros tantos trabalhos monográficos e multifacetados que abordam a moradia estudantil universitária brasileira – objeto, entretanto, ainda pouco estudado pela própria universidade, pelo menos até 2009, conforme o balanço publicado em 2013 no artigo “A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional”, de Edleusa Nery Garrido e Elizabeth Nogueira Gomes da Silva Mercuri (Garrido; Mercuri, 2013). Ainda assim, segundo as autoras, “moradia estudantil” é compreendida como as habitações ou “repúblicas” subsidiadas para alunos/as pela instituição pública de ensino – e não como a casa onde o/a estudante mora, independentemente de

sua modalidade. Como veremos, nosso levantamento revelou que a grande maioria do estudantado “uffiano” mora com os pais.

3 Diversidade universitária: habitares estudantis

Longe de nos permitir estabelecer um retrato modelo do/a estudante da Universidade Federal Fluminense, o conjunto de dados levantados pela pesquisa nos anuncia uma grande diversidade de situações sociais, econômicas, de relações com o mundo, de modos e possibilidades de morar, estudar, se divertir, se cultivar, se relacionar e aprofundar seus conhecimentos, de se estabelecer, enfim, na vida estudantil. Nem nos daremos a liberdade de esboçar figuras ou tipos dentro dessa diversidade porque rapidamente se revelariam como caricaturais. A dimensão difusa dos dados recolhidos não pode, de imediato, atribuir certos traços a tal ou qual sujeito que consideraríamos emblemático de um grupo. O conjunto estudantil que respondeu à enquete, equilibrado entre os diversos períodos que constituem seu curso formativo de bacharelado ou licenciatura, se encontram nessa tarefa importante no curso de sua vida que Alain Coulon (2017) denomina de “ofício de estudante”. Esse ofício se estabelece através de uma série de rupturas com o curso da vida no ensino médio:

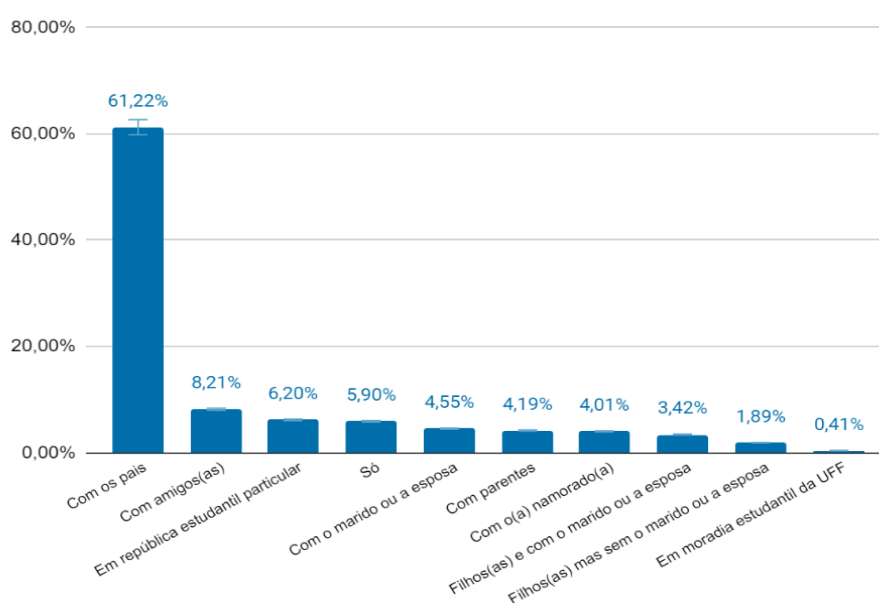
- rupturas nas condições de existência, que geram, frequentemente, inquietações e condutas que levam ao fracasso;
- rupturas na vida afetiva, com a passagem a uma vida mais autônoma em relação à família;
- em particular, uma ruptura relativa às regras de apropriação do saber.

Mas se há rupturas, há também continuidades que formulam contradições difíceis de serem conciliadas. Devemos, antes de tudo, constatar que essa enquete foi lançada em tempos de pandemia de covid-19, de isolamento social, quando muitos estudantes foram levados a regressar para o lar familiar, quando contavam com essa possibilidade. Essas condições excepcionais de isolamento social, restringindo o convívio dos estudantes à célula familiar, configuraram uma ruptura

suplementar nessa fase de aprendizagem de outra vida que se iniciava em seu ciclo de estudos universitários. Assim, no gráfico 1, podemos observar que a grande maioria dos/as estudantes ainda mora com seus pais (61,22%) e, no gráfico 2, ¼ dos estudantes reside também com pessoas maiores de 60 anos – que, em muitos casos, provavelmente são seus avós.

Gráfico 1. Modalidade de compartilhamento do domicílio

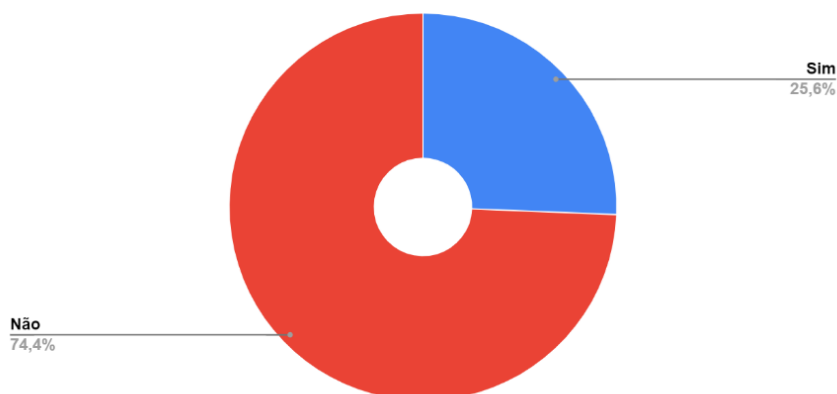
Total de respostas: 1.694



Fonte: Os autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Gráfico 2. No domicílio reside alguém com 60 anos ou mais?

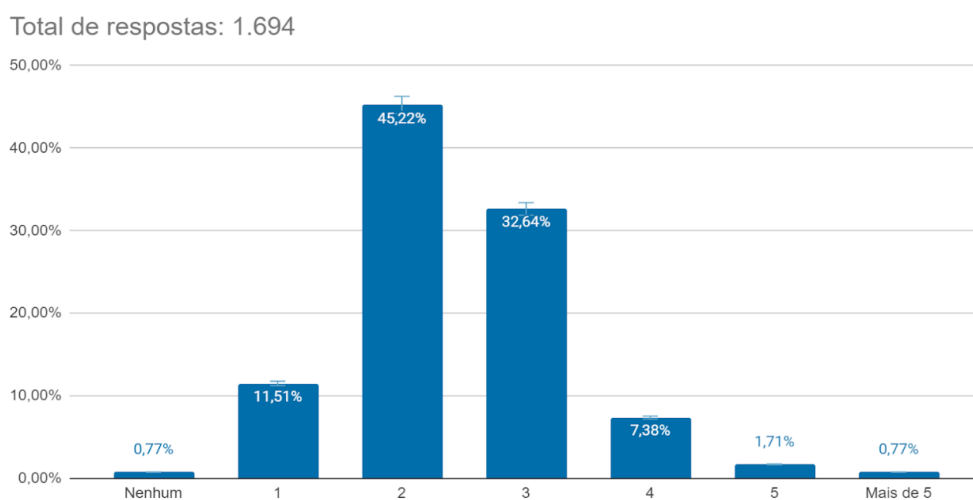
Total de respostas: 1.694



Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

O que aparentemente pode estabelecer uma situação de continuidade confortável da vida afetiva e das condições de existência – isso há de ser relativizado em função de outros parâmetros que se contrapõem a um possível conforto –, de fato, não propicia a autonomia necessária ao pleno ofício dos estudos universitários, à formulação de uma independência intelectual. Outros dados se agregam para relativizar essa condição de conforto, como o número de dormitórios que comportam as moradias: 77,78% delas têm dois ou três quartos. O que nos deixa a pensar que muitos desses agrupamentos familiares não são confortáveis, considerando as famílias que devem se sustentar com uma renda inferior a dois salários-mínimos (30,93%) divididos entre três ou quatro dependentes (58,38%). Sem ter a certeza de que todos/as se enquadram nessa situação, podemos entender que deve ser o caso de muitos desses agrupamentos familiares: renda baixa sustentando quatro pessoas com a presença de idosos em casas de dois ou três dormitórios (Gráfico 3).

Gráfico 3. Número de dormitórios no domicílio



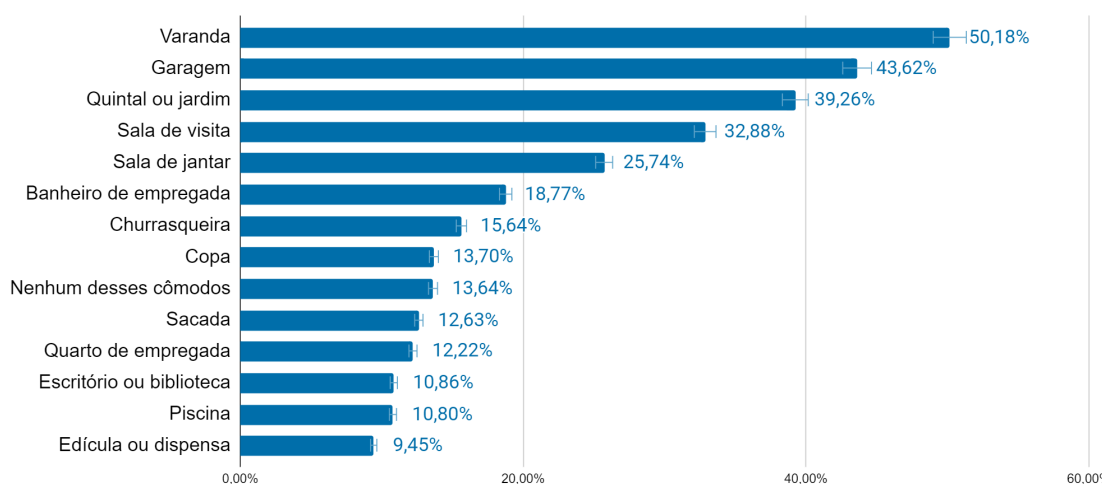
Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Ao analisar a tipologia das casas onde moram os/as estudantes, que aparece através da descrição das salas e cômodos que elas comportam, fomos alertados pelo fato de que a metade delas (50,18%) dispõe de uma varanda, 43,62% de uma garagem e 39,62% de um quintal ou jardim

(gráfico 4). Essas indicações nos permitem supor que se trata de casas independentes – e não de apartamentos. Estes podem aparecer nos 10,68% de respostas que assinalam a disponibilidade de uma sacada, mas a proporção de residências desse tipo pode ser superior, embora muitos apartamentos populares não disponham desse espaço. Importa observar a quantidade de respostas (13,64%) que declaram não dispor, em suas moradias, de varanda, garagem, quintal ou jardim, nem de sacada, churrasqueira, sala de jantar ou de visita, copa, quarto e banheiro de empregada – e ainda menos de biblioteca ou escritório, edícula, despensa ou piscina. Trata-se aqui de proporção não desprezável de moradias simples, desprovidas dos elementos de conforto que sustentam a qualidade de vida da classe média brasileira entre perpetuação de costumes antigos, possibilidades de convívios, celebrações e apropriação dos equipamentos da modernidade.

Gráfico 4. Tipologia dos cômodos do domicílio

Total de respostas: 1.694

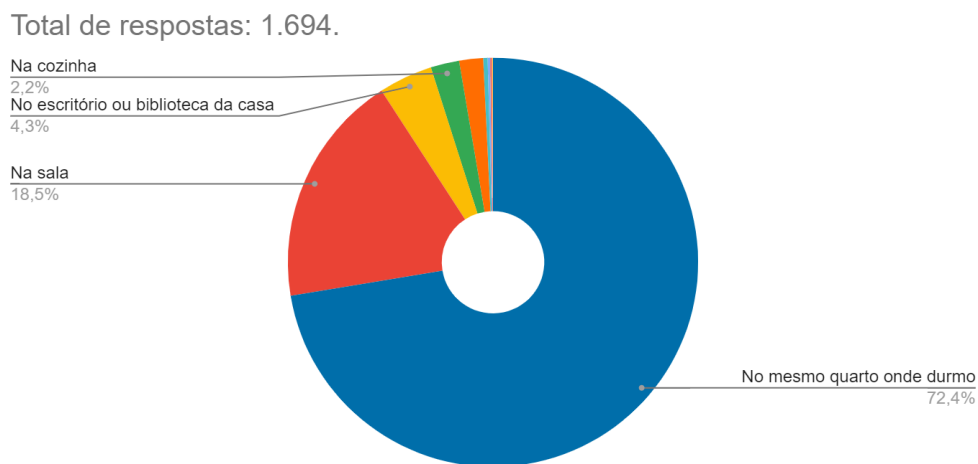


Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Essas condições de moradia nos fazem entender melhor as respostas à pergunta sobre o espaço da casa onde se estuda. Para uma ampla maioria dos/as estudantes (72,4%), o quarto de dormir é também o lugar do estudo em casa (gráfico 5). Mesmo sabendo que 44,3% dos/as estudantes compartilham o quarto com outra pessoa, ainda é o lugar que

lhes parece garantir mais privacidade e tranquilidade, mais propício à reflexão. Excluindo os 4,5% que podem estudar no escritório ou na biblioteca domiciliar – condição excepcional de conforto –, temos contingente expressivo de estudantes que usam a sala da casa (18,5%) ou até mesmo a cozinha (2,2%) para estudar. Isso nos permite supor condições muito mais precárias de estudo nesses cômodos, pouco suscetíveis de proporcionar a concentração necessária para a reflexão em casas compartilhadas com mais duas ou três pessoas.

Gráfico 5. Cômodo onde o/a aluno/a estuda



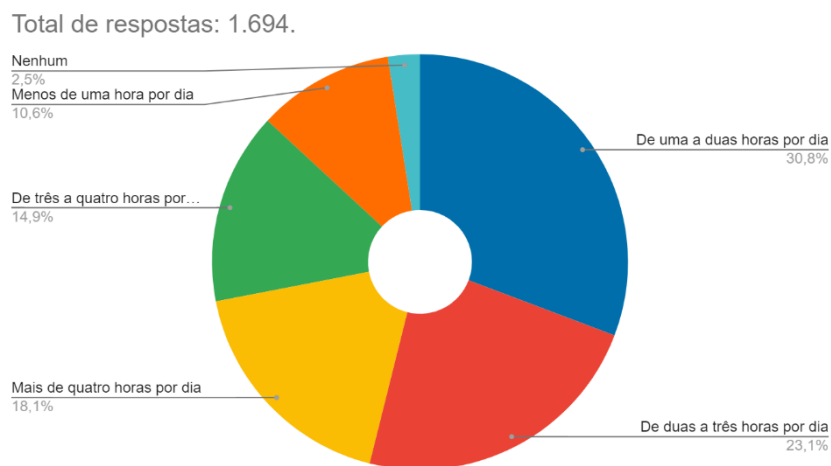
Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Colocar em perspectiva o tempo diário dedicado aos estudos com essas condições de moradia nos permite entender esse número alarmante de 43,9% de estudantes que consagram menos de duas horas diárias a seus estudos extraclasse, sendo que 2,5% deles/delas não estudam fora das aulas (Gráfico 6).

O que pode compensar essa carência de estudos pessoais é a prática, ao que parece bastante disseminada, de estudos espontâneos em grupo (57%) – mas, a partir do presente levantamento, não há como saber onde, com que frequência e em que condições se desenvolvem tais práticas (gráfico 7). Antes da pandemia, esses grupos de estudo, assim como os estudos pessoais, podiam acontecer nas bibliotecas do campus – no entanto, parcamente frequentadas, sendo que 28,7% dos estudantes dizem não ir às bibliotecas e 36,8% apenas assinalam frequentá-las “de

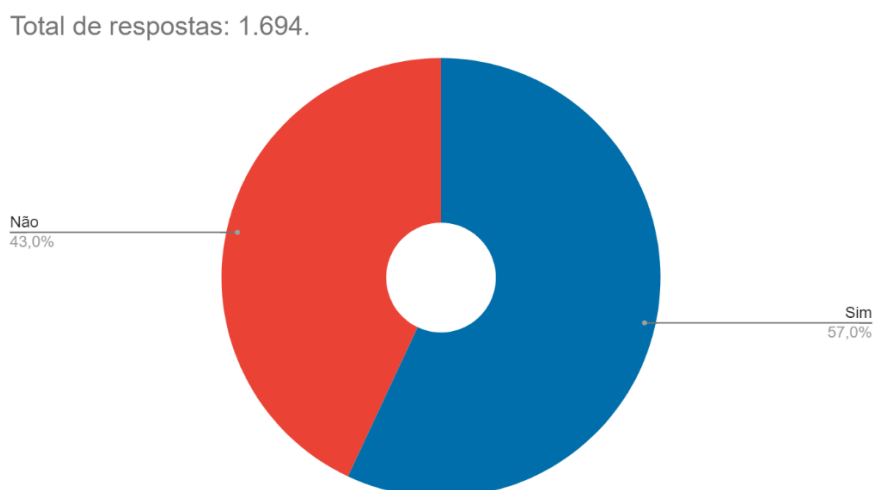
vez em quando”. Mas o grupo de frequentadores/as assíduos/as, de uma vez a mais de três vezes por semana, consta como 25,7% dos/as estudantes (gráfico 8).

Gráfico 6. Tempo diário reservado aos estudos extraclasse



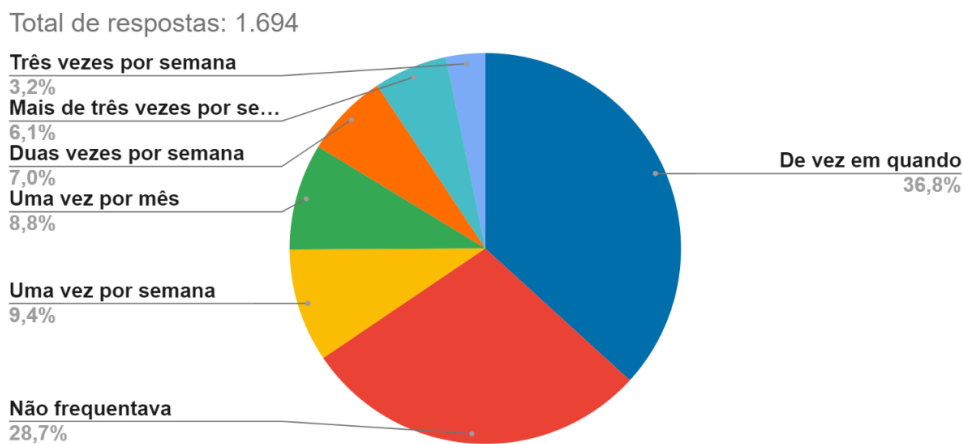
Fonte: pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Gráfico 7. O/a aluno/a estuda espontânea e regularmente em grupo?



Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

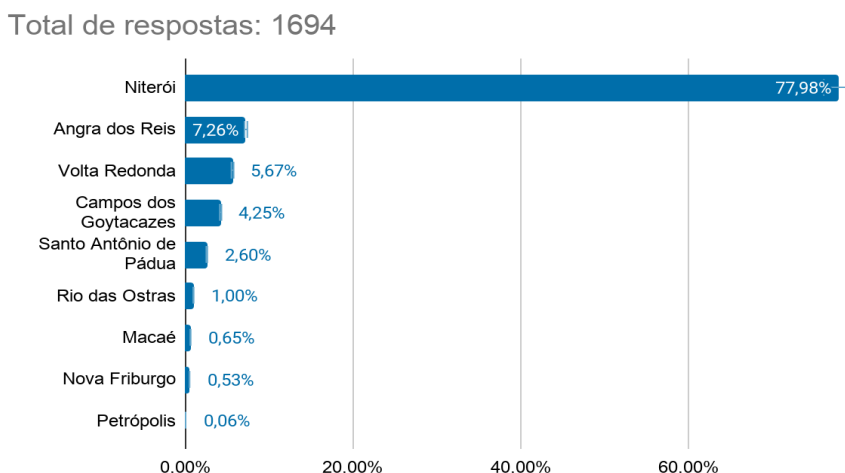
Gráfico 8: Frequência às unidades da rede de bibliotecas da UFF antes da pandemia



Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

As casas com varanda e/ou quintal ou jardim correspondem a tipos de moradias que não condizem com as áreas centrais das regiões metropolitanas, mas muito mais presentes nas periferias – sejam elas populares ou de classe alta. Sabendo da localização urbana e central do principal campus da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, isso indica distância considerável entre moradia e lugar de estudo ou aula, demandando tempo de deslocamento, de entrega a uma demora no transporte ou ao trânsito sempre lento, que estabelece uma ruptura no ritmo do dia. No próximo gráfico (9), aliás, verificamos que a imensa maioria dos/as respondentes estuda nesse campus.

Gráfico 9. Distribuição dos/as entrevistados/as por campus

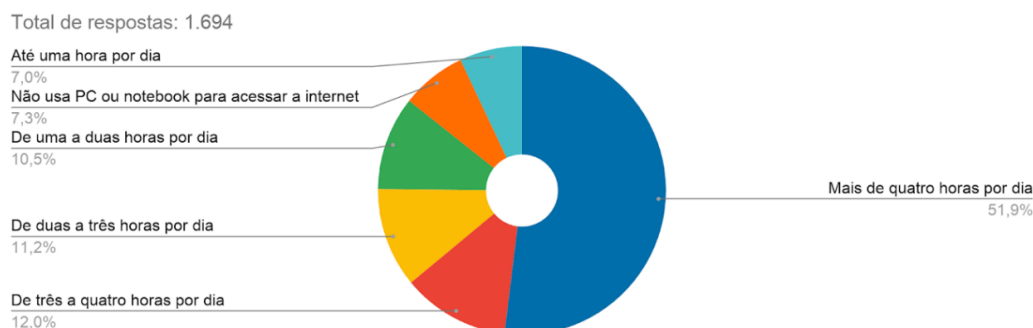


Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo

Pode ser que essa distância seja o resultado dos agrupamentos familiares, devido ao período de distanciamento social, que tem também por consequência a impossibilidade de se deslocar pela cidade. De qualquer maneira, o que compensa essa distância é o uso amplo das redes sociais, que pode romper com o isolamento dos/as estudantes em suas moradias: mais da metade dos/as alunos/as (51,9%) acessa a internet usando um computador mais de quatro horas por dia, em média (gráfico 10), e a proporção de estudantes que a acessam diariamente por mais de duas horas se eleva a 75,1%. O uso do computador – que seja notebook ou desktop – configura uma situação fixa, diferente do uso do celular, o que nos permite entender esse tempo como um período diário sedentário, em casa.

Quando associamos esse tempo diário com a proporção de 34,5% dos estudantes que dizem se informar pelas redes sociais (gráfico 11), podemos supor que grande parte desse tempo serve para romper com o isolamento social em conexão virtual com conhecidos ou mesmo anônimos, sabendo que quase todos/as (98,2%) estão inscritos/as em uma ou mais redes sociais, principalmente as plataformas WhatsApp (96,1%), Instagram (90,79%) e Facebook (89,73%), cujos modos de comunicação diferem, mas permitem contatos virtuais amplos, rompendo os limites das paredes das moradias.

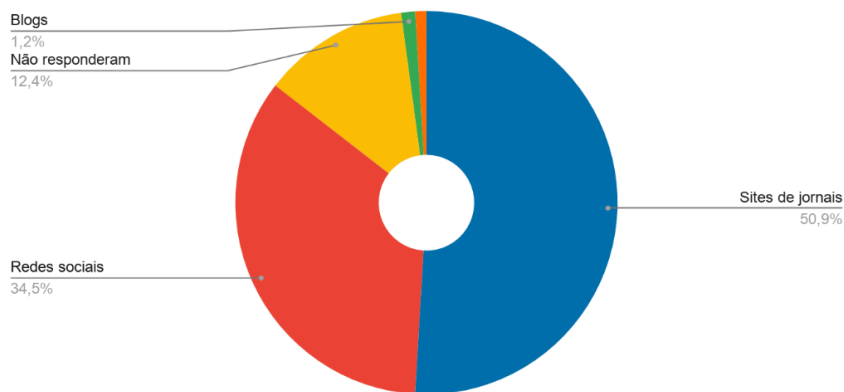
Gráfico 10. Média diária de acesso à internet por PC ou notebook



Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Gráfico 11. Fontes de informação pela internet

Total de respostas: 1.484.



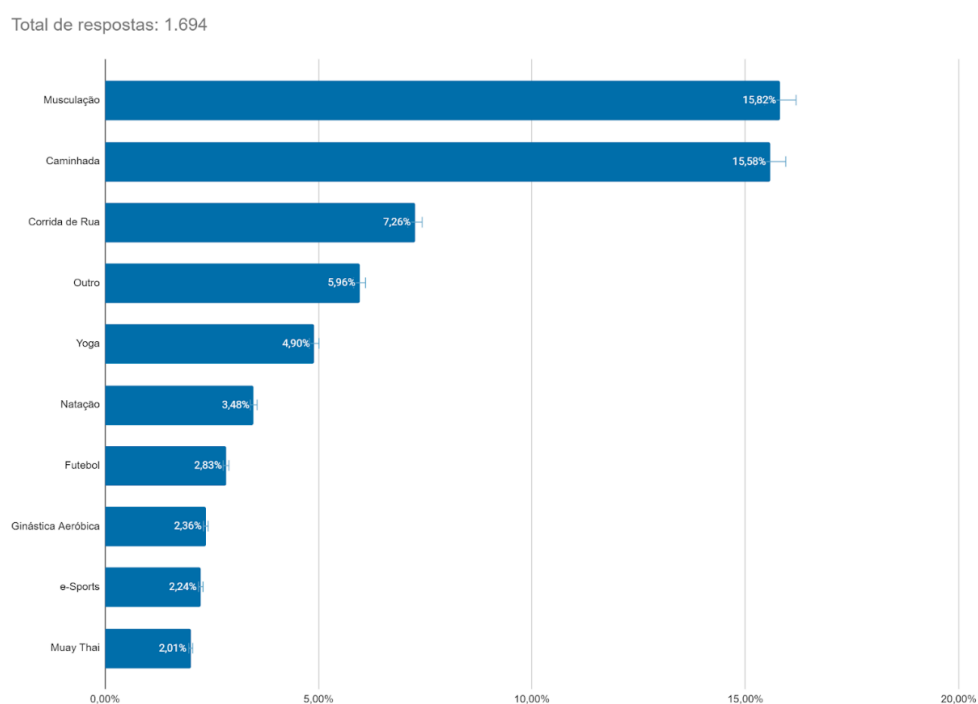
Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Outro modo de romper com a clausura doméstica é a televisão que, mesmo nunca sendo assistida por 38,9% dos/as estudantes, é vista durante mais de uma hora cotidiana por 33,4% deles/as, enquanto 2,7% dizem acompanhar a programação televisiva por mais de quatro horas diárias. Esses números impressionantes de escapatória virtual no sedentarismo podem ser aproximados de outras atividades que também revelam as ambiguidades de atitudes entre socialização e clausura. Se 57,8% dos/as alunos/as dizem não praticar nenhuma atividade física, as práticas esportivas mais recorrentes são exercícios corporais geralmente individuais, sem interação necessária com outros/as praticantes (gráfico 12). É o caso da musculação, que tem 15,82% de adeptos/as, seguida pela caminhada (15,58%) e a corrida de rua (7,26%) – três atividades que podem ser solitárias, blindadas pelos fones de ouvido.

O futebol, atividade tradicional e socialmente compartilhada no Brasil, aparece por sua vez com somente 2,38% de adeptos/as. Esse dado, porém, deve ser relativizado pelo fato de não ser uma atividade cotidiana, mas em geral praticada nos fins de semana e por ser predominantemente masculina, enquanto a maior proporção da população estudantil da UFF é feminina (69,2%). Interessante colocar em

perspectiva a prática do futebol com a da ginástica aeróbica e dos *e-sports*, com proporções quase equivalentes, mas que correspondem a formas tão diferentes de exercitar-se e de construir relações sociais. Os *e-sports* caracterizam-se mais pela interação virtual proporcionada pela internet que com atividades sociais que possibilitam encontros reais, corpo a corpo, na constituição de comunidades físicas e na troca presencial – portanto, sem o filtro da virtualidade – de experiências vividas de forma comunitária.

Gráfico 12. Os dez esportes ou atividades físicas mais frequentes



Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

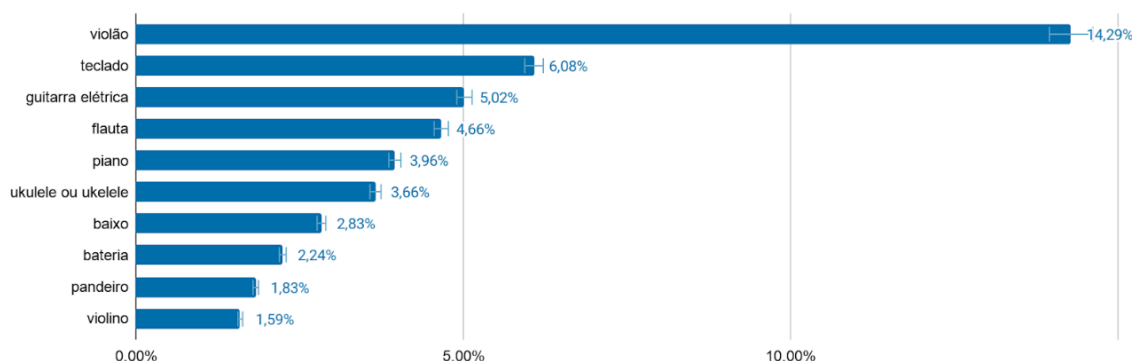
Outras práticas culturais constituem possibilidades de existência, florescimento de interesses pessoais que denotam independência e linhas de emancipação ou existência assumida. Nessa pesquisa, elas estão evidenciadas pela música, pelo colecionismo, pelas atividades artesanais ou artísticas e pela leitura.

Os/As músicos/musicistas não são muito numerosos/as, proporcionalmente, com apenas 27,6% das/os estudantes (gráfico 13) dizendo tocar um instrumento, com predileção pelo violão (14,29%) –

ancorado na tradição da Música Popular Brasileira e com muito mais instrumentistas que os teclados, a guitarra, o baixo, a bateria e o pandeiro, que pertencem à mesma tradição, ou a flauta (resquício da iniciação musical no ensino primário?), o piano ou o violino, oriundos da tradição erudita. Vale ressaltar a introdução do exótico *ukulele* ou *ukelele* nesse leque de instrumentos tocados por esses/as universitários/as que são também musicistas amadores/as.

Gráfico 13. Instrumentos musicais mais tocados pelos/as estudantes

Total de respostas: 469

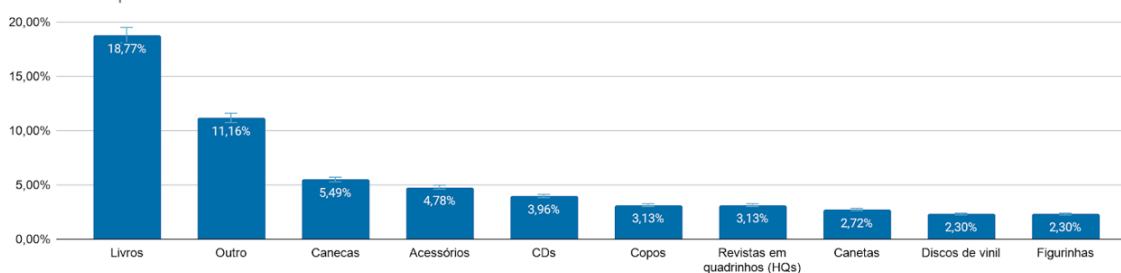


Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Nas respostas podemos constatar que somente pouco mais de um terço dos/as estudantes (37,54%) coleciona itens variados, privilegiando os livros (18,77%) a objetos heteróclitos (gráfico 14) como canecas, copos, acessórios, figurinhas, CDs e revistas em quadrinhos – todos correspondendo a circuitos de colecionadores e bolsas de troca sustentados pela indústria do entretenimento.

Gráfico 14. Coleções mais citadas

Total de respostas: 1.694



Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

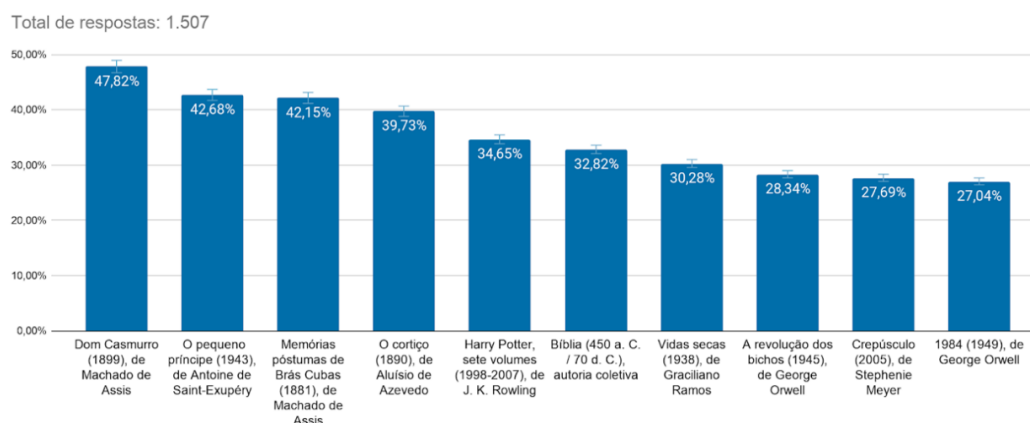
Quando somente 26,2% dos/as estudantes têm uma produção artística, artesanal ou material própria, 89,9% deles/as cozinham, mesmo que seja somente de vez em quando (30,34%). No entanto, 47% dizem cozinhar mais de três vezes por semana, o que pode denotar a necessidade de participar das tarefas domésticas e não atividade criativa ou de lazer.

Restam as práticas de leitura como reduto da formação intelectual que tem “seu lugar em um conjunto de atividades dotadas de sentido”, para retomarmos Michèle Petit (2013, p. 104), e que, portanto, é indissociável dos espaços habitados (lembremos, por exemplo, o número e a função dos cômodos levantados pela pesquisa). Podemos constatar que, quando se trata de leitura recreativa – isto é, que não pertence às bibliografias das disciplinas de seus cursos –, os/as estudantes da UFF preferem livros físicos (42,7% deles/as dizem ter lido “no papel” as bibliografias curriculares, durante o último semestre); 65,4% deles/as, no último mês, privilegiaram livros impressos escolhidos pelo prazer de ler. Parece que, quando se trata da leitura “obrigatória”, no contexto dos estudos, prefere-se o computador ou mesmo o celular, enquanto para a leitura por escolha, por distração, por curiosidade intelectual ou simples prazer, os/as estudantes priorizam a materialidade do livro.

Assim, a pesquisa quis investigar o repertório de leitura do estudantado da UFF. Para isso, apresentou listas fechadas com dezenas de obras, pedindo que o/a aluno/a assinalasse a(s) que havia lido – mas sem precisar quando e como essa leitura se deu (não perguntamos, por exemplo, se a obra foi lida integralmente). Portanto, deve-se levar em conta da escola, onde certas obras são incontornáveis, como podemos suspeitar pelas respostas. Assim, é evidente a primazia da literatura brasileira, com grandes clássicos (gráfico 15), com os primeiros lugares conferidos ao romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, com 47,82% de leitores, e às *Memórias póstumas de Brás Cubas*, do mesmo autor, com 42,15%. Bastante próximo do primeiro lugar, *O pequeno príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry (42,68%), assinala ao mesmo tempo o sucesso internacional desse conto filosófico e um item fora da obrigatoriedade escolar – ainda que possa ter chegado ao/à leitor/a por meio da escola. O

título mais recente nessa lista é *Crepúsculo*, de Stephenie Meyer, publicado em 2005, e que tem 27,69% de leitores/as. Mas a saga *Harry Potter*, de J. K. Rowling, em sete volumes publicados de 1998 a 2007, e que acompanhou a adolescência dos/as estudantes, vem antes em suas experiências de leitura, com 34,65% das menções. Entre os títulos mais lidos, a *Bíblia* tem 32,38% de leitores/as, o que corresponde quase à proporção de estudantes “uffianos” autodeclarados/as cristãos/ãs (evangélicos/as, protestantes e católicos/as), que constituem 29,57% do contingente estudantil da UFF.

Gráfico 15. Os dez livros de literatura mais assinalados (lista fechada)

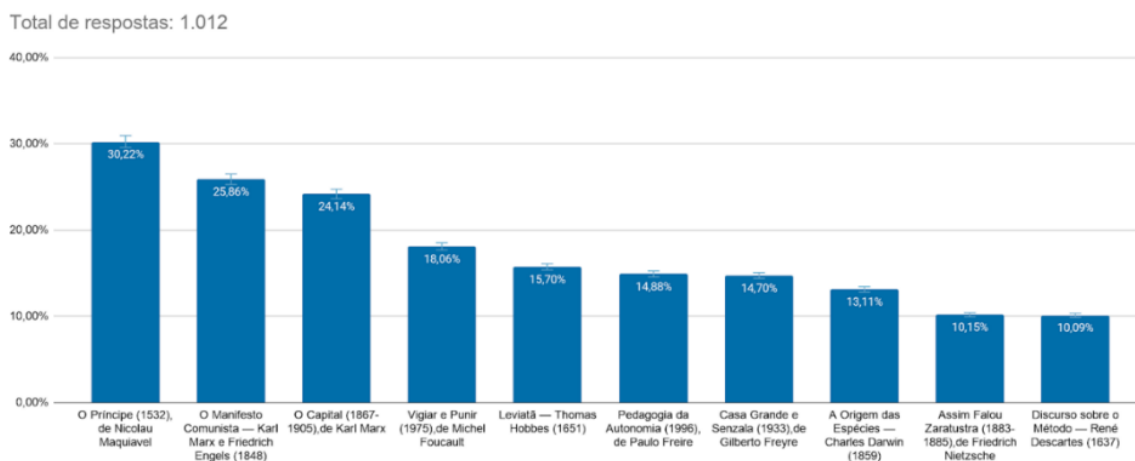


Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Nossa pesquisa elencou, também em lista fechada e sem perguntar quando e como se deu essa leitura, títulos clássicos de ensaios das Humanidades e das Ciências Exatas e Biológicas. O mais votado foi *O príncipe*, de Maquiavel (30,22%). Esse ensaio político datado do século XVI vem à frente de duas outras obras: *O manifesto comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels (25,86%), e *O capital*, de Karl Marx (24,24%), ambos do século XIX. A preferência por esses títulos, embora possa estar atrelada às graduações em Humanas (que respondem pelo maior contingente de entrevistados/as), indica a busca de uma cultura política entre os/as estudantes. O texto de Michel Foucault, *Vigiar e punir*, publicado em 1975, é o mais recente dessa lista, com 18,06% de leitores/as. O primeiro título da literatura ensaística brasileira a figurar entre os assinalados é *Pedagogia da autonomia*, de Paulo Freire (14,88%),

seguido de perto por *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre (14,82%), este último denotando interesse particular pela cultura especificamente brasileira (gráfico 16).

Gráfico 16. Os dez livros de ensaio ou ciência mais assinalados (lista fechada)



Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo

4 Considerações finais

Mais que conclusões, ficam algumas indagações, que a objetividade dos números, pelo menos nesta pesquisa, não consegue responder, aguardando investigação mais detalhada. Boa parte das obras elencadas nas duas listas fechadas demanda concentração, contemplação, paciência, recolhimento, talvez um isolamento típico da leitura ou de certa leitura (Petit, 2013, p. 147) que as habitações descritas parecem desfavorecer. Qual será, pois, a qualidade dessa leitura, ainda mais levando-se em conta a onipresença dispersiva das telas digitais como seu principal suporte? É certo que, quando se trata de leitura recreativa, a preferência é pelo livro impresso. Em que lugar da casa ele é guardado?

Se é emprestado, parece que a biblioteca não é necessariamente seu principal repositório, a julgar pela baixa assiduidade a ela. O que coloca uma questão urgente: repensar a biblioteca – particularmente a universitária – não mais como bem-organizado armazém de livros, mas como espaço onde se constituam novas formas de sociabilidade e de estímulo intelectual, excedendo os limites da sala de aula – esta também,

ao nosso ver, em crise. Conteúdos novos exigem formas novas, de modo que não faz mais sentido submeter o alunado do século XXI a estruturas institucionais e pedagógicas que talvez não lhes façam mais sentido. Por isso julgamos ser da maior importância aprofundar o conhecimento da subjetividade desse corpo discente, que é corpo – isto é, subjetividade indissociável de sua materialidade corporal, hoje sob contínuo esvaziamento pelas experiências virtuais que, no presente caso, parece bastante hegemônicas pela indústria cultural (como atesta a lista de leitura recreativa e adesão massiva às redes sociais). Afinal, retomando Hans Ulrich Gumbrecht,

Não temos como não “ter” um corpo que usamos ocasionalmente e cujos efeitos com frequência apagamos – mas estamos rapidamente perdendo a capacidade de “ser” um corpo, ou seja, a capacidade de deixar o corpo ser uma condição ampliadora da nossa existência. (Gumbrecht, 2015, P. 127)

Isso nos leva a pensar também na relação estudantil com o próprio corpo. Ainda que certamente acima da média da população brasileira, vimos que a maioria dos estudantados “uffianos” não coleciona algo e nem desenvolve trabalho criativo com as mãos, como produzir alguma arte ou artesanato ou tocar um instrumento musical – embora a maior parte cozinhe, nem que seja de vez em quando. Ao mesmo tempo, é de se perguntar o que a universidade faz para congregar criativamente esse contingente de colecionadores/as, artistas, artesãos/ãs, cozinheiros/as e musicistas amadores/as. O sedentarismo, por outro lado, grassa entre quase 58% dos/as estudantes da UFF, enquanto os/as esportistas ou praticantes de alguma atividade física regular preferem modalidades solitárias – ou não necessariamente coletivas. Isso seria a expressão de um individualismo exacerbado? Se sim, que consequências ou que relações ele tem com pessoas que, em sua imensa maioria, compartilham a mesma morada com outras? E para a coletividade universitária, o que tal fenômeno pode significar?

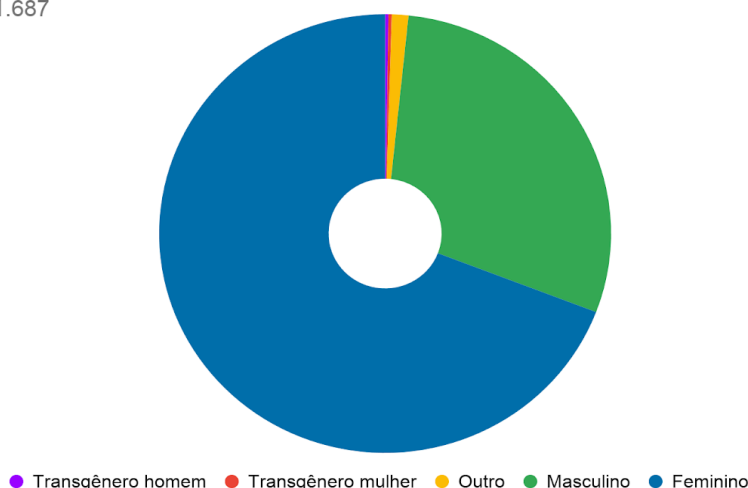
Por fim, mas não menos importante, é preciso considerar dois traços socioeconômicos que nos parecem decisivos para compreender o estudantado ao menos da Universidade Federal Fluminense, em sua atual configuração: ele é hegemonicamente feminino e de baixa renda. A

soma dos/as que não se identificam como homens cisgêneros (1,6% de transgêneros homens, transgêneros mulheres e “outro”) eleva esse contingente a 70,8% dos/as respondentes. O gênero masculino, pois, perfaz a minoria dos/as estudantes dessa universidade, com seus 29,2% (gráfico 17).

Gráfico 17. Gênero autodeclarado do/a entrevistado/a

Total de respostas: 1.687

0.41 % não responderam.



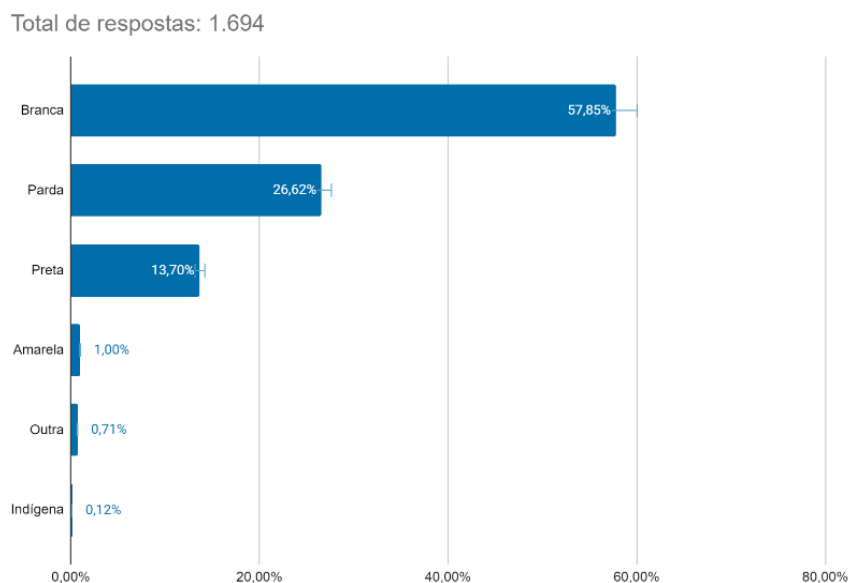
Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Isso tem consequências de toda ordem. Como a instituição lida com elas? A configuração espacial e a ocupação funcional dos cômodos das residências, assim como a modalidade de seu compartilhamento, por outro lado, indicam uma origem social que está longe da classe média tradicional, cliente preferencial das universidades públicas brasileiras até poucas décadas. Isso também demanda um ajuste pedagógico-institucional da universidade, aparentemente ausente, a julgar pelo contingente de 43% de alunos/as que não estudam espontânea e regularmente em grupo e os quase 44% que dedicam menos de duas horas diárias aos estudos extraclasse.

Dados agravados pelo gráfico 18 que, por razões de espaço, não expusemos: 71,3% dos/as estudantes entrevistados/as não procuram seus/suas professores/as para aprofundar o que foi discutido ou exposto na sala de aula. Indício de distanciamento hierárquico? Pouca ou nenhuma disponibilidade de tempo, tanto da parte do/a aluno/a quanto

do/a professor/a? Dificuldade de comunicação? Incluímos, entretanto, o gráfico 18, sobre raça/cor, não menos eloquente quanto à perda da hegemonia da classe média branca tradicional no corpo discente universitário: se é certo que os/as brancos/as ainda preponderam, com 57,85%, os/as autodeclarados/as pardos/as e pretos/as somam 40,32% dos/as estudantes da UFF.

Gráfico 18. Cor/raça autodeclarada



Fonte: Pesquisa dos autores. Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Num país com a história que tem, sendo o maior país negro fora da África e promotor de um genocídio indígena ainda em curso, esses números mais uma vez convocam a universidade a pensar sobre essa rápida mudança no perfil de seu estudantado. Que universidade pública oferecer a um alunado majoritariamente feminino, de baixa renda, crescentemente negro, que em sua maioria mora longe e com os pais? Talvez o sentido da instituição dependa da resposta que se dê a essas e a outras questões que a presente pesquisa eventualmente venha a suscitar.

Referências

- COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, dec. 2017. ISSN 1678-4634. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/141109/136196>. Acesso em: 18 set. 2022.
- CRARY, Jonathan. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. Trad. Joaquim Toledo Jr. São Paulo, Cosac Naify, 2014.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DEMO, Pedro. **Outra universidade**. Jundiaí, Paco Editorial, 2011.
- FURTADO, Joaci Pereira; MARENDINO, Rosane Barbosa. A escolha de Sofia: motivações dos/as estudantes da Universidade Federal Fluminense na eleição da universidade e da graduação. **Revista Aleph**, Niterói, n. 37, 2021b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/51048>. Acesso em: 19 set. 2022.
- FURTADO, Joaci Pereira & MARENDINO, Rosane Barbosa. Coração de estudante: esperança e realidade na perspectiva do alunado da Universidade Federal Fluminense. **Revista Pedagogia Social**, Niterói, v. 11, n. 1, aug. 2021a. ISSN 2527-0974. Disponível em: <<http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/293>>. Acesso em: 19 sep. 2022.
- FURTADO, Joaci Pereira; GONÇALVES, Kelly Cristina Mota & MONTEIRO, Erick da Silva. A morte do leitor? Práticas de leitura entre estudantes da Universidade Federal Fluminense. **Anais do VII Seminário FESPSP**. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política, 2018. Disponível em https://fespsp.org.br/seminarios/anaisVII/GT_6/Joaci_Pereira_Erick_Silva_Kelly_Mota.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.
- FURTADO, Joaci Pereira; GONÇALVES, Kelly Cristina Mota; MONTEIRO, Erick da Silva. A leitura no intervalo: práticas culturais e leitura entre estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense. **Anais do VIII Seminário FESPSP**. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política, 2019. Disponível em https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVIII/GT_6/JoaciFurtado.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.
- FURTADO, Juarez Pereira et al. **Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave**. São Paulo, Editora FAP-Unifesp, 2014.
- GARRIDO, Edleusa Nery & MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 1, jan./jun. 2013, p. 87-95. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/MfV598kP939NXstKtDxHnBc/#>. Acesso em: 7 jan. 2023.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo, Editora Unesp, 2015.

IGREJA, Paula; FURTADO, Joaci Pereira. Que anda nas cabeças, anda nas bocas. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, n. 1, p. 42-70, 2020. Acesso em: 19 set. 2022.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. Trad. Celina Olga de Souza. 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2013.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; Dunker, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Sobre os autores

Joaci Pereira Furtado  

Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor do Departamento de Ciência da Informação do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre 2013 e 2022.

Email: joacifurtado@gmail.com

Augustin de Tugny  

Graduado em Arquitetura de Interiores pela École Camondo (França). Mestre em Arquitetura e doutor em Arte pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Centro de Formação em Artes e Comunicação (CFAC) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Email: atugny.ufsb@gmail.com

Histórico

Recebido em: 30/11/2022. Aceito em: 31/01/2022. Publicado em: 01/10/2023.

ENTREVISTA

CAPTAR AQUILO QUE ESTÁ NO AR: ARQUIVOS E REGISTROS DA ATMOSFERA SOCIAL

PAULO GAJANIGO



Fotografia: Jean Barreto

"Um evento como as manifestações de 2013 faz as narrativas sobre violência, conflito, protestos entrarem em crise."

Captar aquilo que está no ar: arquivos e registros da atmosfera social

To grasp what is in the air: archives and records of the social atmosphere

Paulo Gajanigo

Doutor em Ciências Sociais pela UERJ. Professor da UFF

Resumo: O entrevistado desta edição é o professor Paulo Gajanigo. Ele é coordenador do "no.ar: laboratório de pesquisas sobre cotidiano e tecnologia" e autor do artigo *The Mood for Democracy in Brazil*, que acaba de ser publicado pela *Art Style* (2023). Esse trabalho, juntamente com um conjunto de outros, faz parte de uma ampla agenda de pesquisa que mobiliza os conceitos de clima (*mood*) e atmosfera para interpretar o período da redemocratização brasileira. Um de seus resultados mais recentes está no desenvolvimento de um aplicativo, o Vida Coletiva, que visa coletar e reunir relatos de experiências. O lançamento da campanha para envio do material aconteceu durante o *evento Junho Mora Onde?*, que reuniu diversos pesquisadores para debaterem sobre os dez anos das manifestações de junho de 2013 na UFF e na UENF.

Palavras-chave: Clima de Abertura. Democracia. Junho de 2013.

Abstract: This edition provides an interview with Paulo Gajanigo. The interviewee is the coordinator of No.Ar Daily and Technology Research Laboratory and paper's author *The Mood for Democracy in Brazil* which has just been published by *Art Style* (2023). This research, along with a set of others, is part of a broad agenda that mobilizes the concepts of mood and atmosphere to analyze the process of Brazilian redemocratization. From that research an application called Vida Coletiva was created. The app collects and gathers experiences reports. The launch of the campaign to send material took place during the *Junho Mora Onde?* event, which brought together several researchers to debate the ten years of the June 2013 manifestations at two universities of Rio de Janeiro - UFF and UENF.

Keywords: Climate of Openness. Democracy. June 2013.



Paulo Gajanigo é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é mestre em Antropologia Social também pela mesma instituição e é doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Paulo é professor Associado de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, é professor permanente do programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF em Niterói. Em 2019, Gajanigo realizou estágio pós-doutoral na *Media Film and Music School* na University of Sussex, onde se aproximou do arquivo *Mass Observation*, que tem o objetivo de registrar a vida cotidiana britânica há quase cem anos por meio de relatos enviados por colaboradores através de cartas. Atualmente, Paulo desenvolve pesquisa sobre o clima (*mood*) no período da abertura política no Brasil (1974-1985). É coordenador do "no.ar: laboratório de pesquisas sobre cotidiano e tecnologia, além de ter experiência na área de Teoria Social e Estudos Culturais, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Identidade, Cultura, Democracia e Classe.

Nesta entrevista, Paulo conta um pouco sobre a campanha "*Junho Mora onde?*", lançada pelo laboratório no.ar, que visa a coleta de memórias da população sobre o evento conhecido como "As jornadas de junho", ocorrida a dez anos atrás. Coletando memórias de todos aqueles que têm e querem registrar algo daquele período, sendo essas coletas feitas por meio do aplicativo "Vida Coletiva", um *software* desenvolvido pela UFF para a formação de acervos por *crowdsourcing*, que são acervos alimentados pelos usuários de forma colaborativa. O Objetivo do projeto é criar um arquivo vivo sobre aquele período, promover a reflexão sobre as implicações das Jornadas de Junho na sociedade brasileira e a cultura de memória do país.

Você tem inúmeros trabalhos publicados nas áreas de teoria social e estudos culturais. Há um artigo seu publicado na *Revista Brasileira de Sociologia*, em 2020, que tem como título *Evocação e Disputas sobre o*

Clima de Abertura durante o período de transição no Brasil (1974-1985). Há uma possível interpretação de que o próprio clima de abertura foi uma concertação entre governo, oposição e sociedade civil naquele momento. Talvez esse ponto ajude explicar em alguma medida, os pactos conciliatórios bem-sucedidos, a ponto da transição acontecer com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Então, gostaríamos de saber como se deu seu interesse pelos estudos sobre clima e sua análise via opinião pública – no caso, via análise dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*?

Eu não sabia inicialmente que estava interessado no clima da transição. Meu interesse inicial era entender melhor como se configurou um contexto de “liberação” ainda sob o controle ditatorial. Por isso, me interessava esse rótulo de “abertura” para o processo de transição. Na minha aproximação com o tema, já tinha ficado evidente que esse rótulo era socialmente operativo na época e articulava demandas afetivas por liberdade. Em poucas palavras, a questão que me guiou foi: como uma política ditatorial de transição gerou grande engajamento de sujeitos envolvidos na luta contra o regime ditatorial.

Desde o começo não me parecia que uma concertação de interesses entre oposição e regime era uma resposta suficiente. Foi com essa preocupação que a noção de clima me chamou atenção. Buscando em jornais como se dava a evocação da ideia de abertura por atores relevantes do debate político a partir de 1974, fui me deparando com a recorrência da evocação da ideia de configuração de um novo clima político ou social. Como minha pergunta já estava voltada à questão dos afetos, essa recorrência me chamou atenção.

Foi então que fui buscar referências para tratar dessa noção e então me deparei com estudos anglófonos, em sua maioria, sobre o conceito de *mood* (clima/humor) – em especial os dossiês organizados sobre o tema em revistas: “*In the mood*” na *New Literary History* (Felski; Fraiman, 2012), “*Mood work*” na *New Formations* (Highmore; Taylor, 2014). Eu tentei então levar a sério o “clima”, não considerar uma evocação como metáfora banal, mas olhar para como sua evocação abria campo para

uma disputa por disposições afetivas. Isso me levou também a pensar a esfera pública no registro afetivo e me dedicar às críticas ao idealismo do conceito de Habermas (Fraser 1990; Gilroy 1994; Dahlberg 2005).

Qual o clima da esfera pública? É possível identificar políticas sobre o clima da esfera pública? Em que sentido esse clima tem consequências sobre o que é ou não ouvido? Eu desenvolvi essa discussão num artigo recente em inglês publicado em um dossiê sobre *mood* e atmosfera (Gajanigo, 2023).

As manifestações de junho de 2013 muito são comparadas em sua abrangência aos movimentos das *Diretas-Já*, salvo as especificidades. Os movimentos que clamavam pela abertura democrática, embora fortemente vinculados a grupos sociais, estavam atrelados ao sistema político. A formação dos partidos políticos naquele momento evidencia esse ponto. A partir das perspectivas dos seus trabalhos e de suas pesquisas, como é possível interpretar as manifestações de junho 2013?

Bom, vou repetir algo que escrevi num texto de opinião em 2016 sobre algumas dificuldades de interpretar Junho que me parecem fazer ainda algum sentido. “Quanto mais o tempo passa, mais difícil é entender o significado de Junho. Ainda que faltem mais pesquisas sobre as manifestações, não acredito que isso esteja ocorrendo somente por escassez de informações. Fundamentalmente, é como se Junho tivesse ocupado um ponto cego ideológico. Um evento que não encontrou uma narrativa que o considere em sua riqueza exatamente pelos desenvolvimentos subsequentes na política brasileira. Eu diria que Junho é ainda um enigma pois está sendo cifrado por nós mesmos” (Gajanigo, 2016).

De 2016 para cá, eu vejo dois processos. De um lado, a intensificação do ascenso da direita, que reforçou a tese de que Junho teria sido seu preâmbulo. Mas há também o processo de resposta e reação que levou à derrota eleitoral de Bolsonaro. Os dois processos em certo momento estimularam uma narrativa caricatural demais de Junho, de manifestações manipuladas por interesses imperialistas, desenhando

um quadro simplista de manifestantes inocentes que brincaram com fogo. A moral da história desta narrativa é fácil de visualizar: cuidado em lutar por demandas democráticas de forma mais direta, pois isso pode “acordar o fascismo”. Não vou aqui rebater essa moral, mas queria destacar que em 2023, com a derrota eleitoral do Bolsonaro, e o acaso de termos os dez anos das manifestações, que criou um momento editorial, acadêmico e político para revisitá-las, algo pode estar se movendo na conjuntura para memória e interpretação de Junho. Pois a ameaça da extrema direita não está tão na pauta como estava e a dinâmica de um governo com tradição de esquerda traz, inevitavelmente, um espaço no debate público, sobre avanços democráticos. Então, acho que aspectos importantes do “hoje” que travavam uma discussão mais concreta das manifestações mudaram e torço para que estejamos num contexto melhor para olhar para Junho com mais nuances, contradições e dentro da ideia de construção da democracia e da cultura democrática.

Posto isso, eu não sei bem como é possível interpretar Junho e dei uma grande volta pra dizer isso. O que tem me parecido mais produtivo são os estudos que buscam identificar as reverberações organizativas e institucionais daquelas manifestações, entender como os sujeitos envolvidos naquelas manifestações carregaram essas experiências em novas práticas. Eu me pergunto sobre isso especialmente no campo da cultura.

O Roberto Schwarz formulou, num texto já clássico (2001), uma relação do golpe de 1964 e a intensa vida cultural que terá seu auge no ano de 1968, ela trata de uma canalização de um vivo processo social pré-1964 no sentido de intensificação da vida democrática que vai ser interrompido pelo golpe mas que se reorganiza na vida cultural. Eu suspeito, e só posso suspeitar pois não tenho pesquisa sobre isso, que a vida cultural da última década tem mais traços daquela experiência de 2013 do que se considera comumente.

É razoável realizar diferentes leituras dessas mobilizações, que não se esgotam no mês de junho e muito menos no ano de 2013. Há abordagens progressistas, conservadoras, neoliberais, anarquistas entre muitas outras. Mas há também algumas evidências comuns

entre elas, como a noção de que foi um momento marcado pela violência policial. Enquanto estávamos organizando essa entrevista, nos lembramos do dia 21 de junho, quando o programa Globo Repórter terminou e imediatamente iniciou um pronunciamento de quatro minutos da presidenta Dilma Rousseff (PT). Ela dizia algo como a necessidade de separar os manifestantes pacíficos dos bagunceiros, chamando a atenção para aqueles que estavam nas ruas com o propósito de destruir o patrimônio público, de quebrar ônibus e de apedrejar agências bancárias. Apesar dessa violência que também existia, pouco se falava da truculência advinda da polícia. Depois de alguns meses, tivemos o quantitativo e a gravidade dos afetados pela violência, como o fotógrafo Sérgio Silva que ficou cego por conta do disparo de balas de borracha. Na sua opinião, em que medida a memória da violência está atrelada a condição de representação em nosso país? Ou ainda, em que medida falar de memória é falar de um tema caro para as Ciências Sociais que é a representação?

Essa me parece uma pergunta muito importante. Primeiro, é sempre bom reforçarmos a ideia de que a memória é dinâmica e histórica. Eu acho que houve uma disputa muito intensa sobre essa questão da violência, que foi o grande nó das disputas de narrativas sobre os eventos no calor do momento. Num primeiro momento, a cobertura da imprensa não era diferente da forma como se tratava as manifestações em geral, como distúrbio ao cotidiano da vida do povo, vandalismo *etc.*, em uníssono com as falas dos representantes dos governos. Principalmente, a partir de 13 de junho de 2013, com a forte repressão da polícia paulista, essa narrativa entra em colapso.

Foi neste dia em que o apresentador Datena faz uma enquete em seu programa perguntando sobre o apoio aos protestos tendo ao fundo imagens de ações chamadas de vandalismo por ele e a enquete dá maioria para o apoio. Ele, ao vivo, reformula a pergunta: “você apoia os protestos com baderna”, e, para sua surpresa, a enquete continua com o mesmo resultado de apoio. O que quero trazer lembrando deste

episódio é que um evento como as manifestações de 2013 faz as narrativas sobre violência, conflito, protestos entrarem em crise.

Eu me recordo que cientistas políticos e sociólogos eram buscados como nunca pela imprensa. Os jornalistas e os editores estavam atônitos, buscando novas conexões interpretativas. A padronização da frase: “minoria de vândalos” que se ouvia recorrentemente na imprensa foi a forma sintética de resolver provisoriamente essa tensão entre a criminalização dos movimentos sociais e o amplo apoio popular às manifestações. Foi a forma como se tentou legitimar a repressão policial, mas sem tanto sucesso naquele momento, pois a repressão policial foi um tema central nas motivações dos manifestantes.

Trazendo então esse conflito de narrativas para a discussão sobre a memória dos eventos, eu acho interessante pensarmos numa política de esquecimento da violência do Estado pós-Junho. Essa noção de política de esquecimento tem sido bastante usada nos estudos da transição à democracia no Brasil, especialmente para tratar da Lei da Anistia e a ação ativa estatal de promover esse esquecimento. Tal como a memória coletiva depende de ações e de políticas, o esquecimento coletivo também não é só uma ação do tempo. O não tratamento institucional devido aos abusos policiais e as não responsabilizações das autoridades à violência policial são políticas ativas de esquecimento.

Em 2021, alguns eventos na Argentina rememoraram os 10 anos do movimento *¡Que se vayan todos!*. As análises de jornais como *El País* de grande circulação internacional, afirmou que, durante aquela década, a Argentina fazia esforços para superar a polarização e os sistemas políticos binários, ao mesmo tempo que tentava considerar no modelo de desenvolvimento econômico as ambivalências do retorno do populismo no país. Como você avalia a importância de rememorar os eventos de junho de 2013 aqui no Brasil neste ano?

Como falei um pouco antes, parece ter uma janela de oportunidade para interpretar aquelas manifestações. Dentro da esquerda e do campo progressista, uma narrativa se fortaleceu bastante no último período. Podemos identificá-la como a narrativa oficial da frente anti-Bolsonaro. A

interpretação do bolsonarismo como uma força anti-democrática, anti-institucional, que não está errada, fundamentou a ideia de uma frente democrática e institucional. Muito do teor das reivindicações e, principalmente, as formas e práticas de lutas de 2013 envolvia uma crítica ao autoritarismo das instituições. Resta, ainda, um nó incômodo que impede a absorção daquelas manifestações a forças políticas significativas. A meu ver, esse é um elemento central que dificulta Junho ser lembrado e principalmente ser parte de um repertório da memória coletiva (e portanto também institucionalizada) do país. Rememorar Junho então é indicar a existência desse nó.

Embora exista um conjunto de variáveis que caracterizem as manifestações de junho, é comum na literatura encontrarmos a informação de que as manifestações foram influenciadas pela era digital, aqui nos referimos ao uso massivo da internet, sobretudo, das redes sociais. Nos lembramos de uma tradução infeliz do jornal *The Guardian* que, na época, traduziu o *slogan* que estava em um cartaz de uma manifestante como “Nós viemos de Facebook” quando uma tradução mais correta seria algo como “Saímos do Facebook”. É um exemplo relativamente pequeno, mas que demonstra a possibilidade da mídia enviesar questões materiais que são importantes para análises de movimentos sociais. Na sua opinião, qual é a importância de pesquisas em Ciências Sociais que possuem como objetivos analisar a atuação das redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *TikTok*?

Eu adoro aquele cartaz do “Saímos do Facebook” exatamente por sua ambiguidade. Nesta frase, como colocam na pergunta, podemos ter essas duas leituras – que não é registrada pela tradução com “viemos”, passando uma ideia muito mais determinista das redes sociais. Eu gosto da provocação daquele cartaz, que não afirma, de forma inocente, a ideia de uma “revolução twitada”, como era os termos da polêmica no final da primeira década dos anos 2000 (Gladwell, 2010). Ou seja, de que as novas formas de comunicação alterariam radicalmente as formas de luta, suplantando métodos como greves, piquetes, manifestações de rua *etc.* Ao mesmo tempo, nega uma contradição entre as redes sociais e lutas

políticas eficazes. Ao dizer que saíram do Facebook, se está tanto afirmando que estar no Facebook não o fazem dóceis demais para o enfrentamento político, ao contrário, algo que acontece nessas redes formaram esses atores políticos, e que a luta pelas redes sociais não é suficiente para mudanças significativas. Esse exemplo então sintetiza um aspecto da importância dos estudos das redes sociais nas Ciências Sociais: tomá-las como práticas sociais e como materialidade das práticas sociais.

A contribuição de Raymond Williams sobre os estudos de tecnologia é bastante útil, a meu ver, nesse aspecto. Williams (2017), ao tratar em seu estudo sobre a televisão, indica que a televisão, bem como outras tecnologias de comunicação, são práticas sociais, que se materializaram em técnicas, são também ferramentas que podem ser exploradas nas práticas sociais e, portanto, não determinam totalmente essas práticas, por fim, essas tecnologias, quando se afirmam como o mundo possível, são forças ideológicas, passíveis de questionamento e disputa.

Trazendo a discussão para as redes sociais, podemos ver como os algoritmos usados nessas redes sociais solidificam certas práticas, são ferramentas de práticas e, por fim, são usados para construir ideias de como deve ser ou é o mundo. Num contexto em que o tema da tecnologia tem se tornado cada vez mais central e um debate na opinião pública tem se pautado numa polarização de que essas tecnologias ou são meros instrumentos neutros ou são veículos manipulatórios para sujeitos opacos, as decomposições que apontei acima me parecem essenciais para maior compreensão da presença da tecnologia no cotidiano.

Cada plataforma de rede social tem desafios metodológicos específicos e comuns. Um desses que destacaria e é comum a quase todas é a tendência de absorvermos acriticamente as ferramentas de análise de dados criadas com fins mercadológicos. Uma pesquisa científica que tem como objeto as redes sociais dificilmente irá produzir bancos de dados sem fazer uso dessas ferramentas. No entanto, essas próprias ferramentas passam a ser parte da metodologia e devem ser compreendidas criticamente.

O Projeto de Lei das Fake News (PL 2630/2020), agora arquivado, recentemente reacendeu o debate sobre liberdade de expressão, quando na verdade o teor da proposta tratava-se de um controle democrático do ambiente virtual. Ademais, esse debate se centralizou nos meses de abril e maio na atuação das *big techs*. Para essa discussão, não vimos grandes debates sobre como a produção e a circulação de desinformação afetam a produção de ciência e tecnologia em nosso país. Sabemos que você tem uma agenda de pesquisa sobre análise de conteúdo de redes sociais. Nos trabalhos do seu grupo de pesquisa, como vocês lidam com a produção de *fake news*? Como empiricamente resolvem essa questão quando estão coletando dados, por exemplo?

Na verdade, a gente ainda não encarou essa questão, nosso foco tem sido os registros pessoais do cotidiano produzidos por meio das plataformas. Então, não é nossa questão de imediato avaliar a veracidade, mas de coletar e interpretar os registros. Se há algo como uma *fake news*, nossa abordagem é pensá-la como forma de registro de uma forma de posicionamento frente ao evento, como a pandemia, que tem sido nosso principal recorte. Empresto dos historiadores Ian Marino, Pedro Silveira e Thiago Nicodemo (2020), com os quais pude trabalhar durante a pandemia, uma pergunta que também temos em nosso laboratório: a circulação das *fake news* fez parte da forma como se viveu a pandemia, então, como podemos, nas ciências humanas, registrá-la? Há um risco de tratarmos as *fake news* como algo a ser apagado. Evidentemente que temos o desafio institucional de não permitir a circulação, por meio das plataformas, de narrativas que ganham formato de notícias produzidas para orientar certos comportamentos com base em mentiras. Como pesquisadores, vale nos perguntar como podemos inventariá-las de forma a permitirmos um acesso à dinâmica social da circulação das *fake news* durante a pandemia?

Você coordena o *no.ar.lab*, que é um laboratório de pesquisas sobre cotidiano e tecnologia, criado em 2021 e sediado na UFF Campos. O Laboratório reúne pesquisadores e alunos da graduação, do

mestrado, do doutorado e do pós-doutorado. O grupo também possui uma característica multidisciplinar, principalmente, se considerarmos as áreas de formação e temáticas que mobilizam. Há alunos de Ciências Sociais, de História, de Ciência da Informação entre outros cursos. Gostaríamos que comentasse como o *no.ar* está estruturado e como é feito esse trabalho coletivo no âmbito da UFF Campos.

Somos um laboratório novo. Foi criado em setembro de 2021 e penso que ainda estamos nos estruturando. A ideia do laboratório surgiu para tentar articular alguns interesses e agendas de pesquisa que eu identificava importantes e que surgiram especialmente da minha experiência de estágio pós-doutoral na Universidade de Sussex, na Inglaterra. O meu interesse na discussão conceitual de clima me levou a ter contato com Ben Highmore, professor daquela universidade. Durante minha estadia, pude trabalhar com o arquivo do Mass Observation Project, um arquivo que reúne acervos inovadores sobre a vida cotidiana britânica desde 1936.

O laboratório pretende ser um espaço de estímulos a pesquisas sobre cotidiano e tecnologia. O nome “no.ar” busca ressaltar uma tendência cada vez mais evidente de presença etérea da tecnologia em nosso cotidiano, ou, para tratar de uma forma mais recorrente, da “virtualização” desse cotidiano. Aparatos tecnológicos têm intensificado a presença virtual no cotidiano. Podemos pensar na dinâmica que estabelecemos com os *smartphones*, sua presença em nosso cotidiano borra cada vez mais fronteiras entre vida privada e pública, e permite que assuntos públicos, por exemplo, tenham uma onipresença pelas redes sociais em nosso cotidiano.

Este é só um exemplo para tentar indicar o que é o ponto de partida para tratar de estudos sobre cotidiano em nosso laboratório. Essa abordagem é, a meu ver, bastante interdisciplinar. Primeiro porque recusamos a ideia de tecnologia como ferramenta, o que nos obriga a estudar os bastidores dos aparatos tecnológicos, não os tomando como dados. Como cientistas sociais estamos sendo desafiados a ter uma maior intimidade com as linguagens técnicas e no laboratório queremos oferecer aos estudantes um ambiente estimulante de troca de saberes e

conhecimentos. Convivem em nosso grupo pesquisadores de diversas formações, como Comunicação, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Ciência da Informação, História, Geografia e Psicologia.

Como falei, estamos num processo ainda de estruturação. Conseguimos o financiamento da Faperj, por meio do Edital de Jovem Pesquisador Fluminense (2022), para efetivar essa estruturação. E neste momento estamos dando passos na formação de nossa equipe de pesquisadores. Iniciamos o laboratório com um pesquisador doutor, eu, e dois graduandos de iniciação científica e um de iniciação tecnológica. Criamos em 2022 um grupo de estudos sobre cotidiano e tecnologia com alunos de graduação e de pós-graduação da UFF Campos e da UENF. Aos poucos, chegamos à situação atual, com a equipe de quatro pesquisadores doutores, dois doutorandos, três mestrandos e mais de dez graduandos. A entrada da professora Mariele Troiano, da UFF, foi fundamental para darmos esse salto e nos permitirá ampliar e adensar nossas pesquisas.

Tudo tem acontecido de maneira muito rápida e por isso tenho dificuldade em ser sintético sobre como temos nos estruturado. Mas tentarei resumir, hoje nos organizamos com uma equipe ampla, envolvendo não só pesquisadores da UFF e UENF, temos um grupo de estudos que tem a função de estimular estudantes da problematizar as relações entre tecnologia, cotidiano e democracia, e promovemos eventos mais amplos que nos ajudam nessas agendas de pesquisa, como o evento e campanha “Junho mora onde?”. Também estamos organizando um livro sobre estudos de *mood* que terá traduções de textos fundamentais do campo e textos inéditos de pesquisadores brasileiros sobre a temática.

A equipe do no.ar lançou no mês de maio um aplicativo, o *Vida Coletiva*. Esse resultado concretiza um trabalho em parceria com a Superintendência de Tecnologia de Informação (STI) da UFF. Como funciona esse aplicativo e qual é o objetivo de seu desenvolvimento?

O aplicativo é destinado a construir acervos digitais de forma colaborativa. Basicamente, criamos uma interface intuitiva em que

usuários podem enviar fotos, áudios e textos formando um banco de dados único. O usuário, ao se cadastrar, aceita um termo de consentimento e nos informa dados de perfil. A partir disso, ele pode escolher projetos de acervo cadastrados e pode então colaborar com eles.

Nossa proposta surgiu dos estudos sobre os projetos de memória da pandemia que mapeamos (Marino et al, 2022). Ao fazer o mapeamento, verificamos que projetos de memória, em especial, instituições arquivísticas brasileiras que têm pouca experiência em coleta por *crowdsourcing* recorreram ao envio de e-mails ou formulários online. Considero ambas as ferramentas pouco intuitivas se compararmos às plataformas de redes sociais. Identificamos então uma possível demanda por um *software* mais próximo da interface das redes sociais e ao mesmo tempo fosse desenvolvido para construir acervos digitais, e que atendesse as necessidades que um acervo de interesse público tem.

Pode parecer mais fácil então usarmos o próprio conteúdo das redes sociais para criar esses acervos, mas temos estudado os entraves legais e éticos dessa construção de acervos, o que tem fortalecido a necessidade de se ter ferramentas específicas para a construção de acervos públicos digitais colaborativos. Estamos iniciando o uso da primeira versão do aplicativo com o projeto “Junho mora onde?” e cremos que essa experiência nos ajudará a aperfeiçoá-lo e assim disponibilizá-lo a outros projetos de interesse público.

Importante ressaltar que todo esse empreendimento busca a construção de um *software* para uso de interesse público e não-mercadológico. Num contexto em que cada vez mais dados pessoais são usados como mercadoria, nos vemos na insólita situação de termos nossa privacidade ameaçada, com exposições de dados, e ao mesmo tempo a privatização dos dados que cria barreiras para a pesquisa científica de interesse público e para a construção de suportes para a memória coletiva. Portanto, é fundamental termos cada vez mais iniciativas de propostas que vão na contramão da privatização e mercantilização dos dados. E para isso precisamos contar com o apoio das agências de fomento e das estruturas e recursos das universidades.

No nosso caso, temos tido apoio financeiro da Faperj e apoio de recursos financeiros e humanos da UFF.

Agradecemos a disponibilidade e a oportunidade de entrevistá-lo. Deixamos aqui um espaço para suas considerações finais para fazer convites e recomendar páginas.

Primeiramente, gostaria de agradecer pela entrevista. Fico feliz em poder narrar processos de pesquisa, falar de alguns bastidores e de expor avaliações mais gerais. Queria também ressaltar a importância da Revista Mundo Livre para nossa UFF em Campos dos Goytacazes. Temos um *campus* que tem como principal marca a intensa vida discente, com grande participação de estudantes na vida da universidade. A Revista Mundo Livre é parte importante desse traço que tanto nos orgulha.

Bom, para finalizar, gostaria de convidar a todos a visitar nosso site, que reúne um pouco de nossas várias frentes e iniciativas – **vidacoletiva.uff.br** – e fazer um convite especial para que colaborem com nossa campanha de memória sobre Junho de 2013. Estamos pedindo a quem se dispôr a registrar suas recordações sobre aqueles eventos, como viveram, o que sentiram, se não participaram diretamente, também queremos ter registradas essas lembranças. Para isso, basta baixarem o aplicativo Vida Coletiva nas lojas Android e IOS e seguirem as instruções para enviar os relatos. No nosso site que mencionei acima e no perfil do Instagram @junhomoraonde há mais informações. Muito obrigado.

Referências

DAHLBERG, Lincoln. The Habermasian Public Sphere: taking differences seriously? **Theory and Society**, 34, no.2, p.111-136, 2005.

FELSKI, Rita; FRAIMAN, Susan. In the mood [dossiê]. **New Literary History**, v. 43, n.3, 2012.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p.56-80, 1990.

GAJANIGO, Paulo. The mood for democracy in Brazil: controlling the public atmosphere during the transitional period 1974 – 1985. **Art Style**, v. 11, n. 3, p. 41-57, 2023.

Captar aquilo que está no ar: arquivos e registros da atmosfera social

GILROY, Paul. 'After the love has gone': bio-politics and etho-poetics in the Black Public Sphere. **Third Text**, v. 8, n. 28/29, p. 25-46, 1994.

GLADWELL, Malcolm. A revolução não será tuitada. **Folha de São Paulo**, 12 dez. 2010.

HIGHMORE, Ben; TAYLOR, Jenny Bourne. Mood Work. **New Formations**, v. 82, 2014.

MARINO, Ian; SILVEIRA, Pedro; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivo, memória e big data: uma proposta a partir da Covid-19. **Cadernos do Tempo Presente**, v. 11, n. 01, p. 90-103, jan./jun. 2020.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Sobre o entrevistado

Paulo Gajanigo 

Graduado em Ciências Sociais e mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Realizou estágio pós-doutoral na Media Film and Music School na University of Sussex (Reino Unido). Professor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Email: gajanigo@gmail.com

Sobre as entrevistadoras

Mariele Troiano  

Graduada em Ciências Sociais e mestra e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Ciências Sociais e na Revista Mundo Livre. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC).

E-mail: troianomariele@id.uff.br

Letícia Baldissara  

Estudante em Ciências Sociais no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de iniciação científica pela FAPERJ 2022/2023, com o projeto de pesquisa *Dinâmica socioespacial e capacidade institucional na provisão de serviços coletivos urbanos: a mobilidade urbana em Campos dos Goytacazes*. Assistente editorial na Revista Mundo Livre da UFF.

E-mail: leticiabaldissara@id.uff.br

Histórico

Recebido em: 13/07/2023. Aprovado em: 13/07/2023. Publicado em: 01/10/2023.

RESENHA



Fotografia: Jean Barreto

HISTÓRIA & LIVRO E LEITURA

Victor Emmanoel da Silva Rocha

História & Livro e leitura

History & Book and reading

Victor Emmanoel da Silva Rocha

Estudante de Arquivologia na UFF

BELO, André. **História & livro e leitura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

André Belo é um historiador português que atua na Université de Rennes, em Paris, França. Seu campo de pesquisa concentra-se na história da leitura e da informação em Portugal nos séculos XVII e XVIII, bem como em questões relacionadas à identidade social e testemunho. Sua experiência com a edição digital entre 1997 e 2001 permitiu uma maior aproximação e reflexão sobre o livro e a leitura ao longo do tempo.

História & livro e leitura, escrito por André Belo, aborda a atenção crescente que a história do livro e da leitura vem recebendo em universidades europeias, norte-americanas e da América Latina. O autor destaca eventos e publicações que têm permitido um diálogo consistente sobre as transformações do meio editorial ao longo do tempo, especialmente nas últimas décadas, com o surgimento de recursos tecnológicos. O livro é descrito como uma reflexão sobre a história do livro. O autor busca refletir sobre como esse tema vem sendo estudado pelos historiadores, explorando sua relação com a edição digital, a evolução da história do livro e sua conexão com a história da leitura. Além disso, destaca o diálogo com outras áreas e a abordagem de outros territórios, tempos, suportes e meios de comunicação, superando os discursos tradicionais sobre o livro impresso e a história moderna europeia.

No capítulo III da obra, "*Para além do livro impresso*", o autor destaca a escolha feita em relação à historiografia francesa. Nesse contexto, a



história da leitura é abordada como uma área de estudo interessada em examinar o livro como um veículo de ideias que se relaciona com a economia e a sociedade.

A perspectiva demonstra a importância de compreender não apenas o conteúdo dos livros, mas também o contexto em que foram produzidos e consumidos. Ao considerar a relação entre o livro e a economia, por exemplo, é possível analisar o impacto do comércio de livros, as práticas de leitura em diferentes classes sociais e mudanças na produção da disseminação do conhecimento ao longo do tempo.

Ademais, a conexão entre o livro e a sociedade amplia a compreensão da leitura como uma prática social e culturalmente situada. O autor explora como as ideias contidas nos livros refletem e influenciam as estruturas sociais, as normas culturais e os debates intelectuais de determinado período histórico.

Ao discutir a história do livro e da leitura antes da invenção da impressão. A historiografia francesa tradicionalmente concentrou-se na época de Gutenberg e na tipografia artesanal como a era clássica do livro, negando fases anteriores e posteriores. Entretanto, os estudos recentes apontam a importância do códice e da leitura na Idade Média, assim como a continuidade entre as práticas de leitura na Idade Média e no Renascimento. A edição de textos também é ampliada para incluir práticas de divulgação oral e cópia manuscrita anteriores à impressão. O autor destaca a busca dos escritores por intermediários que pudessem divulgar suas obras e controlar a reprodução e a adulteração dos textos. Outrossim, a história da edição de textos é ampliada para incluir todos os meios de circulação de textos ao longo da história, desde os rolos e tabuinhas da Antiguidade até o formato digital atual. As obras mais recentes abordam a cultura escrita como um todo, incluindo suas formas.

Os estudos e debates na área têm sido dominados por uma perspectiva eurocêntrica, focando principalmente na história europeia e ocidental. A criação da imprensa, ocorrida na Europa no século XV, foi considerada um marco importante na cultura europeia, a relevância para outras regiões do mundo foi abordada apenas indiretamente. Isso é evidente no caso dos territórios colonizados pelos europeus na época

moderna, onde a evolução da impressão em outros continentes recebeu pouca atenção nas obras conhecidas sobre a história do livro. Entretanto, isso não significa que não tenha ocorrido produção, circulação e leitura de livros nas regiões. O eurocentrismo se tornou ainda mais evidente quando comparado a evolução do livro em culturas cristãs, como a europeia, com a história em culturas não cristãs, como a muçulmana.

O capítulo destaca o papel central do livro e da escrita na cultura islâmica e judaica, apesar da introdução tardia da impressão em língua árabe. Vale ressaltar que os motivos econômicos, sociais e culturais, bem como a sacralização do livro e da escrita árabes, contribuíram para essa diferença cronológica. Ademais, o autor menciona a necessidade de ampliar o escopo da pesquisa para incluir outras culturas, como a cultura escrita do Extremo Oriente Asiático, onde técnicas de impressão, como xilogravura, foram amplamente utilizadas antes da invenção da imprensa.

Durante a era da tipografia artesanal, o livro manuscrito e a divulgação oral dos textos continuaram existindo. As tipografias produziam uma variedade de objetos impressos como: folhetos, panfletos, retratos, pautas musicais e mapas. Esses objetos, embora menos preservados nas bibliotecas atuais, eram lidos, circulavam e tinham importância econômica para os livreiros.

A publicação de livros era um risco por conta do alto custo e necessidade de autorização prévia do poder civil e/ou eclesiástico. Para garantir o retorno do investimento, os livreiros produziam publicações mais baratas e de retorno mais rápido, como periódicos, folhetos, almanaques e textos escolares. Os periódicos introduziram novas formas de trabalho e exploração comercial na tipografia, como o sistema de venda por assinatura.

A exemplo das cartas, que muitas vezes eram lidas por várias pessoas da família ou próximas do destinatário, se aplicava à correspondência diplomática, que era altamente secreta durante o percurso, mas podia ser lida por várias pessoas além do destinatário quando chegava. Cartas e textos importantes eram frequentemente copiados e cobçados. Além disso, alguns textos, como os sermões do

Padre António Vieira, eram difundidos oralmente antes de serem impressos. A publicação oral dos textos também ocorria em academias literárias, representações teatrais e narrações em verso.

Com a necessidade de considerar outras formas de textos, além dos livros impressos, como folhetos, orações impressas, gazetas e cartas manuscritas, que não são amplamente mencionados nas fontes tradicionais. Os materiais, embora menos valorizados economicamente e menos frequentes em inventários e catálogos de bibliotecas, desempenharam um papel importante na circulação e na leitura.

A necessidade de ir além das fontes documentais existentes e usar a imaginação para tentar reconstruir o que circulou e foi lido no passado não garante necessariamente que eles foram lidos, levantando dúvidas metodológicas sobre a leitura efetiva.

Destaca-se a ausência de imprensa no Brasil colonial como uma característica fundamental de sua história cultural e social, resultado de uma decisão da Coroa Portuguesa. No entanto, a falta de imprensa não significou ausência total de produção e de circulação de livros e textos, pois a cópia manuscrita e a transmissão oral desempenharam papéis complementares importantes. A ampliação das perspectivas em relação ao livro e à leitura permite uma reflexão sobre os diferentes meios de comunicação da época, incluindo o impresso, o manuscrito e a oralidade, e sua influência na transmissão da memória escrita.

Com a necessidade de ampliar fontes de pesquisa ao citar a história do livro e da leitura, considerando que as obras tradicionalmente utilizadas são incompletas e estáticas. O autor destaca também fala sobre a importância de considerar outros materiais escritos, entre eles folhetos, orações impressas, gazetas e cartas manuscritas, que circulavam facilmente e eram lidos por um público mais amplo do que os proprietários. Entretanto, realça também a importância de imaginar o que foi lido além do que as fontes indicam e questiona a leitura efetiva dos livros, além de destacar a importância de considerar os objetos desvalorizados pelos estudiosos do livro antigo e os diversos usos práticos do livro ao longo da história.

Belo defende a importância de ampliar o conceito de texto para além da linguagem escrita, incluindo qualquer sistema de signos que gere significados. Assim, filmes, por exemplo, podem ser estudados através da análise de seu suporte físico, recursos expressivos, narrativa, retórica, produção, difusão e recepção, de forma semelhante aos livros. Para sustentar sua proposta, o autor fundamenta-se nas sugestões de Donald McKenzie de uma diluição das diferenças entre os meios de comunicação, mas um trabalho mais rigoroso sobre eles: uma acumulação de saber erudito e bibliográfico sobre as características materiais e técnicas dos filmes, dos discos e dos aparelhos que os emitem.

Recordar a relação do texto e da imagem, especialmente durante a era industrial da tipografia. Com o desenvolvimento das técnicas de ilustração e o surgimento da fotografia, surgiu a capacidade expressiva da imagem e na combinação entre texto e imagem em publicações como jornais, revistas e livros ilustrados. A linguagem escrita e icônica antes nunca pensadas como estado em oposição, nem pelos editores nem pelos leitores. Assim como a leitura apresenta significado ao texto, também há uma leitura dos sentidos transmitidos pela imagem e pelos recursos visuais disponíveis.

Sobre o autor

Victor Emmanoel da Silva Rocha 

Estudante de Arquivologia no Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói (RJ).

Email: victoremmanoel@id.uff.br

Histórico

Recebido em: 28/07/2023. Aprovado em: 31/07/2023. Publicado em: 01/10/2023.

Este número foi editado pela Universidade Federal Fluminense nas cidades de Campos dos Goytacazes e Niterói, entre julho a outubro de 2023. Ele foi composto em Ubuntu e publicado apenas em formato digital.



[HTTPS://PERIODICOS.UFF.BR/MUNDOLIVRE](https://periodicos.uff.br/mundolivre)

